

Espiritismo – orientação para católicos

Frei Boaventura Kloppenburg

7ª ed. 2002



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
I - O ESPIRITISMO	13
1. Allan Kardec e sua codificação do espiritismo.....	14
2. A doutrina espírita	22
3. Doutrina espírita e mensagem cristã.....	26
4. O espiritismo de umbanda	34
II - A EVOCAÇÃO.....	49
1. Será possível comunicar-se com os falecidos?.....	50
2. Rejeição cristã da revelação mediante falecidos.....	54
3. Os efeitos negativos da evocação.....	56
III - O FUNDAMENTO ESPIRITA DA DOCTRINA.....	63
1. Os quatro fatores formativos da doutrina espírita.....	63
2. A credibilidade dos médiuns.....	66
3. A credibilidade dos espíritos que se comunicam.....	74
4. A credibilidade da codificação.....	80
5. As fontes humanas da doutrina espírita.....	92
IV - A REENCARNAÇÃO	97
1. Ensinou Jesus a pluralidade das vidas terrestres?.....	104
2. Ensinou Jesus a lei do progresso irreprimível e universal para a perfeição?.....	107
3. Ensinou Jesus a necessidade de conquistar a perfeição final por esforços e méritos pessoais?....	110
4. Ensinou Jesus uma vida definitivamente independente do corpo?.....	113
5. João Batista seria a reencarnação do profeta Elias?....	116
6. "Nascer de novo" (Jo 3,3).....	117
V - O FLUIDO.....	121
1. O mesmerismo	121
2. O fluidismo espírita.....	125
3. Fluidismo curandeirista.....	129
VI - A PSICOGRAFIA	135
1. Kardec encontra as mesas falantes.....	135
2. A insuficiência da crítica kardecista	139
3. A psicografia apresentada por Allan Kardec	142
4. Análise psicológica de uma mensagem psicografada.....	144
5. A psicografia de Chico Xavier	147
6. "Nosso Lar": um exemplo concreto.....	150
7. O sobrinho também psicografava.....	153
VII - A IGREJA CATÓLICA E O ESPIRITISMO	157
1. O espírita perante a Igreja	157
2. A Igreja perante a fenomenologia mediúnica.....	161
3. Caridade e fé	165
VIII - O ALÉM CRISTÃO	169
1. Jesus, o revelador do além.....	170
2. A doutrina cristã sobre a morte	173
3. A morte não é o fim de nossa existência	173
4. Somos destinados à vida eterna.....	174
5. A morte é o fim do estado de provação.....	175
6. Os falecidos que estão no céu.....	177
7. A comunhão dos santos.....	178
8. As almas do purgatório	179
9. O limbo das crianças que morrem sem batismo.....	182
10. Os condenados ao inferno.....	183
11. A ressurreição dos falecidos.....	186
12. Os anjos.....	189
13. O anjo da guarda.....	191
14. O diabo e seus demônios.....	194
15. Deus conosco.....	200

INTRODUÇÃO

Não sou novato em matéria de espiritismo. Na década de 50 publiquei sobre a matéria livros, cadernos, folhetos e artigos sem conta. Era antes do Concílio Vaticano II (1962-1965), quando defendíamos nossa fé cristã e nossa Santa Igreja contra os ataques de seus adversários. E entre eles estava evidentemente o espiritismo. Era a apologética. Meus escritos, então, estavam sem dúvida marcados pelo ânimo de defesa da fé, para a orientação dos católicos. De um dos meus folhetos ("Por que o católico não pode ser espírita") chegamos a atirar, em sucessivas edições de cem ou duzentos mil exemplares, mais de um milhão de cópias.

Veio então o Concílio com seu apelo ecumênico para o diálogo e a união. Dizia-se que o Vaticano II acabara de vez com a apologética. Em conseqüência e obediente, afastei-me da liça. Meus livros sobre a matéria não foram mais publicados. Os espíritas respiraram então à vontade. Mas, de fato, depois não houve nem diálogo nem muito menos união.

E como poderia haver união entre afirmar e negar a reencarnação? Não ensinara o próprio Concílio Vaticano II a unicidade da vida humana na terra? E como conciliar a evocação dos mortos com a proibição divina da necromancia? Não nos recordara o mesmo Concílio a interdição de quaisquer práticas de evocação dos espíritos?

O espiritismo prosseguiu, pois, sua sistemática ofensiva de propaganda e penetração nos ambientes católicos do Brasil, já sem encontrar da parte da Igreja uma atitude de defesa e de orientação. As obras de seu codificador, Allan Kardec, continuaram a ser editadas e difundidas entre nossos fiéis. *O evangelho segundo o espiritismo*, que até 1958 tivera um total de 555 mil exemplares postos no mercado, recebeu agora, em 1986, sua 92ª edição, alcançando a cifra de 1.920.000 exemplares. Distribuídos por cinco editoras, já se venderam cerca de onze milhões de livros das obras do codificador do espiritismo. Allan Kardec só é superado por Chico Xavier, com quinze milhões de exemplares vendidos.

Se na década de 50 em São Paulo houve um total de 1.869 novas associações mediúnicas (de espiritismo, umbanda e candomblé) registradas nos cartórios, na década de 70, já depois do Concílio, houve um registro de 8.685 novas entidades deste tipo, só na cidade de São Paulo.

Estas cifras, por si sós, evidenciam que o espiritismo, em suas várias modalidades, continua sendo um grave problema também depois do Concílio. E o retraimento da Igreja pós-conciliar foi certamente uma das causas de sua difusão. Nem é verdade que o Vaticano II não mais quis de nós uma atitude de defesa da fé. Na Constituição *Lumen Gentium* os bispos são exortados para que "com vigilância afastem os erros que ameaçam seu rebanho" (n. 25a). No Decreto *Optatam Totius* determina o Concílio que nos seminários as disciplinas teológicas sejam ensinadas de tal forma que os alunos "possam anunciá-las, expô-las e defendê-las no ministério sacerdotal" (n. 16a). Segundo a *Lumen Gentium* os leigos devem "difundir e defender a fé" (n. 11a). E no Decreto *Apostolicam Actuositatem* lemos: "Grassando na nossa época gravíssimos erros que ameaçam inverter profundamente a religião, este Concílio exorta de coração todos os leigos que assumam mais conscientemente suas responsabilidades na defesa dos princípios cristãos" (n. 6d). A própria Declaração *Dignitatis Humanae*, sobre a liberdade religiosa, recorda: "O discípulo tem o grave dever de anunciar a verdade recebida de Cristo com fidelidade e de defendê-la com coragem" (n. 14d). Também defesa da fé depois do Concílio.

Diálogo ecumênico com o espiritismo?

O Vaticano II nos explica que por "movimento ecumênico" se entendem iniciativas e atividades que visam à união dos cristãos (*Unitatis Redintegratio*, n. 4b). Um verdadeiro movimento ou diálogo ecumênico só é possível com aquelas Igrejas ou comunidades cristãs separadas da comunhão católica que efetivamente dão esperanças positivas de chegar outra vez à comunhão plena. Mas o espiritismo não é uma Igreja separada, nem mesmo pretende ser Igreja. Não somente não há nenhuma esperança de conseguir algum dia "comunhão plena" com os reencarnacionistas, mas semelhante comunhão não é nem sequer pensável. Leia-se na presente obra o capítulo sobre a reencarnação e ver-se-á que o reencarnacionismo não é cristão e que seus postulados fundamentais se opõem total e absolutamente à soteriologia cristã. E mesmo que se proclamassem cristãos, seria necessário dizer-lhes que em verdade não o são.

Em sua declaração oficial de 2 de janeiro de 1978, a Federação Espírita Brasileira, que é kardecista, fez saber que "é imprópria, ilegítima e abusiva a designação de *espíritas* adotada por

peçoas, tendas, núcleos, terreiros, centros, grupos, associações e outras entidades que, mesmo quando legalmente autorizados a usar o título, não praticam a doutrina espírita", isto é, "o conjunto de princípios básicos codificados por Allan Kardec". Pela mesma lógica se pode afirmar também que é imprópria, ilegítima e abusiva a designação de *cristãos* adotada por pessoas, centros, terreiros ou outras entidades que, mesmo quando legalmente autorizados a usar o título, não praticam a doutrina cristã.

Colocados pastoralmente diante dos movimentos espíritas (ou outros, que não faltam entre nós), é necessário que nos perguntemos honradamente qual é nosso objetivo. Temos dois campos bem diferentes: de um lado estão os sectários com seus métodos proselitistas, procurando penetrar no ambiente católico; de outro lado temos os próprios católicos mais ou menos facilmente vítimas desta propaganda sectária. A quem queremos dirigir-nos pastoralmente: aos propagadores da evocação e da reencarnação ou aos fiéis católicos vítimas deste assalto? Do objetivo dependerá nosso método. Se não definimos previamente e com clareza a meta, ou se pretendemos alcançar uns e outros, animados com a benévola atitude de compreensão, de abertura e de diálogo com relação aos agressores, teremos uma ação pastoral híbrida, que produzirá nos fautores do erro grande alegria (pois lhes deixamos abertas todas as portas e ainda abrimos outras) e nos católicos um estado de confusão, desorientação e perplexidade ainda maior.

Desde o Concílio se insistiu muito no diálogo com os não-católicos. Esta disposição de diálogo com os responsáveis do movimento espírita não deve jamais olvidar que sua ativa presença entre nossos fiéis tem um objetivo claro e definido, que certamente não é o de ajudar-nos a conseguir que sejam melhores cristãos católicos. O Documento de Puebla constata que "muitas seitas se têm mostrado clara e pertinazmente não só anti-católicas, mas até injustas contra a Igreja, e têm procurado minar seus membros menos esclarecidos. Devemos confessar com humildade que, em grande parte, até em determinados setores da Igreja, uma falsa interpretação do pluralismo religioso permitiu a propagação de doutrinas errôneas e discutíveis" (n. 80).

Por estes motivos nossa atitude pastoral há de dirigir-se em primeiro lugar diretamente às vítimas da propaganda espírita. Não podemos esquecer o grave fato da presença ativa, com claros propósitos proselitistas, daquilo que o Senhor chamou "falsos profetas". Tem-se a impressão de que entre os mesmos pastores católicos já não há ambiente para recordar palavras como estas de Jesus: "Guardai-vos dos falsos profetas, que vêm a vós disfarçados de ovelhas, mas por dentro são lobos ferozes. Pelos seus frutos os conhecereis" (Mt 7,15-16). Ou estas: "Então, se alguém vos disser: 'Olha o Messias aqui', ou 'ali', não creiais. Pois hão de surgir falsos messias e falsos profetas, que apresentarão grandes sinais e prodígios, de modo a enganar até mesmo os eleitos, se possível. Eis que vo-lo predisse" (Mt 24,23-25). Daí a posterior advertência do Apóstolo: "Sede solícitos por vós mesmos e por todo o rebanho... Eu sei que, depois de minha partida, introduzir-se-ão entre vós lobos cruéis que não pouparão o rebanho, e que no meio de vós surgirão homens que farão discursos perversos com a finalidade de arrastar discípulos atrás de si" (At 20,28-30; cf. 2Ts 2,3-4; 2Pd 2,1-3 e todo o cap. 13 do Ap). "Quem não entra pela porta do redil das ovelhas, mas sobe por outro lugar, é ladrão e assaltante" (10 10,1).

Não nego o alcance e o valor positivo do diálogo. Haverá situações concretas e objetivos pastorais que pedem dar absoluta preferência ao método e à atitude do diálogo: no verdadeiro ecumenismo, quando há esperanças positivas de chegar a uma plena comunhão, o diálogo será a via indispensável. Mas pode haver também situações concretas de defesa e de apologética: é precisamente o estado dos católicos indefesos, não suficientemente instruídos e preparados, constantemente molestados por importunos e falsos profetas disfarçados como cristãos. O binômio apologética-diálogo não deve ser proposto em forma disjuntiva, "ou apologética ou diálogo", mas na forma conjuntiva, "e apologética e diálogo". Apologética será a atitude pastoral com os crentes vítimas da invasão das seitas; diálogo será a atitude pastoral com os não-católicos desejosos de encontrar a unidade perdida mandada pelo Senhor. Quando a situação do agressivo proselitismo sectário nos obriga a recorrer ao método apologético ou defensivo, será também inevitável a polêmica: diante da necessária atitude de defesa, o sectário reaciona; e esta reação pede muitas vezes resposta esclarecedora ou retificadora. Temos então a polêmica. Encontramo-la em Cristo, nos Apóstolos e nos melhores Santos Padres e Doutores da Igreja. "Este serviço dos pastores inclui o direito e o dever de corrigir e decidir, com a clareza e a firmeza que sejam necessários" (Puebla n. 249). "Em algumas ocasiões, falta a oportuna

intervenção magisterial e profética do bispo, bem como maior coerência colegial" (ib. n. 678). O silêncio e a atitude de tolerância, por vezes, pode ser um pecado de omissão e ter como consequência uma grei desatendida e dispersa. Devemos ser pastores. Pastores vigilantes. "O bom pastor dá a sua vida por suas ovelhas. O mercenário que não é pastor, a quem não pertencem as ovelhas, vê o lobo aproximar-se, abandona as ovelhas e foge, e o lobo as ataca e dispersa" (10 10,11-12). No Apocalipse 2,13-16 diz o Senhor ao responsável da comunidade de Pérgamo: "Sei onde moras: é onde está o trono de Satanás. Tu, porém, seguras firmemente o meu nome, pois não renegaste a minha fé, nem mesmo nos dias de Antipas, minha testemunha fiel, que foi morto junto a vós, onde Satanás habita. Tenho, contudo, algumas reprovações a fazer: tens aí pessoas que seguem a doutrina de Balaão, o qual ensinava Balaq a lançar uma pedra de tropeço aos filhos de Israel, para que comessem das carnes sacrificadas aos ídolos e se prostituíssem. Do mesmo modo tens, também tu, pessoas que seguem a doutrina dos nicolaítas. Converte-te, pois! Do contrário, virei logo contra ti para combatê-los com a espada de minha boca".

É certo que no Brasil o espiritismo não é nosso único problema religioso. Infelizmente. Mas continua válida a constatação feita pelos bispos em 1953: que, no momento, o espiritismo ainda é o desvio doutrinário "mais perigoso", já que "nega não apenas uma ou outra verdade de nossa santa fé, mas todas elas, tendo, no entanto, a cautela de dizer-se cristão, de modo a deixar, a católicos menos avisados, a impressão erradíssima de ser possível conciliar catolicismo com espiritismo".

No Documento de Puebla os bispos latino-americanos sabem da existência, entre nós, de movimentos parareligiosos que aceitam uma realidade superior ("espíritos") com a qual pretendem comunicar-se para obter ajuda e normas de vida (n. 1105), procurando entrar em 'contato pessoal com aquele mundo da transcendência e do espiritual a fim de receber respostas para as necessidades concretas do homem (n. 1112). Pedem então os bispos que as comunidades católicas recebam informação e orientação sobre estes movimentos, particularmente acerca das "distorções que eles contêm para a vivência da fé cristã" (n. 1124).

Como ontem, também hoje é necessário oferecer aos fiéis os subsídios de que precisam para que possam cumprir aquele dever que o Concílio lhes recordava de defender com coragem a fé contra os erros que ameaçam inverter profundamente a vida cristã. Numerosos bispos, padres e leigos em apostolado me pediram esta ajuda. Não seria tão difícil: já escrevera tanto sobre o assunto. E como tudo está esgotado, sinto-me desimpedido para escolher e retomar o que me parece mais conveniente para a situação atual.

Com total desembaraço retomo antigos textos meus sem colocá-los entre aspas nem indicar sua origem. No Brasil de 1986, o espiritismo é exatamente igual que em 1960, quando publiquei a primeira edição de *O espiritismo no Brasil*. Refiro-me ao espiritismo de Kardec, porque no de umbanda houve complicações. A Federação Espírita Brasileira, tutora do kardecismo, lança hoje as mesmas obras de ontem, tendo-se tomado apenas mais intransigente com relação à umbanda. É, como diria Roger Bastide, um exemplo típico de religião em conserva. Entrementes, na França, donde nos veio o kardecismo no século passado, houve mudanças essenciais, com um desfecho inesperado: em 1976 a *Revue Spirite*, fundada por Allan Kardec em 1858, mudou o título para *Renaitre 2000*. E a "Union Spirite Française" passou a ser "Union des Sociétés francophones pour l'investigation psychique et l'étude de la survivance" (USFIPES). Como se vê, a própria palavra "espírita" foi banida. A inconcussa convicção de Allan Kardec acerca da sobrevivência se transformou em problema a ser ainda investigado. Eles lá, hoje, não concordam com a orientação que o espiritismo tomou no Brasil: "Inteiramente estagnado", preocupado "com o aspecto extraordinário dos fenômenos espíritas" e "com a moral evangélica e a caridade". Eles lá pretendem continuar a obra "como queria Allan Kardec", isto é: desvinculada de Cristo e da religião, para fazer apenas pesquisas psíquicas e estudar se de fato há sobrevivência. Começam agora por onde Allan Kardec deveria ter iniciado em 1855.

Para facilitar as citações e evitar a fastidiosa repetição dos títulos das obras de Allan Kardec, usarei este sistema de siglas: AK significa sempre Allan Kardec, o número romano indica a obra e o número arábico a página. Estes são os títulos das obras de AK:

- I. *O livro dos espíritos* (1857), 22ª - ed. da Federação Espírita Brasileira (FEB).
- II. *O que é o espiritismo* (1859), 19ª - ed. da FEB.
- III. *O livro dos médiuns* (1861), 20ª - ed. da FEB.
- IV. *O evangelho segundo o espiritismo* (1864), 39ª - ed. da FEB.

- V. *O céu e o inferno* (1865), 16ª - ed. da FEB.
- VI. *A gênese* (1868), ed. da FEB de 1949.
- VII. *Obras póstumas*, 10ª - ed. da FEB.

Assim, por exemplo, a citação "III, 347" significa: *O livro dos médiuns*, 20ª edição da Federação Espírita Brasileira, página 347.

O ESPIRITISMO

O Congresso Internacional de Espiritismo de 1925, reunido em Paris, aprovou unanimemente a proposta de erigir um monumento comemorativo em Hydesville, nos Estados Unidos, para comemorar as primeiras manifestações espíritas, que tiveram lugar a 31 de março de 1848, nas pessoas das meninas irmãs Margarida e Catarina Fox. O monumento recebeu depois a seguinte inscrição:

- "Erigido a 4 de dezembro de 1927 pelos espiritistas de todo o mundo, em comemoração da revelação do espiritismo moderno em Hydesville, N. Y., a 31 de março de 1848, em homenagem à mediunidade, base de todas as demonstrações sobre que se apóia o espiritismo. A morte não existe. Não há mortos".

Para recordar as irmãs Fox, gravaram numa lápide de mármore estas palavras: "Aqui nasceu o movimento espiritista moderno. Neste lugar estava, em Hydesville, a casa de habitação das irmãs Fox, cuja comunicação mediúnica com o mundo dos espíritos foi estabelecida a 31 de março de 1848. A morte não existe. Não há mortos. Esta lápide foi aqui colocada por Mme. Cadwallader".

No Congresso Internacional de Espiritismo de 1928, celebrado em Londres, os que a ele assistiram tiveram a satisfação de ouvir a narração das cerimônias que consagraram a inauguração daquele monumento oficial. De tudo isso somos informados por *La Revue Spirite* de novo de 1928, pp. 511-512, sob o título de "Um grande acontecimento na história do espiritismo".

Assim esta autorizada revista, fundada em 1858 por Allan Kardec, e dois Congressos Internacionais de Espiritismo proclamaram solene e oficialmente que a origem das práticas espíritas está nos fatos de Hydesville; que lá teve lugar a revelação do atual espiritismo; e que, portanto, o espiritismo se funda numa revelação positiva; que as irmãs Fox foram as primeiras a entrar em comunicação mediúnica com o mundo dos espíritos; e que dessas comunicações parte o movimento espírita moderno; que o monumento é uma homenagem oficial do espiritismo mundial à mediunidade; e que esta é o fundamento de todas as demonstrações em que se apóia o espiritismo.

Mas aqui no Brasil o espiritismo se diz "kardecista" e proclama que seu codificador oficial foi Allan Kardec; e que o dia 18 de abril de 1857, quando foi lançada a primeira edição de *O livro dos espíritos*, deve ser considerado como o dia da fundação do espiritismo.

Estudarei, por isso, neste primeiro capítulo: 1) como Allan Kardec se iniciou no espiritismo; 2) em que consiste a doutrina espírita difundida aqui no Brasil; 3) como esta doutrina se relaciona com a mensagem cristã; e 4) a forma dissidente do espiritismo de umbanda.

1. ALLAN KARDEC E SUA CODIFICAÇÃO DO ESPIRITISMO

1. Hippolyte Uon Denizard Rivail, mais conhecido por seu pseudônimo "Allan Kardec", nasceu em Lião, França, no dia 3 de outubro de 1804, de família católica. Com a idade de 10 anos é enviado a Yverdun, Suíça, ao Instituto de Educação dirigido por João Henrique Pestalozzi. Lá ficou até 1822. O ambiente religioso daquele Instituto era protestante e liberal, que identificava religião com moralidade. Vai então a Paris. Já em 1824 publica um "Curso prático e teórico de aritmética segundo princípios de Pestalozzi, com modificações". Em 1825 funda e dirige uma escola primária. No ano seguinte estabelece sua Instituição Rivail, segundo o modelo que conhecera em Yverdun. Publicou vários livros pedagógicos e didáticos. De boa formação geral e cultural, era metódico, didático, lógico e claro na exposição. Trabalhou ainda como contabilista. Sabia bem o alemão e o inglês, além do francês, o que o levou a ocupar-se também como tradutor. Em 1826 casou-se com a professora Amélie Gabrielle Boudet, nove anos mais velha que ele e de boa situação financeira. Não tiveram filhos. A partir de 1855 dedicou-se inteiramente ao espiritismo. Morreu no dia 31 de março de 1869, em Paris, com a idade de 65 anos incompletos.

2. Ainda jovem, em 1823, Rivail começou a interessar-se pelo "magnetismo animal", um

movimento então em voga, chamado também "mesmerismo", porque criado pelo médico austríaco Francisco Antônio Mesmer (1733-1815), instalado em Paris desde 1778. Quando, em 1853, as "mesas girantes e dançantes", vindas dos Estados Unidos, invadiram a Europa, os mesmeristas ou magnetistas de Paris tomaram a si o estudo deste curioso fenômeno, tratando de explicá-lo com suas teorias "magnéticas" e "sonambúlicas". Em fins de 1854, o magnetista Fortier comunicou a Rivail o fenômeno das mesas dançantes que "falavam", isto é, respondiam mediante pancadas às perguntas feitas. Este fato mudaria completamente sua vida. Num manuscrito sobre "A minha primeira iniciação no espiritismo", publicado nas *Obras póstumas*, Rivail descreve os passos iniciais que o conduziram à codificação do espiritismo. Depois de presenciar pela primeira vez a dança da mesa na casa da Sra. Plainemaison, em maio de 1855, Rivail teve uma intuição fundamental (cito a 20ª edição da FEB):

- "Eu entrevia naquelas aparentes futilidades, no passatempo que faziam daquele fenômeno, qualquer coisa de sério, como que a revelação de uma nova lei, que tomei a mim estudar a fundo" (p. 267).

Naqueles dias, o Sr. Baudin, magnetista, organizara sessões semanais em sua casa, com as duas filhas "sonâmbulas" (mais tarde cunhou-se a palavra "médium") e Rivail começou a participar nestas sessões. Sua intuição se fez mais clara:

- "Compreendi, antes de tudo, a gravidade da exploração que ia empreender; percebi, naqueles fenômenos, a chave do problema tão obscuro e tão controvertido do passado e do futuro da humanidade, a solução que eu procurara em toda a minha vida. Era, em suma, toda uma revolução nas idéias e nas crenças; fazia-se mister, portanto, andar com a maior circunspeção e não levemente; ser positivista e não idealista, para não me deixar iludir" (p. 268).

3. A esta altura Rivail já aceitara a teoria da presença e atuação de "espíritos" ou falecidos nos movimentos das mesas, cestas e outros objetos usados pelos "sonâmbulos" dos "magnetizadores". A idéia lhe fora sugerida diretamente por Carlotti, seu amigo há 25 anos. Não foi ele, por conseguinte, o descobridor. Eram idéias já amplamente ventiladas por aqueles anos nos Estados Unidos, sobretudo depois das famosas irmãs Fox, em 1848. Mas já em 1847 aparecia nos Estados Unidos um livro mediúnico: *The principles of nature, her divine revelations and a voice to mankind*, através da mediunidade de Andrew Jackson Davis. Na própria França, também em 1847, Louis Alphonse Cahagnet, do grupo dos "magnetizadores" de Paris, publicava seu primeiro tomo de *Arcanes de la vie future dévoilés*, com a descrição de experiências realizadas com médiuns ("sonâmbulos" se dizia então). Em 1856, ainda antes da primeira obra de Allan Kardec, Cahagnet publicava as *Révelations d'outre tombe*, ditadas, segundo supunha, pelos falecidos Galileu, Hipócrates, Franklin e outros. Foi por causa do grupo de Cahagnet que, em 1856, quando ainda não se conhecia a palavra "espiritismo", a Santa Sé lembrava em documento especial a proibição divina de "evocar as almas dos mortos e pretender receber suas respostas". O católico Rivail recebia uma clara e explícita exortação da Santa Sé.

O grupo de Carlotti, com Vitorien Sardou, Saint-René Taillandier, Pierre-Paul Didier e Tiedeman-Marthese, já havia constituído um verdadeiro centro "espírita", que trabalhava na casa de Roustan, com a "sonâmbula" (médium) Srta. Japhet e já tinha reunido cerca de 50 cadernos de comunicações diversas. Em 1856 Rivail passou a freqüentar também este centro. Levava para cada sessão uma série de questões preparadas e metodicamente dispostas, para as quais pedia e supunha receber respostas dos "espíritos".

No dia 25 de março de 1856, na casa de Baudin, sendo médium uma das filhas, Rivail aceita a revelação de ter como guia um espírito chamado "A Verdade". Depois ficará sabendo que se trataria do próprio Espírito Santo, o Espírito da Verdade, que Jesus Cristo prometera enviar, como lemos no Evangelho segundo João:

"Tenho ainda muito a vos dizer, mas não podeis agora compreender. Quando vier o Espírito da Verdade, ele vos conduzirá à verdade plena" (Jo 16,12-13). Mais tarde Rivail escreve esta nota acerca da importante revelação:

"A proteção desse espírito, cuja superioridade eu então estava longe de imaginar, jamais, de fato, me faltou. A sua solicitude, e a dos bons espíritos que agiam sob suas ordens, se manifestou em todas as circunstâncias da minha vida, quer a me remover dificuldades materiais, quer a me facilitar a execução dos meus trabalhos, quer, enfim, a me preservar dos efeitos da malignidade dos meus antagonistas, que foram sempre reduzidos à impotência. Se as tribulações inerentes à missão que me cumpria desempenhar não me puderam ser evitadas, foram sempre

suavizadas e largamente compensadas por muitas satisfações morais gratíssimas" (p. 276).

No dia 12 de junho de 1856, o Espírito da Verdade lhe teria comunicado sua missão de reformador:

- "Previno-te de que é rude a tua missão, porquanto se trata de abalar e transformar o mundo inteiro" (p. 282).

4. Rivail começa a trabalhar intensamente sobre o material acumulado pelo grupo de Carlotti, e as respostas que ele mesmo recebera no centro de Roustan. Em seu depoimento pessoal publicado nas *Obras póstumas*, informa acerca dos trabalhos preparatórios de sua primeira grande obra espírita: "Foi assim que mais de dez médiuns prestaram concurso a esse trabalho. Da comparação e da fusão de todas as respostas, coordenadas, classificadas e muitas vezes remodeladas no silêncio da meditação, foi que elaborei a primeira edição de *O livro dos espíritos*, entregue à publicidade em 18 de abril de 1857" (pp. 270-271).

Este dia 18 de abril de 1857 é considerado pelos espíritas como dia da fundação do espiritismo.

É a obra fundamental da codificação da doutrina espírita, com o seguinte subtítulo: "Princípios da doutrina espírita sobre a imortalidade da alma, a natureza dos espíritos e suas relações com os homens, as leis morais, a vida presente, a vida futura e o porvir da humanidade, segundo os ensinamentos dados por espíritos superiores com o concurso de diversos médiuns, recebidos e coordenados por Allan Kardec".

5. Allan Kardec é o pseudônimo usado por Rivail.

A partir daquele dia 18 de abril de 1857 desaparece o Sr. Hippolyte Uon Denizard Rivail, para dar lugar a Allan Kardec. Este teria sido seu nome ao tempo dos druidas, em encarnação anterior. Numa carta a Tiedeman, de 27-10-1857, Rivail explica assim seu pseudônimo: "Duas palavras ainda a propósito do pseudônimo. Direi primeiramente que neste assunto lancei mão de um artifício, uma vez que dentre 100 escritores há sempre 3/4 que não são conhecidos por seus nomes verdadeiros, com a só diferença de que a maior parte toma apelidos de pura fantasia, enquanto que o pseudônimo Allan Kardec guarda uma certa significação, podendo eu reivindicá-lo como próprio em nome da doutrina. Digo mais: ele engloba todo um ensinamento cujo conhecimento por parte do público reserve-me o direito de protelar... Existe, aliás, um motivo que a tudo orienta: não tomei esta atitude sem consultar os espíritos, uma vez que nada faça sem lhes ouvir a opinião. E isto o fiz por diversas vezes e através de diferentes médiuns, e não somente eles autorizaram esta medida, como também a aprovaram".

Notemos uma vez mais a data da publicação da obra fundante do espiritismo: 18-4-1857. Recordemos também que Rivail começou a ocupar-se com as novas revelações em maio de 1855. Portanto o tempo de coleção, estudo, coordenação e "remodelação no silêncio da meditação" de todo o material acumulado não durou nem dois anos. É certo que aquela primeira edição de 1857 foi depois "inteiramente refundida e consideravelmente aumentada" para a segunda edição, publicada em março de 1860, que é até hoje o texto definitivo da codificação espírita.

6. É preciso assinalar também que Rivail não era nenhum especialista em matéria de religião e muito menos em teologia. Embora fosse católico (foi batizado numa igreja católica no dia 15-6-1805), recebeu uma formação religiosa do tipo protestante-liberal no Instituto do calvinista Pestalozzi, inteiramente avesso aos princípios (dogmas) da fé cristã, contentando-se "com uma religião natural, com um deísmo filosófico à Rousseau, com um cristianismo racionalista", no dizer de seu biógrafo Gabriel Compayré, citado por Zeus Wantuil em *Allan Kardec* (vol. I, p. 70). Nas críticas constantes que Rivail depois fará, já agora como "Allan Kardec", à doutrina da Igreja, é fácil perceber que ele desconhecia a reflexão teológica sistemática séria sobre a fé cristã. Ele aceitará sem maiores escrúpulos mensagens "do além", como esta recebida no dia 30-9-1863 e reproduzida em suas *Obras póstumas*:

- "É chegada a hora em que a Igreja tem de prestar contas do depósito que lhe foi confiado, da maneira por que pratica os ensinamentos de Cristo, do uso que fez da sua autoridade, enfim, do estado de incredulidade a que levou os espíritos. A hora é vinda em que ela tem que dar a César o que é de César e de assumir a responsabilidade de todos os seus atos. Deus a julgou e a reconheceu inapta, daqui por diante, para a missão de progresso que incumbe a toda autoridade espiritual. Somente por meio de uma transformação absoluta lhe seria possível viver;

mas, resignar-se-á ela a essa transformação? Não, pois que já não seria a Igreja; para assimilar as verdades e as descobertas da ciência, teria de renunciar aos dogmas que lhe servem de fundamentos; para volver à prática rigorosa dos preceitos do Evangelho, teria de renunciar ao poder, à dominação, de trocar o fausto e a púrpura pela simplicidade e a humildade apostólicas. Ela se acha nesta alternativa: ou se suicida, transformando-se, ou sucumbe nas garras do progresso, se permanecer estacionária" (p. 310).

7. O espiritismo, tal como foi codificado por Allan Kardec, surgiu claramente como movimento oposto à Igreja. No dia 15 de abril de 1860 um "espírito" comunica a Allan Kardec:

- "O espiritismo é chamado a desempenhar imenso papel na terra. Ele reformará a legislação ainda tão freqüentemente contrária às leis divinas; retificará os erros da história; restaurará a religião de Cristo que se tomou, nas mãos dos padres, objeto de comércio e de tráfico vil; instituirá a verdadeira religião, a religião natural, a que parte do coração e vai diretamente a Deus, sem se deter nas franjas de uma sotaina, ou nos degraus de um altar..." (p. 299).

E no dia 9 de agosto de 1863 recebe Kardec este aviso "do além":

- "Aproxima-se a hora em que te será necessário apresentar o espiritismo qual ele é, mostrando a todos onde se encontra a verdadeira doutrina ensinada pelo Cristo. Aproxima-se a hora em que, à face do céu e da terra, terás de proclamar que o espiritismo é a única tradição verdadeiramente cristã e a única instituição verdadeiramente divina e humana" (p. 308).

8. O espiritismo se apresenta como "terceira revelação". A primeira, dizem os espíritas, veio por Moisés; a segunda por Jesus Cristo; e a terceira através dos "espíritos", principalmente do "Espírito da Verdade", o "Consolador" prometido por Jesus (cf. Jo 16,12-13), que teria sido o espírito guia de Allan Kardec, segundo a mensagem que ele teria recebido a 25-3-1856, ou, como lhe foi revelado no dia 14-9-1863: "Nossa ação, principalmente a do Espírito da Verdade, é constante ao teu redor e tal que não a podes negar" (p. 309).

De fato, Allan Kardec, em *A gênese*, cap. I, sobre o caráter da revelação espírita, sustenta ser o espiritismo "a terceira das grandes revelações" (n. 20). Segundo ele, a primeira, de Moisés, revelou aos homens a existência de um Deus único e os dez mandamentos (n. 21); a segunda, de Cristo, mostrou que Deus não é o Deus terrível, ciumento e vingativo de Moisés; e revelou a imortalidade da alma e a vida futura (n. 22-25). Continua então Allan Kardec, no n. 26:

- "Entretanto, o Cristo acrescenta: 'Muitas das coisas que vos digo agora ainda não as compreendeis e muitas outras teria a dizer, que não compreenderíeis; por isso é que vos falo por parábolas; mais tarde, porém, enviar-vos-ei o Consolador, o Espírito de Verdade, que restabelecerá todas as coisas e vo-las explicará todas' (S. João, caps. XIV, XVI; S. Mat., capo XVII)".

Observe-se que esta citação é inexata e, como tal, não se encontra em parte nenhuma dos Evangelhos. Nem consta que Jesus teria dito que o Espírito da Verdade "restabelecerá todas as coisas". Esta afirmação foi feita por Jesus com relação a Elias (cf. Mt 17,11). Da arbitrária citação feita, conclui Allan Kardec:

- "Se o Cristo não disse tudo quanto poderia dizer, é que julgou conveniente deixar certas verdades na sombra, até que os homens chegassem ao estado de compreendê-las. Como ele próprio o confessou, seu ensino era incompleto, pois anunciava a vinda daquele que o completaria; previra, pois, que suas palavras não seriam bem interpretadas, e que os homens se desviariam do seu ensino; em suma, que desfariam o que ele fez, uma vez que todas as coisas hão de ser restabelecidas: ora, só se *restabelece* aquilo que foi desfeito".

Mais adiante, no n. 42, Allan Kardec garante aos seus leitores:

- "O espiritismo realiza todas as promessas do Cristo a respeito do *Consolador* anunciado. Ora, como é o *Espírito da Verdade* que preside ao grande movimento da regeneração, a promessa da sua vinda se acha por essa forma cumprida, porque, de fato, é ele o verdadeiro *Consolador*".

O espiritismo seria, por conseguinte, o Consolador.

A verdade, porém, é que a promessa de Jesus acerca do Espírito da Verdade não foi tão vaga para um futuro tão incerto e distante. Jesus se dirigia diretamente aos Apóstolos que estavam então com ele na última ceia: "Rogarei ao Pai e ele *vos* dará outro Paráclito, *para que convosco permaneça para sempre*, o Espírito da Verdade... O Paráclito, o Espírito, que o Pai enviará em meu nome, é que *vos* ensinará tudo e *vos* recordará tudo o que eu vos disse" (10

14,16-17.26). E pouco antes de sua ascensão mandou aos Apóstolos: "Eis que eu vos enviarei o que meu Pai prometeu do Alto" (Lc 24,49). E lhes disse ainda: "O Espírito Santo descera sobre vós e dele recebereis força" (At 1,8). Alguns dias depois, na festa de Pentecostes, quando estavam reunidos na sala de Jerusalém, "de repente veio do céu um ruído semelhante ao soprar de impetuoso vendaval, e encheu toda a casa onde se achavam. E apareceram umas como línguas de fogo, que se distribuíram e foram pousar sobre cada um deles. Todos ficaram cheios do Espírito Santo" (At 2,1-4).

Era a vinda do Espírito da Verdade.

9. O espiritismo tem a pretensão de ser *religião*. Já vimos a comunicação ("do além") do dia 9-8-1863, proclamando que "o espiritismo é a única tradição verdadeiramente cristã e a única instituição divina e humana". Vimos também a comunicação, sempre "do além", de 15-4-1860, segundo a qual o espiritismo "instituirá a verdadeira religião, a religião natural, a que parte do coração e vai diretamente a Deus, sem se deter nas franjas de uma sotaina, ou nos degraus de um altar".

No dia 1º de novembro de 1863, Allan Kardec fez na Sociedade Parisiense de Estudos Espíritos um discurso sobre o tema: "É teu. Por isso permaneço nesta cidade. até serdes revestidos da força o Espiritismo uma Religião?" (reproduzido em *Reformador*, março de 1976, pp. 78-82). Apresentou então um resumo da Doutrina Espírita, terminando com estas palavras:

- "Eis o Credo, a religião do espiritismo, religião que pode conciliar-se com todos os cultos, isto é, com todas as maneiras de adorar a Deus. Esse é o laço que deve unir todos os espíritos numa santa comunhão de pensamentos, enquanto se espera que ele ligue todos os homens sob a bandeira da fraternidade universal".

Aqui no Brasil, a Federação Espírita, por seu Conselho Nacional, em sua reunião de 5-7-1952, declarou oficialmente e por unanimidade que "o espiritismo é religião". Em outra oportunidade a mesma Federação fez esta declaração:

- "Os espíritos do Brasil, reunidos no II Congresso Espírita Internacional Panamericano, com expressões de maior respeito à liberdade de pensamento e de consciência, afirmam que, no Brasil, a Doutrina Espírita, sem prejuízo de seus aspectos científicos e filosóficos, é fundamentada no Evangelho de Cristo, certo de ser o *Consolador Prometido* de que nos falam aqueles mesmos Evangelhos. Por isso é que nós outros, que vivemos no Brasil ligados à doutrina espírita, consideramo-la *a religião*".

No prefácio ao livro *Religião*, de Carlos Imbassahy (de 1944; cito a edição de 1982, da FEB), escrevia o Sr. Guillon Ribeiro, então presidente da Federação Espírita Brasileira:

- "Surgindo, como dissemos, em cumprimento de uma das promessas do Cristo, que personifica a única Igreja verdadeiramente universal, o espiritismo é, sem dúvida, a revivescência do vero cristianismo, agora desempecido de todos os véus da letra, de todas as obscuridades do mistério, do manto maravilhoso do milagre, as três principais geratrizes dos dogmas. Nenhuma outra doutrina, conseqüentemente, lhe pode disputar a qualidade de religião. Tão predominante é nele essa qualidade, que não há tê-lo por 'uma' religião, mas como 'a' religião, no mais lato sentido do vocábulo".

O atual presidente da Federação, o Sr. Francisco Thiesen, insiste, na obra *Allan Kardec*, vol. III, 1982, p. 53:

- "Os que se atêm ao fato de que o espiritismo é *a religião* - não apenas mais *uma religião* - sabem, como sabia o insigne Allan Kardec, que é de todo intolerável, além de contraproducente, pretender competir com qualquer das religiões - manifestações fragmentárias da revelação -, pois o espiritismo em verdade as abrange".

Assim leio no órgão oficial da Federação Espírita Brasileira, *Reformador*, junho de 1979, p. 19: "Não há fugir: se o espiritismo, na conceituação de seu Codificador, realiza todas as promessas do Cristo a respeito do Consolador, vindo até a completar o ensino do Cristo, e se o grande intérprete do sentir das entidades espirituais nos assevera que o espiritismo evangélico é o Consolador, ilógico seria, portanto, que não aceitássemos o espiritismo como religião".

2. A DOCTRINA ESPÍRITA

Pouco antes de sua morte, em março de 1869, vivamente preocupado por um "formulário de profissão de fé, circunstanciado e claramente expresso", Allan Kardec iniciou a elaboração de um texto com o título: "Credo espírita". Chegou a escrever o preâmbulo, que termina assim: "São inúmeras as questões que ele (o espiritismo) envolve, as quais, no entanto, podem resumir-

se nos pontos seguintes que, considerados verdades inconcussas, formam o programa das crenças espíritas". Deixou redigido ainda este título: "Princípios fundamentais da doutrina espírita, reconhecidos como verdades inconcussas". E então morreu.

Mas a doutrina espírita existe: está nas obras de Allan Kardec. Segundo as determinações do Conselho Federativo Nacional da Federação Espírita Brasileira (1985), cada estatuto de uma instituição espírita deve consignar esta finalidade: "O estudo, prática e divulgação da doutrina espírita como religião, filosofia e ciência, nos moldes da codificação de Allan Kardec". E propõe um modelo de estatuto, no qual se determina assim a primeira finalidade: "Estudar o espiritismo e propagar ilimitadamente seus ensinamentos doutrinários, por todos os meios que oferece a palavra escrita, falada e exemplificada de conformidade dos métodos estabelecidos na codificação de Allan Kardec e nas obras subsidiárias".

Na introdução a *O livro dos espíritos*, o mesmo Allan Kardec ensaiou um resumo dos pontos principais da doutrina espírita. Eis as unidades mais expressivas deste resumo:

1. "Deus é eterno, imutável, imaterial, único, onipotente, soberanamente justo e bom. Criou o universo, que abrange todos os seres animados e inanimados, materiais e imateriais. Os seres materiais constituem o mundo visível ou corpóreo, e os seres imateriais, o mundo invisível ou espírita, isto é, dos espíritos. O mundo espírita é o mundo normal, primitivo, eterno, preexistente e sobrevivente a tudo. O mundo corporal é secundário; poderia deixar de existir, ou não ter jamais existido, sem que por isso alterasse a essência do mundo espírita".

2. "Os espíritos revestem temporariamente um invólucro material perecível, cuja destruição pela morte lhes restitui a liberdade.

Entre as diferentes espécies de seres corpóreos, Deus escolheu a espécie humana para a encarnação dos espíritos que chegaram a certo grau de desenvolvimento, dando-lhes superioridade moral e intelectual sobre as outras. A alma é um espírito encarnado, sendo o corpo apenas o seu envoltório".

3. "Há no homem três coisas: 1ª) o corpo ou ser material análogo aos animais e animado pelo mesmo princípio vital; 2ª) a alma ou ser imaterial, espírito encarnado no corpo; 3ª) o laço que prende a alma ao corpo, princípio intermediário entre a matéria e o espírito. Tem assim o homem duas naturezas: pelo corpo, participa da natureza dos animais, cujos instintos lhe são comuns; pela alma, participa da natureza dos espíritos. O laço ou perispírito, que prende ao corpo o espírito, é uma espécie de envoltório semi-material. A morte é a destruição do invólucro mais grosseiro. O espírito conserva o segundo, que lhe constitui um corpo etéreo, invisível para nós no estado normal, porém que pode tornar-se acidentalmente visível e mesmo tangível, como sucede no fenômeno das aparições. O espírito não é, pois, um ser abstrato, indefinido, só possível de conceber-se pelo pensamento. É um ser real, circunscrito, que, em certos casos, se torna apreciável pela vista, pelo ouvido e pelo tato".

4. "Os espíritos pertencem a diferentes classes e não são iguais nem em poder, nem em inteligência, nem em saber, nem em moralidade. Os da primeira ordem são os espíritos superiores, que se distinguem dos outros pela sua perfeição, seus conhecimentos, sua proximidade de Deus, pela pureza de seus sentimentos e por seu amor do bem: são os anjos ou puros espíritos. Os das outras classes se acham cada vez mais distanciados dessa perfeição, mostrando-se os das categorias inferiores, na sua maioria, eivados das nossas paixões: o ódio, a inveja, o ciúme, o orgulho etc. Comprazem-Se no mal. Há também, entre os inferiores, os que não são nem muito bons nem muito maus, antes perturbadores e enredadores, do que perversos. A malícia e as inseqüências parecem ser o que neles predomina. São espíritos estúrdios ou levianos".

5. "Os espíritos não ocupam perpetuamente a mesma categoria. Todos se melhoram passando pelos diferentes graus da hierarquia espírita. Esta melhora se efetua por meio da encarnação, que é imposta a uns como expiação, a outros como missão. A vida material é uma prova que lhes cumpre sofrer repetidamente, até que hajam atingido a absoluta perfeição moral. Deixando o corpo, a alma volve ao mundo dos espíritos, donde saíra, para passar por nova existência material, após um lapso de tempo mais ou menos longo, durante o qual permanece em estado de espírito errante".

6. "Tendo o espírito que passar por muitas encarnações, segue-se que todos nós temos tido muitas existências e que teremos ainda outras, mais ou menos aperfeiçoadas, quer na Terra, quer em outros mundos. A encarnação dos espíritos se dá sempre na espécie humana; seria erro acreditar-se que a alma ou espírito possa encarnar no corpo de um animal. As diferentes existências corpóreas do espírito são sempre progressivas e nunca regressivas; mas a rapidez do

seu progresso depende dos esforços que faça para chegar à perfeição".

7. "Os espíritos encarnados habitam os diferentes globos do universo. Os não-encarnados ou errantes não ocupam uma região determinada e circunscrita; estão por toda parte no espaço e ao nosso lado, vendo-nos e acotovelando-nos de contínuo. É toda uma população invisível, a mover-se em tomo de nós. Os espíritos exercem incessante ação sobre o mundo moral e mesmo sobre o mundo físico. Atuam sobre a matéria e sobre o pensamento e constituem uma das potências da natureza, causa eficiente de uma multidão de fenômenos até então inexplicáveis ou mal explicados e que não encontram explicação racional senão no espiritismo".

8. "As relações dos espíritos com os homens são constantes. Os bons espíritos nos atraem para o bem, nos sustentam nas provas da vida e nos ajudam a suportá-las com coragem e resignação. Os maus nos impelem para o mal: é-lhes um gozo ver-nos sucumbir e assemelhar-nos a eles. As comunicações dos espíritos são ocultas ou ostensivas. As ocultas se verificam pela influência boa ou má que exercem sobre nós, à nossa revelia. Cabe ao nosso juízo discernir as boas das más inspirações. As comunicações ostensivas se dão por meio da escrita, da palavra ou de outras manifestações materiais, quase sempre pelos médiuns que lhes servem de instrumentos".

9. "Os espíritos se manifestam espontaneamente ou mediante evocação. Podem evocar-se todos os espíritos: os que animaram homens obscuros, como os das personagens mais ilustres, seja qual for a época em que tenham vivido; os de nossos parentes, amigos ou inimigos, e obter-se deles, por comunicações escritas ou verbais, conselhos, informações sobre a situação em que se encontram no além, sobre o que pensam a nosso respeito, assim como as revelações que lhes sejam permitidas fazer-nos".

10. "Os espíritos são atraídos na razão da simpatia que lhes inspire a natureza moral do meio que os evoca. Os espíritos superiores se comprazem nas reuniões sérias, onde predominam o amor do bem e o desejo sincero, por parte dos que as compõem, de se instruírem e melhorarem. A presença deles afasta os espíritos inferiores que, inversamente, encontram livre acesso e podem obrar com toda a liberdade entre pessoas frívolas ou impelidas unicamente pela curiosidade e onde quer que existam maus instintos. Longe de se obterem bons conselhos, ou informações úteis, deles só se devem esperar futilidades, mentiras, gracejos de mau gosto, ou mistificações, pois que muitas vezes tomam nomes venerados, a fim de melhor induzirem ao erro".

11. "A moral dos espíritos superiores se resume, como a do Cristo, nesta máxima do Evangelho: fazer aos outros o que quereríamos que os outros nos fizessem, isto é, fazer o bem e não o mal. Neste princípio encontra o homem uma regra universal de proceder, mesmo para as suas menores ações. Ensinam-nos (...) não haver faltas irremissíveis, que a expiação não possa apagar. Meio de consegui-lo encontra o homem nas diferentes existências que lhe permitem avançar, conformemente aos seus desejos e esforços, na senda do progresso, para a perfeição, que é o seu destino final".

Este resumo, compendiado pelo próprio AK, de fato nos apresenta uma concepção centrada em Deus e, sobretudo nos espíritos. Tanta é a importância conferida aos espíritos que, com razão, se pode qualificar o conjunto desta doutrina como "espiritismo". Assim, com efeito, o entendia seu codificador, já na primeira alínea da introdução a *O livro dos espíritos*:

- "Para se designarem coisas novas são precisos termos novos. Assim o exige a clareza da linguagem para evitar a confusão inerente à variedade de sentidos das mesmas palavras. Os vocábulos *espírita*, *espiritualista*, *espiritualismo* têm aceção bem definida. Dar-lhes outra, para aplicá-los à doutrina dos espíritos, fora multiplicar as causas já numerosas de anfibologia. Com efeito, o espiritualismo é o oposto do materialismo. Quem quer que acredite haver em si alguma coisa mais do que matéria é espiritualista. Não se segue daí, porém, que creia na existência dos espíritos ou em suas comunicações com o mundo visível. Em vez da palavra *espírita*, *espiritualismo*, empregamos, para indicar a crença a que vimos de referir-nos, os termos *espírita* e *espiritismo*, cuja forma lembra a origem e o sentido radical e que, por isso mesmo, apresentam a vantagem de ser perfeitamente inteligíveis, deixando ao vocábulo *espiritualismo* a aceção que lhe é própria. Diremos, pois, que a doutrina *espírita* ou o espiritismo tem por princípio as relações do mundo material com os espíritos ou seres do mundo invisível. Os adeptos do espiritismo serão os espíritos, ou, se quiserem, os *espiritistas*".

É importante esta precisão no uso das palavras e a fundamental diferença entre "espiritualismo" e "espiritismo". No vocabulário espírita, elaborado por AK e publicado no final

de *O livro dos médiuns*, o codificador repete os mesmos conceitos:

- "*Espírita*: o que tem relação com o espiritismo; adepto do espiritismo; aquele que crê nas manifestações dos espíritos".

- "*Espiritismo*: doutrina fundada sobre a crença na existência dos espíritos e em suas manifestações".

- "*Espiritualista*: o que se refere ao espiritualismo; adepto do espiritualismo. O *espiritualista* aquele que acredita que em nós nem tudo é matéria, o que de modo algum implica a crença nas manifestações dos espíritos. Todo *espírita* é necessariamente *espiritualista*, mas pode-se ser *espiritualista* sem se ser *espírita*".

Em que consiste, pois, a diferença? O "espírita" admite não só a existência de espíritos (nisso coincide com o "espiritualista"), mas acredita também na sua manifestação.

Entretanto, aqui se faz necessário ulterior esclarecimento: também os cristãos, que evidentemente são espiritualistas, aceitam a manifestação dos espíritos, mas nem por isso gastariam de ser qualificados coma "espíritas". Há, pois, ambigüidade na expressão "manifestação dos espíritos". O próprio AK costuma insistir na distinção entre manifestações espontâneas e manifestações "provocadas mediante a evocação" (veja-se, por exemplo, no n. 9 do elenco de doutrinas acima reproduzido). Os cristãos admitem sem dificuldade as manifestações espontâneas, mas se negam a aceitar as provocadas mediante a evocação, como veremos nas páginas 50ss.

Por conseguinte, o espiritismo se especifica, caracteriza e define por sua aceitação das manifestações provocadas (evocação) dos espíritos. Espírita é todo espiritualista que admite a prática da evocação dos falecidos.

3 DOCTRINA ESPÍRITA E MENSAGEM CRISTÃ

No Brasil, o movimento criado por AK é mantido e divulgado pela Federação Espírita Brasileira, fundada em 1884, que a propõe sistematicamente não apenas como "a religião", mas também como "espiritismo cristão" (sua revista oficial, *Reformador*, que começou em 1883, então como "órgão evolucionista", se apresenta agora no subtítulo como "Revista do Espiritismo Cristão").

Embora o próprio AK jamais tenha usado esta expressão, tomada de J. B. Roustaing (1865), ofereceu-lhe, no entanto, um bom fundamento para isso quando proclamou que a espiritismo é a realização das promessas de Jesus Cristo acerca do Consolador e a apresentou como "a Terceira Revelação"; e quando endossou este "aviso do além", recebido no dia 9-8-1863: "Aproxima-se a hora em que te será necessário apresentar o espiritismo qual ele é, mostrando a todos onde se encontra a verdadeira doutrina ensinada pelo Cristo. Aproxima-se a hora em que, à face do céu e da terra, terás de proclamar que o espiritismo é a única tradição verdadeiramente cristã e a única instituição verdadeiramente divina e humana" (cf. sua *Obras póstumas*, 20ª - ed., p. 308); ou quando aceitou esta profecia recebida no dia 15-4-1860: "O espiritismo... restaurará a religião de Cristo" (ib., p. 299). Em *O Evangelho segundo o espiritismo* (cito agora a 90ª - ed., p. 59) escreve AK: "Assim como o Cristo disse: 'Não vim destruir a lei, porém cumpri-la', também o espiritismo diz: não venho destruir a lei cristã, mas dar-lhe execução. Nada ensina em contrário ao que ensinou o Cristo". Semelhantes afirmações são comuns entre os espíritas e pode ser que sejam sinceras, mas mostram um desconhecimento profundo da doutrina do Evangelho segundo Mateus, Marcos, Lucas e João e segundo o ensinamento apostólico contida em suas cartas. O *Reformador*, órgão oficial do nosso kardecismo, de março de 1981, num artigo sobre a missão do Consolador (que seria o Espírito Santo segundo o Evangelho de são João), conclui: "É missão, pois, do espiritismo devolver ao cristianismo a sua pureza original, libertando-o dos dogmas e das idéias humanas nele introduzidas" (p. 85).

Veremos agora como se fez esta fundamental operação libertadora:

1. A revelação divina

Para a generalidade dos cristãos de todos os tempos, sejam eles católicos, ortodoxos ou protestantes, os livros da Sagrada Escritura são divinamente inspirados. É um princípio inconcusso ("dogma") dos cristãos. No credo espírita de AK não entra este ponto fundamental. Jamais a afirma em nenhuma de suas obras. Mas com freqüência se compraz em mostrar o que

ele considera absurdos e contradições da Bíblia. No órgão oficial da Federação Espírita Brasileira, *Reformador*, janeiro de 1953, p. 23, encontramos a posição bem definida dos nossos espíritas perante a Bíblia: "Do Velho Testamento já nos é recomendado somente o Decálogo e do Novo Testamento apenas a moral de Jesus; já consideramos de valor secundário, ou revogado e sem valor algum, mais de 90% do texto da Bíblia. Só vemos na Bíblia toda um livro respeitável pelo seu valor cultural, pela força que teve na formação cultural dos povos de Ocidente". Vem de AK dizer que do Antigo Testamento só se aceita como de origem divina o Decálogo (rv, 42). Falando de escritos apostólicos do Novo Testamento, escreve AK: "Todos os escritos posteriores (aos Evangelhos), sem exclusão dos de S. Paulo, são apenas, e não podem deixar de ser, simples comentários ou apreciações, reflexos de opiniões pessoais, muitas vezes contraditórias que, em caso algum, podem ter a autoridade da narrativa dos que receberam diretamente do Mestre as instruções" (VII, 110). Esta posição negativa reaparece com frequência na literatura espírita brasileira. Assim, por exemplo, Carlos Imbassahy, em *A margem do espiritismo* (2ª - ed.), esclarece que "em matéria de escritura, os espíritas, no a que se referem, é tão unicamente aos Evangelhos. Não os apresentam, porém, como prova, senão como fonte de luz subsidiária, elemento de reforço" (p. 126). Pois "nem a Bíblia prova coisa nenhuma, nem temos a Bíblia como probante. O espiritismo não é um ramo do cristianismo como as demais seitas cristãs. Não assenta os seus princípios nas escrituras. Não rodopia junto à Bíblia. A nossa base é o ensino dos espíritos, daí o nome - espiritismo" (p. 219).

2. A doutrina sobre Deus

Os conceitos de AK sobre a existência de Deus e seus atributos coincidem de fato com a doutrina cristã. Duas vezes, em seus escritos, AK se refere expressamente ao panteísmo, para rejeitá-lo (I, 53; VII, 179). E contra os panteístas chega a afirmar positivamente uma nítida distinção entre Deus e o Universo, acusando o panteísmo de "confundir o Criador com a criatura"; e, por isso, declara inequivocamente: "As obras de Deus não são o próprio Deus" (I, 54). Não obstante, por vezes tem expressões com sabor panteísta. Assim quando diz que "ignoramos" se a inteligência é uma "emanação da Divindade" (I, 56); ou quando o "fluido universal" toma qualidades panteístas; ou quando esclarece que os espíritos "se acham mergulhados no fluido divino" (VI, 63). Já Leão Denis, outro patriarca do espiritismo, então membro da equipe de codificação da doutrina espírita, resvalou para um evidente monismo panteísta. Segundo seu modo de falar, "Deus é a grande alma universal, de que toda alma humana é uma centelha, uma irradiação.

Cada um de nós possui, em estado latente, forças emanadas do divino foco" (assim em *Cristianismo e espiritismo*, 5ª - ed., p. 246). Fala com frequência de Deus como "divino foco", "supremo foco do bem e do belo", "o grande foco divino" etc. Também em outra obra sua, *Depois da morte*, 6ª - ed., voltam expressões panteístas: "Deus é infinito e não pode ser individualizado; isto é, separado do mundo, nem subsistir à parte" (p. 114); ou: "o Ser supremo não existe fora do mundo, porque este é a sua parte integrante e essencial" (p. 124). Em vez do "Deus fantástico da Bíblia", ele quer o "Deus imanente, sempre presente no seio das coisas" (p. 213): "O universo não é mais essa criação, essa obra tirada do nada de que falam as religiões. É um organismo imenso animado de vida eterna" (p. 123); e em seguida explica que Deus está para o universo como a alma para o corpo: "O eu do universo é Deus" (p. 349).

3. A Santíssima Trindade

Todos os cristãos - católicos, ortodoxos e protestantes professam sua fé na Santíssima Trindade. É o mistério central da fé e mensagem cristã, desde os primórdios do cristianismo. Mas o credo espírita proposto por AK desconhece totalmente a Santíssima Trindade. A posição de AK, no conjunto de suas obras, é de absoluto e sistemático silêncio com relação a esta doutrina cristã. Seu silêncio era apenas oportunista. Na realidade, em seu sistema de pensamento não cabia este mistério cristão, não só porque para ele "absolutamente não há mistérios" (VII, 201), mas porque não há lugar para uma intensa vida divina intratrinitária, dado que, segundo AK, o Deus que não cria incessantemente, desde toda a eternidade, seria um Deus solitário e ocioso (cf. I, 56; VI, 107). Mas se AK julgou mais oportuno não negar abertamente o mistério trinitário, seus seguidores não compartilham este ponto de vista. Já Leão Denis, em *Cristianismo e espiritismo*, p. 74, abre sua crítica dos nossos principais dogmas com estas

palavras: "Começa com a estranha concepção do Ser divino, que se resolve no mistério da Trindade". Depois explica: "A noção da Trindade, colhida numa lenda hindu que era a expressão de um símbolo, veio obscurecer e desnaturar essa alta idéia de Deus... Essa concepção trinitária, tão incompreensível, oferecia, entretanto, grande vantagem às pretensões da Igreja. Permitia-lhe fazer de Jesus Cristo um Deus" (p. 75). No Brasil, o espiritismo em peso ou desconhece ou nega a Santíssima Trindade.

4. A doutrina sobre Jesus

Professam os cristãos que Jesus é verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem. A afirmação da divindade de Jesus é fundamental para a fé cristã. Mas este Jesus não entra no credo espírita formulado por AK. Ele nos deixou entre suas *Obras póstumas* um "Estudo sobre a natureza de Cristo", de 41 páginas, todo ele tendenciosamente orientado para provar que Jesus não era Deus. Com este objetivo nega, sucessivamente, o valor dos milagres, das palavras de Jesus, da opinião dos Apóstolos e das profecias messiânicas. Mas nos dias de AK surgiu um advogado de Bordéus chamado João Batista Roustaing, que teve seu primeiro contato com o espiritismo em 1861 e em 1865 publicou sua obra: "Espiritismo cristão ou *Revelação da Revelação*", em três volumes. Sua tese central: o corpo de Jesus não era real, de carne e osso, mas aparente e meramente fluídico. Repetia o docetismo do primeiro século cristão. Sua tese não foi aceita por AK. Mas no Brasil a Federação Espírita, desde sua fundação, propaga a obra de Roustaing. Bittencourt Sampaio, Sayão, Bezerra de Menezes, Guillon Ribeiro e outros conhecidos dirigentes da Federação Espírita são rusteinistas professores. Guillon Ribeiro, que foi presidente da Federação em 1920-1921 e de 1930 a 1943 e tradutor das obras de AK, compendiou a cristologia espírita no título que deu ao livro: *Jesus, nem Deus nem homem*, reeditado e divulgado pela Federação Espírita.

5. A doutrina sobre a redenção

"É pelo sangue de Jesus Cristo que temos a redenção, a remissão dos pecados, segundo a riqueza de sua graça que ele derramou profusamente sobre nós", explicava São Paulo aos efésios (1,7). Nossa redenção pela paixão, morte e ressurreição de Jesus é outra verdade fundamental da fé cristã. Nisso consiste propriamente a "boa nova" ou o "evangelho". Mas nem esta verdade tão central entra no credo espírita de AK. Segundo ele cada um deve ser seu próprio redentor através do sistema das reencarnações. Por isso no espiritismo a soteriologia (ou doutrina sobre a redenção ou salvação do homem) é deslocada da cristologia para a antropologia. Leão Denis o enuncia cruamente quando escreve: "Não, a missão de Cristo não era resgatar com o seu sangue os crimes da humanidade. O sangue, mesmo 'de um Deus, não seria capaz de resgatar ninguém. Cada qual deve resgatar-se a si mesmo, resgatar-se da ignorância e do mal. É o que os espíritos, aos milhares, afirmam em todos os pontos do mundo" (*Cristianismo e espiritismo*, p. 88). E o *Reformador*, órgão máximo da propaganda reencarnacionista no Brasil, ensina em seu número de outubro de 1955 (p. 236): "A salvação não se obtém por graça nem pelo sangue derramado por Jesus no madeiro", mas "a salvação é ponto de esforço individual que cada um emprega, na medida de suas forças". Daí esta doutrina de AK: "Toda falta cometida, todo mal realizado é uma dívida contraída que deverá ser paga; se não for em uma existência, sê-lo-á na seguinte ou seguintes" (V, 88). Ele reconhece a necessidade e o valor do arrependimento; mas este arrependimento não basta ao pecador para obter o perdão divino. Segundo ele, a contrição é apenas o início da expiação e tem como consequência o desejo de "uma nova encarnação para se purificar" (I, 446). "O arrependimento concorre para a melhoria do espírito, mas ele tem que expiar o seu passado" (I, 448); "o arrependimento lhe apressa a reabilitação, mas não o absolve" (I, 450); "o arrependimento suaviza os travos da expiação, abrindo pela esperança o caminho da reabilitação; só a reparação, contudo, pode anular o efeito, destruindo-lhe a causa. Do contrário, o perdão seria uma graça, não uma anulação" (V, 90); e a graça é coisa que não existe porque "seria uma injustiça" (IV, 76). No livro *Roma e o Evangelho* (5ª - ed.), o espírito de "Maria" dita estas palavras: "Jesus Cristo não podia, nem quis assumir todas as responsabilidades individuais, contraídas ou por contrair, emanadas dos pecados dos homens, e muito menos podia, pelo sacrifício da sua vida, remir a humanidade da pena de desterro a que fora condenada... A redenção da humanidade não se firma, pois, nos méritos e sacrifícios de Jesus, e, sim, nas boas obras dos homens... Que cegueira! Quanta aberração! Supor e afirmar que os

sofrimentos e a morte do Justo foram ordenados do alto, em expiação dos pecados de todos, é a mais orgulhosa das blasfêmias contra a justiça do Eterno".

6. A doutrina sobre a Igreja

"Creio na Igreja, una, santa, católica e apostólica." É a profissão cristã. Nem esta profissão entra no credo espírita. Com a negação da doutrina cristã sobre a redenção e santificação dos homens, contestam-se conseqüentemente também todos os meios instituídos por Jesus Cristo para a salvação e santificação. A começar pelo batismo. Jesus mandou aos apóstolos ir pelo mundo inteiro, ensinar a todos tudo quanto ele lhes ordenara, batizando a todos "em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo" (Mt 28,19-20), esclarecendo: "Aquele que crer e for batizado será salvo; o que não crer será condenado" (Mc 16,16). No Brasil, os espíritas, fiéis à doutrina codificada por AK, já não batizam nem fazem batizar seus filhos. Nem teria sentido. Pois é pelas reencarnações que os homens devem alcançar a perfeição. Na última ceia Jesus instituiu a eucaristia e ordenou aos apóstolos: "Fazei isto em minha memória" (Lc 22,19). Mas os espíritas não o fazem. Nem teria sentido. Pois, segundo eles, o mistério pascal não tem valor de sacrifício pelos pecados dos homens. Jesus disse aos apóstolos: "Aqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados" (Jo 20,23). Mas os espíritas não procuram receber o perdão divino que lhes é generosamente oferecido. Nem teria sentido. Pois somente mediante as reencarnações se alcança o perdão. Jesus disse a Pedro: "Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja e as portas do inferno não prevalecerão contra ela. Eu te darei as chaves do reino dos céus e o que ligares na terra será ligado nos céus e o que desligares na terra será desligado nos céus" (Mt 16,18-19). Mas os espíritas não dão nenhuma importância nem a Pedro e seus sucessores, nem à Igreja que Jesus dizia "sua", nem ao poder das chaves que o Senhor Jesus entregou ao chefe do colégio apostólico. Jesus declarou aos apóstolos: "Quem vos ouve a mim ouve, quem vos despreza a mim despreza, e quem me despreza, despreza aquele que me enviou" (Lc 10,16). Para os espíritas tudo isso já está superado. Pois eles vão receber as orientações dos espíritos que baixam em seus centros. Proclamando a nulidade dos sacramentos, quer AK que o espiritismo não tenha "nem culto, nem rito, nem templos" (VII, 235). E o Conselho Federativo Nacional dos espíritas, em sua reunião de 5-7-1952, declarou, "por unanimidade, que o espiritismo é religião sem ritos, sem liturgia e sem sacramentos". Proclama-se assim a total inutilidade da Igreja, que será substituída pelo espiritismo. No livro *Depois da morte* (p. 80), profetiza Leão Denis: "Chegará a ocasião em que o catolicismo, seus dogmas e práticas não serão mais do que vagas reminiscências quase apagadas da memória dos homens, como o são para nós os paganismos romanos e escandinavos".

Não seria difícil continuar a lista de negações. Assim, para dar apenas mais alguns exemplos, o espiritismo nega a criação da alma humana; recusa a união substancial entre corpo e alma; afirma que não há anjos e demônios; repudia os privilégios de Maria Santíssima; não admite o pecado original; contesta a graça divina; abandona toda a doutrina do sobrenatural; rejeita a unicidade da vida humana terrestre; ignora o juízo particular depois da morte; não concede a existência do purgatório; ridiculariza o inferno; reprovava a ressurreição da carne; e desdenha o juízo final. Em uma palavra: renuncia a todo o credo cristão.

Em que consiste, pois, seu anunciado "cristianismo"? Tudo é simplesmente reduzido à aceitação de alguns princípios morais do Evangelho, tal como AK aprendera em sua juventude, no Instituto de Pestalozzi, em Yverdon, na Suíça. Seu manual "cristão" é unicamente *O evangelho segundo o espiritismo*, "com a explicação das máximas morais do Cristo em concordância com o espiritismo e suas aplicações às diversas circunstâncias da vida", que AK publicou em 1864. Na *Revue Spirite* de junho de 1867, AK critica a obra de J. B. Roustaing (que ensinava que o corpo de Jesus era meramente aparente ou fluídico) e revela que em *O evangelho segundo o espiritismo* ele se circunscrevera simplesmente às máximas morais que são, geralmente, claras e nem poderiam ser interpretadas de maneiras diversas e são, por isso, aceitas por todos. E então revela: "Essa a razão que nos levou a começar por aí, a fim de sermos aceitos sem contestação, aguardando, relativamente ao mais, que a opinião geral se encontrasse familiarizada com a idéia espírita". Passa então a criticar Roustaing, dizendo: "O autor desta nova obra julgou dever seguir outra orientação: em lugar de proceder gradativamente, quis de um salto atingir o fim. Assim é que tratou de certas questões que ainda não julgáramos oportuno abordar".

AK era oportunista. Daí seu proposital silêncio sobre certas questões, por exemplo, a

Santíssima Trindade. Seu único estudo de caráter teológico, embora negativo, sobre a natureza de Jesus Cristo, não foi por ele publicado, mas apareceu apenas depois em suas *Obras póstumas*. Ele recomenda esta norma de agir: "Cumpra nos façamos compreensíveis. Se alguém tem uma convicção bem firmada sobre uma doutrina, ainda que falsa, necessário é que lhe tiremos essa convicção, mas pouco a pouco. *Por isso é que muitas vezes nos servimos de seus termos e aparentamos abundar nas suas idéias*: é para que não fique de súbito ofuscado e não deixe de se instruir conosco" (III, 336).

Sendo o Brasil um país tradicionalmente católico ou cristão, os espíritas, de acordo com o citado princípio de AK, se apresentam como "cristãos" e difundem principalmente *O evangelho segundo o espiritismo*. Começam por dizer que o espiritismo é apenas ciência e filosofia, não cogitando de questões dogmáticas; que eles não combatem crença alguma; que o católico, para ser espírita, não precisa deixar de ser católico; que todas as religiões são boas, contanto que se faça o bem e se pratique a caridade etc. E por isso vão dando nomes de santos nossos aos centros espíritas. O Conselho Federativo resolveu prescrever a seguinte norma geral: "As sociedades adesas (à Federação Espírita Brasileira), mediante entendimento com a Federação, *quando esta julgar oportuno e as convidar para isso*, cuidarão de modificar suas denominações no sentido de suprimir delas o qualificativo de 'santo' e de substituir por outras, tiradas dos princípios e preceitos espíritas, dos lugares onde tenham sua sede, das datas de relevo nos anais do espiritismo e dos nomes dos seus grandes pioneiros". Assim, por exemplo, começa algum centro espírita por chamar-se "Centro São Francisco de Assis"; depois, *quando a Federação julgar oportuno*, suprimirá o qualificativo "santo"; e afinal, quando seus adeptos já estiverem suficientemente distanciados da Igreja, será "Centro Allan Kardec"...

Assim era antes. Já agora, em 1985, o Conselho Federativo, no "Manual de Administração das Instituições Espíritas", determina "não tomar por patronos, os nomes de arcanjo, anjo, pai, caboclo, santo e congêneres".

4. O ESPIRITISMO DE UMBANDA

1. No fim de sua vida, AK, como lemos em suas *Obras póstumas*, via com profunda inquietação o problema da unidade do espiritismo. Seu último manuscrito, sobre a "Constituição do espiritismo", toca também a questão dos cismas. Para garantir a unidade, proclamava como condição fundamental "que todas as partes do conjunto da doutrina sejam determinadas com precisão e clareza". Exatamente quando se dispunha a formular os "princípios fundamentais da doutrina espírita, reconhecidos como verdades inconcussas", foi chamado pelo Senhor da vida. Na Constituição falava também da "necessidade de uma direção central superior, guarda vigilante da unidade progressiva e dos interesses gerais da doutrina"; e fazia sentir sua inquietação por não ver, "a surgir no horizonte, o seu condutor". Sem isso, escrevia ele, o espiritismo corre o risco de "caminhar ao léu". Quis mesmo estabelecer um "formulário de fé e adesão, por escrito", para garantir "a unidade "sob o império de uma mesma fé, de uma comunhão de pensamentos, de modos de ver e de aspirações". Dir-se-ia que desejava um papa...

Mas tudo isso não se concretizou. E o espiritismo iniciou sua marcha ao léu... "Todos queriam a união dos espíritas em tomo de um centro diretor. Todos, porém, queriam ser esse centro."

No Brasil, a reação mais violenta e extrema dentro do espiritismo kardecista surgiu em 1910, com o Sr. Luiz de Mattos, fundador do "Espiritismo Racional e Científico (Cristão)". Naquele ano, o padre Antônio Vieira, "em corpo astral", o escolheu para iniciar o novo movimento. Contra o aspecto excessivamente religioso dos kardecistas, acentuou o lado científico e racional das comunicações com o "mundo astral". Em suas obras investe furiosamente contra o kardecismo, "a maior praga que na terra existe, porque, além dos perversos instintos que os dominam, são dominados pela indolência mental, não gravam senão aquilo que agrada a sua animalidade"; "um saco de patifarias enfeitado com as rendas *sem caridade não há salvação* e outras frioleiras". Com relação à Igreja, estes espíritas racionalistas são igualmente agressivos. Eles se orgulham de ter uma filosofia própria e de poder explicar com exatidão o que é o espírito, a matéria, o astral, o fluido, o pensamento, o espaço, a aura e a evolução. E todos quantos não aceitam estas explicações, são cretinos e obsedados.

Menos violenta, mas mais profunda e incomparavelmente mais popular, foi outra cisão, da qual surgiu o assim chamado espiritismo "de umbanda". Informa o Conselho Nacional

Deliberativo da Umbanda (CONDU) que no dia 15 de novembro de 1907 o Sr. Zélio Fernandino de Moraes, de tradicional família fluminense, compareceu a uma sessão da Federação Espírita de Niterói e lá "recebeu um aviso" do além: seria o responsável pela organização de um novo culto no Brasil.

No dia seguinte foi fundado o primeiro terreiro de umbanda: a Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade. Dez anos depois Zélio de Moraes criou mais sete tendas espíritas, todas de "Nossa Senhora". Em 1937 organizou a Federação Espírita de Umbanda do Brasil, posteriormente denominada União Espiritista da Umbanda do Brasil (UEUB), que, em 1941, promoveu o I Congresso do Espiritismo de Umbanda, para ensaiar a codificação formal da doutrina e do ritual.

Que aconteceu?

2. As pesquisas feitas por Diana Brown ("Uma história da umbanda no Rio", em Cadernos de ISER, n. 18, 1985) revelam que Zélio de Moraes e seu grupo eram kardecistas insatisfeitos com o elitismo da prática espírita, que começaram a visitar terreiros de cultos africanos localizados nos bairros populares dos arredores do Rio de Janeiro e de Niterói. Todos eles eram brancos e da classe média: funcionários públicos, comerciantes, militares, profissionais liberais. Deu-se então o encontro do kardecismo francês com a religião africana de origem banta, caracterizada pelo culto aos antepassados ou ancestrais, que também eram evocados à maneira espiritista e se manifestavam durante o ritual africano.

Era evidente a afinidade entre espiritismo e culto banto. Ritual e doutrinariamente pobre, a prática banta ("macumba") já se havia enriquecido com elementos do culto nagô ("candomblé"), sobretudo pela adoção de orixás iorubanos (também ancestrais, embora de certa categoria e após um processo de ancestralização), mas sem deixar de estar sempre centrado na evocação de seus próprios antepassados, que já então se manifestavam ora como "pretos velhos", ora como "caboclos" ou "crianças". Na época já se realizava também o sincretismo do culto africano (sudanês e banto) com a religiosidade popular católica.

Os kardecistas insatisfeitos, congregados por Zélio de Moraes, passaram a preferir as entidades que se manifestavam nos cultos bantos como mais competentes nas curas e no tratamento de doenças e na solução de outros problemas humanos. Os ritos africanos lhes pareciam mais estimulantes e dramáticos que o seco e monótono cerimonial kardecista (espiritismo "de mesa"). Mas não aceitavam ritos que envolviam sacrifícios de animais e a presença de espíritos trevosos ("exus"). Nem concordavam com as bebedeiras e a exploração econômica dos clientes. A dispendiosa roupagem sacral feminina (das "baianas") foi substituída por um higiênico avental branco, incentivando-se também o uso do tênis, em vez de dançar descalço. Simplificou-se o culto, a defumação e os cumprimentos do altar.

Houve, pois, um processo de desafricanização do rito banto-nagô. Fiéis ao corpo doutrinário do kardecismo, Zélio de Moraes e seus adeptos adotaram ritos de sabor africano e começaram a confabular com pretos velhos e caboclos do além.

Surgiu assim o espiritismo de umbanda.

3. "Umbanda" era o nome dado ao chefe do culto banto. O termo ainda hoje é comum em Angola, como me informaram vários missionários que lá trabalharam. O folclorista angolano Oscar Ribas, na obra *Ilundo*, publicada pelo Museu de Angola em 1958, confirma que o dirigente do terreiro, palavra que lá também é usada para indicar o lugar de culto, quando é homem, chama-se pai-de-umbanda, quando é mulher, mãe-de-umbanda. No dicionário dos dialetos Ouimbunda e Umbunda, de A. da Silva Maia, edição de 1955, a palavra "umbanda" significa simplesmente: "feitiçaria, feitiço, feiticeiro". De um missionário angolano recebi acerca desta palavra os seguintes dados: "Umbanda" é um vocábulo da língua umbunda, falada pela tribo do mesmo nome, da raça banta, na região central de Angola (Bailundo, Huambo, Bié, Andulo, Caconda etc.). O mesmo termo, mais ou menos alterado, encontra-se também em outras tribos afins, como Nhaneca, ao sul de Angola. A palavra pode ter três significados: a) um talismã com a prolação das devidas palavras rituais, a que se atribuem efeitos maravilhosos, causados por espíritos ou almas dos falecidos; b) o próprio talismã, que pode ser um manipão, raízes de plantas especiais, partes do corpo animal, como o fígado da hiena, unhas, cornos, ossos humanos sobretudo o crânio, moedas etc. As palavras rituais variam segundo o efeito a obter e que podem ter ou finalidade defensiva, contra o feitiço de outros, evitar uma calamidade etc., ou finalidade ofensiva para provocar doença ou morte de um inimigo, ou com fins benéficos para conseguir riquezas, sorte nos negócios, nas relações, na caça, na agricultura; podem também relacionar-se com os ancestrais falecidos, para apaziguá-los, merecer sua

proteção etc.; c) o poder de exercer os atos supramencionados.

Arthur Ramos, em *O negro brasileiro* (3ª ed., p. 102, nota 150), cita esta informação de Heli Chatelain, *Folks-tales of Angola*, de 1894: "*U-mbanda* é derivada de *Ki-mbanda*, pelo prefixo U., como *u-ngana* o é de *ngana*. Umbanda é: 1) a faculdade, ciência, arte, ofício, negócio: a) de cura por meios de medicina natural (remédios) ou medicinas supematurais (encantos); b) de adivinhação do desconhecido pela consulta aos espíritos dos mortos, aos gênios, demônios, que não são espíritos humanos nem divinos; c) de indução destes espíritos humanos e não-humanos a influir sobre os homens e a natureza para o bem-estar ou a desgraça humana; 2) as forças atuantes na saúde, na adivinhação e na influência dos espíritos; 3) os objetos (encantos) que são supostos a estabelecer e determinar a conexão entre os espíritos e o mundo físico".

No já citado livro *Ilundo*, o folclorista angolano Oscar Ribas ensina: "Na religião negra nada se opera sem a influência dos espíritos. Através dos seus instrumentos de mediunidade, eles agem para todas as circunstâncias, quer para o bem, quer para o mal. São os espíritos que revelam as causas das enfermidades, azares, tudo, enfim, o que se pretende saber. São os espíritos que receitam por intermédio de seus sacerdotes, quer no momento da atuação, quer em sonho também. E são os espíritos, ainda, que tomam à sua guarda quem a eles recorre, ou, inversamente, também são eles que matam, quando a isso os induzem".

4. Mas não eram os umbandas de Angola que entusiasmaram o grupo fundador da umbanda no Brasil. Por ocasião do I Congresso do Espiritismo de Umbanda, em 1941, o grupo, então ainda numericamente insignificante, tinha a preocupação de mostrar que a umbanda é de origem antiquíssima, vem dos hindus, contemporânea dos Vedas, que depois passou à África, donde veio para o Brasil. Era este o teor das duas primeiras conclusões unanimemente aceitas por aquele congresso:

"1. O espiritismo de umbanda é uma das maiores correntes do pensamento humano existente na terra há mais de cem séculos, cuja raiz provém das antigas religiões e filosofias da Índia, fonte de inspiração de todas as demais doutrinas filosóficas do Ocidente".

"2. Umbanda é palavra sânscrita, cuja significação em nosso Idioma pode ser dada por qualquer dos seguintes conceitos: Princípio Divino, Luz Irradiante, Fonte Permanente de Vida, Evolução Constante."

Era a desafricanização.

Os primeiros anos da incipiente umbanda não foram fáceis. Uma lei de 1934 (Getúlio Vargas) colocou os grupos religiosos de inspiração africana sob a jurisdição do Departamento de Tóxicos e Mistificações da polícia. Para poderem funcionar, tinham que solicitar registro especial neste Departamento. Naqueles anos houve repressão e perseguição policial. Numerosos grupos ficavam na clandestinidade ou, quando se registravam, procuravam esconder suas ligações ou inspirações africanas e se registravam como "espiritistas".

5. A alta direção da Federação Espírita Brasileira, ortodoxamente kardecista, embora hostil ao novo tipo de espiritismo, em nota publicada no *Reformador*, seu órgão oficial, de julho de 1953, fez esta declaração: "Todo aquele que crê nas manifestações dos espíritos é espírita; ora, o umbandista nelas crê, logo o umbandista é espírita". E esclarecia: "Os que aceitam o fenômeno espírita como manifestação de 'Satanás', ou como ocasionado somente por forças desconhecidas, esses não são espíritas; mas aqueles que o têm como produzido por espíritos, esses devem ser considerados como adeptos do espiritismo, isto é, espiritistas, admitam ou não a reencarnação e pratiquem ou não rituais que nós não adotamos".

Era o endosso oficial.

Mas tão generosa e tolerante atitude da mais alta autoridade espírita no Brasil, que permitia às tendas umbandistas registrar-se oficialmente como "espíritas" para escaparem da perseguição policial, foi drasticamente modificada pela declaração oficial de 2 de janeiro de 1978, publicada no *Reformador* de fevereiro de 1978:

"1. É imprópria, ilegítima e abusiva a designação de *espíritas* adotada por pessoas, tendas, núcleos, terreiros, centros, grupos, associações e outras entidades que, mesmo quando legalmente autorizados a usar o título, não praticam a doutrina espírita, tal como foi clara e formalmente definida no editorial de *Reformador* de setembro de 1977, ano 95, n. 1.782". Este editorial definia: "Doutrina espírita é o conjunto de princípios básicos, codificados por Allan Kardec, que constituem o espiritismo. Estes princípios estão contidos nas obras fundamentais, que são: *O livro dos espíritos*, *O livro dos médiuns*, *O evangelho segundo o espiritismo*, *O céu e*

o inferno, A gênese. Todas as demais obras, por mais preciosas que sejam ou venham a ser, são e serão obras complementares, sem que isso diminua o extraordinário valor de muitas delas".

"2. O espiritismo é uma doutrina de princípios estabelecidos com clareza e exatidão (...) e não se confunde com quaisquer outras ciências, filosofias, religiões, movimentos, sincretismos, folclore, crenças ou credences."

"3. Não são espíritas, mesmo que assim se digam, nem médiuns espíritas, mesmo que sejam médiuns, os que não se enquadram nas definições doutrinárias contidas no Editorial de *Reformador* de novembro de 1977, ano 95, n. 1.784."

Era a excomunhão.

Aliás, já em 1926 o Conselho Federativo da mesma Federação kardecista publicara um parecer oficial sobre "caboclos e africanos". Já então se manifestavam "caboclos" e "pretos velhos" que não se pautavam pela doutrina AK (cf. *Reformador*, maio de 1978, p. 165), embora também viessem "do além". O além imaginado pelos espiritistas é tão pluralista como este aquém dos mortais.

6. Depois da guerra mundial e dos 15 anos da ditadura de Getúlio Vargas (1945), há o retomo a um governo constitucional. Diminui a perseguição policial. A umbanda pode ser praticada livremente. Criam-se novos centros. Formam-se novas federações. E a umbanda começa a aparecer nos meios de comunicação social, em programas de rádio, em colunas semanais dos principais jornais do Rio e em numerosas publicações de sua própria iniciativa. Em 1949 inicia a circulação do *Jornal de umbanda*, ainda por iniciativa do grupo Zélio de Moraes. O movimento passa a outros Estados. O pequeno grupo local se transforma em movimento nacional. Começa a ser proclamado como "a religião do Brasil".

Sobretudo a partir de 1950 muitos terreiros afro-brasileiros, completamente independentes da umbanda pura idealizada por Zélio de Moraes, identificam-se publicamente também com a umbanda. Aparecem e pululam "terreiros de umbanda" de todo tipo. Cada qual dirige seu terreiro ou escreve seu livro inteiramente por conta própria, persuadido de ter assistência especial de alguns "guias" do além. Eis alguns desabafos da época:

- "Os autores de umbanda se contradizem a si próprios e não apenas a seus colegas" (Samuel Ponze, *Lições de umbanda*, Rio, 1954, p. 35). E mais: "Reina a anarquia, a incompreensão, a vaidade, a mistificação, a pouca cultura entre a maioria dos umbandistas" (p. 26); "cada qual quer ser o maior. Cada chefe de terreiro acha que acima de seu guia ou de seus guias, só Deus" (p. 27).

- "Cada um procura fazer uma umbanda a seu modo, e dentro do conceito que ele próprio imagina, de acordo com a sua instrução, com a sua capacidade de imaginação, com os seus conhecimentos, e, quase nunca, com a orientação dada pelos seus próprios guias" (A. Fontenelle, *Exu*, Rio, 1952, p. 60).

- "Até hoje, nada de claro ao público, em matéria literária sobre umbanda" (Emanuel Zespo, pseudônimo de Paulo Menezes, *Codificação da lei de umbanda*, Parte Científica, Rio, 1951, p. 16).

- "A umbanda, no Brasil, difere de Estado para Estado, de cidade para cidade, de município para município, de vila para vila e de tenda para tenda" (Lourenço Braga, *Um banda e quimbanda*, 2ª parte, Rio, 1956, p. 7). Depois explica: "Essa divergência tem sua origem na ignorância, na pretensão, na vaidade e, muitas vezes, na falta de escrúpulos e nas segundas intenções, de alguns de seus praticantes e dirigentes, que para serem adorados pelos que os cercam ou para tirarem quaisquer espécies de vantagens, mesclam e maculam a umbanda, com rituais desnecessários, usados para impressionar os crentes e freqüentadores".

- "Hoje uma vasta onda de mistificação invadiu a umbanda. Criaram, os intrusos, uma umbanda branca, uma umbanda mista, modificaram o ritual sagrado, e pior sob o ponto de vista espiritual, introduziram o comercialismo na seita. Escritores improvisados publicaram livros cheios de erros e fantasias, servindo a umbanda de capa a atividades inteiramente comerciais. Para completar a mistificação, pessoas que nada conhecem dos mistérios de umbanda, que nunca foram sacerdotes, que nunca fizeram 'cabeça', abriram centros e tendas, montaram consultórios luxuosos, onde os clientes são atendidos mediante fichas numeradas" (Byron Torres de Freitas e Tancredo da Silva Pinto, *Fundamentos de umbanda*, Rio, 1956, p. 19).

7. Para remediar situação tão confusa, multiplicaram-se as federações e confederações. Em meados de 1950 surgiram seis novas federações no Rio, além da já existente UEUB: três foram organizadas por umbandistas do setor médio, seguindo as diretrizes gerais da orientação ritual e doutrinária da umbanda pura (idealizada pelo grupo de Zélio de Moraes). As outras três

defendiam uma forma de umbanda de orientação africana, com elementos provenientes do setor pobre, negros e mulatos. Entre estes estava a Confederação Espírita Umbandista, fundada em 1952 por Tancredo da Silva Pinto, declaradamente africanista, "com a finalidade de restabelecer a tradição antiga, em toda a sua força e pureza primitiva". Bem diferente queria ser a Associação Umbandista Brasileira, comandada por Lourenço Braga, que também pretendia reunir, sob uma única direção, "todos os centros, grêmios, tendas, cabanas, terreiros, agremiações, sociedades e associações, que praticam o espiritismo nos moldes de umbanda". Nesta associação os terreiros deviam chamar-se "tendas"; e nelas não se permitiria bater tambores, nem usar pembas pretas ou vermelhas, punhais, bebidas, roupas de cores diferentes da branca; nem se toleraria cantar no ritmo de jêje, nagô, banto, keto, angola ou omolocô, mas apenas "em ritmo de umbanda e sem alterar a voz em demasia"; nelas os médiuns só trabalhariam vestidos de branco, calçados com sapatos de corda ou descalços, os homens de calça branca e camisa branca, as mulheres de blusa e saia brancas; não seria permitida a matança de quaisquer animais, nem comida de santo, nem despachos em nenhum lugar; mas seria facultado o uso de defumadores, velas, pembas brancas ou de cor (menos as pretas e vermelhas, que são do exu), banhos de descarga, breves, patuás, seixos, conchas, fitas, figas de guiné e arruda...

Comentava Tancredo da Silva Pinto, o grande chefe angolano que iniciou 3.576 filhos-de-santo: "Terreiro de umbanda que não usar tambores e outros instrumentos rituais, que não cantar pontos em linguagem africana, que não oferecer o sacrifício de preceito e nem preparar comida de santo, pode ser tudo, menos terreiro de umbanda".

Era o cisma.

Em 1955 formou-se então o Colegiado Espírita do Cruzeiro do Sul, tentando reunir e unificar as facções. A nova coalizão agrupou as cinco federações mais ativas do Rio e teve na UEUB sua principal promotora, incluindo também a confederação liderada pelo angolanista Tancredo da Silva Pinto, que foi nomeado um de seus presidentes. Este colegiado organizou e realizou o II Congresso de Umbanda, em 1961, com a presença de milhares de umbandistas (no Maracanãzinho) e representantes de dez Estados. Membros dos setores profissionais e políticos declararam abertamente sua crença na umbanda e defendiam sua nova religião nas assembleias estaduais. Grande, muito grande, foi sobretudo a influência dos militares e não poucos oficiais do exército e da polícia se transformaram em líderes da umbanda.

Nesta década de 50 aumentaram também as migrações internas, da zona rural para as periferias das grandes cidades, fazendo crescer as favelas e a miséria humana. Nelas entrou a umbanda Com suas mirabolantes promessas de contato perceptível com os espíritos do além, capazes de resolver os problemas dos pobres.

Era uma nova maneira de fazer caridade: mediante a necromancia e a magia. Lembrada do preceito divino que interdita a evocação dos falecidos ou de quaisquer outros espíritos do além, não podia a Igreja abrir-se para este tipo de filantropia.

8 . A década de 50 é também o tempo da institucionalização da umbanda em São Paulo. Suas federações se ligam com as do Rio. Apenas em 1953 apareceram em São Paulo as duas primeiras federações, das quais ainda está em atividade a FUESP: Federação Umbandista do Estado de São Paulo. Só na década de 60 organizam-se em São Paulo 15 diferentes federações de umbanda. Segundo a pesquisa promovida pelo Centro de Estudos da Religião Douglas Monteiro, de São Paulo, todas as federações tinham mais ou menos os mesmos objetivos: 19) filiar terreiros, registrando-os em cartório e conferindo-lhes proteção e assistência jurídica; 29) apresentar a umbanda como sendo uma religião cristã; 39) praticar a caridade mediante a criação de entidades assistenciais e a prática espírita da evocação dos mortos; 49) combater a comercialização das práticas religiosas e zelar pelo bom nome público de umbanda; 59) promover a unificação institucional e a codificação doutrinário-ritual; 69) representar a umbanda e intermediar os terreiros em suas relações com o aparato burocrático legal. Mas seu grande propósito seria assegurar à umbanda seu estatuto de religião reconhecida pelo Estado e legitimar-se frente à sociedade civil.

Em 1961, por ocasião do I Congresso Umbandista do Estado de São Paulo, sob a liderança do coronel Nelson Braga Moreira (depois general), é criado o Superior Órgão de Umbanda do Estado de São Paulo (SOUESP), congregando boa parte das federações. Até o final da década de 60 havia em São Paulo 21 federações. Na década de 70 apareceram outras 21. E nos primeiros anos da década de 80 temos mais 7 novas federações, sempre em São Paulo. Das 29 federações paulistas nascidas depois de 1970, apenas 13 são confederadas. Para assegurar sua autonomia, grande número de terreiros resiste firmemente a toda tentativa de unificação ou

centralização e nega sua filiação a qualquer federação. Serão assim incontrolláveis em sua criatividade e nos critérios com que aceitam as orientações "recebidas do além". Pois todos são convictamente espiritistas, sentindo cada chefe de terreiro os mesmos direitos que no século passado AK tomara para si. Comanda a arbitrariedade do além.

Mas o Superior Órgão de Umbanda do Estado de São Paulo (SOUESP) encontrará seu forte rival em outro Superior Órgão de Umbanda e Candomblé do Estado de São Paulo (SOUCESP), fundado em 1976 pelo tenente da polícia militar Hilton de Paiva Tupinambá (o famoso "tenente Tupinambá"), que em 1969 já fundara a União Regional Umbandista (URU) de Taubaté, com sucursais em outras regiões. A confederação destas várias URUs é precisamente a SOUCESP.

Houve, pois, uma mudança radical com relação à umbanda: se antes os policiais eram os algozes dos terreiros, agora serão seus promotores ou protetores; se antes os pais-de-santo eram tidos como contraventores, agora serão personalidades cortejadas pelos mais influentes políticos.

9. Maria Helena Villas Boas Concone e Lísias Nogueira Negrão, do Centro de Estudos da Religião (CER) Douglas Teixeira, fizeram um levantamento das associações civis umbandistas, espíritas e candomblecistas registradas nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, de 1930 a 1982 (d. cadernos do ISER, n. 18, 1985, p. 48). E compuseram o seguinte quadro, no qual os números entre parênteses se referem a porcentagem:

Décadas	Umbanda	Espiritismo	Candomblé	Totais
30	27 (8,5)	294 (91,5)	—	321 (100,0)
40	58 (6,8)	803 (93,2)	—	861 (100,0)
50	1.025 (54,7)	845 (45,3)	1 (0,0)	1.869 (100,0)
60	2.836 (88,9)	268 (8,4)	83 (2,7)	3.187 (100,0)
70	7.627 (87,8)	202 (2,6)	856 (9,6)	8.685 (100,0)
80/82	1.389 (82,8)	55 (3,4)	233 (13,8)	1.677 (100,0)
Totais	12.960 (78,0)	2.467 (14,8)	1.173 (7,2)	16.600 (100,0)

A impressionante tabela merece algumas observações. As 16.600 associações civis registradas nos cartórios da Capital estão de fato localizadas também em municípios da grande São Paulo e algumas em municípios do interior do Estado. Os números expressam apenas as associações registradas, mas não indicam as que depois, talvez, desapareceram; em compensação, é preciso lembrar também o grande número de terreiros ativos não registrados. Os centros espíritas constituem a absoluta maioria nas décadas de 30 e 40. Mas isso não significa sem mais que todos fossem kardecistas, dado que naqueles anos, por causa da repressão policial, muitos terreiros escondiam sua condição umbandista e se diziam simplesmente espiritistas, coisa que, como vimos no n. 5, a própria Federação Espírita (kardecista) lhes facultara pela declaração de julho de 1953. Este fato talvez explique também o forte declínio do registro de centros espíritas (kardecistas) a partir de 1960, quando aparece novo e surpreendente fenômeno: o surto do candomblé em São Paulo e seu notável crescimento até nossos dias. Pode-se admitir que na década de 70 muitas associações candomblecistas, antes registradas como umbandistas, assumiram uma mais clara consciência negra, identificando africanismo com candomblé (idealização da tradição nagô como sinônimo de africanidade em certos ambientes do Brasil).

A explosão umbandista a partir de 1970 é certamente a nota mais marcante da tabela: 7.627 somente em São Paulo! O "retraiamento da Igreja" depois do Concílio Vaticano II é indicado pela citada pesquisa como poderoso fator favorável à extraordinária expansão da umbanda.

10. Em 1971 foi fundado pelo grupo ligado ao deputado Atila Nunes Filho, no Rio de Janeiro, o Conselho Nacional Deliberativo da Umbanda (CONDU). Esta nova entidade pretende dar uma orientação comum que informa a prática religiosa dos centros umbandistas e procura estabelecer uma liturgia única a ser seguida pelos fiéis, para consolidar os postulados da religião. O núcleo inicial era composto por cinco grupos: Confederação Nacional Espírita

Umbandista dos Cultos Afro-brasileiros; Congregação Espírita Umbandista do Brasil; União Espiritista de Umbanda do Brasil; Primado de Umbanda; e Federação Nacional das Sociedades Religiosas de Umbanda. Depois outras entidades se agregaram. Em 1982 já se haviam unido ao CONDU 41 federações e confederações do Brasil. "Estima-se em 300 mil o número de terreiros filiados a essas federações, que por sua vez associam cerca de 40 milhões de umbandistas", gabava-se o deputado Atila Nunes Filho em 1982. Mas pode haver aqui dois formidáveis exageros: que sejam realmente 300 mil os terreiros afiliados; e que cada terreiro tenha uma média de 130 membros. O Anuário Estatístico de 1984 dava apenas 678.714 espíritas afro-brasileiros. Mas estes são os que já não querem ser católicos.

A verdade é que ninguém está em condições de informar com exatidão sobre o número dos umbandistas. E a razão é muito simples: a absoluta maioria dos adeptos e simpatizantes da umbanda continua afirmando sua identidade católica. Apenas os umbandistas declaradamente espíritistas, marcados por um kardecismo desvinculado da Igreja católica, negam sua condição católica. A grande massa popular adere a um umbandismo mais africano pouco kardequizado, com evidente fachada católica. Neles perdura a consciência de serem católicos, embora à maneira africana. O cordão umbilical que os liga à mãe-Igreja ainda não foi cortado. O caníço rachado não se quebrou e a mecha que ainda fuma não se apagou (cf. Mt 12,20). Entretanto, já estão presentes forças que tendem a consumir a ruptura fatal.

11 . Não é possível ensaiar um resumo da doutrina umbandista. Já vimos esta lamentação feita por um umbandista: "Cada terreiro procura fazer a umbanda a seu modo, e dentro do conceito que ele próprio imagina, de acordo com sua instrução, com sua capacidade de imaginação, com os seus conhecimentos".

No I Congresso do Espiritismo de Umbanda, em 1941, foi unanimemente aprovada a quinta conclusão, formulada nestes termos:

- "Sua filosofia consiste no reconhecimento do ser humano como partícula da divindade, dela emanada límpida e pura, e nela finalmente reintegrada ao fim do necessário ciclo evolutivo, no mesmo estado de limpidez e pureza, conquistado pelo seu próprio esforço e vontade".

Sente-se aí um eco da doutrina kardecista, mas o próprio AK jamais teria aprovado o panteísmo patente nestas palavras. Sem nenhuma formação séria e sistemática, muitas vezes sem saber falar e escrever corretamente o português, o babalaô, na necessidade, entretanto, de apresentar aos seus sequazes alguma doutrina, soletrou livros "espiritualistas", mastigou tudo aquilo como pôde, misturou, liquidificou e ofereceu lances deste tipo:

- "A vida é Deus em energia e força manifestadas. A morte é Deus colhendo as suas sementeiras. A reencarnação é Deus na seleção das almas que precisam depurar-se. Natureza é matéria de Deus, é Deus-mãe" (AB'D' Ruanda, *Lex umbanda*. Catecismo. Rio, 1954, p. 48).

- "Como no cristianismo, no bramanismo e noutras religiões, o espírito supremo, o absoluto, é trino, e em umbanda os seus três aspectos têm as seguintes denominações: *Obatalá*, corresponde ao Pai, no cristianismo, ao brama no hinduísmo, a Osíris, na trindade dos antigos egípcios; *Oxalá*, correspondendo ao Filho, no cristianismo, a Visnu no hinduísmo, a Hórus, na trindade egípcia; o Filho é Cristo no catolicismo e Jesus no kardecismo; *Ifá*, corresponde ao Espírito Santo no catolicismo, Isis, na trindade dos egípcios, Maya no hinduísmo" (*Catecismo de umbanda*, Rio, 1954, sem indicação de autor).

A antropologia dos terreiros se caracteriza pela filosofia da pluralidade das existências. A quarta conclusão unanimemente aprovada pelo I Congresso do Espiritismo de Umbanda soa assim:

- "Sua doutrina baseia-se no princípio da reencarnação do espírito em vidas sucessivas na terra, como etapas necessárias à sua evolução planetária".

É a mesma doutrina de AK. Até mesmo a Confederação Espírita Umbandista, que quer restaurar a antiga doutrina africana, em uma de suas obras "oficiais", declara: "O umbandista acredita na lei das reencarnações, na lei da evolução das almas, aceita a revelação de Jesus Cristo" (*Doutrina e ritual de umbanda*, Rio, 1951, p. 68); mas os mesmos autores, em *Fundamentos da um banda*, Rio, 1956, p. 58, esclarecem: "A umbanda não tem nada com a doutrina de Kardec". De sua parte, Emanuel Zespo, "o codificador de umbanda", ensina que "o espiritismo de umbanda aceita integralmente a revelação kardeciana" (*O que é a umbanda*, Rio, 1949, p. 47). E na p. 51 escreve:

- "Dos diversos tipos de espiritualistas existentes no mundo, o umbandista é dos que praticam a mediunidade espiritualista, e, como os espíritas, o umbandista comunica-se com os desencarnados, aceita a lei das reencarnações, aceita a doutrina do Evangelho, e procura praticar

a caridade como a entendeu Kardec. A umbanda aceitou a comunicação com os desencarnados, a terceira revelação kardeciana, absorvendo do espiritismo todos os seus ensinamentos".

No meio de tantas idéias confusas e afirmações contraditórias, há, no entanto, este princípio comum a todos: *a evocação dos falecidos para confabular com eles*. E neste ponto, apenas neste, se identificam com AK e são espíritas. E para qualificar-se como espíritas podem os umbandistas apoiar-se em não poucas palavras de AK e que já vimos.

12. Este é o confuso universo espiritista. A verdade é que, depois de AK, não apareceu outro, igual a ele na clareza da exposição, na elegância do estilo e na capacidade de raciocínio. Existem ainda outras organizações não diretamente espiritistas, mas que em suas práticas e doutrina muito se aproximam do espiritismo. Lembro algumas:

- O "Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento": foi fundado em 27-6-1909, pelo Sr. Antônio Olívio Rodrigues. Tem sua sede central em São Paulo e possui mais de 1.500 centros (eles dizem "tattwas") espalhados por todo o Brasil, com quase meio milhão de sócios inscritos. Estão também firmemente centrados na idéia da reencarnação.

- A "Teosofia", fundada por Helena Petrowna Hahn, casada com o general russo Blavatsky, do qual se separou um ano depois, mas conservou o nome. Esteve em Paris, onde se transformou em médium espírita e entrou no grupo de Allan Kardec, herdando sua doutrina reencarnacionista. No Brasil a teosofia está dividida.

- Os "Rosacruz". Temos no Brasil várias organizações diferentes de "rosacruz". A mais difundida é a AMORC: Antiga e Mística Ordem Rosae Crucis, fundada em 1915, em Nova Iorque, por Harve Spencer Lewis (1883-1939). Também adota a doutrina da reencarnação. Temos ainda a "Fraternidade Rosacruz", fundada por Max Heindel, nos Estados Unidos, que se havia separado de Rudolf Steiner, criador da "Antroposofia".

- E temos mais: a Ordem dos Iluminados, a Ordem Esotérica do Mentalismo, a Ação Cristã Evolucionista, o Energismo, o Neopitagorismo, a Logosofia, o Ioguismo, várias organizações de Ocultismo, Astrologia e outras artes divinatórias. . .

Entendo agora bem estas palavras do Apóstolo na segunda carta a Timóteo, capítulo 4, versículos 3-4: "Virá um tempo em que alguns não suportarão a sã doutrina; pelo contrário, segundo os seus próprios desejos, como que sentindo comichão nos ouvidos, se rodearão de mestres. Desviarão os seus ouvidos da verdade, orientando-se para as fábulas". Ou estas de Jesus Cristo: "Eu vim em nome de meu Pai, mas não me acolheis; se alguém viesse em seu próprio nome, vós o receberíeis. Como podereis crer, vós que recebeis glória uns dos outros, mas não procurais a glória do Deus único?" (10 5,43-44).

A EVOCAÇÃO

Vimos que a evocação ou a manifestação provocada das almas dos falecidos, que são os "espíritos" do espiritismo, especifica, caracteriza e define o movimento suscitado por Allan Kardec. Sem evocação não há espiritismo. A evocação é a base da doutrina exposta em *O livro dos espíritos*, como se afirma no próprio subtítulo: "Segundo os ensinamentos dados por espíritos superiores com o concurso de diversos médiuns"; e como se explica amplamente na introdução. Em 1861 AK publicou sua segunda obra considerada fundamental: *O livro dos médiuns*, com este significativo subtítulo: "Guia dos médiuns e dos evocadores". Todo o capítulo XIX é dedicado à evocação. Sua exposição neste capítulo inicia com esta afirmação: "Os espíritos podem comunicar-se espontaneamente, ou acudir ao nosso chamado, isto é, vir por evocação".

Nestas palavras já temos uma espécie de definição do termo "evocação": "Acudir ao nosso chamado". Lembra em seguida AK que algumas pessoas acham que se deve deixar de chamar por de terminado espírito, pois nenhuma certeza poderíamos ter de entrarmos realmente em comunicação com o espírito desejado, já que estamos rodeados de espíritos brincalhões e galhofeiros que se aproveitariam da oportunidade para nos enganar; por isso, dizem, seria melhor fazer uma evocação muito genérica e esperar que de terminado espírito se apresente então espontaneamente. AK não nega este tipo de manifestações "espontâneas" (que, no entanto, sempre seria provocado ou produzido mediante o médium), mas não concorda com o parecer que acabara de expor: "Primeiramente, porque há sempre em torno de nós espíritos, as mais das vezes de condição inferior, que outra coisa não querem senão comunicar-se; em segundo lugar, e mesmo por esta última razão, não chamar a nenhum em particular é abrir a porta a todos os que queiram entrar. Numa assembléia, não dar a palavra a ninguém é deixá-la livre a toda a gente e sabe-se o que daí resulta. A chamada direta de determinado espírito constitui um laço entre nós e ele; chamamo-lo pelo nosso desejo e opomos assim uma espécie de barreira aos intrusos. Sem uma chamada direta, um espírito nenhum motivo terá muitas vezes para confabular conosco".

Aí está bem claramente definido o pensamento de Kardec e o propósito espírita: chamar ou evocar diretamente bem determinado falecido para confabular conosco. AK insiste: "Quando se deseja comunicar com determinado espírito, é de toda necessidade *evocá-lo*".

Esta é base do espiritismo.

Sobre este fundamento será agora necessário fazer algumas ponderações.

1. SERÁ POSSÍVEL COMUNICAR-SE COM OS FALECIDOS?

Nós cristãos católicos admitimos e proclamamos a imortalidade da alma. cremos na sua sobrevivência consciente logo depois da separação do corpo pela morte. Acreditamos que as almas dos falecidos continuam solidárias com os que ainda vivemos nesta peregrinação terrestre. Professamos nossa fé na comunhão dos santos. Podemos comunicar-nos com os falecidos mediante a oração invocativa. Veremos esta doutrina cristã nas páginas 178-179.

Não seria possível, então, que os falecidos também se comunicassem conosco?

A doutrina cristã sobre a comunhão dos santos se refere à comunicação mútua de bens espirituais, no plano inteiramente imperceptível da fé. É certo que a Bíblia menciona várias vezes aparições perceptíveis de espíritos do além. Assim o evangelista Lucas nos relata que "o anjo Gabriel foi enviado por Deus a uma cidade da Galiléia, chamada Nazaré, a uma virgem desposada com um varão chamado José, da casa de Davi; e o nome da virgem era Maria. Entrando na casa onde ela estava, disse-lhe: Alegra-te, cheia de graça, o Senhor é contigo" (Lc 1,26-28). Jesus ressuscitado apareceu a Saulo a caminho de Damasco e falou com ele (cf. At 9). A Igreja aprovou aparições de Nossa Senhora em Lourdes e em Fátima.

Trata-se, nestes casos, evidentemente, de comunicações perceptíveis vindas do além. A fé cristã, por conseguinte, admite não somente a mera possibilidade de comunicações sensíveis, mas afirma fatos reais deste tipo de trato entre o além e o aquém.

Não devemos, porém, esquecer que Lucas nos informa que o Anjo "foi enviado por Deus". Quem negará a Deus todo-poderoso a capacidade de enviar-nos seus mensageiros?

Quando Deus manda, a iniciativa é sua; e a conseqüente manifestação do além toma para

nós um caráter *espontâneo*.

Bem outra é a situação quando a iniciativa é nossa, querendo nós *provocar* alguma conversação com entidade do além. Quem pretende provocar a manifestação de algum falecido para dele receber mensagem ou notícia pratica um ato chamado pelos antigos de *necromancia*, expressão que vem do grego *nekrós* = falecido e *mantéia* = adivinhação. E quem intenta comunicar-se com o além com o fim de colocá-lo a serviço do homem realiza um ato já conhecido pelos antigos como *magia*. Quando a esperada ação da evocada entidade do além é a favor do homem ou para o bem, chama-se *magia branca*, mas será sempre "magia". E se for para o mal, será *magia negra* ou malefício, feitiçaria, bruxaria.

Tais comunicações provocadas do além, seja na forma de necromancia, seja na de magia (branca ou negra, pouco importa), são conhecidas também como *evocação*. Há diferença fundamental entre invocação e evocação: esta sempre pretende uma comunicação perceptível provocada por iniciativa do homem; aquela é apenas uma forma de prece ou súplica.

É evidente que a invocação é um ato bom e cristão, expressão da comunhão dos santos.

Mas que dizer da evocação?

Para esta pergunta recebemos da revelação divina resposta clara e insistente:

Êxodo 22,17: "Não deixarás viver os feiticeiros". Aqui, a palavra "feiticeiros" engloba todos aqueles que praticam qualquer tipo de evocação: necromantes e magos, sem excluir os que se entregam à magia branca. Deviam ser condenados à morte.

Levítico 19,31: "Não vos voltareis para os necromantes nem consultareis os adivinhos, pois eles vos contaminariam. Eu sou Iahweh, vosso Deus".

Levítico 20,6: "Aquele que recorrer aos necromantes e aos adivinhos para ter comunicação com eles, voltar-me-ei contra esse homem e o exterminarei do meio de seu povo". Portanto são condenados também aqueles que simplesmente consultam os necromantes.

Levítico 20,27: "O homem ou a mulher que entre vós forem necromantes ou adivinhos serão mortos; serão apedrejados, e o seu sangue cairá sobre eles".

Deuteronômio 18,10-14: "Que em teu meio não se encontre alguém que faça presságio, oráculos, adivinhação ou magia, ou que pratique encantamentos, que interroge espíritos ou adivinhos, ou evoque os mortos, pois quem pratica essas coisas é abominável a Iahweh, e é por causa dessas abominações que Iahweh teu Deus os desalojará em teu favor. Tu serás íntegro para com Iahweh teu Deus. Eis que as nações que vais conquistar ouvem oráculos e adivinhos. Quanto a ti, isso não te é permitido por Iahweh teu Deus".

2 Reis 17,17, enumerando as infidelidades de Israel, pelos quais foi castigado: "...Praticaram a adivinhação e a feitiçaria e venderam-se para fazer o mal na presença de Iahweh, provocando sua ira. Então Iahweh irritou-se sobremaneira contra Israel e arrojou-o para longe de sua face. . . "

2 Reis 21,6: descrição dos crimes do rei Manassés: "Praticou encantamentos e a adivinhação, estabeleceu necromantes e adivinhos e multiplicou as ações que Iahweh considera más, provocando assim a sua ira".

Isaías 8,19-20: o profeta se levanta contra aqueles que dizem: "Consultai os necromantes e os adivinhos que sussurram e murmuram".

Destaque especial merece a consulta do rei Saul à necromante de Endor, narrada em ISm 28,3-25. Estando em dificuldades na guerra contra os filisteus, e sem saber o que fazer, o rei Saul disse aos seus servos: "Buscai-me uma necromante para que eu lhe fale e a consulte". Informaram-lhe os servos que havia uma na localidade de Endor, ao sul do monte Tabor. Saul então disfarçou-se e, de noite, acompanhado de dois homens, foi à casa da necromante (os espíritos diriam "médium") e lhe pediu para evocar o falecido Samuel. Segundo o texto, Samuel de fato compareceu e disse a Saul: "Por que perturbas o meu repouso, evocando-me?" Saul respondeu: "É que estou em grandes angústias. Os filisteus guerreiam contra mim, Deus se afastou de mim, não me responde mais. Então vim te chamar para q'le me digas o que tenho que fazer". Respondeu Samuel: "Por que me consultas, se Iahweh se afastou de ti e se tomou teu adversário?" E lhe anunciou os castigos de Deus.

Em Eclesiástico 46,20 lemos a respeito deste caso de evocação:

"Mesmo depois de morrer, (Samuel) profetizou, anunciou ao rei (Saul) seu fim, do seio da terra elevou sua voz para profetizar, para apagar a iniquidade do povo". Segundo os textos citados, parece que se deve admitir que o falecido Samuel, evocado pela necromante de Endor, realmente compareceu. Todo o contexto, todavia, deixa evidente que se trata de caso excepcional, sendo a evocação não a causa, mas a ocasião aproveitada por Deus para autorizar o

comparecimento do falecido profeta e anunciar os castigos ao rei desobediente e infiel. Deste episódio singular não se pode inferir que nos outros casos os necromantes e magos conseguissem de fato fazer comparecer os falecidos evocados.

Aliás, em 1 Crônicas 10,13-14, somos assim informados acerca do fim do rei: "Saul pereceu por se ter mostrado infiel para com Iahweh, não seguira a palavra de Iahweh e, além disso, interrogara e consultara uma necromante. Não consultou a Iahweh, que o fez perecer e transferiu a realeza a Davi, filho de Jessé".

Clara, repetida, enérgica e severíssima é, pois, a proibição divina de evocar os falecidos. E este mandamento divino não foi revogado na Nova Aliança. Eis alguns exemplos:

Em Atos 13,6-12, Paulo e Barnabé encontram em Patos um judeu "mago e falso profeta", que se opunha à missão apostólica dos dois. Paulo, repleto do Espírito Santo, lhe disse: "O filho do diabo, cheio de toda a falsidade e malícia, inimigo de toda justiça, não cessas de perverter os retos caminhos do Senhor? Eis que agora o Senhor faz pesar sobre ti a sua mão".

Em Atos 16,16-18, Paulo, estando em Filipos, dá com uma jovem escrava "que tinha um espírito de adivinhação e obtinha para seus amos muito lucro, por meio de oráculos". Paulo disse ao espírito que estava na jovem: "Eu te ordeno em nome de Jesus Cristo: sai desta mulher!" E o espírito saiu no mesmo instante.

Em Atos 19,11-20 descreve-se a atividade e a pregação de Paulo em Éfeso, com este resultado: "Muitos daqueles que haviam crido vinham-se confessar e revelar suas práticas. Grande número dos que se haviam dado à magia amontoavam os seus livros e os queimavam em presença de todos. E estimaram o valor deles em cinquenta mil peças de prata".

Deviam ser muitos os livros de magia! O fato de eles queimarem estes livros só se explica se admitirmos que o Apóstolo falou fortemente contra as práticas da magia. Na carta aos gálatas (5,20-21) declara o mesmo Apóstolo que os que praticam a magia "não herdarão o Reino de Deus". E são João, no Apocalipse, revela que a porção dos magos se encontra no lago ardente de fogo e enxofre (21,8); e que, na hora do julgamento, os magos ficarão de fora da Cidade Eterna (22,15).

Posteriormente, a Igreja sempre se manteve fiel a esta rigorosa interdição divina de evocar os falecidos. No último Concílio, o Vaticano II, em 1964, a Constituição *Lumen Gentium*, temendo que a doutrina sobre nossa comunicação espiritual com os falecidos pudesse dar azo a interpretações do tipo espiritista, acrescentou ao texto do n. 49 a nota n. 2, "contra qualquer forma de evocação dos espíritos", coisa que, esclareceu a Comissão teológica responsável pela redação do texto, nada tem a ver com a "sobrenatural comunhão dos santos". A Comissão definiu então mais claramente o que se proibia: "A evocação pela qual se pretende provocar, por meios humanos, uma comunicação perceptível com os espíritos ou as almas separadas, com o fim de obter mensagens ou outros tipos de auxílio". O Concílio Vaticano II nos remete então a vários documentos anteriores da Santa Sé (já no dia 27-9-1258 o papa Alexandre IV falara disso), principalmente à declaração de 4-8-1856 e à resposta de 24-4-1917. Na declaração de 4-8-1856, precisamente quando AK se iniciava no espiritismo, era repetida a proibição de "evocar as almas dos mortos e pretender receber suas respostas". No documento de 24-4-1917 se declarava ilícito "assistir a sessões ou manifestações espiritistas, sejam elas realizadas ou não com o auxílio de um médium, com ou sem hipnotismo, sejam quais forem estas sessões ou manifestações, mesmo que aparentemente simulem honestidade ou piedade; quer interrogando almas ou espíritos, ou ouvindo-lhes as respostas, quer assistindo a elas com o pretexto tácito ou expresso de não querer ter qualquer relação com espíritos malignos".

No dia 31-3-1892 a Santa Sé publicou sua resposta oficial a um caso imaginado de evocação no qual as circunstâncias descritas eram as mais favoráveis. Eis a exposição do caso, a pergunta e a resposta:

"Tito, depois de excluir qualquer comunicação com o mau espírito, tem o costume de evocar as almas dos defuntos. Costuma proceder da seguinte maneira: Quando está só, sem outra preparação, dirige uma prece ao príncipe da milícia celeste a fim de obter dele o poder de comunicar-se com o espírito de determinada pessoa. Espera algum tempo; depois, enquanto conserva a mão pronta para escrever, sente um impulso que lhe dá a certeza da presença do espírito. Expõe então as coisas que deseja saber e sua mão escreve as respostas a estas questões. Tais respostas concordam inteiramente com a fé católica e a doutrina da Igreja acerca da vida futura. Geralmente elas falam sobre o estado em que se encontra a alma do tal falecido, pedem sufrágios etc. É lícito proceder desta maneira?" - A resposta oficial, aprovada pelo papa Leão XIII, foi categórica: "O que foi exposto não é permitido".

2. REJEIÇÃO CRISTÃ DA REVELAÇÃO MEDIANTE FALECIDOS

Por que tão rigorosa interdição? Não poderíamos ser positivamente ajudados pela instrução dos falecidos? Ou quererá Deus deixar-nos na ignorância acerca dos acontecimentos depois da morte?

O próprio Jesus nos deu a resposta na parábola do pobre Lázaro e do rico epulão (cf. Lc 16,19-31). Ambos morrem e são julgados, cada um de acordo com a vida que levou nesta terra.

Lázaro "foi levado pelos anjos ao seio de Abraão", isto é, ao céu.

O rico avarento é condenado ao inferno. A diferença entre os dois, depois da morte, é grande. O falecido rico gozador implora: "Pai Abraão, tem piedade de mim e manda que Lázaro molhe a ponta do dedo para me refrescar a língua, pois estou torturado nesta chama". Mas a separação entre ambos é definitiva e a comunicação, impossível. A resposta do céu é clara e dura:

- "Entre vós e nós existe um grande abismo, de modo que aqueles que quiserem passar daqui para junto de vós não o podem, nem tampouco atravessarem os de lá até nós" (v. 26).

O falecido epulão insiste num pedido com filantrópica proposta: "Pai, eu te suplico, envia então Lázaro até a casa de meu pai, pois tenho cinco irmãos; que ele os advirta, para que não venham eles também para este lugar de tormento". Era uma sugestão que parecia muito boa. Estabelecer-se-ia um útil intercâmbio entre os do além, com seus novos conhecimentos, e os da terra, sempre necessitados de esclarecimento e orientação. No entanto, a resposta do céu é seca:

- "Eles têm Moisés e os Profetas; que os ouçam!" (v. 29).

Mas o proponente insiste, com uma justificação: "Não, pai Abraão, se alguém dentre os mortos for procurá-los, eles se converterão". A razão parecia óbvia. É a solução proposta também pelos atuais movimentos espiritistas. Se é verdade que as almas dos falecidos sobrevivem conscientemente e que elas continuam solidárias conosco, afirmações que são corroboradas pela Bíblia e ensinadas pela Igreja católica, por que não poderia o Criador escolher esta via para trazer revelações úteis do além? A resposta do céu, entretanto, segundo Jesus, é sem rodeios:

- "Se não escutam nem a Moisés nem aos Profetas, mesmo que alguém ressuscite dos mortos, não se convencerão" (v. 31).

É a rejeição pura e simples da via espiritista.

Deus certamente "quer que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade" (1 Tm 2,4). Ele não quer deixar-nos na ignorância. Mas o Criador dos homens escolheu outra Via para instruí-los sobre o sentido da vida e o destino eterno. Na Constituição dogmática *Dei Verbum*, de 1965, o Concílio Vaticano II resume no n. 2 assim o plano divino da revelação:

- "Aprouve a Deus, em sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e tomar conhecido o mistério de sua vontade (cf. Ef 1,9), pelo qual os homens, por intermédio de Cristo, Verbo feito carne, e, no Espírito Santo, têm acesso ao Pai e se tomam participantes da natureza divina. Mediante esta revelação, portanto, o Deus invisível, levado por seu grande amor, fala aos homens como a amigos (cf. Ex 33,11; Jo 15,14-15), e com eles se entretém para os convidar à comunhão consigo e nela os receber. Este plano de revelação se concretiza através de acontecimentos e palavras intimamente conexos entre si, de forma que as obras realizadas por Deus na história da salvação manifestam e corroboram os ensinamentos e as realidades significadas pelas palavras. Estas, por sua vez, proclamam as obras e elucidam o mistério nelas contido. No entanto, o conteúdo profundo da verdade, seja a respeito de Deus, seja da salvação do homem, se nos manifesta por meio dessa revelação em Cristo, que é ao mesmo tempo mediador e plenitude de toda a revelação".

Deste plano de revelação estão excluídos os falecidos. Depois de Moisés e dos Profetas, Deus nos enviou seu Filho, o Verbo eterno que ilumina todos os homens, para que habitasse entre os homens e lhes expusesse os segredos de Deus (cf. Jo 1,1-18). Com Jesus recebemos a plenitude da revelação necessária para a nossa salvação. Ele se apresenta a si mesmo com uma declaração solene: "Eu sou o caminho, a verdade e a vida" (Jo 14,6). Ele está "cheio de verdade" (Jo 1,14). "Nele se acham escondidos todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento" (Cl 2,3). Ele é pessoalmente o anunciado e prometido Emanuel, Deus-com-os-homens. Ele é para nós como a nuvem luminosa do Êxodo: "Eu sou a luz do mundo. Quem me segue não andarás nas trevas, mas terá a luz da vida" (Jo 8,12). Ele é a luz das gentes (Lc 2,32),

o sol nascente que ilumina os que estão nas trevas (Lc 1,78s.). "Eu, a luz, vim ao mundo para que aquele que crê em mim não permaneça nas trevas" (10 12,46).

Não necessitamos perturbar o repouso dos falecidos (cf. 1 Sm 28,15). O Concílio Vaticano II, na citada Constituição *Dei Verbum* (n. 4b), nos garante que "a economia cristã, como aliança nova e definitiva, jamais passará, e já não há que esperar nenhuma nova revelação pública antes da gloriosa manifestação de nosso Senhor Jesus Cristo (d. ITm 6,14; Tt 2,13)".

Não haverá "terceira revelação".

O espiritismo, que pretende ser precisamente esta "terceira revelação", não só não entra nos planos de Deus Revelador, mas se opõe à economia divina.

3. OS EFEITOS NEGATIVOS DA EVOCAÇÃO

Deus, autor da vida e criador do homem, teve por certo razões graves para interditar com tanta severidade a evocação dos falecidos. Quais seriam estes motivos? Os textos bíblicos citados dão alguma indicação: ". . . para que vos não contamineis por meio deles (dos necromantes): eu sou o Senhor vosso Deus" (Lv 19,31); "Porque o Senhor abomina todas estas coisas" (Dt 18,13); porque afasta o homem de Deus (Dt 13,2-6); porque desvia da Lei e do Testamento (Is 8,19-20); porque o mago "perverte os caminhos retos do Senhor" (At 13,10); porque a magia faz parte das "obras da carne" (Gl 5,20). Segundo a Bíblia, a magia é uma injúria à soberana independência e transcendência de Deus e aos seus direitos exclusivos de criar, revelar, fazer milagres e santificar os homens; a magia tende a rebaixar a Deus ao nível da criatura e abre os caminhos para as mais estranhas religiões. E porque a magia é aviltamento da soberania divina, por isso ela é também degradação da dignidade do homem, é deformação do autêntico sentimento religioso.

Não é difícil constatar como, de fato, entre nós, a prática da evocação foi distanciando os espíritas da doutrina cristã e da Igreja de Cristo. Vítimas da miragem espírita, milhões de brasileiros já se sentem praticamente desvinculados da Igreja. São os frutos da evocação. Jesus previu a invasão dos falsos profetas e nos deu uma grave exortação: "Guardai-vos dos falsos profetas, que vêm a vós disfarçados de ovelhas, mas por dentro são lobos ferozes. Pelos seus frutos os conhecereis" (Mt 7,15-16).

Pelos seus frutos os conhecereis: penso, sobretudo também nos efeitos que a diuturna prática da evocação produz sobre a saúde de seus praticantes. Pois o espiritismo é uma religião "de possessão", como se diz agora. A suposta ou imaginada possessão se realiza sempre em um estado psicológico de transe. Para poder atuar como instrumento dos espíritos, o médium deve entrar neste estado que não é normal. Segundo as normas de estatutos para sociedades espíritas, dadas pela Federação Espírita Brasileira, os centros espíritas devem realizar "sessões para obtenção dos fenômenos espíritas", que são reguladas nestes termos pelo art. 2 § 2: "*O desenvolvimento das faculdades mediúnicas* consistirá, principalmente, no aprendizado, para o médium, da doutrina, em geral, e, em particular, no exercício da concentração, da meditação e da prece, *no apuramento da sua sensibilidade*, para o efeito de perceber, pela sensação que lhe produzam os fluidos perispíricos do espírito que dele se aproxime, de que ordem é este; na aprendizagem da maneira por que se deve comportar o seu próprio espírito durante a manifestação, tudo mediante o estudo de *O livro dos médiuns* e de outras obras congêneres, estudo sem o qual nenhum médium deverá entregar-se à prática da mediunidade, sobretudo sonambúlica".

Em vista disso e considerando a enorme multiplicação destes centros entre o povo simples, já por todo o vasto Brasil, interroguei a opinião de médicos-psiquiatras, professores de psiquiatria, diretores de hospícios e psicólogos, sobre a conveniência de promover o desenvolvimento das faculdades "mediúnicas" e provocar "fenômenos espíritas". Perguntei-lhes também se o médium "desenvolvido" pode ser considerado tipo normal e são; e que pensam acerca da prática popularizada de tantos centros espíritas com a supra-indicada e prescrita finalidade.

Recebi numerosas respostas, publicadas na brochura *O livro negro da evocação dos espíritos* (Vozes, Petrópolis). A Sociedade de Medicina e Cirurgia, do Rio de Janeiro, por iniciativa de Leonídio Ribeiro, promoveu inquérito semelhante publicado em seu livro *O espiritismo no Brasil* (Ed. Nacional, 1931), que ajuntei à minha sindicância. Incluí também as observações feitas pelo Dr. Xavier de Oliveira em sua obra *Espiritismo e loucura* (Rio, 1931), que, na p. 211, fala assim de *O livro dos médiuns* de AK: "e a cocaína dos debilitados nervosos

que se dão à prática do espiritismo. E com um agravante a mais: é barato, está ao alcance de todos, e, por isso mesmo, leva mais gente, muito mais, aos hospícios, do que a 'poeira do diabo', a 'coca maravilhosa'... e o tóxico com que se envenenam, todos os dias, os débeis mentais, futuros hóspedes dos asilos de insanos. Lêem-no, assimilam-no, incluem a essência diabólica de que é composto, caldeiam os conhecimentos nele adquiridos nas sessões espíritas". Falando da proporção que agora cabe ao espiritismo "como fator mediato de alienação mental de feição puramente religiosa", revela que "é, de muito, muitíssimo, cem vezes, mil vezes superior à de todas as outras seitas reunidas, e, atualmente, praticadas em todo o mundo" (p. 15).

Uma análise sistemática da ampla documentação por mim recolhida pode ser resumida nos seguintes pontos:

1) Existe impressionante unanimidade entre psiquiatras, professores de psiquiatria, diretores de hospícios, etc., em denunciar a prática da evocação dos espíritos como nociva, prejudicial, desaconselhável, perigosa, perniciosíssima etc.

2) Há também unanimidade moral em ver na prática do espiritismo um poderoso fator de loucuras. Neste sentido os depoimentos são realmente notáveis:

- é o maior fator produtor de insanos (F. Franco);
- é um grande fator de perturbações mentais e nervosas (H. de Mello);
- é uma das causas predisponentes mais comuns da loucura (A. Austregésilo);
- é uma verdadeira fábrica de loucos (H. Roxo, J. Moreira, M. O. de Almeida);
- é um agente provocador de delírios perigosíssimos (H. Roxo);
- as práticas espíritas avolumam proeminentemente a população dos manicômios (J.

Dutra);

- é grande o número de doentes, procedentes dos centros espíritas, que vão bater à porta do Hospício Nacional de Alienados (J. Moreira);

- entre os dementes que diariamente dão entrada no hospício, a maioria vem dos centros espíritas (H. Roxo, M. O. de Almeida);

- os hospitais de psicopatas estão repletos desses casos (Porto Carrero).

3) Mas não há unanimidade na questão se a prática do espiritismo apenas desencadeia distúrbios mentais já latentes e em indivíduos predispostos à loucura, ou se também deve ser considerada como fator que por si só é capaz de provocar reações psicopatológicas em indivíduos perfeitamente sãos. Nem todos se pronunciaram sobre esta questão. Mas todos concordam em dizer que a sessão espírita é a melhor oportunidade para desencadear enfermidades mentais latentes. Em favor da tese que afirma que o exercício da mediunidade não age apenas desfavoravelmente sobre os predispostos, mas também sobre os sãos, não somente desencadeando, mas também preparando loucuras, temos os seguintes pronunciamentos:

- J. Leme Lopes sustenta que "a freqüência às sessões espíritas se encontra amiúde entre os fatores predisponentes e desencadeantes das psicoses e das reações psicopatológicas" e que "o exercício das faculdades mediúnicas prepara, facilita e faz explodir alguns quadros mentais";

- Franco da Rocha endossa as observações de Charcot, Forel, Vigoroux, Henneberg e outros, "que publicaram exemplos de pessoas, sobretudo moças, anteriormente sãs, que se tornaram histérico-epilépticas, em consequência de terem tomado parte nas cenas de evocação dos espíritos";

- Juliano Moreira confessa que viu "casos de perturbações nervosas e mentais evidentemente despertadas por sessões espíritas";

- J. Dutra pensa que as práticas espíritas exageradas "preparam a loucura";

- A. Austregésilo declara que o espiritismo é "uma das causas predisponentes mais comuns da loucura";

- Xavier de Oliveira garante que dos casos por ele estudados no Pavilhão de Assistência a Psicopatas, 1.723 pessoas enlouqueceram "só e exclusivamente pelo espiritismo";

- Henrique B. Roxo insiste: "Uma coisa a discutir é se estas pessoas já não eram doentes mentais antes da sessão. Não, absolutamente. Não apresentavam antes qualquer perturbação mental". Depois repete: "Raramente o indivíduo era alienado antes do espiritismo".

4) Mas a prática do espiritismo ou da evocação dos espíritos não é somente causa de loucuras e perturbações das faculdades mentais; os médicos denunciam outras consequências ainda:

- faz explodir e agravar a neurose (Franco da Rocha);
- produz perturbações nervosas (Juliano Moreira);
- determina emoções que acarretam perturbações vaso-motoras (J. Dutra);

- provoca alterações nas secreções internas (J. Dutra);
- produz histeria e epilepsia (Franco da Rocha).

5) Não apenas os médiuns, também a assistência pode ser vítima de semelhantes males:

- a prática pública de sessões espíritas, com manifestações ditas mediúnicas, exerce sobre a maior parte dos assistentes uma intensa tensão emocional e nos predispostos (psicopatas, neuróticos, fronteirios, desajustados da afetividade) é a oportunidade de desencadeamento de reações que os levam ao pleno terreno patológico (Leme Lopes);
- a prática popularizada é prejudicial à saúde mental da coletividade (R. Cavalcanti), é nociva (P. de Azevedo), é prejudicial, principalmente nos meios incultos (M. Andrade);
- por impressionáveis, tais práticas públicas produzem alucinações (J. Dutra);
- a prática do espiritismo tem produzido danos à saúde mental dos adeptos e frequentadores (J. Fróes);
- o delírio espírita episódico comumente se desenvolve pela frequência de sessões de espiritismo (H. Roxo);
- as sessões espíritas finalizam sempre com crises de nervos e um estado geral de excitação mais ou menos intenso (H. Roxo);
- algumas vezes há uma questão de contágio mental e numa casa muitas pessoas passam o delírio de uma para outra (H. Roxo);
- temos observado um sem-número de débeis mentais apresentarem surtos delirantes após presenciarem sessões espíritas ou delas participarem ativamente (Pacheco e Silva).

6) Há unanimidade quase total em qualificar a pessoa de médium como tipo anormal, insano, neurótico, desequilibrado, degenerado, histérico etc.:

- os médiuns são os neuróticos de certa classe, histéricos e obsessivos (A. Garcia);
- o médium deve ser considerado como uma personalidade anormal, predisposto a enfermidades mentais, ou já portador de psicopatias crônicas ou em evolução (R. Cavalcanti);
- o médium não pode ser considerado como tipo normal e são (D. Araújo, O. M. Andrade);
- o médium toma-se um neurastênico, autômato, visionário, abúlico (F. Franco);
- o médium nunca pode ser normal (F. Franco);
- o chamado médium desenvolvido já é um insano (P. de Azevedo);
- nunca vi um médium que fosse indivíduo normal; é quase sempre um desequilibrado (Franco da Rocha);
- ainda não tive a ventura de ver um médium que não fosse nevropata (Juliano Moreira);
- o médium é um tipo anormal, um degenerado (H. de Mello);
- os médiuns devem ser considerados indivíduos nevropatas próximos da histeria (A. Austregésilo).

7) Com particular veemência é unanimemente condenado o desenvolvimento e o exercício das chamadas faculdades mediúnicas, pois esta prática:

- exalta qualidades patológicas latentes (J. A. Garcia);
- sugestiona as pessoas simples (J. A. Garcia);
- em doentes mentais precipita a psicose e dá colorido especial aos delírios (J. A. Garcia);
- é causa freqüente de perturbações psicológicas (D. Araújo);
- retarda o tratamento dos pacientes (R. Cavalcanti);
- põe em evidência enfermidades mentais preexistentes (R. Cavalcanti);
- é o principal responsável pela transformação psicológica que prepara, facilita e faz explodir alguns quadros mentais (Leme Lopes);
- exerce sobre a maior parte dos assistentes uma tensão emocional (Leme Lopes);
- age como fator desencadeante de distúrbios mentais em indivíduos predispostos (M. Andrade);
- é danoso para o organismo do médium. (F. Franco);
- produz personalidades histéreo-epilépticas (Franco da Rocha);
- prepara o automatismo (Franco da Rocha);
- produz perturbações nervosas e mentais (Juliano Moreira);
- concorre para a alucinação (J. Dutra);
- determina emoções que acarretam perturbações vaso-motoras (J. Dutra);
- provoca concentração psíquica e estados de abstração (J. Dutra);
- altera as secreções internas (J. Dutra);
- predispõe para a loucura (A. Austregésilo);

- provoca delírios perigosíssimos (A. Roxo);
- agrava muitos estados mentais já iniciados por pequenos distúrbios psíquicos (A. Austregésilo).

8) Todos são unânimes também em declarar que o exercício abusivo da arte de curar pelo espiritismo acarreta perigos para a saúde pública.

9) Em vista de tudo isso reclamam ou apóiam medidas públicas de profilaxia contra a proliferação de centros espíritas como nocivos à saúde pública:

- considero a prática do espiritismo um grave problema social no Brasil (D. Araújo);
- as sessões públicas de mediunidade deveriam ser interditadas (Leme Lopes);
- os excessos nocivos deveriam ser coibidos (P. Azevedo);
- é urgentíssima uma medida pública neste sentido (F. Franco);
- a lei devia tolher-lhe a marcha (H. de Mello);
- os prejuízos que o espiritismo traz à saúde pública são evidentes (Porto Carrero);
- julgo indispensável e urgente que se estabeleçam leis que regulem esse caso (L. da Cunha);
- é uma prática perniciosíssima, que deveria ser combatida a todo transe, por isso que, sobre prejudicial à saúde pública, contribui para a ruína de muitos lares e dá margem a explorações as mais ignóbeis (Pacheco e Silva);
- o poder público não pode ser indiferente à ruína nervosa, senão à alienação daqueles sobre os quais lhe é missão velar: os inocentes, incautos, crédulos, que desses espetáculos e dessas sugestões podem ser vítimas (Afrânio Peixoto).

Deus, autor do homem, tinha, pois, motivos graves para proibir a evocação. A posterior experiência comprova a sabedoria desta disposição divina. Ademais, veremos no próximo capítulo que esta evocação é perfeitamente inútil.

O FUNDAMENTO ESPIRITA DA DOUTRINA

A doutrina espírita pretende basear-se sobre a evocação dos espíritos. Nisto precisamente os espíritas distinguem sua filosofia das outras, em que estas são o produto da simples e pura especulação falível da razão humana, enquanto a filosofia deles seria o resultado da revelação dos espíritos do além, que se teriam comunicado com a humanidade por meio de certas pessoas especialmente aptas para isso e que por esta razão receberam a denominação de "médiuns". Numerosos médiuns serviram e continuam a servir de intermediários entre a humanidade e os espíritos reveladores. Muitos e de variada capacidade intelectual e moral foram também os espíritos do além que nos teriam falado. Estas múltiplas e diferenciadas comunicações recebidas pelos médiuns foram estudadas, selecionadas, coligidas e codificadas em um só corpo doutrinário pelo Sr. Hipólito Leão Denizard Rivail, que as publicou em vários livros, sob o pseudônimo de Allan Kardec e que, por isso, é denominado "o codificador da doutrina espírita". Em *A gênese*, de 1868, sua última obra, esclarece AK a natureza da revelação espírita e resume sua explicação com estas palavras: "O que caracteriza a revelação espírita é o ser divina sua origem e da iniciativa dos espíritos, sendo a sua elaboração fruto do trabalho do homem" (n. 13).

1. OS QUATRO FATORES FORMATIVOS DA DOUTRINA ESPIRITA

É, pois, a doutrina espírita o resultado de um complexo de quatro fatores, que devem ser estudados com muito cuidado: 1) o fato da evocação dos espíritos; 2) o instrumento da revelação espírita, ou o médium; 3) os próprios espíritos que se comunicam; 4) a codificação das mensagens. Por conseguinte, para que a doutrina espírita ou qualquer outra mensagem "do além" apresente garantias de credibilidade ou aceitabilidade, é de todo indispensável saber:

1) *Se a evocação dos espíritos é um fato indiscutivelmente demonstrado.* Qualquer dúvida a este respeito seria um abalo total nos próprios fundamentos da doutrina espírita. A negação deste fato seria a contestação radical do espiritismo. Sem evocação dos espíritos não há espiritismo. Ele se baseia de todo sobre a prática da evocação dos mortos. Essa verificação é importante, se considerarmos que a evocação dos mortos ou espíritos foi com muito rigor vedada por Deus, que a condenou como "maldade e abominação". A desobediência declarada contra Deus, a revolta aberta contra o Criador: eis a principal pedra sobre a qual repousa todo o movimento espírita. Para garantir e justificar sua doutrina, os espíritas não deveriam apenas demonstrar que de fato recebem comunicações do além, mas que Deus ou nunca interditou a evocação, ou revogou definitivamente a proibição, determinando agora que aquilo que antigamente fora condenado como maldade e abominação e punido com os castigos mais severos fosse hoje transformado em princípio e fundamento de uma nova religião sua. Entretanto, é frágil e hipotética esta primeira pedra fundamental da doutrina espírita. A real comunicação provocada com os espíritos, no sentido em que é entendida pelos espíritas, está longe de ser comprovada e aceita pela ciência e pela razão. Esta questão será estudada no capítulo VI.

2) *Se o médium ou os médiuns que serviram de instrumento para a revelação espírita eram pessoas de absoluta confiança e credibilidade,* transmitindo apenas e exclusivamente as mensagens recebidas dos espíritos, sem recorrer, nem consciente nem inconsciente mente, ao depósito dos conhecimentos próprios. Qualquer dúvida a respeito da honestidade ou da perfeita capacidade mediúnica destes instrumentos significaria novo abalo para a perfeita credibilidade da doutrina espírita. Também isso é em si evidente, mesmo que aceitemos como certo o primeiro ponto, isto é: o fato da comunicação com os espíritos do além.

3) *Se para a doutrina espírita foram aproveitadas apenas mensagens dos espíritos certamente sinceros, bons, sábios e competentes.* Deve haver garantia absoluta de que todas as comunicações dos espíritos maus, frívolos, brincalhões e zombeteiros foram postas de lado. Qualquer dúvida a este respeito desabonaria outra vez o resto da doutrina, ainda que nos fossem assegurados os dois primeiros pontos, a saber: que de fato houve comunicação com os falecidos e que o médium era mesmo probo e capaz.

4) *Se o codificador era homem intangivelmente honesto, correto e leal,* codificando

apenas as comunicações recebidas de espíritos superiores, bons e sábios, recebidas exclusivamente por médiuns inatacáveis e competentes. Deve haver certeza controlável de que o codificador não modificou pessoalmente nenhuma comunicação, nem introduziu um pensamento próprio não recebido dos espíritos, sem anotá-lo com escrupuloso cuidado. Qualquer dúvida fundada acerca da honestidade científica ou da integridade moral do codificador lançaria suspeitas negras também sobre o resto da doutrina, muito embora possuíssemos garantias suficientes para as três primeiras exigências: que houve indubitavelmente mensagens do além, que o médium era pessoa competente e digna, que todas as mensagens de espíritos inferiores foram identificadas e rejeitadas.

São esses os quatro fatores ou postulados que garantiriam a credibilidade da doutrina espírita, como também de qualquer outra mensagem do além. Faltando qualquer um deles, já não haverá credibilidade e seria imprudência abraçar semelhante sistema como nova religião. Havendo dúvidas a respeito de qualquer um deles, duvidosa será a doutrina toda. Se qualquer um deles for apenas hipotético, hipotética será também a doutrina inteira. Se, porém, todos os quatro pontos fossem indiscutivelmente certos, a doutrina espírita apresentaria suficientes motivos de credibilidade e poderia e deveria ser aceita por todo ser pensante.

Estes postulados fundamentais da doutrina espírita já nos fazem entrever que o interesse máximo da apologia do espiritismo há de girar sempre em torno destes pontos: provar que a comunicação com o além é uma realidade e não foi proibida por Deus (e por isso procuram negar a inspiração divina da Bíblia); que há médiuns excelentes intangíveis em sua honestidade e que não fraudaram nem de modo consciente nem inconsciente; que é possível identificar os espíritos superiores e distingui-los dos maus ou zombeteiros; e que AK foi pessoa altamente honesta, honrada, inteligente e capaz.

O homem não é cego; é um ser racional. Ele deve por isso orientar a sua vida segundo os ditames da razão e não conforme os impulsos do instinto cego. Uma fé inteiramente cega, sem os motivos de credibilidade, seria irrazoável e indigna do homem. Compreendemos sem dificuldade que Deus pode comunicar-se com os homens, revelando-nos certas verdades, mesmo tais que transcendam inteiramente nossa limitada capacidade racional, impondo-nos mandamentos, prescrevendo ritos e orações etc. Mas ao mesmo tempo exigimos, como postulado absoluto de nossa razão, que esse invisível Deus-revelador nos apresente motivos de credibilidade, nos dê garantias e provas seguras de que não estamos sendo iludidos, mistificados e enganados. Assentimos de bom grado e com coração agradecido a tudo que Deus nos revela e manda, mas só depois de termos conseguido *certeza* de que foi realmente Deus quem nos falou. Confessamo-nos crentes, mas repelimos sempre energicamente a credulidade. Não é a quaisquer aparições ou comunicações do além que nos sujeitamos, ainda mesmo sob as aparências exclusivas do bem: queremos e temos sempre o direito de reclamar provas de identidade. Cego e irracional seria, e indigno do homem e sobretudo extremamente imprudente, aceitar, sem as garantias de sua origem divina, comunicações e instruções do mundo invisível e incontrolável dos espíritos. Pois existe sempre e *a priori* a possibilidade de sermos vítimas do mal que se apresenta sob as aparências do bem. Porquanto é só sob tais aparências do bem que o mal pode ter esperança de ser aceito pelo homem normal e sã. Ninguém aceitaria o mal como mal. Por isso nos admoesta são Paulo: "O próprio Satanás se transforma em anjo da luz e seus seguidores se transformam em servos da justiça" (2Cor 11,14s.).

Pois bem, essa mesma deve ser também nossa atitude perante as mensagens recebidas pelos espíritos por meio dos médiuns, dado que sejam realmente comunicações do além. Assim como o homem racional não aceita cegamente, sem garantias de sua origem e sem motivos de credibilidade, nem mesmo as revelações do próprio Deus, da mesma forma não recebe, nem pode aceitar, sem aquelas mesmas precauções, as mensagens que se dizem ditadas pelos espíritos. A posse destas garantias é condição fundamental para a aceitabilidade das mensagens espíritas. Estudaremos, portanto: a credibilidade do médium, a credibilidade dos espíritos que se comunicam e a credibilidade da codificação.

2. A CREDIBILIDADE DOS MÉDIUNS

Demos a palavra ao mestre espírita AK:

"Os espíritos se comunicam por médiuns, que lhe servem de instrumentos e intérpretes" (III, 55): "Médiuns são pessoas aptas a sentir a influência dos espíritos e a transmitir os pensamentos destes" (VII, 51; ci. I, 19; 11, 134). Portanto, para podermos obter alguma

mensagem dos espíritos, se não tivermos nós mesmos a faculdade mediúnica, devemos servir-nos destes médiuns.

Daí é evidente que, em primeiro lugar, a credibilidade da mensagem depende da confiança que merece o próprio médium, do qual nos servimos como de um instrumento indispensável.

"A faculdade mediúnica - esclarece AK - é uma propriedade do organismo e não depende das qualidades morais do médium" (II, 237; cf. III, 166). Os médiuns moralmente inatacáveis

não são, nem por isso, os melhores. Os bons médiuns "são raros" (III, 237), e "por muito bom que seja, um médium jamais é tão perfeito, que não possa ser atacado por algum lado fraco" (III, 238), pois "os médiuns de mais mérito não estão ao abrigo das mistificações dos espíritos embusteiros; primeiro, porque não há ainda, entre nós, pessoa assaz perfeita, para não ter algum lado fraco, pelo que dê acesso aos maus espíritos; segundo, porque os bons espíritos permitem mesmo, às vezes, que os maus venham, a fim de exercitarmos a nossa razão" etc. (III, 132). Em suma: não podemos confiar sem mais nos médiuns: "Ao evocador e, mesmo, ao simples observador, cabe apreciar o mérito do instrumento" (II, 134).

E assim a primeira grande dificuldade será encontrar um médium, que não só disponha duma faculdade mediúnica bem desenvolvida, mas que seja ao mesmo tempo moralmente inatacável e digno de confiança, para que possa servir de instrumento para um negócio tão importante e sério que é o de receber novas revelações do além. Pois, como reconhece o próprio AK, "nada se prestaria melhor ao charlatanismo e à trapaça do que semelhante ofício"

(III, 343). E precisamente a história dos médiuns é uma interminável história de fraudes conscientes ou inconscientes.

1. *Fraudes conscientes*

Longe de mim afirmar que todos os fenômenos mediúnicos são efeitos da fraude consciente. Quero salientar apenas a existência relativamente abundante das fraudes conscientes, que podem ser praticadas também por verdadeiros médiuns. Nos Estados Unidos existem até mesmo "escolas de mediunidade", onde se aprende a fazer materializações, fotografias de espíritos, sessão de gabinete etc. lá o velho Petrônio dizia: "Mundus volt decipi": o mundo quer ser enganado; e por isso sempre tem havido velhacos, embusteiros e trapaceiros que trataram de satisfazer este desejo das massas. Pois "é infinito o número dos tolos" (Ecl 1,15).

AK confessa: "Encheríamos um volume dos mais curiosos, se houvéramos de referir todas as mistificações de que temos tido conhecimento" (II, 342). Também Leão Denis: "Muitos (médiuns) têm sido desmascarados em plena sessão; alguns já foram colhidos nas malhas de ruidosos processos" (*No invisível*, 5ª ed. p. 401). Outro fiel companheiro de AK, Camille Flammarion, escreveu: "Posso dizer que nestes quarenta anos quase todos os médiuns célebres passaram pelo meu gabinete - e a quase todos surpreendi em fraude" (*Les forces naturelles inconnues*, tomo I, p. 90). Muitos médiuns, dos mais conceituados e famosos, acabaram confessando que tudo tinha sido fraude. Poderia transcrever longas páginas dessas confissões. Eis um exemplo:

Em 1949 um grupo de jornalistas espíritas promoveu no *Diário da Noite* de São Paulo uma longa série de 70 reportagens, sob este título geral: "Há ou não há fenômenos espíritas em São Paulo?" Inicialmente foi feito um convite "a todos os experimentadores e a todos os centros em que se processam fenômenos de materialização ou de transporte", para verificar a autenticidade dos mesmos. "Note-se - acentuava o jornalista espírita J. Herculano Pires, para animar os centros a se submeterem ao controle - que constituímos um grupo, em sua quase totalidade, de espíritas, interessados, portanto, muito mais na autenticidade do que na inveracidade dos fenômenos" (30-4-1949). No entanto, só pouquíssimos centros se prontificaram para este controle. Pois bem, esta longa série de reportagens constitui o mais sensacional capítulo sobre a fraude escrito no Brasil. Já os vários títulos o propalavam. Exemplos: "Avalanche de mistificações nas chamadas sessões de materialização"; "Arrancando a máscara a um campeão da fraude", "Dramática derrota de um médium fraudulento"; "Exigem fenômenos e o médium os produz"; "Testemunhou fraudes espíritas em São Paulo, Santos e Sorocaba" etc. A conclusão final, a que chegaram: "Fraude - regra geral" (18-7-1949). Foram surpreendidos em fraude manifesta os seguintes médiuns: Oscar Barbosa, Oswaldo Pereira de Oliveira, José Correia das Neves, João Rodrigues Cosme, Lúcio Cosme, Sebastião Egídio de Sousa Aranha, Valdemar Lino, Francisco Antunes Bello (o médium do famoso caso da

operação em Pindamonhangaba) e outros mais. Fazendo um balanço geral, escreve o jornalista espírita Wandick Freitas: "Dos fenômenos simulados pelos próprios médiuns, fraudes perfeitamente verificadas, anotamos, entre outros: levitações de cometas (megafones); toques de mãos (simulação de materialização); voz direta; transporte (um par de luvas de borracha transportado para a sala da sessão dentro dos sapatos); raps (pancadas); estalos de dedos e de nervos; amarração de mãos em várias posições com as próprias gravatas; levitação de vitrola e diversos objetos mais leves; simulação de transe e de possessão por espíritos inferiores etc. Algumas fraudes foram filmadas em completa escuridão com filmes infravermelhos" (18-7-1949).

Interessantíssimo e de muito valor é também o depoimento do Dr. Everardo Backheuser, então professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. "Nada, absolutamente nada, observei." Eis o resumo deste documento. E o eminente cientista continua: "A minha impressão é de que naquilo que me foi dado ver - e foi muito, cerca de 100 sessões - se tratava, apenas, de grosseiras ou ingênuas mistificações, isto é, de mistificações preconcebidamente arquitetadas ou do fruto da ignorância do médium e boa fé dos que o rodeavam". Veja-se o depoimento reproduzido em meu livro *O espiritismo no Brasil*, pp. 306-308. O leitor poderá encontrar na citada obra outros depoimentos semelhantes. Robert Tocquet publicou em 1971 um amplo estudo sobre *Le bilan du surnaturel* (Les Productions de Paris). Seu "inventário do sobrenatural", posterior ao *Tout l'occultisme dévoilé*, de 1952, deveria ser estudado com atenção, para não sucumbir à tentação da credulidade.

2. *Fraudes inconscientes*

Mais perigosas, todavia, são as fraudes inconscientes, quando o médium, sem querer e de boa fé, dá as próprias idéias como mensagens recebidas dos espíritos. Porque, afinal, as fraudes conscientes podem ser desmascaradas com relativa facilidade. Difícilimo, porém, senão impossível, se toma o controle do inconsciente ou subconsciente do médium. Seria suficiente recordar o que os psicólogos ensinam sobre a mitomania, as personificações e os automatismos psíquicos. Concedem os grandes mestres espíritas a possibilidade e mesmo a freqüência da fraude inconsciente. AK admite que "as comunicações escritas ou verbais também podem emanar do próprio espírito encarnado no médium" (III, 222). A expressão "espírito encarnado no médium", é um modo espírita de falar e quer dizer "alma do médium" Diz ainda AK que isso se dá quase sempre quando o médium está no "estado de sonambulismo ou de êxtase" (III, 223); e tais mensagens, acrescenta ele, podem ser até superiores às dos próprios espíritos. Outras vezes - é sempre AK quem nos dá esses esclarecimentos - o "espírito encarnado no médium" exerce influência sobre as comunicações que deve transmitir, provindas dos espíritos: "Se estes não lhe são simpáticos, pode alterar-lhes as respostas e assimilá-las às suas próprias idéias e a seus pendores" (III, 224). Em outro lugar, falando desta influência que os médiuns podem ter sobre as mensagens, escreve AK esta passagem um tanto longa, mas que merece ser meditada: "Onde, porém, a influência moral do médium se faz realmente sentir, é quando ele substitui, pelas que lhe são pessoais, as idéias que os espíritos se esforçam por lhe sugerir e também quando tira da sua imaginação teorias fantásticas que, de boa fé, julga resultarem de uma comunicação intuitiva. É de apostar-se então mil contra um que isso não passa de reflexo do próprio espírito do médium. Dá-se mesmo o fato curioso de mover-se a mão do médium, quase mecanicamente às vezes, impelida por um espírito secundário e zombeteiro. É essa a pedra de toque contra a qual vêm quebrar-se as imaginações ardentes, por isso que, arrebatados pelo ímpeto de suas próprias idéias, pelas lantejoulas de seus conhecimentos literários, os médiuns desconhecem o ditado modesto de um espírito criterioso e, abandonando a presa pela sombra, o substituem por uma paráfrase empolada. Contra esse escolho terrível vêm igualmente chocar-se as personalidades ambiciosas que, na falta das comunicações que os bons espíritos lhes recusam, apresentam suas próprias obras como sendo desses espíritos (III, 242).

Não há dúvida de que aqui estamos diante de um ponto de capital importância. Pois é interessante lembrar que as mensagens espíritas sempre refletem o espírito do tempo e a mentalidade dos espíritas. Para confirmar este ponto, poderíamos tomar como exemplo o próprio AK. Assim, p. ex., revelaram os espíritos (e foi o "espírito de Galileu!") que o planeta Marte não tem satélite nenhum e que Júpiter tem apenas quatro. Encontramos estas mensagens na obra *A gênese*, publicada em 1868. Ora, naquele tempo os astrônomos estavam de fato convencidos de que Júpiter tinha apenas quatro luas (descobertas por Galileu!) e Marte

nenhuma. O espírito de Galileu, portanto, embora pudesse, segundo AK, falando dos espíritos em geral, "percorrer o espaço e transpor as distâncias com a rapidez do pensamento" (II, 108), ficou no mesmo estado de ignorância como quando era astrônomo cá na terra.

Trata-se aqui de casos de comunicações de espíritos que podem ser controladas pela técnica da ciência moderna. Mas com isso mesmo caem fortes suspeitas também sobre os outros resultados não-controláveis. Pode muito bem ser que AK fosse sincero em suas afirmações; isso, todavia, não exclui que ele tenha sido vítima do seu próprio inconsciente ou subconsciente. De fato, diz Douglas Home, "as revelações de Kardec não passam das suas próprias idéias, impostas aos médiuns (pois ele era magnetizador) e por ele depois corrigidas". Veremos mais adiante o que realmente fez AK com as mensagens recebidas. Veremos também que AK foi ajudado em tudo isso por outros espíritos "encarnados" e vivos, que naquele tempo influíam sobre ele.

Outro exemplo: mal acabara de divulgar-se a Uranografia de Laplace (teoria segundo a qual nosso sistema planetário se originou de uma nebulosa em rotação), que então se impunha como a última palavra no assunto, e já a Sociedade Espírita de Paris, presidida por AK, em 1862 e 1863, por meio do médium C. F. (que era o próprio Camilo Flammarion!), recebia uma série de comunicações, assinadas pelo espírito de "Galileu" em pessoa e na qual se repetia - e portanto "revelava" - servilmente toda a teoria laplaciana. Ora, a Cosmografia moderna, baseada nos dados mais recentes da Astronomia, já demonstrou a absoluta impossibilidade do sistema uranográfico. Flammarion confessará mais tarde: "São evidentemente o reflexo do que eu sabia, do que pensávamos naquela época sobre a cosmogonia". Muitos anos depois, em entrevista com Paulo Heuzé (*Les morts vivent-ils*, p. 89), Flammarion dirá: "Se o caro colega espera que diga alguma coisa de preciso, eu não o poderia. Comecei meus trabalhos com referência a essa questão em 1862; eis, pois, sessenta anos que os pesquiso. Hoje não posso afirmar senão uma coisa, é que eu nada sei, é que não compreendo nada absolutamente. Um só ponto me parece esclarecido: é que, na grande maioria dos casos, há sugestão consciente ou não de espírito a espírito. Em certos casos, muito raros, parece que esta explicação possa parecer insuficiente; e então qual outra para a substituir? Eu o ignoro cada vez mais. O médium que age por si mesmo? Uma causa. diferente dele? Depois de sessenta anos de estudos, eu nada sei, nada, nada".

Assim também outras milhares de "revelações espíritas" sobre o milagre, o mistério, a pessoa de Cristo, a origem das religiões, da doutrina da Santíssima Trindade e do pecado original, as "contradições" da Bíblia, a impossibilidade da ressurreição ou do juízo final etc., de que estão repletas as obras de AK e Leão Denis, correspondem precisamente à mentalidade racionalista e liberal da França do século passado e deles AK poderia repetir hoje: "São evidentemente o reflexo do que eu sabia, do que pensávamos naquela época". Viviam ainda no otimismo iluminista.

Um livro espírita intitulado *Revelação dos papas* e que teria sido ditado pelos espíritos dos papas, contém os maiores dislates históricos, reflexo evidente da ignorância e da mentalidade anti-católica do médium. Eis algumas amostras: Alexandre I fala nas invasões dos bárbaros e do feudalismo, que só vieram séculos depois; Urbano I aparece de tiara - ornamento que só muito depois o papa usou, e mora no Vaticano - que não existia no seu tempo; Alexandre V conta as proezas de seu pontificado e se acusa das crueldades que cometeu, mas a história diz que ele nem chegou a tomar posse; Benedito V, que também nunca chegou a governar, por ter morrido antes da posse, faz longa descrição de seu governo e de seus crimes; Júlio I governou mais de mil anos depois de ter morrido, em compensação Clemente V governa oito séculos antes de ter nascido. . .

O famoso espírito Emmanuel revelou ao nosso Chico Xavier todas as calúnias e invenções que se encontram em Leão Denis e que este por sua vez colecionou nas obras dos anti-clericais franceses do século passado. Eis aí algumas "revelações" recebidas por Chico Xavier: "A história do papado é a do desvirtuamento dos princípios do cristianismo, porque, pouco a pouco, o Evangelho quase desapareceu sob as suas despóticas inovações. Criaram os pontífices o latim nos rituais, o culto das imagens, a canonização, a confissão auricular, a adoração da hóstia, o celibato sacerdotal e, atualmente, noventa por cento das instituições são de origem humaníssima, fora de quaisquer características divinas" (*Emmanuel*, 4^a ed., p. 30); "o Vaticano não soube, porém, senão produzir obras de caráter exclusivamente (sic!) material" (p. 31); "ninguém ignora a fortuna gigantesca que se encerra, sem benefício para ninguém, nos pesados cofres do Vaticano" (p. 57); ele sabe que a Igreja "fez mais vítimas que as dez perseguições mais notáveis" (p. 56); conhece a "imensidade de crimes, perpetrados à sombra

dos confessorários penumbrosos" (p. 52); tem notícias do "célebre livro das taxas, do tempo de Leão X, em que todos os preços de perdão para os crimes humanos estão estipulados" (p. 61); sabe que "o dogma da trindade é uma adaptação da trimurti da antiguidade oriental" (p. 30) - tudo isso puríssima revelação trazida pelo "espírito de Emmanuel" ao nosso cândido Francisco Xavier. . .

Em outro livro espírita, muito espalhado pela federação, *Roma e o Evangelho* (5^a ed.), aparecem inúmeras mensagens de nossos santos que viraram espíritas: são Paulo nega a necessidade do culto externo (p. 96); Sto. Agostinho manda prosseguir na obra de romper com a Igreja e renegar a fê católica (p. 104s.); Fénelon ataca Roma e a infalibilidade do papa (p. 106); Tomás de Aquino exalta a doutrina espírita (p. 111); Maria, "a mãe de Jesus", aparece em longas páginas (117-135) para exaltar o espiritismo; atacar em termos violentíssimos a Igreja, os padres e os Papas; negar a divindade de Jesus e nossa redenção por Cristo; contestar a existência do demônio, do inferno, do pecado original, de Adão etc.; zombar do sacramento da penitência e da ordem; e acaba com severa ameaça contra os adversários do espiritismo; são João Evangelista aparece nas páginas 141-177 para descrever a origem do mundo e dos seres vivos segundo o mais crasso evolucionismo etc.

Ora, tudo isso, digamo-lo francamente, não é muito apto a nos convencer da presença real de espíritos desencarnados. É antes a traição do subconsciente do próprio médium, que repete fielmente os mesmos erros e as mesmas mentiras históricas que ele, em estado consciente, ouviu de algum doutrinador espírita ou leu em algum dos livros publicados pela Federação Espírita Brasileira. Quando, em uma sessão espírita, comparece um santo Agostinho ou santo Tomás de Aquino e diz meia dúzia de banalidades de aprovação e propaganda do espiritismo; quando se apresenta até Nossa Senhora para exaltar o espiritismo, atacar violentamente a Igreja e negar a divindade de seu Filho, Nosso Senhor e Deus Jesus Cristo; quando um são João Evangelista nos vem descrever minuciosamente o mais extremo e crasso evolucionismo monofilético já hoje felizmente superado pela ciência; quando aparecem papas que nem mesmo aproximadamente se recordam do tempo em que viveram ou que narram fantásticos crimes que eles teriam cometido e a história nos diz que estes mesmos papas nem sequer chegaram a governar; quando se apresenta Galileu Galilei para nos revelar novidades astronômicas que logo depois são desmentidas pela verificação experimental; quando vem aí um santo Antônio ou são Francisco, que se santificaram em grau heróico na Igreja Católica, à qual serviram até o derradeiro momento de sua vida, para agora investir contra esta mesma Igreja; - convenhamos, então, é claro, é evidente, é manifesto que estas mensagens não provêm dos tais santos, mas dos sonhos subconscientes (ou, por vezes, conscientes!) do próprio médium ou de algum dos assistentes. Richet, depois de mais de vinte anos de experiências espíritas, acabou pondo em dúvida a presença de qualquer espírito desencarnado nas sessões a que assistira, especialmente porque "jamais os espíritos puderam provar que sabem qualquer coisa. Nenhuma descoberta inesperada tem sido indicada, nenhuma revelação tem sido feita... nenhuma parcela da ciência futura tem sido suspeitada". Com efeito, cem anos de intensa revelação espírita não contribuíram em nada ao progresso das ciências, nem mesmo da medicina: quando receitam, os médicos do espaço só conhecem remédios caseiros ou homeopáticos... E continua Richet: "Mostram-nos eles poetas que não conhecem poesia; filósofos que não conhecem a filosofia; padres que não conhecem a religião" (*Tratado de metapsíquica*, I, p. 122).

O prof. Flournoy observa que "para os especialistas da Sociedade de pesquisas psíquicas - ainda quando são espíritas de convicção, como Hodgson, Jyslop - não há nada mais raro do que encontrar um verdadeiro médium, nem mais difícil do que distinguir o autêntico do que não é autêntico nas suas comunicações. Porque os melhores médiuns constantemente misturam os seus sonhos e as suas idéias subconscientes com o que lhes vem do além --" sem falarmos nas perturbações devidas à influência dos vivos; e, nos mesmos desencarnados, parece que há tais dificuldades para conseguirem se comunicar conosco, que nunca podemos estar certos da exatidão verbal de qualquer das comunicações recebidas" (*Spirit. and Psychology*, p. 184). E aqui no Brasil a gente tem a impressão de que nada há mais fácil ou mais comum do que conversar com os falecidos e ter notícias "do alto". . .

A *conclusão* que disto tudo podemos coligir é que, mesmo pondo-nos sobre a base espírita, supondo a realidade da comunicação com os espíritos, encontramos a primeira enorme dificuldade na escolha de um médium que mereça a nossa inteira confiança por sua integridade moral, que não seja vítima das mistificações dos espíritos maus, nem nos dê a probabilidade de nos enganar de má ou boa fê, recorrendo aos próprios conhecimentos inconscientes ou

subconscientes.

Mas - para poder continuar na argumentação - admito e suponho que se encontre um tal médium, do qual estamos inteiramente certos de que é honesto e digno de toda a confiança e que supere também, não apenas com probabilidade, mas com absoluta certeza, todos os escolhos acima indicados. Segue então o problema dos espíritos que se comunicam.

5. A CREDIBILIDADE DOS ESPÍRITOS QUE SE COMUNICAM

Observo desde logo que no momento não me interessa a doutrina espírita propriamente dita acerca da origem, natureza, qualidade, vida e finalidade dos espíritos. Aqui quero verificar apenas o que nos ensina AK sobre os espíritos *enquanto se comunicam conosco* por meio dos médiuns. Da doutrina geral sobre o mundo dos espíritos basta-nos por ora este resumo feito pelo próprio AK (III, 55):

"1) Os fenômenos espíritas são produzidos por inteligências extra-corpóreas, às quais também se dá o nome de espírito. 2) Os espíritos constituem o mundo invisível; estão em toda parte; povoam infinitamente os espaços; temos muitos de contínuo, em tomo de nós, com os quais nos achamos em contato. 3) Os espíritos reagem incessantemente sobre o mundo físico e sobre o mundo moral e são uma das potências da natureza. 4) Os espíritos não são seres à parte, dentro da criação, mas as almas dos que viveram na terra, ou em outros mundos, e que despiram o invólucro corpóreo; donde se segue que as almas dos homens são espíritos encarnados e que nós, morrendo, nos tomamos espíritos. 5) Há espíritos de todos os graus de bondade e de malícia, de saber e de ignorância. 6) Todos estão submetidos à lei do progresso e podem todos chegar à perfeição; mas, como têm livre-arbítrio, lá chegam em tempo mais ou menos longo, conforme seus esforços e vontade. 7) São felizes ou infelizes, de acordo com o bem ou o mal que praticaram durante a vida, e com o grau de adiantamento que alcançaram. A felicidade perfeita e sem mescla é partilha unicamente dos espíritos que atingiram o grau supremo da perfeição. 8) Todos os espíritos, em dadas circunstâncias, podem manifestar-se aos homens; indefinido é o número dos que podem comunicar-se. 9) Os espíritos se comunicam por médiuns, que lhes servem de instrumentos e intérpretes".

Acentuemos alguns pontos:

1) Os espíritos "povoam infinitamente os espaços". É um princípio assente entre os espíritas que há "centenas de milhões de mundos habitados" (VI, 125): "Os espíritos estão em toda a parte, ao nosso lado, acotovelando-nos (!) e observando-nos sem cessar" (II, 110); "o mundo espiritual ostenta-se por toda a parte em redor de nós como no espaço, sem limite algum designado. Em razão mesmo da natureza fluídica do seu envoltório, os seres que o compõem, em lugar de se locomoverem penosamente sobre o solo, transpõem as distâncias com a rapidez do pensamento" (V, 27); "os espíritos são, como se vê, seres semelhantes a nós, constituindo, ao nosso derredor, toda uma população, invisível no estado normal" (III, 63); "se, em dado momento, pudesse ser levantado o véu que no-los esconde, eles formariam uma população, cercando-nos por toda a parte" (II, 109); "cada um (espírito) é um centro que irradia para diversos lados. Isso é que faz parecer estar um espírito em muitos lugares ao mesmo tempo. Vês o sol? É um somente. No entanto, irradia em todos os sentidos e leva muito longe os seus raios" (I, 81).

2) "O espírito tem uma perspicácia divina, que abrange tudo, podendo adivinhar até o pensamento alheio" (V, 178).

3) Mas nem todos os espíritos são igualmente bons e sábios: "Como há homens de todos os graus de saber e ignorância, de bondade e maldade, dá-se o mesmo com os espíritos. Alguns destes são apenas frívolos e travessos; outros são mentirosos, fraudulentos, hipócritas, maus e vingativos; outros, pelo contrário, possuem as mais sublimes virtudes e o saber em grau desconhecido na terra" (II, 111). AK insiste freqüentemente nesta grande diversidade entre os espíritos: "Um dos primeiros resultados que colhi das minhas observações foi que os espíritos, nada mais sendo do que as almas dos homens, não possuíam nem a plena sabedoria, nem a ciência integral; que o saber de que dispunham se circunscrevia ao grau, que haviam alcançado, de adiantamento, e que a opinião deles só tinha o valor de uma opinião pessoal" (VII, 241). "Sabe-se que os espíritos, em virtude da diferença entre as suas capacidades, longe se acham de estar, individualmente considerados, na posse de toda verdade; que nem a todos é dado penetrar certos mistérios; que o saber de cada um deles é proporcional à sua depuração; que os espíritos

vulgares mais não sabem do que muitos homens; que entre eles, como entre estes, há presunçosos e sofômanos, que julgam saber o que ignoram; que tomam por verdades sistemáticas as suas Idéias; enfim que só os espíritos de categoria mais elevada, os que já estão completamente desmaterializados, se encontram despidos das idéias e preconceitos terrenos" (IV, 19). E mais uma vez: "Cumpra que não esqueçamos que, entre os espíritos, há, como entre os homens, falsos sábios e semi-sábios, orgulhosos, presunçosos e sistemáticos" (III, 334).

4) Existem mesmo espíritos muito *maus*, que "se comprazem no mal e ficam satisfeitos quando se lhes depara ocasião de praticá-lo" (I, 83). Eles "são inclinados ao mal, de que fazem o objeto de suas preocupações. Como espíritos, dão conselhos perversos, sopram a discórdia e a desconfiança e se mascaram de todas as maneiras para melhor enganar" (I, 87). Temos ainda os espíritos estouvados, "que se comprazem antes na malícia do que na malvadez e cujo prazer consiste em mistificar e causar pequenas contrariedades" (I, 83); os espíritos levianos, que "são ignorantes, maliciosos, irrefletidos e zombeteiros. Metem-se em tudo, a tudo respondem, sem se incomodarem com a verdade. Gostam de causar pequenos desgostos e ligeiras alegrias, de intrigar, de induzir em erro, por meio de mistificações e de espertezas" (I, 88). Deles diferem os espíritos pseudo-sábios, que "dispõem de conhecimentos bastante amplos, porém crêem saber mais do que realmente sabem. Tendo realizado alguns progressos sob diversos pontos de vista, a linguagem deles aparenta um cunho de seriedade, de natureza a iludir com respeito às suas capacidades e luzes" (I, 88).

5) É de suma importância observar que não só os espíritos superiores, sábios, benévolos, bons e puros se comunicam com os homens e trouxeram as mensagens que serviriam de base para a formulação da doutrina espírita: também os maus, os estouvados, os levianos, os pseudo-sábios, os ignorantes, maliciosos, irrefletidos e zombeteiros etc. - todos eles contribuíram com suas mensagens: "Todos os espíritos, em dadas circunstâncias, podem manifestar-se aos homens; indefinido é o número dos que podem comunicar-se" (III, 55).

6) Existem até mesmo espíritos sérios e bons e que falam com toda a seriedade e boa fé - e não obstante nos enganam: "Nem todos os espíritos sérios são igualmente esclarecidos; há muita coisa que eles ignoram e sobre que podem enganar-se de boa fé" (III, 149 e 248); "pode um espírito ser bom, afável, e ter conhecimentos limitados, ao passo que outro, inteligente e instruído, pode ser muito inferior em moralidade" (III, 275).

7) "Há falsários no mundo dos espíritos, como os há neste" (III, 273): "Os espíritos perversos são capazes de todos os ardis" (III, 274); "reúnem à inteligência a astúcia e o orgulho" (III, 281); "identificam-se com os hábitos daqueles a quem falam e adotam os nomes mais apropriados a causar forte impressão nos homens por efeito de suas crenças" (III, 285); "há falsários que imitam todas as caligrafias" (III, 285); imitam também a linguagem dos outros (III, 284); e há espíritos tão hábeis que nem mesmo se traem "por sinais materiais involuntários" (III, 287). Em suma, observa AK, resumindo as suas experiências, "a astúcia dos espíritos mistificadores ultrapassa às vezes tudo o que se possa imaginar. A arte, com que dispõem as suas baterias e combinam os meios de persuadir, seria uma coisa curiosa, se eles nunca passassem dos simples gracejos..." (III, 342).

8) Importante é ainda a seguinte observação: "Entre os espíritos, poucos há que tenham nome conhecido na terra. Por isso é que, as mais das vezes, eles nenhum nome declinam. V 6s, porém, quase sempre quereis um nome; então, para vos satisfazer, o espírito toma o de um homem que conhecestes e a quem respeitais" (III, 281); ou então "adotam os nomes mais apropriados a causar forte impressão" (III, 282). "Certos espíritos, presunçosos ou pseudo-sábios, procuram conseguir a prevalência das mais falsas idéias e dos mais absurdos sistemas. E, para melhor acreditados se fazerem e maior importância ostentarem, não escrupulizam de se adornarem com os mais respeitáveis nomes e até com os mais venerandos" (III, 150); e outra vez: "a sabido que os espíritos enganadores não escrupulizam em tomar nomes que lhes não pertencem, para impingirem suas utopias" (IV, 19). E não se pense que o caso é raro: "Este caso é tão freqüente, que devemos estar sempre prevenidos contra essas espécies de substituições". Por isso AK dá o princípio de que "quanto mais venerável for o nome com que um espírito se apresente, tanto maior desconfiança deve inspirar. Quantos médiuns têm tido comunicações apócrifas assinadas por Jesus, Maria, ou um santo venerado" (III, 274).

9) Há até mesmo espíritos "que juram tudo o que se lhes exigir" (III, 272).

10) Os espíritos não se apresentam com carteira de identidade, e mesmo quando indicam algum nome, como vimos, não se lhes pode acreditar, ainda que jurem em nome de Deus a inútil também exigir identificação, pois "semelhante pedido o magoa, pelo que deve ser

evitado", aconselha AK; e explica: "Com o deixar o seu corpo, o espírito não se despojou da sua suscetibilidade; agasta-o toda questão que tenha por fim pô-lo à prova" (III, 271). Não é, pois, permitido, pedir ao espírito prova de identidade! E se pedirmos o seu nome, ele indicará um nome qualquer que nos formais conhecido ou querido, até o de um grande santo, se assim nos agradar. E se continuarmos a insistir, pedindo identificação, o espírito, se não for dos que brincam e zombam, lança o seu protesto, "não respondendo ou retirando-se" (III, 272). Diz ainda AK: "Pode, sem dúvida, o espírito dar provas desta (identidade), atendendo ao pedido que se lhe faça; mas assim só procede quando lhe convenha" (III, 271). E ainda então, que garantias apresenta?

11) E não só os espíritos inferiores costumam dar nomes e identidade falsa: "O mesmo ocorre todas as vezes que um espírito superior se comunica espontaneamente, sob o nome de uma personagem conhecida. Nada prova que seja exatamente o espírito dessa personagem; porém, se ele nada diz que desminta o caráter dessa última, há *presunção* de ser o próprio e, em todos os casos, se pode dizer que, se não é ele, é um espírito do mesmo grau de elevação, ou, talvez, até um enviado seu" (III, 270). E assim pergunta o próprio AK: "Quem pode, pois, afirmar que os que dizem ter sido, por exemplo, Sócrates, Júlio César, Carlos Magno, Fénelon, Washington etc., tenham realmente animado essas personagens?" E continua: "Esta dúvida existe mesmo entre alguns adeptos fervorosos da doutrina espírita, os quais admitem a intervenção e manifestação dos espíritos, mas inquiram como se lhes pode comprovar a identidade. Semelhante prova é, de fato, bem difícil de produzir-se. Conquanto, porém, não o possa ser de modo autêntico como por uma certidão de registro civil, pode-o ao menos por *presunção*, segundo certos indícios" (I, 34). Temos, portanto, que o máximo concedido no supremo arraial espírita é: "por *presunção* e segundo certos indícios"... Mas consola-se o mestre espírita: "A questão de nome é secundária" (III, 270), "a questão da identidade é quase indiferente, quando se trata de instruções gerais. Não é a pessoa deles o que nos interessa, mas o ensino que nos proporcionam. Ora, desde que o ensino é bom, pouco importa que aquele que o deu se chame Pedra, ou Paulo" (III, 272)...

12) Observemos ainda que os espíritos maus e levianos se comunicam também com as pessoas sérias. Pois, diz AK, "também os homens sérios, que não mesclam de vã curiosidade seus estudos", podem ser enganados e mistificados pelos espíritos inferiores e zombeteiros (III, 284). Até mesmo "há pessoas que nada perguntam e que são indignamente enganadas por espíritos que vêm espontaneamente, sem serem chamados" (III, 341).

13) "Para que um espírito possa comunicar-se, preciso é que haja entre ele e o médium relações fluídicas, que nem sempre se estabelecem instantaneamente. Só à medida que a faculdade se desenvolve, é que o médium adquire pouco a pouco a aptidão necessária para pôr-se em comunicação com o espírito que se apresente. Pode dar-se, pois, que aquele, com quem o médium deseje comunicar-se, não esteja em condições propícias a fazê-lo, embora se ache presente, como também pode acontecer que não tenha possibilidade nem permissão para acudir ao chamado que lhe é dirigido" (III, 204). Por isso AK recomenda que "ninguém se obstine em chamar determinado espírito" e que, antes de fazer a evocação, se reze pedindo o espírito. E, "formulada a súplica, é esperar que um espírito se manifeste, fazendo escrever alguma coisa. Pode acontecer que venha aquele que o impetrante deseja, como pode ocorrer também que venha um espírito desconhecido... qualquer que ele seja, em todo o caso, dar-se-á a conhecer, escrevendo o seu nome" (III, 205). Mas que nome? E como podemos confiar naquele nome? Já o sabemos. . . Assim, suponhamos um caso corriqueiro e de todos os dias, comum no ambiente espírita. Imaginemos que certa pessoa convidada pelos espíritos, e levada pela saudade, vá a um centro para ter notícias de sua falecida mãe. Façamos de conta que o médium seja pessoa honesta e digna de toda confiança. Demos como admitido que o evocador consiga comunicação com um espírito (um dos muitos que nos "acotovelam sem cessar"), que afirma ser a procurada mãe. Será de fato? Nem mesmo se é igual no modo de falar, na assinatura, no estilo, no jeito etc. Nem mesmo se jura em nome de Deus. Pois se, como nos informa AK, estão por aí inúmeros espíritos que "se comprazem no mal e ficam satisfeitos quando se lhes depara ocasião de praticá-lo", espíritos "capazes de todos os ardis", "imitam todas as caligrafias" e "identificam-se com os hábitos daqueles a quem falam, e adotam os nomes mais apropriados a causar forte impressão".

Além de praticar um ato severamente proibido por Deus, será totalmente inútil e tempo perdido evocar a alma da falecida mamãe. Muito mais inútil será então a evocação como meio para codificar uma nova doutrina com o fim de constituir "a religião da humanidade".

Concluindo esta parte relativa à credibilidade dos espíritos, chegamos ao seguinte resultado: supondo mesmo que AK ou qualquer outro codificador da doutrina espírita se tenha servido apenas de médiuns que merecem a nossa inteira confiança, transmitindo exclusiva e certamente mensagens recebidas do além e não hauridas do próprio inconsciente ou subconsciente (suposição que ainda não foi demonstrada!), teríamos AK diante deste quadro desolador: uma enorme quantidade de comunicações, as mais disparatadas e contraditórias, boas e más, mentirosas e fraudulentas, educadas e ridículas; aconteceu ter recebido informações em tom muito sério e seguro, assinadas pelos nomes mais venerandos e ilustres e que, no entanto, podiam vir muito bem de espíritos mentirosos e embusteiros; ocorreu que espíritos comprovadamente bons e da melhor boa vontade e boa fé podiam dar instruções errôneas e enganar involuntariamente; podia haver mensagens cavilosamente ditadas por aqueles espíritos "que se comprazem no mal e rejubilam quando se lhes depara ocasião de praticá-lo" e "se mascaram de todas as maneiras possíveis para melhor enganar" e que "são capazes de todos os ardis", dispondo de tanta habilidade que nem sequer se traem "por sinais materiais involuntários", dispostos mesmo a "jurar tudo o que se lhes exigir", permitindo ao mesmo tempo Deus que "também os homens sérios" sejam assim "indignamente enganados por espíritos que vêm espontaneamente, sem serem chamados"... Eis o material que serviu de base para formular a terceira revelação! Agora era necessário separar o bom do mau, discernir o verdadeiro do falso, o sério do ridículo, os alhos dos bugalhos; era preciso catar o que é certo, deixando o que é falso, peneirar as palavras dos espíritos melhores, jogando fora o cisco dos espíritos zombeteiros. Na verdade, difícil empreitada e espinhosa missão! Mas AK teve coragem de meter mãos à obra. Acompanhem-lo neste trabalho de selecionar, ordenar, coordenar e, como dizem os espíritos, "codificar" a doutrina espírita.

4. A CREDIBILIDADE DA CODIFICAÇÃO

1. *O codificador*

No primeiro capítulo já vimos a descrição que o próprio AK fez de sua iniciação no espiritismo no ambiente mesmeriano de Paris, a partir de 1854. "Foi nessas reuniões que comecei os meus estudos sérios de espiritismo, menos, ainda, por meio de revelações, do que de observações. Apliquei a essa nova ciência, como o fizera até então, o método experimental; nunca elaborei teorias preconcebidas; observava cuidadosamente, comparava, deduzia conseqüências; dos efeitos procurava remontar às causas, por dedução e pelo encadeamento lógico dos fatos, não admitindo por válida uma explicação, senão quando resolvia todas as dificuldades da questão. Foi assim que procedi sempre em meus trabalhos, desde a idade de 15 a 16 anos. Compreendi, antes de tudo, a gravidade da exploração que ia empreender; percebi, naqueles fenômenos, a chave do problema tão obscuro e tão controvertido do passado e do futuro da humanidade, a solução que eu procurara em toda a minha vida. Era, em suma, toda uma revolução nas idéias e nas crenças; fazia-se mister, portanto, andar com a maior circunspecção e não levianamente; ser positivista e não idealista, para não me deixar iludir" (VII, 240s.).

E logo: "Um dos primeiros resultados que colhi das minhas observações foi que os espíritos, nada mais sendo do que as almas dos homens, não possuíam nem a plena sabedoria, nem a ciência integral; que o saber de que dispunham se circunscrevia ao grau, que haviam alcançado, de adiantamento, e que a opinião deles só tinha o valor de uma opinião pessoal. Reconhecida desde o princípio, esta verdade me preservou do grave escolho de crer na infalibilidade dos espíritos e me impediu de formular teorias prematuras, tendo por base o que fora dito por um ou alguns deles...

Conduzi-me, pois, com os espíritos, como houvera feito com homens. Para mim eles foram, do menor ao maior, meios de me informar e não reveladores predestinados. Tais as disposições com que empreendi meus estudos e neles prossegui sempre. Observar, comparar e julgar, essa a regra que constantemente segui" (VII, 241).

Recebido o material dos vários centros, "era necessário grupar os fatos espalhados, para se lhes apreender a correlação, reunir os documentos diversos, as instruções dadas pelos espíritos sobre todos os pontos e sobre todos os assuntos, para as comparar, analisar, estudar-lhes as analogias e as diferenças. Vindo as comunicações de espíritos de todas as ordens, mais ou menos esclarecidos, era preciso apreciar o grau de confiança que a razão permitia conceder-lhes,

distinguir as idéias sistemáticas individuais ou isoladas das que tinham a sanção do ensino geral dos espíritos, as utopias das idéias práticas, afastar as que eram notoriamente desmentidas pelos dados da ciência positiva e da lógica, utilizar igualmente os erros, as informações fornecidas pelos espíritos, mesmo os da mais baixa categoria, para conhecimento do estado do mundo invisível e formar com isso um todo homogêneo" (VI, 38).

Nisso, portanto, consistiu a contribuição pessoal do mestre Kardec: "O nosso papel pessoal...é o de um observador atento, que estuda os fatos para lhes descobrir a causa e tirar-lhes as conseqüências. Confrontamos todos os que têm sido possível reunir, comparamos e comentamos as instruções dadas pelos espíritos em todos os pontos do globo e depois coordenamos metodicamente o conjunto; em suma, estudamos e demos ao público o fruto das nossas indagações" CVI, 34).

É, pois, incontestável que AK se apresenta como um homem sério, estudioso, científico, interessado em resolver os problemas mais fundamentais da humanidade. Todavia, mesmo a confessada seriedade e circunspeção de uma pessoa, por melhor que seja a sua boa vontade, ainda não é garantia suficiente de sua credibilidade. Pois não nos interessam as idéias pessoais de AK - o que importa é a novidade e superioridade das novas revelações do além, que, como se afirma entre os espíritos, devem aperfeiçoar a revelação cristã. Ainda que déssemos por inteiramente segura a probidade e seriedade de AK, não teríamos com isso garantida a credibilidade da doutrina por ele proposta, já que jamais ele nos afiançou sua infalibilidade: "Nunca tivemos a pretensão de nos julgarmos profeta ou messias, nem, ainda menos, de nos apresentarmos como tal" (VI, 35). Declara ainda que não atribui aos seus trabalhos valor maior do que o de uma "obra filosófica, deduzida da observação e da experiência, sem nunca nos considerarmos chefe da doutrina, nem procurarmos impor as nossas idéias a quem quer que seja" (VI, 34).

Entretanto, em suas *Obras póstumas*, AK fala diversas vezes da missão especial de que fora investido pelos espíritos. Narra ele que "numa dessas sessões, muito íntima, a que apenas assistiram sete ou oito pessoas, falavam estas de diferentes coisas relativas aos acontecimentos capazes de acarretar uma transformação social, quando o médium, tomando da cesta, espontaneamente escreveu isto: "Quando o bordão soar, abandoná-lo-eis; apenas aliviareis o vosso semelhante; individualmente o magnetizareis, a fim de curá-lo. Depois, cada um no posto que lhe foi preparado, porque de tudo se fará mister, pois que tudo será destruído, ao menos temporariamente. Deixará de haver religião e uma se fará necessária, mas verdadeira, grande, bela e digna do Criador... Seus primeiros alicerces já foram colocados. .. Quanto a ti, Rivail, a tua missão é aí (livre, a cesta se voltou rapidamente para o meu lado como o teria feito uma pessoa que me apontasse com o dedo). A ti M. a espada que não fere, porém mata; contra tudo o que é, serás tu o primeiro a vir. Ele, Rivail, virá em segundo lugar: é o obreiro que reconstrói o que foi demolido". AK observa em seguida: "Foi essa a primeira revelação positiva da minha missão e confesso que, quando vi a cesta voltar-se bruscamente para o meu lado e designar-me nominativamente, não me pude ferrar a certa emoção" (VII, 248s.) . Também na p. 252 toma a falar da sua missão especial e na p. 253 o espírito lhe diz: "A missão dos reformadores é prenhê de escolhos e perigos. Previno-te de que é rude a tua, porquanto se trata de abalar e transformar o mundo inteiro". E depois, nas pp. 257ss., fala da tiara espiritual com que foi distinguido e o espírito lhe declara que ele é o "chefe da doutrina", que seus escritos "fazem lei" e que recebeu espontaneamente os títulos de "sumo sacerdote, de pontífice, mesmo de papa", "em suma, o senhor conquistou, sem a buscar, uma posição moral que ninguém lhe pode tirar, dado que, sejam quais forem os trabalhos que se elaborarem depois dos seus, ou concomitantemente com eles, o senhor será sempre o proclamado fundador da doutrina. Logo, em realidade, está com a *tiara espiritual*, isto é, com a supremacia moral. Reconheça, portanto, que eu disse a verdade" (VII, 260). Mais adiante, na p. 270, o espírito revela que ele, AK, deverá reencarnar, "para concluir a tua missão" e AK faz ingenuamente o seguinte cálculo: "Calculando aproximadamente a duração dos trabalhos que ainda tenho que fazer e levando em conta o tempo da minha ausência e os anos da infância e da juventude, até à idade em que um homem pode desempenhar no mundo um papel, a minha volta deverá ser forçosamente no fim deste século ou no princípio do outro"...

Já que a terceira revelação (o espiritismo) veio "numa época de emancipação e madureza intelectual, em que a inteligência, já desenvolvida, não se resigna a representar papel passivo, em que o homem nada aceita às cegas, mas quer ver aonde o conduzem, quer saber o porquê e o como de cada coisa" (VI, 36) - por isso, "emancipados, maduros e desenvolvidos que somos",

vamos também nós ver aonde nos levaram as observações do mestre Kardec, por que e como ele chegou a estabelecer os vários pontos da doutrina espírita.

AK assinala três critérios principais para distinguir os espíritos bons dos maus, as comunicações verdadeiras e sérias das falsas e ridículas: 1) o critério da linguagem digna e nobre; 2) o critério da concordância dos espíritos; 3) o critério da lógica e do bom senso. Examinemos agora o valor intrínseco desses três critérios fundamentais usados pelo mestre espírita.

2. Os critérios de seleção adotados por AK

A - O critério da linguagem digna e nobre

Exposição: já nas primeiras páginas de seu livro principal, AK formula este critério, que é depois repetido muitas vezes nas outras obras: "Distinguir os bons dos maus espíritos é extremamente fácil", declara ele; e eis como: "Os espíritos superiores usam constantemente de linguagem digna, nobre, repassada da mais alta moralidade, escoimada de qualquer paixão inferior; a mais pura sabedoria lhes transparece dos conselhos, que objetivam o nosso melhoramento e o bem da humanidade. A dos espíritos inferiores, ao contrário, é inconseqüente, amiúde, trivial e até grosseira" (I, 24). De modo semelhante se exprime no *Livro dos médiuns*, onde não se cansa de dizer que os espíritos devem ser julgados "pela linguagem de que usam"; e declara que "pode estabelecer-se como regra invariável e sem exceção que a linguagem dos espíritos está sempre em relação com o grau de elevação a que já tenham chegado" (III, 274), pois, garante-nos ele, "a bondade e a afabilidade são atributos essenciais dos espíritos depurados" (III, 275).

Portanto, segundo este critério, tudo está ligado à nobreza e dignidade de expressão, tudo depende de respirar a mais elevada moral e santidade ou não. Logo que constatamos que alguma mensagem recebida por um médium é redigida em forma nobre, digna e elevada - ainda que não seja mui conforme com as escrituras sagradas -, teríamos a garantia de estarmos diante de uma nova revelação digna de crédito.

Crítica: aqui poderia lembrar tudo quanto vimos acima sobre os "falsários no mundo dos espíritos" - pois, se os espíritos maus, "que se comprazem em fazer o mal", que nos querem "induzir maldosamente no erro" e que "se mascaram de todas as maneiras para melhor enganar", se eles, cuja astúcia "ultrapassa às vezes tudo o que se possa imaginar", são "capazes de todos os ardis", "identificando-se com os hábitos daqueles a. quem falam", "adotando os nomes mais apropriados a causar forte impressão" etc., conforme nos adverte o próprio AK - como não poderão eles, também, para melhor se impor, usar de um modo de falar nobre, digno etc., ainda mais se chegam a saber que será por este critério que nos havemos de orientar? Ouvimos freqüentemente falar de ladrões e assassinos, que se fingem os maiores amigos da vítima designada, falam constantemente com nobreza e dignidade, mostrando uma dedicação que não parece ter limites e, no entanto, à hora oportuna - uma punhalada traiçoeira ou um tiro pelas costas termina a farsa bem representada.

Ademais, vimos que os espíritos pseudo-sábios "dispõem de conhecimentos bastante amplos, porém crêem saber mais do que realmente sabem. Tendo realizado alguns progressos sob diversos pontos de vista, a linguagem deles aparenta um cunho de seriedade, de natureza a iludir com respeito às suas capacidades e luzes" (I, 88). Aqui é evidente que o indicado critério nada vale. Aliás, dispomos ainda de muitos textos kardecianos que nos mostram existir comunicações sérias e, no entanto, falsas: "No tocante a comunicações sérias, cumpre distinguir as verdadeiras das falsas, o que nem sempre é fácil, porquanto *exatamente à sombra da elevação da linguagem* é que certos espíritos presunçosos, ou pseudo-sábios, procuram conseguir a prevalência das mais falsas idéias e dos mais absurdos sistemas. E, para melhor acreditados se fazerem e maior importância ostentarem, não escrupulizam de se adornarem com os mais respeitáveis nomes e até com os mais venerados. Esse é um dos maiores escolhos da ciência prática..." (IV, 149s.). Quer dizer: há comunicações "sérias", com "elevação de linguagem", adornadas "com os mais respeitáveis nomes" - e que, não obstante, propugnam "as mais falsas idéias" e "os mais obscuros sistemas". Como identificar tais mensagens? O critério da linguagem, evidentemente, no caso nada vale. E outra vez diz nosso mestre espírita: "Qualificando de *instrutivas* as comunicações, supomo-las verdadeiras, pois o que não for verdadeiro não pode ser instrutivo, *ainda que dito na mais imponente linguagem*" (III, 150). E isso equivale a negar o

valor do critério da "mais imponente linguagem". Lembremo-nos ainda que existem espíritos sérios e bons que nos falam com toda a seriedade e boa fé, mas - "há muita coisa que eles ignoram e sobre que podem enganar-se de boa fé" (III, 149).

Ilustremos a aplicação do suposto critério com um exemplo do próprio AK: no final de *O livro dos espíritos* (p. 460), AK declara que há espíritos "cuja superioridade se revela na linguagem de que usam" e que "responderam a pessoas muito sérias", concedendo a existência do purgatório e do inferno segundo a doutrina católica. Ora, não obstante a seriedade e dignidade no modo de falar de tais espíritos, AK e todos os espíritas rejeitam estas mensagens como falsas e mentirosas.

Assim é evidente que o critério da linguagem não só não tem valor, mas nem o próprio AK se orienta por ele.

B - O critério da concordância dos espíritos

Exposição: Darei primeiro a palavra ao mestre Kardec: "Sem embargo da parte que toca à atividade humana na elaboração desta doutrina (espírita), a iniciativa da obra pertence aos espíritos, porém não a constitui a opinião pessoal de nenhum deles. Ela é, e não pode deixar de ser, a *resultante do ensino coletivo e concorde por eles dado*. Somente sob tal condição se lhe pode chamar doutrina dos espíritos. Doutra forma, não seria mais do que a doutrina de um espírito e apenas teria o valor de uma opinião pessoal" (VI, 10). E logo: "Generalidade e concordância no ensino, esse o caráter essencial da doutrina, a condição mesma da sua existência, donde resulta que todo princípio que ainda não haja recebido a consagração do controle da generalidade não pode ser considerado parte integrante dessa mesma doutrina. Será uma simples opinião isolada, da qual não pode o espiritismo assumir a responsabilidade. Essa coletividade concordante da opinião dos espíritos, passada, ao demais, pelo critério da lógica (note-se que aqui já transparece outro critério!), é que constitui a força da doutrina espírita e lhe assegura a perpetuidade" (VI, 11). Também na introdução ao *Evangelho segundo o espiritismo* o mestre Kardec repisa no valor decisivo deste critério: a doutrina espírita, explica ele, vale, "porque recebeu a sanção da concordância"; "tomadas insuladamente, elas (as revelações), para nós, nenhum valor teriam; somente a coincidência lhes imprime gravidade" (IV, 21). "Essa verificação universal constitui uma garantia para a unidade futura do espiritismo e anulará as teorias contraditórias. Aí é que, no porvir, se encontrará o critério da verdade" (IV, 21).

Assim propõe e explica AK o critério da concordância dos espíritos. Seria, portanto, um critério relativamente fácil e aplicável: comparar as "milhares" de comunicações recebidas de "milhares de centros" - e tudo aquilo em que todos os espíritos estiverem concordes - seria admitido como verdadeiro; o mais seria rejeitado como falso ou, ao menos, como insuficientemente comprovado. E pelo seu modo de falar, AK quer, realmente, dar aos seus leitores a impressão de que tudo o que ele propõe em seus livros definitivos passou incólume por este critério, "com exceção, todavia, de algumas teorias ainda hipotéticas, que tivemos o cuidado de indicar como tais e que devem ser consideradas simples opiniões pessoais" (VI, 11s.), todo o mais é conforme "com o ensino geral dos espíritos" (VI, 11).

Crítica: a primeira pergunta que me ocorreria fazer seria: concordância geral de que espíritos? De todos? Também dos maus, travessos e galhofeiros, que são numerosos? Ou só dos bons, puros e sábios? E então voltaríamos à mesma questão de antes: como saber se um espírito é de fato superior, bom e puro? Só pelo modo de falar digno e repassado de moralidade? Pois se, como vimos, o espírito não apresenta carteira de identidade e, ademais, "agasta-o toda questão que tenha por fim pô-lo à prova" (III, 271) e se também os espíritos bons e superiores se apresentam sob nomes falsos (III, 270). . .

Mas apliquemos também aqui o princípio de criticar AK com AK. Eis aí outras informações que ele nos dá sobre a codificação da doutrina espírita: "Além disso, convém notar que em parte alguma o ensino espírita foi dado integralmente; ele diz respeito a tão grande número de observações, assuntos tão diferentes, exigindo conhecimentos e aptidões mediúnicas especiais, que impossível era acharem-se reunidas num mesmo ponto todas as condições necessárias. Tendo o ensino que ser coletivo e não individual, os espíritos dividiram o trabalho, disseminando os assuntos de estudo e observação como, em algumas fábricas, a confecção de cada parte de um mesmo objeto é repartida por diversos operários" (VI, 38). E continua na preciosa informação: "A revelação faz-se assim parcialmente, em diversos lugares e por uma multidão de intermediários". E depois: "Cada centro encontra nos outros centros o complemento

do que obtém, e foi o conjunto, a coordenação de todos os ensinamentos parciais que constituíram a doutrina espírita" (VI, 38).

Mas isso já é coisa bem diferente! Quer dizer que houve colaboração de muitos espíritos, mas não consentimento unânime, coletivo, de todos os espíritos, em todas as partes da doutrina espírita: cada espírito contribuiu com alguma comunicação "parcial"; os espíritos "dividiram o trabalho", como nas fábricas... e "foi o conjunto, a coordenação de todos os ensinamentos parciais que constituíram a doutrina espírita".

E temos mais: falando de sua obra básica, *O livro dos espíritos*, AK escreve: "Mais de dez médiuns prestaram concurso a esse trabalho" (VII, 243). E ele continua na mesma página: "Da comparação e da fusão de todas as respostas, coordenadas, classificadas e muitas vezes remodeladas no silêncio da meditação", nasceu o dito livro. Observemos: *muitas vezes remodeladas no silêncio da meditação!* Mas - "remodeladas" por quem? Com que competência? Com que autoridade e autorização? Se do além nos vem uma revelação, destinada a "completar, explicar e desenvolver" a revelação trazida por Cristo (cf. VI, 26), então fazemos questão de ter as novas "revelações" assim como elas vieram e não assim como elas foram "muitas vezes remodeladas no silêncio da meditação" por quem quer que seja, tão falível como qualquer um de nós.

E agora, para ilustrar, um exemplo de aplicação do critério da concordância, feita pelo mesmo AK. É sabido que um dos princípios fundamentais de toda a doutrina espírita codificada por AK e propagada aqui no Brasil é o princípio da reencarnação. Pode-se dizer que ao menos este princípio básico passou incólume pelo critério da concordância? Abro o *Livro dos médiuns*, p. 338, e leio o seguinte: "De todas as contradições que se notam nas comunicações dos espíritos, uma das mais frisantes é a que diz respeito à reencarnação". E logo revela que "nem todos os espíritos a ensinam". Também em *O livro dos espíritos* (n. 222, p. 139) sabe que os espíritos "não parecem todos de acordo sobre esta questão" (da reencarnação). Por conseguinte, a reencarnação, peça central de todo o edifício espírita, não possui aquele imprescindível "caráter essencial da doutrina espírita", que consiste na "generalidade e concordância no ensino" e nem é "a resultante do ensino coletivo e concorde dado pelos espíritos". Portanto, sempre segundo os postulados teóricos do codificador (cf. VI, 10 e 11), esta teoria "não pode ser considerada parte integrante da doutrina espírita", mas será apenas "uma simples opinião isolada, da qual não pode o espiritismo assumir a responsabilidade".

Mas nas obras de AK aparece exatamente o contrário. Por isso o espírita Aksakof pôs em dúvida a seriedade científica e a própria lealdade e sinceridade de AK, quando escreveu: "Vê-se claramente que a propagação dessa doutrina (sobre a reencarnação), por Allan Kardec, foi assunto de sua maior predileção; a reencarnação não está em seus livros como tema de estudo, mas como dogma. Para sustentá-la recorreu sempre a médiuns escreventes, os quais, como é sabido, são facilmente influenciados por idéias preconcebidas, e o espírito as há engendrado em profusão; no entanto, através dos médiuns físicos, as comunicações são objetivas, e não se tem notícia de que alguma tenha sido favorável à reencarnação. Kardec prescindiu sempre desta classe de mediunidade, sob o pretexto de sua inferioridade moral. Os poucos médiuns físicos, franceses, que desenvolveram suas faculdades, apesar de Kardec, jamais foram por ele mencionados; ao contrário, permaneceram desconhecidos aos espíritas. Só porque em suas comunicações não sustentavam a doutrina da reencarnação" (cf. *Introdução ao estudo da doutrina espírita*, publicada pela FEB em 1946, pp. 144s., livro que a FEB já não edita mais).

Aliás, o codificador de fato não deu tão decisiva importância às mensagens espíritas. Em *O livro dos espíritos*, AK intercalou um capítulo próprio, dele mesmo, não recebido dos espíritos, sobre a reencarnação (cap. V, pp. 138-148), no qual faz considerações filosóficas pró e contra a pluralidade das existências. Pelo fim do capítulo escreve o seguinte: "Temos raciocinado, abstraindo, como dissemos, de qualquer ensinamento espírita, que, para certas pessoas carece de autoridade. Não é somente porque veio dos espíritos que nós e tantos outros nos fizemos adeptos da pluralidade das existências. S porque esta doutrina nos pareceu a mais lógica e porque só ela resolve questões até então insolúveis" (p. 147). AK, portanto, nos diz que é reencarnacionista não porque os espíritos revelaram, mas por motivos de ordem filosófica. Estes e não o valor dos espíritos é que decidiram o codificador a aceitar a reencarnação. Isso é importantíssimo. O organizador da doutrina espírita continua ainda, para não deixar dúvidas a respeito: "Ainda quando (a idéia da reencarnação) fosse da autoria de um simples mortal, tê-la-íamos, igualmente, adotado, e não havéramos hesitado um segundo mais em renunciar às idéias que esposávamos. Em sendo demonstrado o erro, muito mais que perder do que ganhar

tem o amor-próprio, com o se obstinar na sustentação de uma idéia falsa. *Assim, também, tê-lamos repellido, mesmo que provindo dos espíritos, se nos parecera contrário à razão, como repelimos muitas outra..*". Mesmo que provindo dos espíritos! O grifo é meu. Estas palavras mostram quanto valem para AK as comunicações dos "espíritos": exatamente nada. Revelassem eles a reencarnação ou ensinassem o contrário, o codificador, de qualquer jeito, seria reencarnacionista. Ele próprio o diz. Isso equivale a declarar a absoluta bancarrota do espiritismo. Para que ainda comunicações dos espíritos? O melhor que poderão fazer é confirmar nossa opinião pessoal; se não concordarem conosco, repelimo-los. É o que nos ensina o exemplo de AK.

Poderia tomar a lembrar também o exemplo acima citado, em que vimos que há espíritos "cuja superioridade se revela na linguagem de que usam" e que disseram a "pessoas muito sérias" que o inferno existe mesmo - e, no entanto, para os espíritas a inexistência do inferno é outra verdade, absolutamente certa, tão certa como é certo que o planeta Júpiter tem apenas quatro luas...

Assim, pois, o critério da concordância, embora fosse, talvez, teoricamente aceitável ou pelo menos discutível, é praticamente inexistente. Por isso escreve também AK: "Não há outro critério, senão o bom senso, para se aquilata do valor dos espíritos" (III, 276), pois, declara ele, "o bom senso não poderá enganar" (III, 280). Vejamos, portanto, a viabilidade deste último critério.

C - O critério da lógica e do bom senso

Exposição: deixemos que primeiramente AK exponha o seu ponto de vista: "O primeiro exame comprovativo é, pois, sem contradita, o da razão, ao qual cumpre se submeta, sem exceção, tudo o que venha dos espíritos. Toda teoria em manifesta contradição com o bom senso, com uma lógica rigorosa e com os dados positivos já adquiridos, deve ser rejeitada, por mais respeitável que seja o nome que traga como assinatura" (IV, 19s.). "Não admitais, portanto - recomenda o espírito de 'Erasto' - senão o que seja, aos vossos olhos, de manifesta evidência. Desde que uma opinião nova venha a ser expandida, por pouco que nos pareça duvidosa, fazei-a passar pelo crisol da razão e da lógica e rejeitai desassombradamente o que a razão e o bom senso reprovarem" (III, 242s.).

Os espíritos revelaram, mas deixaram ao homem "o cuidado de discutir e verificar e submeter tudo ao cadinho da razão" (VI, 37). "Os espíritos verdadeiramente superiores nos recomendam de contínuo que submetamos todas as comunicações ao crivo da razão e da mais rigorosa lógica" (III, 149). Por isso: "Rejeitar, sem hesitação, tudo o que peque contra a lógica e o bom senso...este meio é *único, mas é infalível*" (III, 275s.); "é preciso sondar-lhe o íntimo, analisar-lhe as palavras friamente, maduramente e sem prevenção. Qualquer ofensa à lógica, à razão e à ponderação não pode deixar dúvida sobre a sua procedência, seja qual for o nome com que se ostente o espírito" (III, 276s.); "toda heresia científica notória, todo princípio que choque o bom senso, aponta fraude" (III, 277); "jamais os bons espíritos aconselham senão o que seja perfeitamente racional" (III, 279). "Não pode haver mistérios absolutos" (IV, 295); para o espiritismo "absolutamente não há mistérios, mas uma fé racional, que se baseia em fatos e que deseja a luz" (VII, 201).

Poderia acumular semelhantes textos. Mas já está suficientemente claro o verdadeiro pensamento do mestre espírita: o bom senso (o que seria esse bom senso que "não poderá enganar"?), a razão e a lógica são o critério único e supremo da verdade. Com isso estamos em pleno e perfeito *racionalismo*. Na edição brasileira de 1897 do *Evangelho segundo o espiritismo*, encontramos à p. VI o grito racionalista: "Queremos livres pensadores!" E na p. X está a mais crassa formulação do princípio racionalista do século passado: "Para fundar a doutrina que deve servir de apoio aos espíritos de hoje, não é necessário, não é preciso milagres, é preciso, ao contrário, que a ciência com seu escalpelo possa sondar todos os dogmas, todas as máximas, todas as manifestações; é preciso que a razão possa tudo analisar, tudo elucidar, antes de nada aceitar".

Crítica: com isso poderia dar por encerrado o exame dos fundamentos da doutrina espírita: tornou-se evidente que o fundamento único é a razão - e a razão de AK! Com efeito: para que tantas comunicações de espíritos - se é a nossa razão que deve decidir e "rejeitar desassombradamente o que a razão e o bom senso reprovarem"? Para que tanta consulta de médiuns - se somos nós mesmos que devemos "submeter tudo ao cadinho da razão" e "rejeitar,

sem hesitação, tudo o que peque contra a lógica e o bom senso"? Para que buscar tantas revelações do além - se é "preciso que a razão possa tudo analisar, tudo elucidar, antes de nada aceitar"?

Entretanto, vejamos mais uma vez o que nos diz AK sobre o valor decisivo deste critério da lógica e do bom senso: "O homem - escreve ele -, cujas faculdades são restritas, não pode penetrar, nem abarcar o conjunto dos desígnios do Criador; aprecia as coisas do ponto de vista da sua personalidade, dos interesses factícios e convencionais que criou para si mesmo e que não se compreendem na ordem da natureza. Por isso é que, muitas vezes, se lhe afigura mal e injusto aquilo que consideraria justo e admirável, se lhe conhecesse a causa, o objetivo, o resultado definitivo. Pesquisando a razão de ser e a utilidade de cada coisa, verificará que tudo traz o sinete da sabedoria infinita e se dobrará a essa sabedoria, mesmo com relação ao que não lhe seja compreensível" (VI, 67). Portanto: há mistérios! Portanto: não é possível que a "razão possa tudo analisar, tudo elucidar, antes de nada aceitar"! Mas AK nos oferece outros textos semelhantes: "Há muitas coisas que não compreendeis, porque tendes limitada a inteligência. Isso, porém, não é razão para que as repilais" (I, 79) - como combinar este conselho com aquele outro que mandava não admitir "senão o que seja ao vossos olhos de manifesta evidência"? Outra vez: "Deus pode revelar o que a ciência não é dado aprender" (I, 56). Ainda outra vez fala do "orgulho dos homens, que julgam saber tudo e não admitem haver coisa alguma que lhes esteja acima do entendimento" (I, 105). E mais: "Dos efeitos que observamos, podemos remontar a algumas causas. Há, porém, um limite que não nos é possível transpor. Querer ir além é, simultaneamente, perder tempo e cair em erro" (VII, 31). Mas essas palavras provam que a razão, a lógica, a ciência e o bom senso não podem ser o critério único e último da verdade.

E quero alegar mais esse grão de ouro, escrito também por AK: "Para julgar os espíritos, como para julgar os homens, é preciso, primeiro, que cada um saiba julgar-se a si mesmo. Muita gente há, infelizmente, que toma suas próprias opiniões pessoais como paradigma exclusivo do bom e do mau, do verdadeiro e do falso; tudo o que lhes contradiga a maneira de ver, a suas idéias e ao sistema que conceberam, ou adotaram, lhes parece mau. A semelhante gente evidentemente falta a qualidade primacial para uma apreciação sã: a retidão do juízo. Disso, porém, nem suspeitam. É o defeito sobre que mais se iludem os homens" (III, 280). Não teria sido, também, o mestre Kardec vítima deste defeito? Pois quem nos garante sua infalibilidade em julgar e discernir as revelações? "O primeiro indício da falta de bom senso está em crer alguém infalível o seu juízo" (I, 44); "o homem que julga infalível a sua razão está bem perto do erro. Mesmo aqueles, cujas idéias são as mais falsas, se apóiam na sua própria razão e é por isso que rejeitam tudo o que lhes parece impossível" (I, 28). Mas então, por que AK rejeitou a divindade de Cristo, a inspiração divina da Bíblia, o pecado original, a graça, a redenção, os sacramentos, o inferno e outras muitas coisas tão claramente reveladas na Sagrada Escritura? Não foi unicamente porque lhe parecia impossível? Não foi simplesmente porque sua razão não era capaz de compreender? Cristo, por exemplo, fala umas vinte vezes sobre o inferno e diz claramente que é sem fim e AK mesmo concede que alguns bons espíritos revelaram com bons modos a mesma existência do inferno - e, no entanto, não o admite! Por quê? Simplesmente porque sua razão acha que não pode ser, que Deus seria injusto etc. É necessário repetir com AK: "Procuraremos em tudo a justiça e a sabedoria de Deus e curvemo-nos diante do que ultrapasse o nosso entendimento" (VI, 78). AK condenou-se a si mesmo, quando escreveu: "Em geral os homens apreciam a perfeição de Deus do ponto de vista humano; medindo-lhe a sabedoria pelo juízo que dela formam, pensam que Deus não poderia fazer coisa melhor do que eles próprios fariam" (VI, 77). E mais: "Os homens de saber e de espírito, no entender o mundo, formam geralmente tão alto conceito de si próprios e de sua superioridade, que, tomando a inteligência que possuem para medida da inteligência universal e julgando-se aptos a compreender tudo, não podem crer na possibilidade do que não compreendem. Consideram sem apelação as sentenças que proferem" (IV, 109).

Concluindo e resumindo os resultados deste capítulo, temos que a doutrina espírita não apresenta nenhuma garantia de credibilidade. E em *primeiro* lugar já é puramente hipotética a suposição de que as mensagens mediúnicas venham de espíritos do outro mundo - o que por si já seria um duvidoso fundamento. Temos em *segundo* lugar a quase insuperável dificuldade de encontrar um verdadeiro médium, digno de inteira confiança e que nos dê garantias absolutas de não recorrer, nem consciente, nem inconsciente mente, aos próprios conhecimentos do inconsciente ou subconsciente. E ainda que o encontrássemos, teríamos a *terceira*, e esta de fato insuperável, dificuldade de discernir os espíritos superiores dos inferiores, as mensagens

verdadeiras das erradas. Pois os critérios indicados por AK levam a um extremo, puro e crasso racionalismo.

Os espíritas têm sempre um superior sorriso de malícia para a "fé cega" dos católicos - mas o espírita crê muito mais do que o católico e crê com muitíssimo menos base. Bem escreveu o Pe. Heredia: "Se se admite a hipótese espírita de que a comunicação com as almas dos mortos é possível por meio de médiuns, há muito pouco fundamento para qualquer coisa que se pareça com religião; se se nega a hipótese, então é que não há nenhum fundamento" (*Espiritismo e bom senso*, 1924, p. 193).

5. AS FONTES HUMANAS DA DOUTRINA ESPÍRITA

Mas não posso deixar de lembrar outro ponto fundamental que influiu certamente na formação da doutrina proposta por AK como "doutrina espírita": são as idéias dele mesmo, de Kardec e de seus colaboradores "encarnados". Farei apenas as seguintes anotações e observações:

1) Sabe-se hoje que as idéias reencarnacionistas surgiram pela primeira vez na França pelos anos 1830-1848, em certos ambientes *socialistas*, e intimamente vinculadas com os princípios do *evolucionismo* então em moda. Seus primeiros fautores foram Charles Fourier e Pierre Leroux, ambos socialistas, que recorreram à idéia da pluralidade das existências precisamente para explicar assim o problema das desigualdades sociais. Este argumento será depois, nas obras de Kardec, o mais forte e é ainda hoje, entre nossos espíritas, o mais freqüentemente invocado para "demonstrar" a realidade das reencarnações. Ora, foi deste ambiente socialista que saíram os primeiros adeptos do movimento espírita francês. René Guénon mostra isso nas pp. 31-39 de seu livro *L'erreur spirite* (Paris, 1952) e nas pp. 116ss. do *Le théosophisme*. No ano de 1854, quando Kardec tomava os primeiros contatos com as mesas girantes, foram publicados mais dois livros reencarnacionistas: *Terre et dei*, de Jean Reynaud, e *Pluralité des existences de l'âme*, de Pezzani. Assim, dois anos depois da publicação de *O livro dos espíritos*, em 1859, observava o Dr. Dechambre na "Gazette Hebdomadaire de Médecine et de Chirurgie", num artigo sobre "La Doctrine Spirite", que os instrutores invisíveis do Sr. Kardec não tinham necessidade de conversar nos ares com o espírito de Porfírio: bastava-lhes conversar por alguns instantes com o Sr. Pierre Leroux, mais fácil de encontrar, ou ainda com Fourier, que com muito prazer lhes teria ensinado que nossa alma revestirá um corpo cada vez mais etéreo à medida que irá passando pelas oitocentas existências. . .

2) Também os dois dramaturgos Victorien Sardou e Eugene Nus pertenciam ao círculo de Kardec. Em *Le merveilleux spirite* nos conta Lucien Roure: "Era no momento das primeiras experiências do espiritismo em Paris. Sardou (futuro grande colaborador de AK) devorava os livros de filosofia e de metafísica, ocupava-se de astronomia, estudava e perfilhava as teorias de Jean Reynaud. Foi no salão da Sra. Japhet que ele encontrou AK. O próprio Sardou confessou: 'Quando, de comum acordo com AK, pedimos ao espírito presente que determinasse a base do dogma espírita, fui eu que, guiado por minhas leituras, restabeleci o sentido das respostas mal-interpretadas ou obscuras do espírito; e assim, em três sessões, pude ditar o sumário da doutrina que AK, depois, devia desenvolver'. E: 'Eu lia, então, muito os livros ocultistas. E quando havia uma lacuna, eu é que redigia as mensagens'".

3) Outro colaborador foi o astrônomo Camille Flammarion, que foi mesmo um dos médiuns de Kardec. Mais tarde será espírita menos convicto e entusiasmado. Como médium escreveu as famosas mensagens sobre os astros e a cosmogonia, que estão em *A gênese* de AK. Muitos anos depois escreverá: "Eu próprio era médium e AK publicou em seu livro *A gênese*, as dissertações que eu escrevi. Era o reflexo do que eu sabia, daquilo que nós pensávamos nessa época sobre os planetas, sobre cosmogonia etc. E os espíritos nada me ensinaram" (cf. "Annales Politiques et Parlamentaires", 9 de julho de 1899).

4) Alexander Aksakof, no artigo intitulado "Researches on the Historical Origin of the Reincarnation Speculations of French Spiritualists" (Investigações sobre a origem histórica da filosofia reencarnacionista no espiritismo francês), publicado na revista *The Spiritualist*, 13-8-1875, pp. 74-75, afirma que em 1873 entrevistou a sonâmbula Celina Japhet (nome verdadeiro: Bequet), que muito contribuiu na confecção de *O livro dos espíritos* de AK. Ela revelou então que já era sonâmbula natural desde pequena e que em 1845 foi a Paris, onde conheceu o magnetizador Roustan, ficando ela então sonâmbula profissional sob o controle de Roustan, dando "receitas médicas sob a direção espiritual de seu avô, que fora médico"; e que "desta

maneira, em 1846, lhe foi comunicada a doutrina da reencarnação pelos espíritos de seu avô, de Sta. Teresa e de outros". Aksakof anota então que "pode ser interessante observar que, quando o poder sonambúlico de madame Japhet foi desenvolvido sob a influência mesmérica do Sr. Roustan, este já acreditava na pluralidade das existências terrestres". Madame Japhet lhe revelou também que foi membro do círculo espírita de Paris de 1849 até 1870; e que o círculo fazia reunião duas vezes por semana, participando também Victorien Sardou; e que pouco depois ela se tornara médium escrevente e que a maior parte de suas comunicações foram obtidas desta maneira; e que "em 1856 ela se encontrara com o Sr. Denizard Rivail, que lhe fora apresentada por Victorien Sardou. Ele (Rivail) correlatou a matéria com numerosas questões, coordenando tudo em ordem sistemática e então publicou *O livro dos espíritos*, sem mesmo mencionar o nome de madame C. Japhet, muito embora três quartas partes do livro tenham sido dadas através da mediunidade dela. O resto foi obtido de comunicações pela madame Bodin, que pertencia a um outro círculo espírita. Depois da publicação de *O livro dos espíritos*...ele abandonou o círculo (de madame Japhet) e organizou outro em sua própria casa, sendo médium M. Roze".

Nas *Obras póstumas*, p. 242, AK fala desse encontro: "Em 1856, frequentei ao mesmo tempo as reuniões espíritas que se celebravam à rua Tiquetone, em casa do Sr. Roustan e senhorita Japhet, sonâmbula. Eram sérias essas reuniões e se realizavam com ordem. ... Estava concluído, em grande parte, o meu trabalho e tinha as proporções de um livro. Eu, porém, fazia questão de submetê-lo ao exame de outros espíritos, com o auxílio de diferentes médiuns. Lembrei-me de fazer dele objeto de estudo nas reuniões do Sr. Roustan. Ao cabo de algumas sessões, disseram os espíritos que preferiam revê-lo na intimidade e marcaram para tal efeito certos dias nos quais eu trabalharia em particular com a Srta. Japhet, a fim de fazê-lo com mais calma..."

5) Não esqueçamos também que AK, filho de pais católicos, foi educado sob a tutela de Pestalozzi, que acreditava na possibilidade de encerrar o fato religioso nos limites da razão. Certos princípios do *protestantismo* e do *racionalismo* o acompanharam desde a escola de Pestalozzi. Mais tarde tornou-se maçom. E é sabido que a filosofia maçônica é essencialmente *liberal e naturalista*. E de todos estes princípios encontramos um eco fiel na doutrina "codificada" por AK.

A doutrina espírita na verdade é pouco "espírita": é humana, excessivamente humana; é apenas kardecista...

A REENCARNAÇÃO

A teoria da reencarnação ou da pluralidade das existências, chamada também "palingenesia", é certamente o ponto central de toda a doutrina espírita. AK chega a dizer que é um "dogma" (I, n. 171 e 222; IV, 264). Todo seu pensamento gira em torno das vidas sucessivas. O progresso contínuo através da "metempsicose", como diria Platão, é seu postulado básico. Se riscarmos de suas obras a reencarnação, sobrarão apenas cacos sem valor. Ele mesmo a tem como "uma das mais importantes leis reveladas pelo espiritismo" (VI, 29). Depois de sua morte, em 1870, seus amigos fizeram gravar no monumental dólmen do cemitério Pere-Lachaise, em Paris, o apotegma que resume sua doutrina: "Naitre, mourir, renaître encore et progresser sans cesse: telle est la loi". Eis a síntese de seu pensamento: nascer, morrer, renascer de novo e progredir sem cessar: esta é a lei.

É o motivo por que lhe dedico um capítulo especial. Mas meu propósito aqui é apenas confrontar as idéias reencarnacionistas com a mensagem cristã, sem entrar nas questões históricas, filosóficas e psicológicas, como fiz em *O reencarnacionismo no Brasil* (Vozes, Petrópolis, 1961).

A palavra "reencarnação", composta do prefixo *re* (designativo de repetição) e do verbo *encarnar* (tomar corpo), significa etimologicamente: tomar a tomar corpo. Designa a ação do ser espiritual (espírito ou alma) que já animou um corpo no passado, foi posteriormente dele separado pela morte e agora toma a informar ou vivificar um corpo novo. AK define assim: "A reencarnação é a volta da alma à vida corpórea, mas em outro corpo especialmente formado para ela e que nada tem de comum com o antigo" (IV, 67). Perguntando a seus "espíritos superiores", com os quais julgava estar em permanente contato, se nossas diversas existências corporais se verificam todas na terra, garante ter recebido esta resposta: "Não; vivemo-las em diferentes mundos. As que aqui passamos não são as primeiras, nem as últimas; são, porém, das mais materiais e das mais distantes da perfeição" (I, n. 172).

Muito caminho, portanto, nos resta a percorrer. "Transportando-nos pelo pensamento às regiões do espaço além do arquipélago da nossa nebulosa, veremos em torno de nós milhões de arquipélagos semelhantes e de formas diversas, contendo cada um milhões de sóis e centenas de milhões de mundos habitados" (IV, 124). De acordo com a lei geral do progresso, também os mundos progridem: "O progresso material de um planeta acompanha o progresso moral de seus habitantes. Ora, sendo incessante, como é, a criação dos mundos e dos espíritos e progredindo estes mais ou menos rapidamente, conforme o uso que façam do livre-arbítrio, segue-se que há mundos mais ou menos antigos, em graus diversos de adiantamento físico e moral, onde é mais ou menos material a encarnação e onde, por conseguinte, o trabalho, para os espíritos, é mais ou menos rude. Deste ponto de vista, a Terra é um dos mundos menos adiantados. Povoadas de espíritos relativamente inferiores, a vida corpórea é aí mais penosa do que noutros orbes, havendo-os também mais atrasados, onde a existência é ainda mais penosa do que na Terra e em confronto com os quais esta seria, relativamente, um mundo ditoso" (VI, 206; cf. também II, 145). Aqui na Terra somos ao mesmo tempo "como escola de espíritos pouco adiantados e cárcere de espíritos criminosos" (II, 153).

Mas AK insiste neste ponto: "A pluralidade das existências, segundo o espiritismo, difere essencialmente da metempsicose, em não admitir aquele a encarnação da alma humana nos corpos dos animais, mesmo como castigo. Os espíritos ensinam que a alma não retrograda, mas progride sempre (II, 97; cf. I, n. 612). "Sendo o progresso uma condição da natureza humana, não está no poder do homem opor-se-lhe. É uma força viva, cuja ação pode ser retardada, porém não anulada, por leis humanas más" (I, n. 781).

É necessário assinalar, outrossim, que o espiritismo não nega o eventual castigo depois da morte. "O espiritismo não nega, antes confirma a penalidade futura. O que destrói é o inferno localizado com suas fornalhas e penas irremissíveis" (V, 63). "Seja qual for a duração do castigo, na vida espiritual ou na Terra, onde quer que se verifique, tem sempre um termo, próximo ou remoto. Na realidade não há para o espírito mais do que duas alternativas, a saber: punição temporária e proporcional à culpa e recompensa graduada, segundo o mérito. Repele o espiritismo a terceira alternativa, da eterna condenação. O inferno reduz-se à figura simbólica dos maiores sofrimentos cujo termo é desconhecido" (V, 64), mas virá certamente. Pois "a

felicidade da criatura deve ser o fito do Criador, ou ele não seria bom. Ela atinge a felicidade pelo próprio mérito, que, adquirido, não mais se perde. O contrário seria uma degeneração" (V, 75).

É preciso insistir neste ponto, já que vai colidir com afirmações repetidas de Jesus, doutrina que a Igreja ensina como dogma de fé. Assim afirma AK: "Por este dogma a sorte das almas, irrevogavelmente fixada depois da morte, é, como tal, um travão definitivo aplicado ao progresso. Ora, a alma progride ou não? Eis a questão. Se progride, a eternidade das penas é impossível" (V, 77). "O dogma da eternidade absoluta das penas é, portanto, incompatível com o progresso das almas, ao qual opõe uma barreira insuperável. Esses dois princípios destroem-se, e a condição indeclinável da existência de um é o aniquilamento do outro. Qual dos dois existe de fato? A lei do progresso é evidente: não é uma teoria, é um fato corroborado pela experiência: é uma lei da natureza, divina, imprescritível. E, pois, se esta lei existe inconciliável com a outra, é porque a outra não existe" (V, 78).

Pergunta AK aos "espíritos superiores": "O que fica sendo o espírito depois da última encarnação?" Resposta do além: "Espírito bem-aventurado; puro espírito" (I, n. 170). Para entender bem em que consiste este estado do puro espírito, é necessário recordar alguns princípios da antropologia espírita. Segundo a doutrina espírita o homem é composto de três elementos: alma, corpo e perispírito (I, n. 135; II, 108; III, 61). O corpo é essencialmente temporário ou transitório e em cada nova encarnação o espírito "reveste outro invólucro apropriado ao novo gênero de trabalho que lhe cabe executar" (VI, 198). Este corpo é novo, "especialmente formado e que nada tem de comum com o antigo" (IV, 67). Sua finalidade temporária é ajudar a alma na purificação: "O corpo é o alambique em que a alma tem que entrar para se purificar" (I n. 196). "O espírito só se depura com o tempo, sendo as diversas encarnações o alambique em cujo fundo deixa de cada vez algumas impurezas" (VI, 64). A grande novidade na antropologia espírita é o *perispírito*: "É um invólucro fluídico, leve, Imponderável, servindo de laço e de intermediário entre o espírito e o corpo" (I, 108; cf. I, n. 135). Na hora da morte, quando a alma se desprende do corpo, ela não abandona o perispírito; pois, ensina AK, sem o perispírito, o espírito não seria um ser concreto, determinado, real, mas seria um ser abstrato, indefinido, só possível de ser percebido pelo pensamento, seria, em suma, um ser mental, lógico apenas (I, 22; II, 107, 108, 109, 112). "Não se pode conceber o espírito isolado da matéria" (II, 109). Mas "a constituição íntima do perispírito não é idêntica em todos os espíritos encarnados ou desencarnados" (VI, 264). Quanto mais o espírito se aperfeiçoa, menos grosseiro será o corpo e mais etéreo o perispírito. Por fim o espírito alcança um estado em que já não precisa de corpo e no qual o perispírito se toma tão etéreo "como se não existisse: esse o estado dos espíritos puros" (I, n. 186).

Estes espíritos puros e perfeitos "habitam certos mundos, mas não lhes ficam presos, como os homens na Terra; podem melhor do que os outros estar em toda parte" (I, n. 188). Parece que o *habitat* normal destes espíritos perfeitos é mesmo o sol. Pois AK nos garante que, segundo os espíritos por ele consultados, "o sol não seria mundo habitado por seres corpóreos, mas simplesmente um lugar de reunião dos espíritos superiores, os quais de lá irradiam pensamentos para os outros mundos, que eles dirigem por intermédio dos espíritos menos elevados, transmitindo-os a estes por meio do fluido universal... Todos os sóis como que estariam em situação análoga" (I, n. 188, nota; nesta nota observa ainda AK que muitos espíritos, que na Terra animaram personalidades conhecidas, disseram estar reencarnados no planeta Júpiter, um dos mundos mais próximos da perfeição).

O espírito perfeito já não tem corpo. Segundo os reencarnacionistas não há união substancial entre corpo e alma, mas apenas união transitória e por isso accidental. "O espiritismo ensina-nos que a alma é independente do corpo, não passando este de temporário invólucro: a espiritualidade é-lhe a essência, e a sua vida normal é a vida espiritual. O corpo é apenas instrumento da alma para exercício das suas faculdades nas relações com o mundo material; separada deste corpo, goza dessas faculdades mais livre e altamente. A união entre alma e corpo, sem ser necessária aos primeiros progressos, só se opera no período que podemos classificar como da sua infância e adolescência; atingido, porém, que seja, um certo grau de perfeição e desmaterialização, essa união é prescindível, o progresso faz-se na sua vida de espírito" (V, 108). Portanto, o estado de separação do corpo "é o estado normal e definitivo" da alma (V, 30). "Não", escreve AK, referindo-se à união entre alma e corpo, "essa união mais não é na realidade do que um incidente, um estágio da alma, nunca o seu estado essencial" (V, 105). e esta a razão por que os reencarnacionistas rejeitam unanimemente a idéia de uma possível

futura ressurreição do corpo ou a ressurreição final de todos os homens (I, n. 1010), como ensinam Jesus, os apóstolos e as Igrejas cristãs.

São estas as teses principais do pensamento reencarnacionista. É evidente que semelhante doutrina nos atinge a cada um de nós pessoalmente e bem de perto. Temos por isso o direito a que se nos diga quais as razões em que se apóia tão estupenda e exorbitante doutrina que nos joga impiedosamente através de um número ilimitado de sempre novas provações e vidas difíceis. Esses argumentos, ademais, não devem ser apenas meras ou vagas conjecturas, mas provas apodíticas, às quais ninguém pode resistir racionalmente. Só assim poderíamos decidir-nos a reconhecer uma doutrina com tão graves conseqüências pessoais.

Considerando a reencarnação em si e *a priori*, por ser de inegável importância para a vida do homem, por ser uma questão fundamental para a reta orientação de todo o ser racional e pensante, dever-se-ia supor que o Criador, que assim teria disposto a carreira de suas criaturas racionais, também tivesse dado aos homens certeza total a esse respeito, fornecendo-lhes argumentos absolutamente decisivos e irrefragáveis, que evidenciassem de modo inegável a pluralidade de nossas vidas terrestres ou planetárias. Mas já o mero fato de existirem numerosos homens que aprenderam a exercitar largamente a arte de pensar e que filosofaram durante toda a vida sobre o destino do homem e o sentido da vida terrestre e, todavia, não chegaram à conclusão das vidas sucessivas, só este fato vem a destruir pela base esta suposição apriorística, que em si pareceria tão natural.

Sustentam os espíritas que eles receberam sua doutrina dos espíritos superiores, que a revelaram. Já consideramos o valor deste argumento no capítulo anterior. Mas convém recordar este fato realmente estranho e surpreendente no mundo espírita: não são poucos os espíritas que também afirmam receber instruções confiáveis do além e que rejeitam absolutamente a pluralidade das existências. Vimos até que o próprio AK também recebeu mensagens do além contrárias à palingenesia.

Aqui, no entanto, quero examinar a questão apenas do ponto de vista teológico, já que é comum, entre nós, a afirmação segundo a qual a reencarnação seria uma doutrina cristã, ensinada pelo próprio Senhor Jesus.

Jesus e a reencarnação

Garante-nos AK: "O princípio da reencarnação ressalta de muitas passagens das escrituras, achando-se especialmente formulado, de modo explícito, no evangelho" (I, n. 222), e cita Mt 17, onde Jesus teria declarado que João Batista é a reencarnação de Elias. Particularmente em *O evangelho segundo o espiritismo* quer Kardec evidenciar que Cristo ensinou a pluralidade das existências corporais. Começa por dizer que "a reencarnação fazia parte dos dogmas dos judeus, sob o nome de *ressurreição*... Eles designavam pelo termo *ressurreição* o que o espiritismo, mais judiciosamente, chama reencarnação" (IV, 67); e para prová-lo, outra vez vem a história de João Batista como reencarnação de Elias e o colóquio entre Jesus e Nicodemos, onde encontramos estas palavras de Jesus: "Em verdade, em verdade te digo: se alguém não nascer de novo não pode entrar no reino de Deus" (Jo 3,3). E com mais alguns vagos textos, segue então a triunfante conclusão:

- "Não há, pois, duvidar de que, sob o nome de *ressurreição*, o princípio da reencarnação era ponto de uma das crenças fundamentais dos judeus, ponto que Jesus e os profetas confirmaram de modo formal; donde se segue que negar a reencarnação é negar as palavras do Cristo" (IV, 71); e mais: "Sem o princípio da preexistência da alma e da pluralidade das existências, são ininteligíveis, em sua maioria, as máximas do evangelho" (IV, 72).

Sistematizando, temos nas citadas palavras de AK cinco teses: 1) que a reencarnação fazia parte dos dogmas dos judeus; 2) que a palavra "*ressurreição*" é apenas outro termo para "*reencarnação*"; 3) que, em sua maioria, as máximas do evangelho são ininteligíveis sem o princípio da reencarnação; 4) que João Batista era a reencarnação do profeta Elias; 5) que em Jo 3,3 Jesus ensinou formalmente a necessidade da reencarnação; e que, por conseguinte, "negar a reencarnação é negar as palavras de Cristo". Admitidas como verdadeiras estas cinco proposições, teríamos provada a reencarnação como parte essencial da doutrina cristã e, logo, sancionada pela autoridade divina.

Como Cristo e sua mensagem são de fato para mim o ponto central de minha vida, de meus interesses, de minhas ocupações e preocupações; como estou sincera e lealmente resolvido a seguir a Jesus e sua doutrina, para o que, a seu expresso convite, abandonei pai e mãe, irmão e

irmã, casa e bens; como, por isso, faço absoluta questão de não contestar um só dos ensinamentos do Divino Mestre; e já que a teoria reencarnacionista está sendo propagada, "por todos os meios que oferece a palavra escrita e falada" (assim leio nos estatutos dos centros espíritas), nos meios católicos do Brasil *como doutrina cristã*, por todas essas razões é necessário que o presente argumento seja estudado e analisado com particular atenção.

Já expus as linhas gerais da filosofia reencarnacionista. Para podermos saber agora se Cristo ensinou ou não esta doutrina, será necessário verificar nos próprios ensinamentos de Jesus aquelas mesmas linhas gerais e essenciais da doutrina reencarnacionista. Se o resultado deste inquérito for afirmativo, teremos que dizer que Jesus ensinou de fato a pluralidade das existências; se for negativo, diremos que Jesus era contra a filosofia das vidas sucessivas. A doutrina reencarnacionista pode ser resumida nestas quatro proposições:

1) *Pluralidade das existências terrestres*: nossa vida atual não é a primeira nem será a última existência corporal; já vivemos e ainda teremos que viver inúmeras vezes em sempre novos corpos materiais.

2) *Progresso contínuo para a perfeição*: a lei do progresso impele a alma para sempre novas vidas e não permite não só nenhum regresso, mas nem mesmo um estacionamento definitivo a meio caminho e muito menos comporta um estado definitivo de condenação sem fim: mais século, menos século, todos chegarão à perfeição final de espírito puro.

3) *Conquista da meta final por méritos próprios*: em cada nova existência a alma avança e progride na proporção de seus esforços; todo o mal cometido será reparado com expiações pessoais, sofridas pelo próprio espírito em novas e difíceis encarnações.

4) *Definitiva independência do corpo*: na proporção em que avança na incessante conquista para a perfeição final, a alma, em suas novas encarnações, assumirá um corpo sempre menos material, até chegar ao estado definitivo, em que viverá, para sempre, livre do corpo e independente da matéria.

Poderíamos lembrar outros pontos (por exemplo: evolucionismo lento e constante do espírito, passando pelo reino mineral, vegetal e animal; pluralidade dos mundos habitados etc.). Mas bastam estes, que são os essenciais. Sem os quatro mencionados princípios não há doutrina reencarnacionista, ao menos não no sentido em que ela é propagada entre nós. Quem proclama a reencarnação também afirma a pluralidade das existências terrestres, sustenta o progresso contínuo para a perfeição, garante a conquista da meta final por méritos próprios e defende uma vida definitiva independente da matéria. Mas quem nega estes pontos, quem contesta as vidas sucessivas do homem sobre a terra, a marcha irreprimível e certa para o fim supremo, a necessidade de adquirir a perfeição final só por esforços pessoais e a definitiva independência da matéria, com isso mesmo recusará também a idéia da reencarnação. Por conseguinte, para sabermos se alguém é reencarnacionista ou não, teremos o seguinte infalível critério: basta verificar se aceita ou não aqueles quatro pontos. Quando, pois, queremos saber se Jesus Cristo era reencarnacionista, deveremos investigar se ele ensinou a pluralidade das existências terrestres, o progresso contínuo para a perfeição, a conquista da meta final por méritos próprios e a vida do espírito definitivamente livre da matéria e independente do corpo.

Daí as quatro perguntas essenciais:

1. ENSINOU JESUS A PLURALIDADE DAS VIDAS TERRESTRES?

Quem conhece, lê e medita habitualmente as sagradas páginas do evangelho verificará facilmente que Jesus, Nosso Senhor e Deus, quando fala desta nossa atual vida terrestre, costuma atribuir-lhe um valor decisivo para toda a existência posterior à morte; verificará ainda que Jesus insiste, e muito, na importância culminante da hora da morte, advertindo-nos freqüentemente de estarmos sempre prontos e preparados para prestarmos conta da nossa vida ao Juiz Divino, prometendo aos justos recompensa imediata depois do desenlace e contestando abertamente a possibilidade de arrependimento e perdão, passados os umbrais da eternidade; verificará ainda que Jesus desconhece quaisquer vagabundeios pelos espaços ou na erraticidade, para "progredir continuamente". Vejamos alguns dos mais frisantes exemplos.

a) Em Lc 16,19-31 lemos a parábola do pobre Lázaro e do rico epulão. São palavras de Cristo. Aí se oferece a Nosso Senhor uma excelente oportunidade para dar ensinamentos sobre o que acontecerá aos homens depois da morte. Ambos morrem: primeiro o pobre Lázaro, que "foi levado pelos anjos ao seio de Abraão". A expressão "seio de Abraão" era corrente entre os judeus para significar o céu. E Cristo continua: "Morreu também o rico, e foi sepultado. No

inferno, em meio a tormentos, levantou os olhos e viu ao longe Abraão e Lázaro em seu seio. Então exclamou: 'Pai Abraão, tem piedade de mim e manda que Lázaro molhe a ponta do dedo para me refrescar a língua, pois estou torturado nesta chama'. Abraão respondeu: 'Filho, lembra-te de que recebeste teus bens em vida, e Lázaro por sua vez os males; agora, porém, ele encontra aqui consolo e tu és atormentado. E além do mais, entre vós e nós existe um grande abismo, de modo que aqueles que quiserem passar daqui para junto de vós não o podem, nem tampouco atravessaram os de lá até nós'. Paremos aqui. A parábola ainda continua, rica em ensinamentos sobre as relações entre os falecidos e os que ainda vivem cá na terra. Vemos aí vários pronunciamentos diretamente contrários aos princípios da palingenesia. Se Jesus fosse reencarnacionista, teria agora uma boa ocasião para insistir nesta doutrina: diria que a alma se desprende lentamente do corpo, permanecendo ainda por algum tempo em estado de perturbação e confusão; explicaria como ela readquire aos poucos um estado de consciência, lembrando as existências passadas; como vai depois perder-se na imensidade dos espaços, na erraticidade; como procura novas oportunidades para reencarnar etc. Mas nesta parábola não encontramos nada disso: ambos morrem, ambos são julgados, um vai para o céu, outro para o inferno. Nada de sempre novas vidas, nada de andar pela erraticidade, nada de ininterruptos progressos depois da morte, nada de esperar novas vidas terrestres, nem mesmo nada de se comunicar com os vivos, como tanto queria o falecido epulão... é que Jesus, ao menos nesta parábola, não era nem reencarnacionista, nem espírita, nem esoterista...

b) Em Lc 23,39-43 contemplamos Jesus pregado e suspenso no alto da cruz, no meio de dois ladrões. Note-se que ambos tinham sido muito maus. Um deles, o do lado direito, confessava abertamente, quando repreende seu colega com estas palavras: "Tu nem sequer temes a Deus, estando na mesma condenação? Quanto a nós, é de justiça; estamos pagando por nossos atos; mas ele não fez nenhum mal" (Lc 23,40s). Pois bem, este mesmo ladrão, depois daquele público reconhecimento de seus crimes, contrito e arrependido, dirige-se a Jesus com estas palavras: "Jesus, lembra-te de mim, quando vieres com teu reino". E Jesus responde com a seguinte solene e extraordinária promessa: "Em verdade, eu te digo, hoje estarás comigo no paraíso". Naquele dia! "Hoje!" Fosse reencarnacionista, Jesus não poderia ter falado assim. Poderia ter consolado e animado o ladrão arrependido mais ou menos com estas palavras: "Fazes bem em arrepender-te, pois o arrependimento é o primeiro passo para a regeneração. Mas não basta. Deves ter paciência contigo mesmo. Cada qual deve resgatar-se a si mesmo. Tu cometeste muitos crimes: toda falta cometida, todo mal realizado é uma dívida contraída e que deverá ser paga. Já não o podes nesta existência: terás que reencarnar mais vezes, deverás voltar a esta terra, em novo corpo, para expiar e resgatar teus crimes". Já vimos esses e semelhantes textos de AK. Mais ou menos assim deveria ter falado Cristo, se fosse reencarnacionista. Mas falou de modo muito diferente. O que Cristo disse não entra na filosofia das vidas sucessivas. É que Jesus não era reencarnacionista...

c) Do mesmo modo poderíamos analisar outras muitas passagens da mensagem cristã. Por exemplo a parábola das dez virgens, das quais cinco eram prudentes e vigilantes e cinco tolas e indolentes e que não estavam preparadas quando "chegou o esposo". Depois bateram à porta e disseram: "Senhor, Senhor, abre-nos!"; Ele porém replicou: "Em verdade vos digo que não vos conheço!" E Cristo tira a conclusão: "Estai, pois, alerta, porque não sabeis nem o dia nem a hora" (Mt 25,13) da morte. E outra vez admoesta: "Estai, pois, alerta! Vigiai e orai! Porque ignorais quando chegue esse momento... se de tarde, se à noite, se ao canto do galo, se de madrugada. Que não apareça de improviso e vos encontre a dormir! O que digo a vós, digo-o a todos: estai alerta!" (Mc 13,33ss.). E ainda: "Vigiai, portanto, e rezai sem cessar, a fim de que vos torneis dignos de evitar todos estes males, e de aparecer com confiança diante do Filho do Homem" (Lc 21,36). Pois dirá ele em outra oportunidade: "Se não vos converterdes, perecereis todos" (Lc 13,3).

d) Particularmente claro é São Paulo, fiel discípulo e zeloso apóstolo de Cristo e que nos assegura de ter recebido seu evangelho diretamente de Jesus (Gl 1,12). Eis o que ele escreve aos hebreus: "Está decretado que o homem morra uma só vez, e depois disto é o julgamento" (Hb 9,27). *Morra uma só vez!* Não mais vezes, não muitas vezes, não um número indefinido de vezes: *uma só vez!*

É a afirmação explícita da unicidade da vida terrestre, contra o princípio reencarnacionista da pluralidade das existências. É, em outras palavras, a condenação formal, explícita, clara da teoria da reencarnação. No Concílio Vaticano II, por ocasião da votação do n. 48 da Constituição *Lumen Gentium*, 123 bispos pediram a introdução de um texto especial de explícita

afirmação da unicidade da vida terrestre, propondo esta emenda, que foi aceita e aprovada pelo Concílio: "Vigiemos constantemente, a fim de que, *terminado o único curso de nossa vida terrestre* (cf. Hb 9,27), possamos entrar com ele para as bodas e mereçamos ser contados com os benditos".

Por isso diz ainda a Sagrada Escritura: "A cada um, *no dia de sua morte*, o Senhor retribuirá, conforme as suas obras" (Ec1 11,28). É o que Nosso Senhor repete sem cessar: desde que o homem se arrependa sinceramente dos pecados cometidos, por maiores que tenham sido, e receba o perdão divino, "entra no gozo do Senhor".

Unicidade da vida terrestre, julgamento imediatamente depois da morte, recompensa ou castigo posterior, sem liberdade de vaguear pela erraticidade, sem promessa de novas vidas terrestres - eis o que Cristo opõe ao princípio reencarnacionista da pluralidade das existências; e eis, também, o que os reencarnacionistas não podem admitir na mensagem de Cristo. E eis, ainda, por que os espíritas não são cristãos.

2. ENSINOU JESUS A LEI DO PROGRESSO IRREPRIMÍVEL E UNIVERSAL PARA A PERFEIÇÃO?

A lei do progresso, assim como os reencarnacionistas a entendem, é universal, uma força viva da natureza, e não pode ser frustrada. O homem pode, talvez, fazer-lhe oposição por algum tempo, pode estacioná-la temporariamente: mais dia, menos dia, porém, ele terá que continuar em sua marcha à perfeição final. Todos, absolutamente todos, chegarão a ela: não existe, nem mesmo é possível coexistir com a lei do progresso, um estado definitivo de condenação sem fim e sem esperança de conseguir esta meta. É por isso que todos os reencarnacionistas, com uma unanimidade rara, rejeitam decididamente a tradicional doutrina cristã sobre o *inferno*. É a razão por que AK, num texto expressivo que já vimos, declara que "o dogma da eternidade absoluta das penas é incompatível com o progresso das almas, ao qual opõe uma barreira insuperável. Esses dois princípios (a eternidade do inferno e o constante progresso das almas) destroem-se, e a condição indeclinável de existência de um é o aniquilamento do outro".

O dilema proposto é claro e incisivo: ou admitimos a lei do progresso (e, portanto, a reencarnação), ou admitimos o dogma da eternidade do inferno (e, portanto, rejeitamos a palingenesia); os dois não podem coexistir: quem afirma a eternidade das penas negará a reencarnação, será contra a palingenesia. Assim sendo, que rendo saber se Cristo era ou não reencarnacionista, podemos, agora, formular nossa pergunta da seguinte maneira: qual destes dois princípios (eternidade das penas ou progresso irreprimível e universal das almas) foi ensinado por Cristo? E a resposta absolutamente certa e indiscutível é: *Cristo, de fato, ensinou a eternidade das penas do inferno*. Logo, concluíra o próprio AK, se quiser ser conseqüente, a mensagem de Jesus é incompatível com a filosofia da reencarnação.

Seria realmente prolixo citar aqui todos os textos dos quatro evangelhos que os evangelistas colocam na boca do Divino Mestre e que nos falam da possibilidade de uma condenação "eterna". Mais adiante, na página 184, quando falarmos dos condenados ao inferno, veremos os principais. Ressalto apenas que Cristo, de fato, não podia usar de palavras mais evidentes e incisivas para nos ensinar a existência e a eternidade do inferno. Pois, em quase cada sermão que fazia, Jesus apontava para os tremendos castigos depois da morte. Basta lembrar que, no juízo final, a sentença definitiva do Divino Juiz sobre os maus será: "Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno preparado para o diabo e para seus anjos" (Mt 25,46); e Jesus acrescenta que "estes irão para o castigo eterno, enquanto os justos irão para a vida eterna". Neste texto, Jesus estabelece um perfeito paralelo entre a sorte dos justos (que é de "vida eterna") e a dos maus (que é de "castigo eterno"): uma e outra são simplesmente "eternas". Se, pois, a vida "eterna" dos justos é sem fim, sem fim será também o castigo "eterno". Pois a mesma palavra, na mesma proposição e em igual contexto, deve ser tomada no mesmo sentido. A eternidade no sentido de "duração sem fim" é afirmada também por Jesus em Mt 18,8-9, comparado com o texto paralelo de Mc 9,42-47: o "eterno" de Mt 18,8 é descrito em Mc 9,43 e 48 como "fogo que não se apaga". Já João Batista havia falado de um "fogo que não se apaga" (Mt 3,12; Lc 3,17).

Particularmente pertinente é o que nos relata Lc 13,23-28: alguém lhe perguntou: "Senhor, é pequeno o número dos que se salvam?" Jesus respondeu: "Esforçai-vos por entrar pela porta estreita, pois eu vos digo que *muitos procurarão entrar e não o conseguirão*. Uma vez que o dono da casa houver se levantado e tiver fechado a porta e vós, de fora, começardes a bater a

porta, dizendo: 'Senhor, abre-nos', ele vos responderá: 'Não sei de onde sois'. Então começareis a dizer: 'Nós comíamos e bebíamos em tua presença, e tu ensinaste em nossas praças'. Ele, porém, vos responderá: 'Não sei de onde sois; afastai-vos de mim, vós todos, que sois malfetores!' Lá haverá choro e ranger de dentes, quando virdes Abraão, Isaac, Jacó e todos os profetas no Reino de Deus, e vós, porém, lançados fora".

Não adianta negar tão claros ensinamentos divinos. Contra aqueles que negam a reencarnação, AK teceu, do seu ponto de vista, uma mui judiciosa ponderação: "Como quer que opinemos acerca da reencarnação, quer a aceitemos, quer não, isso não constituirá motivo para que deixemos de sofrê-la, desde que ela exista, malgrado todas as crenças em contrário", pois, considera ele no mesmo contexto: "Deus não nos pede permissão, nem consulta os nossos gostos para regular o universo" (I, n. 222). É isso mesmo. Parafraseando, diremos: como quer que se opine acerca do inferno, quer o aceitemos, quer não, isso não constituirá motivo para não sermos condenados a ele, desde que ele exista, mal grado todas as vontades humanas em contrário, pois Deus sabe o que faz e não consulta nosso parecer. As admoestações divinas estão aí, nos evangelhos. Deus, evidentemente, quer a salvação de todos. A todos dá as graças necessárias e a ninguém nega os auxílios suficientes. É certo que só vai para o inferno quem voluntária, consciente e gravemente ofende a Deus e neste estado morrer impenitente. Mas estes irão mesmo. Não adiantará choramingar. Deus lhes dirá, como lemos no sagrado livro dos Provérbios, 1,24ss.: "Mas, visto que eu vos chamei, e vós não quisestes ouvir-me; visto que estendi a mão, e não houve quem olhasse para mim; visto que desprezastes todos os meus conselhos, e não fizestes caso das minhas repreensões, também eu me riirei da vossa ruína, e zombarei de vós, quando vos suceder o que temíeis. Quando vos assaltar a calamidade repentina e colher a morte como um temporal; quando vier sobre vós a tribulação e a angústia, então me invocarão e eu não os ouvirei; levantar-se-ão de madrugada, e não me encontrarão; porque eles aborreceram as minhas instruções, e não abraçaram o temor do Senhor, nem se submeteram ao meu conselho e desprezaram todas as minhas repreensões. Comerão, pois, os frutos de seu mau proceder e fartar-se-ão dos seus conselhos".

Não há dúvida, existem aspectos bem difíceis de entender na doutrina de Cristo sobre a tremenda possibilidade de sermos condenados para sempre à exclusão da visão beatífica (inferno significa em primeiro lugar "exclusão do céu"; as penas são secundárias). Mas quem compreende a vocação natural e sobrenatural de todos os homens; quem conhece a necessidade, o valor e o risco da liberdade; quem procurou penetrar na natureza do pecado grave, consciente e deliberadamente perpetrado; quem se deu conta da necessidade de um limite do tempo de prova; este verificará facilmente que o aspecto mais difícil ou misterioso não é propriamente a existência do inferno, nem sua eternidade, mas o triste fato de existirem seres racionais que, não obstante, abusam da sua liberdade para enfrentar a eventualidade do inferno. O verdadeiro problema, a dificuldade principal, está na existência da culpa grave consciente e livremente cometida por uma criatura de Deus! Como e por que permite Deus que sua criatura racional, o homem, "única criatura na terra que Deus quis por si mesma" (GS 24c), possa, desgraçadamente, decidir-se para a culpa grave? Eis aí a verdadeira raiz do "mistério do inferno". E exatamente este problema existe também para os reencarnacionistas. Pois ninguém pode racionalmente contestar a realidade do pecado grave e livremente cometido pelo homem, e, por conseguinte, existe para todos o indicado e difícil problema. Também para os reencarnacionistas nem tudo é claro. O próprio AK indaga dos "espíritos superiores": "Por que há Deus permitido que os espíritos possam tomar o caminho do mal?" E a resposta do "além" se resolve, afinal, também, num apelo ao mistério. Eis a resposta que AK garante ter recebido: "Como ousais pedir a Deus contas de seus atos? Supondes poder penetrar-lhe os desígnios?" (I, n. 123). Em outra oportunidade AK diz ter recebido esta resposta: "Há muitas coisas que não compreendeis, porque tendes limitada a inteligência. Isso, porém, não é razão para que as repilais" (I, n. 83). Também lhe dizem que "Deus pode revelar o que à ciência não é dado aprender" (I, n. 20) e falam do "orgulho dos homens, que julgam saber tudo e não admitem haja coisa alguma que lhes esteja acima do entendimento" (I, n. 147).

Muito iludidos estão os que pensam que o cristianismo é a religião da comodidade e do puro sentimentalismo: "Não penseis - disse Cristo - que vim trazer a paz à terra; não vim trazer a paz, senão a espada. Vim para fazer separação entre filho e pai, entre filha e mãe, entre nora e sogra... Quem ama o pai ou a mãe mais do que a mim não é digno de mim. Quem não tomar a sua cruz e me seguir não é digno de mim. Quem procurar possuir a sua vida, perdê-la-á; mas quem perder a sua vida por minha causa, possuí-la-á" (Mt 10,34-39).

AK ilude-se conscientemente a si mesmo e a todos os seus sequazes, quando escreve que Cristo "se limitou a falar vagamente da vida bem-aventurada, dos castigos reservados aos culpados, *sem referir-se jamais nos ensinamentos a castigos e suplicios corporais*" (V, 41) . Iludem-se também nossos espíritas, quando anunciam triunfalmente que "o espiritismo forneceu a chave que permite ler o evangelho sem calafrios e provou que Deus é, em verdade, justo e bom". Iludem-se ainda tremendamente, quando não apenas sustentam que a Bíblia não se refere ao sofrimento eterno do condenado, mas ainda blasfemam da seguinte maneira: "Se conseguissem convencer-nos de que é isso o que a Bíblia afirma, nós a renegariamos como falsa; e se nos provassem que ela é autêntica (isto é: que ela vem de Deus), nós renegariamos o próprio Deus, porque não podemos adorar uma entidade cujos sentimentos de amor, justiça e misericórdia sejam inferiores aos nossos. E se há um Deus capaz de condenar uma de suas criaturas a sofrer eternos horrores por uma falta momentânea, cometida contra quem for, então esse Deus está muito abaixo das solas dos nossos sapatos. Nós nos julgaremos, por isso, muito superiores a um tal Deus! . . ." (Carlos Imbassahy, *A margem do espiritismo*, p. 162).

3. ENSINOU JESUS A NECESSIDADE DE CONQUISTAR A PERFEIÇÃO FINAL POR ESFORÇOS E MÉRITOS PESSOAIS?

Segundo os reencarnacionistas, a alma deve reencarnar primariamente por dois motivos: para expiar seus pecados e para progredir sem cessar. Aí está toda a razão de ser das vidas sucessivas. Tanto a expiação como também o progresso devem ser méritos pessoais, conquistados por esforços próprios e não em virtude de méritos alheios ou vicários. Recordemos o grito de Leão Denis: "Não, a missão de Cristo não era resgatar com o seu sangue os crimes da humanidade. O sangue, mesmo de um Deus, não seria capaz de resgatar ninguém. Cada qual deve resgatar-se a si mesmo, resgatar-se da ignorância e do mal. g o que os espíritos, aos milhares, afirmam em todos os pontos do mundo".

Em resumo, diria AK, "toda a falta cometida, todo mal realizado é uma dívida contraída que deverá ser paga; se não for em uma existência, sê-lo-á na seguinte ou seguintes" (V, 88). Cada qual deverá expiar suas próprias culpas: não há salvação vicária ou redenção feita por outrem; todos deverão conquistar a perfeição por esforços e merecimentos pessoais: a graça divina e os méritos de Cristo seriam privilégios e injustiças (IV, 76). Deus não perdoa nem mesmo pode perdoar pecados sem que preceda expiação e reparação feita pelo próprio pecador (V, 90). g esta a essência da soteriologia reencarnacionista.

Ora, todos esses postulados são, outra vez, totalmente incompatíveis com a grande novidade do evangelho, com a própria medula da "boa nova" (é o sentido da palavra "evangelho", de origem grega), que consiste precisamente nisso: Cristo, por sua vida, paixão, morte e ressurreição, reconciliou a humanidade com Deus, satisfazendo superabundantemente pelos pecados de todos os homens de todos os tempos. g o cerne da mensagem cristã. Nossa redenção por Cristo é a medula do evangelho e da vida neo-testamentária. Está em todas as páginas. É a mensagem que os profetas predisseram e os anjos anunciaram na primeira noite de Natal; é a mensagem de João às margens do Jordão, na qual o próprio Cristo insistiu; é, sobretudo a mensagem que os apóstolos foram depois levar a todos os povos do mundo; é a mensagem mais cara que a Igreja nos conservou através dos séculos e que se tomou como símbolo do Brasil religioso e cristão: Cristo Redentor no alto do Corcovado.

a) Já o profeta Isaías predisse, falando do Messias: "Verdadeiramente ele foi o que tomou sobre si as nossas fraquezas, e ele mesmo carregou com as nossas dores... foi ferido por causa de vossos crimes; foi atribulado por causa de nossas maldades. .. Deus pôs nele as iniquidades de todos nós" (Is 53,4-6; para a aplicação a Jesus: Mt 8,17).

b) Quando nasceu Jesus, os anjos o anunciaram aos pastores: "Eis que venho comunicar-vos uma grande alegria: nasceu o Salvador!" (Le 2,10). E João Batista o apresentou com estas palavras: "Eis o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo" Jo 1,29).

c) Também o próprio Jesus declarou diversas vezes ter vindo para "dar a sua vida como preço de resgate por muitos" (Mc 10,45); que seu sangue "é derramado por muitos para a remissão dos pecados" (Mt 26,28), "é derramado por vós" (Lc 22,20).

d) E são Pedro nos admoesta: "Fostes remidos não pelo ouro e prata corruptíveis, mas pelo sangue de Cristo imaculado"; "o qual levou no seu corpo os nossos pecados sobre o lenho, a fim de que, mortos para o pecado, vivamos para a justiça" (IPd 1,18; 2,24).

e) As epístolas de São Paulo, então, só se entendem à luz desta idéia, animada, ademais, pelo conceito do corpo místico de Cristo, pelo qual a paixão, a morte e a ressurreição de Cristo se tomam nossos, como é nosso o pecado de Adão. A epístola aos hebreus é toda uma teologia da redenção. Aos efésios escreve: "É nele que temos a redenção, devido à riqueza da sua graça, que em torrentes derramou sobre nós" (1,7). "Foi do agrado do Pai que residisse nele toda a plenitude, e que por ele fossem reconciliadas consigo todas as coisas, pacificando, pelo sangue da sua cruz, tanto as coisas da terra, como as coisas do céu" (CI 1,20). E a Timóteo, depois de lhe lembrar que Jesus "se entregou como resgate por todos", escreve o grande apóstolo das gentes: "Tal é a mensagem da salvação que em boa hora se anunciou e da qual fui eu constituído arauto e apóstolo - digo a verdade e não minto para ser doutor dos gentios, fiel e verídico" (1Tm 2,5-7). E aos romanos declara que "fomos reconciliados com Deus pela morte de seu filho" (5,10).

f) Também São João é claro e explícito: "Ele mesmo é a propiciação pelos nossos pecados, não pelos nossos somente, mas também pelos de todo o mundo" (1Jo 2,2).

g) Foi assim também que a Igreja o entendeu sem interrupção. Já o discípulo de João, São Policarpo, escrevia aos filipenses: "Cristo Jesus que tomou os nossos pecados sobre o seu corpo no lenho da cruz, ele que não fez pecados, tudo sofreu por nossa causa, para que nele vivamos" (cap. 8). E ainda hoje o ensino oficial da Igreja é que Nosso Senhor Jesus Cristo, "pela nímia caridade com que nos amou" (Ef 2,4), "satisfez por nós ao eterno Pai com sua santíssima paixão no lenho da cruz".

h) Daí a firme doutrina do Concílio Vaticano II: "Ninguém por si só e com as próprias forças se liberta do pecado e se eleva acima de si próprio. Ninguém se desprende em definitivo de sua fraqueza, solidão ou servidão. Mas todos necessitam de Cristo exemplar, mestre, libertador, salvador, vivificador" (AG n. 8).

É a soteriologia cristã

Estamos assim diante de duas soteriologias opostas: a cristã e a reencarnacionista. Uma defende a heteroredenção e outra a auto-redenção. Ambas se excluem por natureza, sendo de todo impossível sua coexistência. Quem afirma uma contestará a outra. É por isso que reencarnacionistas são também unânimes em negar a nossa redenção por Cristo. A filosofia da reencarnação revela-se desta maneira como sistema radicalmente contrário ao próprio cerne da mensagem de Cristo.

4. ENSINOU JESUS UMA VIDA DEFINITIVAMENTE INDEPENDENTE DO CORPO?

Sustentam os reencarnacionistas que a alma ou, como eles preferem dizer, o espírito, chegado afinal à perfeição, viverá para sempre livre do corpo material. Coerentes com seus princípios, eles rejeitam decididamente a doutrina da ressurreição da carne: que a alma tomará a vivificar o *mesmo corpo* para, assim, unida ao corpo, viver eternamente. De fato, também estas duas doutrinas (vida definitivamente independente do corpo ou vida definitiva no corpo ressuscitado) excluem-se mutuamente: quem sustenta uma contestará logicamente a outra.

Ora, ainda nesta questão Jesus falou claro: todos, bons e maus, bem-aventurados e condenados, hão de ressuscitar com seus próprios corpos. "Virá a hora - ensina Jesus - em que todos os que jazem nos sepulcros ouvirão a voz do filho de Deus e ressurgirão para a vida os que praticaram o bem e ressurgirão para a condenação os que praticaram o mal" (Jo 5,28-29). Outra vez Cristo defende a ressurreição contra as objeções ridículas dos saduceus (Mt 22,23-33). Também os apóstolos pregaram abertamente e muitas vezes a ressurreição. São Paulo dedica todo o longo capítulo 15 da primeira epístola aos coríntios à defesa e a explicação da ressurreição. "Se não há ressurreição dos mortos - argumenta o apóstolo - também Cristo não ressuscitou. Mas se Cristo não ressuscitou, é vã a nossa pregação, vã é também a vossa fé; e nós aqui estamos como falsas testemunhas de Deus, porque contra Deus depusemos que ressuscitou a Cristo. Pois se os mortos não ressuscitam, também Cristo não ressuscitou." E depois o apóstolo passa a explicar a transformação por que há de passar o corpo ressuscitado: "O que se semeia é (um corpo) corruptível, o que ressuscita é um corpo) incorruptível; o que se semeia é humilde, o que ressuscita é glorioso; o que se semeia é fraco, o que ressuscita é forte; o que se semeia é um corpo material, o que ressuscita é um corpo espiritual".

Convém adiantar aqui rápida explicação sobre uma dificuldade que os reencarnacionistas não se cansam de repetir. Querendo ridicularizar a fé e a esperança cristã na ressurreição,

lembram que os corpos se desfazem, se transformam e passam a constituir outros corpos. Este é o motivo porque o próprio AK pensa que "a ciência demonstra a impossibilidade da ressurreição, segundo a idéia vulgar" (I, n. 1010). Há, por certo, uma dificuldade na afirmação da *identidade* do corpo ressuscitado com o atual. Esta identidade é afirmada por Jesus, pelos apóstolos e pela Igreja. Mas não é necessário afirmar uma identidade material absoluta, como se todos os átomos e moléculas que alguma vez fizeram parte de nosso corpo tivessem que voltar a formar o corpo ressuscitado. As fontes de nossa fé cristã não nos levam a esta conclusão. 1Cor 15,37-38 e 42-44 insinuam o contrário. Hoje conhecemos o fenômeno biológico do metabolismo, segundo o qual o corpo humano, pela constante assimilação e desassimilação das substâncias, de tempo em tempo se renova inteiramente, de tal maneira que os átomos ou as moléculas que anos atrás integraram nosso corpo hoje já estão totalmente substituídos por outros. E não obstante afirmamos com razão que nosso corpo de hoje é *idêntico* ao de dez ou vinte anos atrás. :a uma identidade material relativa, mas verdadeira. Por conseguinte, para que possamos conservar uma verdadeira identidade corporal não é preciso reter sempre os mesmos elementos materiais. A dispersão da matéria não impossibilita a identidade material do corpo humano.

O demais, com relação ao corpo ressuscitado, o deixamos tranquilamente à onipotência divina. Ao responder às dificuldades dos saduceus contra a ressurreição, Jesus lhes disse acertadamente: "Estais enganados, desconhecendo as escrituras e o poder de Deus" (Mt 22,29). O mesmo diria aos reencarnacionistas e a outros modernos negadores da ressurreição.

O Concílio Vaticano II confessa: "nós *ignoramos* o tempo da consumação da terra e da humanidade e *desconhecemos a maneira de transformação do universo*" (OS 39a). O que nos foi revelado e na verdade é o mais importante é que haverá ressurreição: o *quando* e o *como* são questões secundárias. "Deus nos ensina que nos prepara morada nova e nova terra. Nela habita a justiça e sua felicidade irá satisfazer e superar todos os desejos de paz que sobem nos corações dos homens. Então, vencida a morte, os filhos de Deus ressuscitarão em Cristo, e o que foi semeado na fraqueza e na corrupção revestir-se-á de incorrupção. Permanecerão o amor e sua obra e será libertada da servidão da vaidade toda aquela criação que Deus fez para o homem" (ib.).

Preciso referir-me a mais uma curiosa alegação de AK. Vimos que, segundo Kardec, os judeus "designavam pelo termo ressurreição o que o espiritismo, mais judiciosamente, chama reencarnação". Eis aí uma afirmação simplesmente arbitrária. Não há seriedade nisso. Nem posso imaginar como pôde Kardec chegar a semelhante asserção. Não conheço um só elemento que nos permita estabelecer esta identidade. :a evidentíssimo que as ressurreições narradas na Bíblia, a de Elias ressuscitando o filho da viúva de Sarepta, as de Jesus ressuscitando o jovem de Naim, a filha de Jairo ou a Lázaro, tudo isso nada tem a ver com o que hoje os espíritos entendem por reencarnação. Nem os judeus pensavam em reencarnação, quando Jesus lhes anunciava que depois de três dias haveria de ressuscitar, visto que mandaram pôr guardas no sepulcro. Basta ler o capítulo 15 da primeira carta aos coríntios, para saber o que os judeus entendiam quando falavam em ressurreição. Basta ler atentamente as palavras de Jesus em Jo 5,28-29 e que acabamos de citar. Enfim, seria suficiente recordar que a reencarnação se faz, como ensina Kardec, em sempre novos corpos "que nada têm de comum com o antigo", enquanto a ressurreição, assim como era entendida pelos judeus, consistia na revivificação deste mesmo corpo abandonado pela alma na hora da morte.

A respeito da outra alegação de AK, de que a reencarnação fazia parte dos dogmas dos judeus, lembro as seguintes observações de P. Siwek (*A reencarnação dos espíritos*, São Paulo, 1946, p. 14): "Os livros sagrados dos judeus mencionam várias vezes a prática da evocação dos espíritos (Lv 20,6.27; 19,31; Dt 18,9.10.11.12; IRs 28,3; 4Rs 21,6). Mas esta não tem relação nenhuma com a reencarnação. Só se excetua a Cabala: os livros desta, Zohar (ou livro dos esplendores), Zohar-Haddach, Tiqqunim expõem a doutrina da reencarnação, que assim faz parte integrante do esoterismo místico da Cabala. Mas é preciso notar que o Zohar só foi acrescentado à Cabala no fim do século XIII e que nela a reencarnação se apresenta como um episódio fragmentário, sem conexão íntima com o resto do sistema filosófico da Cabala; mais ainda, acha-se em contradição flagrante com os dogmas fundamentais da religião judaica, admitidos pela Cabala". - A este respeito pode-se consultar também R. Hedde, *Metempsychose*, Dict. Théol. Cath., X, 1585. Sobre a Cabala, veja-se também a col. 1586. Em outra ocasião AK concede que Jesus não falou muito claro a respeito da reencarnação, pois, diz ele, Cristo "não pôde desenvolver o seu ensino de maneira completa", porque "faltavam aos homens (daquele

tempo) conhecimentos que eles só podiam adquirir com o tempo, sem os quais não o compreenderiam" (*A gênese*, ed. de 1949, p. 26) e por esse motivo Jesus não insistiu muito na pluralidade das existências: "A grande e importante lei da reencarnação foi um dos pontos capitais que Jesus não pôde desenvolver, porque os homens do seu tempo não se achavam suficientemente preparados para idéias dessa ordem e para as suas conseqüências" (ib. p. 368). Ora, se é verdade, como quer Kardec, que a doutrina das vidas sucessivas era comumente ensinada pelos antigos e era até "ponto de uma das crenças fundamentais dos judeus" (veja o texto acima), não se compreende absolutamente tanta prudência da parte de Cristo no ensino de uma verdade tão difundida...

5. JOÃO BATISTA SERIA A REENCARNAÇÃO DO PROFETA ELIAS?

É o argumento mais explorado pelos reencarnacionistas para dizer que também Jesus foi partidário das vidas sucessivas. Que dizer a isso? Penso que as seguintes considerações respondem cabalmente à dificuldade proposta:

1. O que acabamos de ver acerca da soteriologia e da escatologia de Jesus garante-nos com certeza que Cristo era positivamente contrário à palingenesia. Direi por isso *a priori* que esta simples e superficial objeção não destrói o valor probativo das doutrinas opostas à reencarnação e que acabamos de estudar.

2. Concedo que, de fato, existe alguma relação entre o intrépido João Batista, precursor da primeira vinda de Jesus, e o corajoso profeta Elias, o anunciado precursor do segundo advento de Cristo. Já o anjo que veio anunciar a Zacarias o nascimento de João explicou: "Seguirá diante dele no espírito e na virtude de Elias" (Le 1,17). Referindo-se a este texto, escreveu santo Agostinho que só a "perversidade herética" pode ver aí uma afirmação da reencarnação (PL 31,725).

3. Sabiam os fariseus e escribas que, segundo a profecia de Malaquias (4,5), a aparição de Cristo seria preparada por Elias. Ora, Jesus de Nazaré declarava ser o Messias: como era isso possível se Elias ainda não aparecera? Eis a formidável objeção que os fariseus alegavam contra a autenticidade da missão messiânica de Jesus (cf. Mt 17,10). Eles confundiam de fato as duas aparições efetivas de Cristo: a primeira como Redentor e a segunda como Juiz. Malaquias profetizara a vinda de Elias "antes que venha o dia grande e terrível" do Juízo Final, referindo-se, pois, ao segundo advento de Cristo. O precursor da primeira aparição seria João Batista que, consoante as citadas palavras do anjo, apareceria "no espírito e na virtude de Elias". Daí dizer Jesus, para refutar a objeção dos fariseus e tranquilizar os discípulos: "*Se quiserdes compreender*, ele mesmo (João Batista) é Elias que deve vir. Quem tiver ouvidos, ouça" (Mt 11,14,15). Portanto, uma afirmação bastante enigmática. E Sto. Agostinho explica: "Pois o que será Elias para o segundo advento, isso será João para o primeiro" (PL 35, 1408). As palavras de Cristo: "Elias já veio" (Mt 17,12), têm realmente no contexto o sentido de que o enviado de Deus, que devia preceder a primeira vinda do Messias (e que os judeus confundiam com Elias), já apareceu. E o evangelista acrescenta: "Então compreenderam os apóstolos que Jesus se referia a João Batista" (Mt 17,13).

4. Outra vez Jesus mesmo se encarrega de dizer que João não era Elias, pois João era seu contemporâneo e Elias "há de vir" (Mt 11,14), portanto ainda não veio.

5. Aliás, conforme a tradição dos judeus, o profeta Elias ainda não morreu, não "desencarnou", e por isso nem mesmo poderia "reencarnar".

6. Note-se também que, no monte da transfiguração, apareceram, ao lado de Jesus, Moisés e Elias; ora, naquele tempo João já fora executado por Herodes, já morrera e, portanto, segundo as regras reencarnacionistas, deveria aparecer João e não Elias. Pois o espírito, quando aparece ou se "materializa" (segundo eles dizem), sempre se apresenta na forma da última encarnação.

7. Afinal, diretamente interrogado por uma comissão de judeus se era Elias, o próprio Batista respondeu categoricamente:

"Não o sou" (Jo 1,21), com o que ele mesmo, João Batista, dirimiu a questão.

6. "NASCER DE NOVO" (Jo 3,3)

Sustenta AK que "as próprias palavras de Jesus não permitem dúvida a tal respeito"; e cita Jo 3,3: "Respondendo a Nicodemos, disse Jesus: Em verdade, em verdade te digo que, se um homem *não nascer de novo*, não poderá ver o reino de Deus" (I, n. 222).

Podemos encontrar estas palavras nos cabeçalhos de revistas e Jornais espíritas, como se

fossem a mais insofismável afirmação da reencarnação. No entanto, a coisa não é tão evidente. E primeiramente chamo a atenção para a tradução, que não é de todo exata.

São João escreveu seu evangelho em grego. A palavra que interessa no caso é o "nascer de novo". No original grego diz *ánnothen* que quer dizer: nascer do alto. Por isso a tradução exata da passagem seria assim: "Quem não nascer do alto não pode entrar no reino de Deus". Já se vê que assim a dificuldade é sensivelmente menor, se é que já não desapareceu de todo. E se lermos o texto inteiro, em seu contexto, veremos que o próprio Nicodemos não o entendera bem e ele pedira maiores esclarecimentos. E então Jesus explica seu pensamento: "Em verdade, em verdade te digo: quem não nascer do alto (outra vez: *ánnothen*), por meio da água e do espírito, não pode entrar no reino de Deus. O que nasce da carne é carne, mas o que nasce do espírito é espírito". Jesus insiste: é preciso nascer do alto, sim, mas "por meio da água e do espírito". E isso, evidentissimamente, não é reencarnação. Também em outros lugares a Sagrada Escritura fala desta necessidade de "nova" vida, da regeneração espiritual: "*Renovai-vos*, pois, no espírito do vosso entendimento, e vesti-vos do *homem novo*, criado segundo Deus na justiça e na santidade verdadeira" (Ef 4,23-24); "despojando-vos do homem velho com todas as suas obras e *revestindo-vos do novo*, aquele que se *renova* para o conhecimento, segundo a imagem daquele que o criou" (Cl 3,9-10); "se não vos converterdes e vos não *izerdes como crianças*, não haveis de entrar no reino dos céus" (Mt 18,3). Por isso o sacramento do batismo, instituído por Cristo (cf. Mt 28,19; Mc 16,16), mas negado pelos reencarnacionistas, foi sempre chamado de "sacramento da regeneração".

São Paulo a Tito nos dá um eco fiel das palavras de Cristo a Nicodemos e da verdadeira doutrina cristã: "Pois também nós dantes fomos néscios, desobedientes, extraviados, escravos de toda sorte de concupiscências e prazeres, vivendo na maldade e na inveja, dignos de ódio e odiando-nos uns aos outros. Mas apareceu então a benignidade e o amor humanitário de Deus, nosso salvador. Não movido pelas obras justas que havéssimos feito nós (durante as reencarnações), mas pela sua misericórdia, ele nos salvou mediante *o batismo da regeneração e renovação do Espírito Santo*, que ele abundantemente derramou sobre nós,.. (Tt 3,3-6; cf. Gl 3,27; 1Cor 6,11). Por isso, para São João, quem foi batizado é "nascido de Deus". E isso é *ánnothen*: "Nascer do alto" ou "nascer de novo". Mas não é, nem de longe, a reencarnação dos ocultistas de nossos tempos.

Conclusão

Sustenta AK que "sem o princípio da preexistência da alma e da pluralidade das existências são inteligíveis, em sua maiores máximas do evangelho" (IV, 67). Creio que, depois de tudo que acabamos de ver, se pode inverter a frase e concluir: se admitimos a pluralidade das existências terrestres, a garantida salvação final de todos os seres racionais, a necessidade de conquistar a perfeição por esforços e méritos próprios e a vida espiritual definitivamente independente do corpo; se, em suma, admitimos o princípio da reencarnação, então, sim, seriam de fato inteligíveis, em sua maioria, as máximas do evangelho.

A palavra "reencarnação" está prenhe de postulados, pressuposições, princípios e conclusões diretamente contrários à mensagem do evangelho. Na verdade, seria difícil encontrar outro termo tão carregado de elementos opostos à doutrina cristã. Em um só vocábulo estão compreendidas as mais radicais heresias contra a nossa santa fé: reencarnação.

O FLUIDO

Já em 1823, em Paris, quando ainda não tinha 20 anos, o jovem Hipólito Leão Denizard Rivail (que só em 1857 se transformou em "Allan Kardec") começou a se interessar por aquilo que então era conhecido como "magnetismo animal", com suas teorias sobre o "sonambulismo provocado". Sua iniciação no espiritismo deu-se precisamente neste ambiente. Boa parte de sua terminologia e não poucas de suas teorias, que depois serão correntes no contexto espírita, têm sua origem no grupo "sonambulista" de Paris. Para entender tais termos e idéias, será útil estudar com mais atenção sua fonte.

1. O MESMERISMO

No ano de 1733 nasceu Francisco Antônio Mesmer, sobre o lago de Constância. 33 anos mais tarde, em 1766, doutorou-se o famoso médico austríaco. Na primeira metade daquele século, cientistas da Inglaterra, França e Áustria davam-se a uma série de pesquisas acerca duma possível ação terapêutica do ímã, principalmente para curar as doenças do estômago e dos dentes. Destacou-se entre estes investigadores o jesuíta de Viena, o padre Maximiano Hell.

Inspirado pelas experiências deste jesuíta, o Dr. Mesmer, em 1774, tentou as primeiras experiências de curar por meio da aplicação de peças imanizadas ou magnetizadas. Mesmer chegou então à conclusão de que o ímã continha, de fato, um agente terapêutico. Influenciado por idéias astrológicas, Mesmer julgou até que esta ação terapêutica provinha de um misterioso "agente geral", distribuído pelo universo ("fluido universal") e que tal propriedade não era exclusiva do ímã.

Assim, em 1775, dirigiu às principais academias européias uma famosa comunicação. Nela declarava a natureza e a ação do magnetismo animal e a analogia das suas propriedades com as do ímã e da eletricidade. Dizia também que todos os corpos eram suscetíveis de receber esse princípio magnético, de o acumular e transmitir à distância.

Mas a mensagem de Mesmer não foi bem recebida pelo mundo da ciência. O médico austríaco teve mesmo de abandonar Viena e instalou-se em Paris em 1778. Aí redigiu sua célebre *Mémoire sur la découverte du Magnetisme Animal*. Nela apresentou pela primeira vez a redação definitiva de sua teoria. Consiste numa série de proposições, reduzindo a um corpo doutrinário sistemático certas idéias esparsas formuladas antes dele por Maxwell, Mead, Stahl, Santaneli, Borel, Kirchner, Paracelsus e outros.

Na primeira proposição, Mesmer estabeleceu a seguinte tese: "Existe uma influência mútua entre os corpos celestes, a terra e os corpos animados". Na segunda proposição explica: "O meio desta influência é um fluido universalmente difundido e contínuo, de modo a não sofrer nenhum vazio; fluido duma sutileza sem igual e que, por sua natureza, é suscetível de receber, propagar e comunicar todas as impressões do movimento". Nas quatro proposições seguintes Mesmer afirma que desta ação recíproca submetida a leis mecânicas desconhecidas resultam efeitos alternados, que podem ser considerados como um fluxo e refluxo mais ou menos geral, mais ou menos composto, conforme as naturezas das causas que o determinam. Na 7ª proposição declara que as propriedades da matéria e dos corpos orgânicos dependem desta ação recíproca. Na 8ª proposição ensina que o corpo animal sofre os efeitos alternados deste agente, por uma ação direta sobre os nervos. Na 9ª proposição diz: "Manifestam-se particularmente no corpo humano propriedades semelhantes às do ímã; nele também se distinguem pólos diferentes e opostos, que podem ser postos em comunicação, carregados, destruídos ou reforçados". Conclui então, na 10ª proposição, que esta propriedade do corpo animal, que o torna suscetível da influência dos astros e da ação recíproca dos corpos que o circundam, manifestada pela sua analogia com o ímã, faz com que, aptamente, se lhe dê o nome de *magnetismo animal*. Nas quatro proposições que se seguem afirma que tal ação pode ser comunicada em maior ou menor grau a outros corpos, segundo a respectiva suscetibilidade, podendo ser por eles reforçada e propagada, mesmo sem a intervenção de um corpo intermédio. Nas restantes proposições procura dar algumas aplicações práticas.

O modo como fora lançado o *Mémoire* de Mesmer, principalmente suas aplicações imediatas nos doentes, não podia deixar de desencadear vivos debates pró e contra. Já em 1784

o governo procedeu à nomeação de uma comissão de inquérito, composta de quatro médicos e cinco membros da Academia das Ciências. Sábios como Franklin e Lavoisier faziam parte desta comissão. As conclusões foram totalmente negativas. Eis aí a parte mais incisiva do parecer:

- "Os membros da comissão, tendo reconhecido que o fluido magnético animal não pode ser percebido por nenhum dos nossos sentidos; que não exerce nenhuma ação nem sobre eles nem sobre os doentes que lhe são submetidos; tendo chegado à certeza de que as pressões e os passes são causa de mudanças raramente favoráveis na economia animal e de choques sempre inconvenientes na imaginação; tendo por fim demonstrado, por experiências decisivas, que a imaginação sem magnetismo produz convulsões e que o magnetismo sem imaginação nada produz, concluíram unanimemente, quanto à questão da existência e utilidade do magnetismo, que nada há que prove a existência do fluido magnético animal; e que este fluido, por isso mesmo que não existe, não pode ser útil; que os efeitos violentos que se observam no tratamento em massa são devidos aos passes, à imaginação excitada e à imitação instintiva que maquinalmente nos leva a fazer o que vemos. Julgam-se igualmente obrigados a acrescentar, como observação importante, que os passes, a ação repetida da imaginação para produzir crises, são perigosos, por causa da lei natural da imitação e que, por conseguinte, todo tratamento público, em que se põem em prática os meios do magnetismo, não pode deixar de ser, com o tempo, funesto".

Este parecer de 1784 foi objeto de acirrados debates. Pois Mesmer já conseguira notável número de entusiasmados seguidores. Mais tarde, em 1831, os magnetizadores solicitaram da Academia novo exame que, desta vez, lhes foi favorável. Mas graves e reiterados protestos e um estudo mais detido dos fatos e das teorias deram lugar a uma nova intervenção da Academia que, em 1837, lavrou contra o sistema uma sentença definitivamente condenatória.

Entretanto, todos os movimentos ocultistas, esotéricos e secretos da época aceitaram e abraçaram com avidez e entusiasmo a teoria do magnetismo animal e do fluido universal. Baseados nas arbitrárias proposições de Mesmer chegaram a elaborar extensos tratados e excogitaram métodos especificados para aplicar, mediante os famosos passes, a fantasiada ação terapêutica de um agente inexistente. AK, assistido, segundo ele, pelos espíritos superiores, aceitou plenamente as teorias mesmerianas (que, na realidade, não são nada "espíritas"). Hoje os espíritas, teósofos, esoteristas, rosacrucianos, umbandistas, curandeiros, astrólogos e ocultistas escrevem, falam e atuam como se o fluido universal e o magnetismo animal já fossem realidades definitivamente incorporadas ao patrimônio do conhecimento humano. Aplicam passes, distribuem águas fluidas ou outras peças "magnetizadas", como se vivessem ainda em 1780.

Os homens da ciência, todavia, os que de fato investigam e seriamente estudam, mantêm ainda o veredicto pronunciado pela academia em 1784. O Sr. Robert Amadou, por exemplo, que durante anos dirigiu a revista do Instituto Metapsíquico Internacional e o grupo de Parapsicologia de Paris, nos informa que a teoria fluidica é hoje "unanimemente rejeitada pelos homens da ciência". E diz mais: "Hoje é evidente que a sugestão basta para explicar todos os efeitos atribuídos ao antigo magnetismo e que não há nenhuma necessidade de recorrer à idéia do fluido". Todos os fluidômetros imaginados fracassaram. Os efeitos observados no magnetômetro de Fortin, no biômetro de Baraduc, no estenômetro de Joire, no motor de Tromelin, ou nos fluidômetros elétricos de Leprince, de Müller e Givelet, tudo podia ser explicado pelo calor do corpo, pelas correntes do ar, por débeis vibrações mecânicas, cargas e descargas elétricas ou, mesmo, por ilusões óticas etc.

Jamais o fluido foi confirmado experimentalmente, nem jamais ofereceram seus defensores o menor princípio de prova científica. A *Revue Métapsychique*, do Instituto Metapsíquico Internacional, dedicou em 1953 um fascículo inteiro ao estudo dos fluidos e os vários autores são unânimes em suas manifestações de muita reserva. Assim diz, por ex., René Dufoir, p. 72: "Realidade duvidosa, conceito equívoco, palavra mal escolhida, eis o juízo que somos levados a fazer sobre o fluido como tal". E outro autor não é menos categórico e claro: "No estado atual da ciência, nada nos prova a existência do fluido magnético".

Aliás, até mesmo o Dr. Richet, talvez o mais crédulo dos cientistas que se ocuparam com estas questões, está inclinado a negar os fluidos e o magnetismo: "A hipótese mais simples, que tende a ser adotada hoje, é aquela que ensina ser por sugestão que se adormece um paciente, sugestão essa que pode ser verbal ou não, dando em consequência que todos os passes chamados magnéticos são acessórios, inúteis - pois que não passam de símbolos de sugestão" (*Tratado de Metapsíquica*, trad. bras., I, 148). Na página seguinte é ainda mais categórico: ""Os

passes nunca são mais que símbolos". "Deixarei pois de lado as teorias de Reichenbach acerca do od, de Baraduc acerca dos eflúvios, de Chazarain acerca da polaridade humana, porque as suas alegações, em geral mais místicas do que científicas, não são baseadas senão em bases insuficientes" (p. 150). Sustenta ainda que "de maneira nenhuma se pode emprestar muito valor às afirmativas dos magnetizadores acerca da visibilidade dos eflúvios" (p. 152). Resumindo, escreve: "A aura, o corpo astral, o perispírito, o eflúvio ódico, são expressões diversas para exprimir um mesmo fenômeno, uma radiação humana (ou animal). e possível que essa radiação exista, já que tudo é possível; mas até o presente momento ninguém a pôde demonstrar... nem há mesmo qualquer possibilidade de prova" (p. 153). Richet repete várias vezes semelhantes afirmações. E ele conhece e cita as experiências de Reichenbach, Baraduc, Maingot, Magnin, Ochorowicz, Cannelle, Faivre, Alrutz, de Rochas, Joire, Janet Boirac, Héricourt, Dusart e as dele mesmo: "Mas para usar logo de franqueza: nem as minhas nem as deles nos levam à convicção do fato" (p. 157).

2. O FLUIDISMO ESPÍRITA

A ciência nos diz, pois, que o magnetismo animal e o fluido universal não passam de pura fantasia e arbitrária suposição. Entretanto, precisamos ocupar-nos com esse misterioso agente universal porque ele tem nos livros espíritas e particularmente nas obras de AK uma posição absolutamente central. Riscado o fluido, a literatura kardequiana se reduziria a um montão desordenado de pensamentos truncados e frases despedaçadas. Por todas as páginas despontam fluidos das mais várias espécies e denominações: é o fluido universal, o fluido cósmico, o fluido perispíritico, o fluido divino, o fluido magnético, o fluido vital, o fluido elétrico animalizado, o fluido curador, o fluido vivificante. Aparecem imagens fluídicas, envoltórios fluídicos, corpos fluídicos, eflúvios fluídicos, atmosfera fluídica, força fluídica, corrente fluídica, irradiação fluídica, criações fluídicas, raios fluídicos. Ou, então, o magnetismo animal, o magnetismo espiritual, o magnetismo semi-espiritual, humano-espiritual etc. "e essencial esse estudo - diz Kardec, falando dos fluidos - porque está nele a chave de uma imensidade de fenômenos que não se conseguem explicar unicamente com as leis da natureza" (VI, 260).

É sobretudo no livro *A gênese* (escrito em 1868), capítulo XIV, que Kardec expõe suas teorias fluídicas. Pensa ele que o fluido cósmico universal é a "matéria cósmica primitiva" ou o "princípio elementar de todas as coisas", o "princípio elementar do universo".

No cap. VI (p. 104), o espírito de Galilei já lhe havia dito: "Há Um fluido que enche o espaço e penetra os corpos. Esse fluido é o éter ou matéria cósmica primitiva, geradora do mundo e dos seres". Depois. "A matéria cósmica primitiva fez com que sucessivamente nascessem turbilhões, aglomerações desse fluido difuso. A matéria cósmica primitiva continha os elementos materiais, fluídicos e vitais de todos os universos..."

O elemento fluídico, entretanto, não é uniforme. Modifica-se conforme o ambiente. "Os fluidos mais próximos da materialidade, os menos puros, compõem o que se pode chamar a *atmosfera espiritual da Terra*. É desse meio, onde igualmente vários são os graus de pureza, que os espíritos encarnados e desencarnados, deste planeta, haurem os elementos necessários à economia de suas existências" (p. 260). "São a matéria do mundo espiritual" (p. 261). Pois assim como os peixes precisam da água e o homem do ar, assim os espíritos precisam do fluido e nele vivem: "O fluido etéreo está para as necessidades do espírito, como a atmosfera para as dos encarnados" (p. 264).

Os fluidos, ensina AK, adquirem as qualidades do ambiente: "Modificam-se pelos eflúvios desse meio como o ar pelas exalações, a água pelos sais" (p. 268): "São excitantes, calmantes, penetrantes, adstringentes, irritantes, dulcificantes, suporíferos, narcóticos, tóxicos, reparadores, expulsivos". Os maus pensamentos corrompem os fluidos como os miasmas deletérios corrompem o ar.

"No estado ordinário denota matizes diversos, conforme os indivíduos que o emitem: ora vermelho, ora azulado, ora acinzentado, qual ligeira bruma. As mais das vezes espalha sobre os corpos circunjacentes uma coloração amarelada, mais ou menos forte." Essas minúcias Kardec as revela em suas *Obras póstumas* (p. 99). E sabe mais: "Nenhum corpo lhe opõe obstáculo; ele os penetra e atravessa todos. Até agora nenhum se conhece que seja capaz de o isolar. Somente a *vontade* lhe pode ampliar ou restringir a ação. A vontade, com efeito, é o seu mais poderoso princípio. Pela vontade dirigem-se-lhe os eflúvios através do espaço, saturam-se de alguns

objetos, ou faz-se que ele se retire dos lugares onde superabunda". Por aí já se compreende, dentro das teorias fluidísticas, o valor e a função da concentração e dos atos de vontade. Daí nasceu nosso Círculo Esotérico do Pensamento.

Mas o fluido cósmico também se *individualiza*: "Cada um de nós tem, pois, seu fluido próprio, que envolve e acompanha em todos os movimentos, como a atmosfera acompanha cada planeta (sic!). É muito variável a extensão da irradiação dessas atmosferas individuais. Achando-se o espírito em estado de absoluto repouso, pode essa irradiação ficar circunscrita nos limites de alguns passos; mas, atuando a vontade, pode alcançar distâncias infinitas (sic). A vontade como que dilata o fluido, do mesmo modo que o calor dilata os gases. As diferentes atmosferas individuais se entrecruzam e misturam, sem jamais se confundirem... Pode-se, por conseguinte, dizer que cada indivíduo é centro de uma onda fluídica, cuja extensão se acha em relação com a força da vontade" (VII, 100). "Em seu movimento de translação, cada um de nós leva consigo a sua atmosfera fluídica, como o caracol a sua concha; esse fluido, porém, deixa vestígios da sua passagem; deixa um como sulco luminoso, inacessível aos nossos sentidos" (ib. p. 101).

Além dessa "atmosfera fluídica" (que outros denominam também "aura"), que sempre anda conosco, tem ainda cada um de nós uma porção de fluido condensado: o *perispírito*: "é uma condensação desse fluido em tomo de um foco de inteligência ou alma" (VI, 262). Ainda teremos que ocupar-nos com esse misterioso perispírito. "O conhecimento dele - diz Kardec - foi a chave da explicação de uma imensidade de fenômenos e permitiu que a ciência espírita desse largo passo, fazendo-a enveredar por nova senda. ..." (III, 121). Outras correntes ocultistas dão-lhe também o nome de "corpo astral", "corpo ódico", "od". Daí vem também o não menos famoso ectoplasma, mediador plástico ou a "força ectênica".

Vê-se que a "ciência espírita" avança mais que a "ciência oficial". Enquanto esta ainda não descobriu sequer um vestígio deste mirífico e onipotente fluido, aquela já lhe conhece com bastantes particularidades as qualidades e propriedades específicas.

Não nos esqueçamos também das poderosas *criações fluídicas*. "O pensamento do espírito cria fluidicamente os objetos que ele esteja habituado a usar" (VI, 267). Há mais: "Criando imagens fluídicas, o pensamento se reflete no envoltório perispirítico, como num espelho, toma nele corpo e aí, de certo modo, se fotografa. Tenha um homem, por exemplo, a idéia de matar a outro: embora o corpo material se lhe conserve impassível, seu corpo fluídico é posto em ação pelo pensamento e reproduz todos os matizes deste último; executa fluidicamente o gesto. ..." (p. 267). Em suas *Obras póstumas*, pp. 106s., AK repete as mesmas palavras e acrescenta: "A teoria das criações fluídicas e, por conseguinte, da fotografia do pensamento é uma conquista do moderno espiritismo e pode, doravante, considerar-se como firmada em princípio..."

O que admira, em tudo isso, não é apenas o minucioso conhecimento que AK alardeia acerca destas coisas invisíveis e imperceptíveis, mas, sobretudo, a admirável segurança e serenidade com que discorre sobre as mais mirabolantes fantasias.

Para AK e seus seguidores os fluidos explicam toda a vasta e curiosa fenomenologia espírita. "O fluido perispirítico é o agente de todos os fenômenos espíritas, que só se podem produzir pela ação recíproca dos fluidos que emitem o médium e o espírito" (VII, 52). Vejamos, pois, ainda que sumariamente, o fluidismo espírita aplicado aos fenômenos:

1. *Efeitos físicos*: "Quando um objeto é posto em movimento, levantado ou atirado para o ar, não é que o espírito o tome, empurre ou suspenda, como o faríamos com a mão. O espírito o satura, por assim dizer, do seu fluido, combinado com o do médium, e o objeto, momentaneamente vivificado desta maneira, obra como o faria um ser vivo" (III, 77). Por exemplo, para levantar a mesa, "o espírito haure no fluido universal o que é necessário para lhe dar uma vida factícia. Assim preparada a mesa, o espírito a atrai e move, sob a influência do fluido que de si mesmo depende, por efeito da sua vontade" (ib. p. 75). Assim também pode levantar uma poltrona. "Se pode levantar uma poltrona, também pode, tendo força suficiente, levantá-la com uma pessoa sentada nela" (p. 83). "Quando a mesa se destaca do solo e flutua no espaço sem ponto de apoio, o espírito não a ergue com a força de um braço; envolve-a e penetra de uma espécie de atmosfera fluídica que neutraliza o efeito da gravidade, como faz o ar com os balões e papagaios" (VI, 285).

2. *Os raps*: "Quando as pancadas são ouvidas na mesa ou algures, não é que o espírito esteja a bater com a mão ou com qualquer objeto. Ele apenas dirige sobre o ponto donde vem o ruído um jato de fluido e este produz o efeito de um choque elétrico" (p. 286).

3. *As curas*: o fluido desempenha então o papel de agente terapêutico. Os espíritos

derramam sobre o magnetizador fluidos especiais que curam (p. 279).

4. *As obsessões*: "O obsediado fica como que envolto e impregnado de um fluido pernicioso, que neutraliza a ação dos fluidos salutares e os repele" (p. 289), ficando o paciente "enlaçado por uma como teia e constringido a proceder contra a sua vontade" (p. 290).

5. *As aparições*: o espírito, por um ato de vontade, faz com que o perispírito se tome visível (p. 280).

Os mesmos princípios são aplicados também aos *milagres* do evangelho. AK lhes dedica todo o longo capô XV de *A gênese* (pp. 292-336). Começa por lembrar que Jesus (que, segundo ele, não era Deus) possuía "imensa força magnética" e tinha um perispírito especial, "tirado da parte mais quintessenciada dos fluidos terrestres" (p. 293). Com estas qualidades especiais é que Jesus operava seus aparentes milagres. Exemplos:

1. *A estrela dos magos*: "Um espírito pode aparecer sob forma luminosa ou transformar uma parte do seu fluido perispirítico em foco luminoso" (p. 295).

2. *As curas*: "Exprimem o movimento fluídico que se operara de Jesus para o doente" (p. 298). Geralmente bastava uma "irradiação fluídica manual para realizar a cura".

3. *O cego de Betsaida*: "Aqui é evidente o efeito magnético" (p. 299).

4. *O cego de nascença*: foi seu "fluido curativo" (p. 308).

5. *A ressurreição da filha de Jairo*: não estava morta: "Apenas síncope ou letargia": seu "fluido vivificante" operou a cura (p. 315). Assim também Lázaro, que de fato não estava morto: "letargia" (p. 316)...

6. *Caminhar sobre as águas*: "Pela mesma força fluídica que mantém no espaço uma mesa, sem ponto de apoio" (p. 317).

7. *Transformação da água em vinho*: "Ação fluídica" que mudou as propriedades da água, dando-lhe um sabor de vinho (p. 320).

8. *Multiplicação dos pães*: "Poderosa ação magnética", que ele exercia sobre os que o cercavam que, assim, não experimentavam a necessidade de comer (p. 321).

9. *Aparições de Jesus*, depois da morte: "Jesus se mostrou com o seu corpo perispirítico" (p. 331).

Como se vê, tudo claro, fácil, positivo, sem milagre e sem mistério. Uma única coisa, apenas, permaneceu misteriosa: como chegou AK a saber da existência do fluido e da realidade de sua ação? E outra: se os espíritos dispõem de tão grande quantidade e variedade de fluido, se basta um ato de vontade deles e um pensamento dirigido, por que necessitam eles ainda de médiuns humanos?

3. FLUIDISMO CURANDEIRISTA

Muitos procuram os centros espíritas e os terreiros umbandistas em busca da saúde. A promessa da cura é indiscutivelmente o mais poderoso fator de atração que o espiritismo oferece à massa popular. Ainda aqui estamos apenas diante de um caso particular de aplicação do fluidismo espírita em geral. AK, pessoalmente, em suas obras, não desenvolve muito esse assunto, embora faça freqüentes alusões aos fluidos curadores e vivificadores. Aqui no Brasil, entretanto, o espiritismo se transformou num autêntico movimento curandeirista. Daí lhe veio a popularidade entre nós. Precisamos, por isso, ocupar-nos também com este aspecto particular e ver como procedem e com que mentalidade. Da parte espírita foi publicado sobre o assunto um livro interessante pelo Sr. Wenefledo de Toledo, ajudado por 89 colaboradores: *Passes e curas espirituais* (São Paulo), com uma apresentação feita pelo médico espírita Dr. Sérgio Valle. A obra está toda ela decalcada sobre as teorias fluidicistas de Mesmer e AK. Veremos o que nos dizem sobre as doenças, os passes e a água fluídica:

1. *As doenças*: "Nós, espíritas convictos, militantes da doutrina, não procuramos a doença no corpo físico"; "as enfermidades vêm do espírito, ainda mesmo as hereditárias" (p. 81); "todas as doenças penetram no corpo através do espírito" (p. 165). Realmente, dizem eles, as doenças são apenas "pontos de aglutinação dos fluidos doentios" (p. 81). De maneira que, para curar, é preciso atuar "fluidicamente" sobre os fluidos, nada mais. Em concreto, as causas determinantes das doenças seriam:

a) Predisposição cármica, causando "doenças cármicas": "oriundas do perispírito enfermo que, ao reencarnar, transmite e traz já ao nascituro, mesmo na vida intra-uterina, os males que a matéria ou o espírito têm que sofrer" (p. 81). Seriam, pois, conseqüências (castigos) de vidas anteriores. Contra esta espécie de doenças, dizem eles, não há remédio eficaz. Pois a "lei do

carma" é inflexível.

b) Predisposição atraída: baseia-se no princípio de que "semelhantes atraem semelhantes". Uma criatura colérica, "vibrando sempre maldade e pestilência", só pode atrair para si fluidos maldosos e pestilentos e, conseqüentemente, acaba doente, principalmente no coração, no fígado, nos pulmões, no estômago e nos intestinos. Para curar tais pessoas, elas devem ser doutrinadas, até terem pensamentos de bondade e amor.

c) Predisposição hereditária: é quase como a "cármica". No caso são os pais que transmitem aos filhos os males. A sementeira é que está cheia de fluidos perniciosos.

d) Predisposição do ambiente: neste caso a causa dos males está no ambiente em que vivemos, na casa, principalmente na sala de refeições e nos quartos de dormir. "Nestes lugares, os pensamentos emitidos estão condensados em nuvens, forrando o teto, que se movimentam por toda a casa..." (p. 84). Também "os objetos de uso pessoal e até mesmo os alimentos trazem as emanções de quem os manipulou, desde a colheita até a cozinha" (p. 108). "Às vezes formam massas compactas escuras que seguem os emitentes como sombras que se avolumam sobre suas cabeças, não raro se engrossando pela lei da atração das que lhe são afins" (p. 116).

Muitas vezes é a empregada que, com seus maus eflúvios, perturba a paz e a serenidade do lar (p. 167). - O remédio será a "operação de limpeza", com "passes de desembaraçamento dos fluidos pesados". Os umbandistas inventaram para isso os defumadores. Outras vezes será remédio eficaz mandar embora a empregada...

e) Também os inimigos, os invejosos e os perseguidores causam doenças. Temos então o "quebranto". "A princípio são ligeiras influências obsidianas dos maus fluidos emitidos pelo perseguidor. Encontrando acolhida favorável, ou seja, vibração semelhante, as nuvens escuras vão se acercando da presa até o seu envolvimento completo" (p. 166).

f) O espírito vingador: "O espírito de vingança sobrevive após a morte do corpo carnal. Mormente quando, entre dois, um reencarna primeiro, o que demonstra certo merecimento. O que fica no espaço, usando do poder que lhe é peculiar, como mau, projeta a sua perseguição sobre a pequena vítima reencarnada" (pp. 167s.). Temos então o perigoso e popular "encosto", ou "espírito encostado".

2. *Os passes*: "O passe é uma transfusão de fluidos do médium curador ou passista para o doente" (p. 133), ou um "condensador de fluidos" (p. 190). O passe se faz principalmente através das mãos. Aí é preciso notar que "a mão direita carrega corrente positiva, a esquerda a negativa" (p. 99). Nesse ponto os conhecimentos dos espíritas são bastante minuciosos. "As mãos dos médiuns, quando concentrados no momento em que transmitem o passe, tomam uma coloração azul-clara com nuances de verde, muito fosforescentes, que atingem alguns centímetros de espessura. Das pontas dos dedos são projetados os fluidos, emitidos pela vontade do médium, formando um chuveiro magnético, na direção que lhes for imprimida. Os dedos de projeção mais forte são os polegares e logo em seguida os indicadores. . Quando os dedos se juntam em forma de feixe, os fluidos perdem a forma dispersa e caem em jatos fortíssimos, penetrando profundamente no organismo" (p. 101).

Para o bom passe, há uma regra importante: "As mãos arrastam os fluidos pelas correntes e, para que eles não retornem ao corpo do doente, elas se fecham para depois abrirem-se afastadas do corpo do médium, dando dispersão aos maus fluidos para os lados. Assim as mãos voltam limpas para reiniciar o passe" (p. 141). Observe-se também que nunca se devem cruzar as pernas e os braços durante a concentração, "para que as correntes centrífugas e centrípetas tenham livre curso na trajetória das suas direções" (p. 147).

Há três tipos de passes distintos: o passe magnético, o passe mediúnico e o passe espiritual (p. 133):

a) O passe magnético é exclusivamente do médium, fornecendo somente ele seus próprios fluidos. Este pode ser longitudinal (de cima para baixo, nunca de baixo para cima), rotatório, transversal e perpendicular. Cada um tem o seu efeito próprio.

b) O passe mediúnico é realizado pelo médium incorporado por um espírito passista. Neste passe concorrem os fluidos do médium e os do espírito que é quem dirige todo o trabalho e que pode servir-se dos fluidos do ambiente e da flora medicinal (p. 143). Este é propriamente o "passe espírita".

c) O passe espiritual é feito exclusivamente pelos espíritos passistas. Pode ser suplicado pelo médium ou por qualquer pessoa interessada e é eficiente também à distância (p. 143).

Mas também os médiuns podem fazer passes à distância. "Os médiuns apenas concentram-se na mentalização, a fim de que seus fluidos possam servir nas mãos dos espíritos curadores"

(p. 149).

O passe pode ser administrado ou em tratamento individual ou em grupo ou sessão.

a) Para o tratamento individual é preciso preparar o paciente e conseguir dele a necessária predisposição que o coloque em estado passivo, "facilitando enormemente a penetração dos fluidos curadores" (p. 115). Melhor seria recolher-se ao leito, sozinho no quarto, deitar-se de costas, com os braços estendidos ao longo do corpo, relaxar os músculos, os nervos e concentrar-se com os guias espirituais (pp. 117s.). - Evidentemente um estado excelente para receber sugestões e desencadear reflexos condicionados...

b) Para o tratamento em grupo ou sessão: devem estar presentes somente o dirigente, os médiuns escolhidos e os doentes. As pessoas acompanhantes devem permanecer fora da corrente, "recomendando-se com rigor não trazer adultos que manifestem idéias contrárias ao espiritismo" (p. 178, d. também p. 122). A ordem de trabalho mais aconselhável é a seguinte: 5 minutos de silêncio para preparo do ambiente; 5 minutos para prece e abertura dos trabalhos; 25 minutos para a doutrinação espírita; 5 minutos para vibrações à distância e curas; 5 minutos para prece de encerramento. Ao todo 45 minutos (p. 179).

3. *A água fluidica*. "A água, pela sua própria natureza, Já é um fluido condensado. Porém, em espiritismo, entende-se por água fluida aquela em que os fluidos medicamentosos foram imergidos, por ação magnética do médium ou por intermédio dos espíritos benfazejos" (p. 157). A água pode ser fluidificada:

a) pela própria pessoa: coloca-se, então, uma vasilha com água diante de si, com a boca destampada e, em prece, suplica-se o que se deseja que seja feito na água. Pronto. Para qualquer efeito desejado. Pois é a vontade que dirige os fluidos como quer...;

b) pelo médium: toma a vasilha com uma das mãos, abrangendo com os dedos, ligeiramente separados, as faces laterais da mesma e, com a outra mão, faz a devida "imposição técnica";

c) pelos espíritos: deixa-se a água exposta ao sereno da noite. "No dia seguinte estará fluidificada pelos espíritos do bem" (p. 158).

"Quando houver necessidade de certa quantidade de água fluida apenas um copo que esteja fluido poderá servir até para fluidificar uma talha ou mais, misturando-se os líquidos. Uma colher basta para um copo e este chega para um litro" (p. 159).

Assim podem ser fluidificados outros objetos: as roupas de uso, os alimentos e até o próprio ar (p. 159). Basta querer. Barato e eficiente... Particular alívio dará o banho se a água for fluida. Para isso é necessário "passar ambas as mãos, com as pontas dos dedos, de um a outro lado dentro da água, repetindo muitas vezes esta operação" (p. 160).

A água fluida combate qualquer mal. Deve-se tomar pelo menos um copo em jejum, pela manhã, e outro à noite, ao deitar-se (p. 119). Ela reajusta as disfunções orgânicas. "Se há prisão de ventre, será regulada, como também corrigirá as chamadas solturas dos intestinos em qualquer forma" (p. 119).

Já AK conhecia a água fluida ou magnetizada. Em *O livro dos médiuns*, cap. VIII, discorre sobre o "laboratório do mundo invisível" e então, no n. 130, recorda que os espíritos têm a faculdade de modificar a propriedade das substâncias materiais. Assim também podem modificar a propriedade da água. E explica na p. 142: "Ele (o espírito do magnetizador) opera uma transmutação por meio do fluido magnético que, como atrás dissemos, é a substância que mais se aproxima da matéria cósmica ou elemento universal. Ora, desde que ele pode operar uma modificação nas propriedades da água, pode também produzir um fenômeno análogo em os fluidos do organismo, donde o efeito curatório da ação magnética, convenientemente dirigida".

Pena que é pura fantasia o magnetismo animal e o fluido universal dos magnetizadores e espíritos. Mas aí temos um exemplo de como a inteligência humana é capaz de construir enormes sistemas sobre um fundamento imaginado e fantástico.

Nossos centros espíritos, porém, continuam atuando como se o fluido e seus passes fossem verdades inconcussas. Todos eles continuam curandeiristas. O manual de Administração das Instituições Espíritas, de 1985, documento do Conselho Federativo Nacional, continua mandando fazer a "assistência espiritual", sessões especiais que, na segunda parte, devem obedecer às seguintes determinações:

a) O dirigente da primeira parte dos trabalhos deve solicitar a saída do recinto, em silêncio, dos que não sentirem a necessidade de receber passes.

b) Introdução inicial de um grupo ou de todos os enfermos, quando for o caso, no local destinado à segunda parte dos trabalhos, sem que seja preciso classificá-los anteriormente, por

tipos de passes por qualquer meio ou processo, e acomodá-los em bancos ou cadeiras.

c) Prece inicial feita pelo dirigente dos trabalhos de passes, rogando o auxílio dos benefícios espirituais.

d) O dirigente deverá designar, para cada enfermo, um único médium passista.

e) Os médiuns passistas aplicarão os passes em cada um dos enfermos, sem incorporação ou manifestação dos espíritos.

f) Os enfermos sairão do recinto após o recebimento do passe, permitindo a entrada de novos enfermos.

g) Prece final, proferida pelo dirigente ou por um dos médiuns da equipe em agradecimento aos benefícios recebidos, sem a presença dos beneficiados.

h) Os médiuns passistas não deverão atender a qualquer pedido de orientação ou consulta formulados pelos enfermos na hora prevista para as transmissões dos passes.

i) As pessoas que procurarem o centro espírita em busca de orientação espiritual, e que a solicitarem por exclusiva e livre vontade, deverão ser encaminhadas ao colaborador escalado para esta tarefa.

A PSICOGRAFIA

"Ocupar-nos-emos, especialmente, com os médiuns escreventes, por ser o gênero de mediunidade mais espalhado e, além disso, por que é, ao mesmo tempo, o mais simples, o mais cômodo, o que dá resultados mais satisfatórios e completos." Com estas palavras justifica AK seu capítulo sobre a formação dos médiuns em *O livro dos médiuns*. A psicografia é praticamente o grande e quase único fenômeno com que se ocupam os espíritos. Iremos, por isso, estudá-la: 1) em sua forma original de mesa falante, 2) na crítica insuficiente de AK, 3) na descrição da psicografia propriamente dita, tal como foi concebida por Kardec, 4) na análise à luz da psicologia e parapsicologia atuais e 5) no exemplo concreto de Chico Xavier e seu sobrinho.

1. KARDEC ENCONTRA AS MESAS FALANTES

Em dezembro de 1854, o Sr. Hippolyte Leon Denizard Rivail (AK) começou a interessar-se pelas mesas que já giravam aqui no Brasil em 1853. Estudioso do "magnetismo animal" desde sua mocidade, aceitara o fluidismo mesmeriano. Como tantos outros magnetistas de seu tempo e de sua pátria (França), pareceu-lhe, a princípio, poder explicar satisfatoriamente o fenômeno da mesa dançante pela misteriosa ação magnética. Mas uma observação mais cuidadosa do fenômeno levou-o a descobrir duas particularidades muito importantes, impossíveis de serem explicadas pela força cega do magnetismo: 1) a mesa denotava inteligência e, portanto, a causa devia ser inteligente; 2) esta inteligência era autônoma, independente da inteligência das pessoas que colocavam as mãos sobre a mesa e, portanto, devia originar-se de uma causa inteligente diferente e invisível. Daí concluiu que nem o magnetismo por si só, nem as pessoas presentes, podiam ser a causa suficiente e adequada da mesa girante e falante. A "outra" inteligência extra-corpórea, atuante e invisível, mas presente e interessada, era o espírito ou os espíritos.

E assim surgiu o espiritismo.

AK descreve seus primeiros contatos com as mesas girantes nas *Obras póstumas*. O raciocínio acima esboçado é desenvolvido em três obras diferentes: *O livro dos espíritos*, introdução, pp. 40ss.; *O que é o espiritismo*, pp. 39ss.; e, sobretudo, através de longas páginas, em *O livro dos médiuns*, capo IV e seguintes.

Neste citado capítulo de *O livro dos médiuns*, o codificador do espiritismo passa em revista 13 diversos sistemas excogitados para explicar a mesa girante. São:

1. O sistema do charlatanismo: é insustentável, pois há médiuns bem-intencionados. É certo que também há velhacos.

2. O sistema da loucura: os médiuns não seriam charlatães, mas imbecis. Também não é verdade; ao menos não sempre.

3. O sistema da alucinação: as mesas de fato não giram, os médiuns e os presentes são alucinados. É insustentável, porque a alucinação não costuma ser tão freqüente, nem tão coletiva.

4. O sistema do músculo estalante: há contrações voluntárias ou involuntárias do tendão do músculo curto-perônio, o que produziria os ruídos. Mas não explica tudo.

5. O sistema das causas físicas: magnetismo, eletricidade ou fluidos. Mas estas forças não explicam os fenômenos que denotam inteligência. Depois terei que voltar a esta argumentação. Quero notar já agora que AK, quando discorre sobre este sistema que ele chama "das causas físicas", tanto aqui, como em *O livro dos espíritos*, p. 41, e *O que é o espiritismo*, p. 40, fala sempre apenas de magnetismo, eletricidade ou fluidos; outras causas físicas não são mencionadas.

6. O sistema do reflexo: a inteligência manifestada pela mesa seria um reflexo dos pensamentos do médium ou dos presentes. Contra isso lembra Kardec a independência e autonomia da inteligência manifestada. Muitas vezes a mesa revela coisas que não estão nem podiam estar na consciência do médium ou dos assistentes.

7. O sistema da alma coletiva: a alma do médium se identificaria com a dos outros

presentes ou ausentes, formando um todo coletivo. Kardec confessa que não chegou a compreender o sentido exato desta opinião.

8. O sistema sonambúlico: as comunicações inteligentes provêm da alma do médium que, em estado sonambúlico, tem as faculdades mentais sobreexcitadas, conseguindo assim um maior conhecimento. Mas, responde AK, o médium muitas vezes não tem nenhuma consciência do que está fazendo, agindo como uma máquina, cegamente.

9. O sistema pessimista, diabólico ou demoníaco: a inteligência estranha que se manifesta através da mesa vem do demônio. Mas, observa AK, os demônios, como eles os entendem, não existem; muitas vezes, além disso, as mensagens são boas e recomendam obras boas.

10. O sistema otimista: só os bons espíritos se comunicam e são causa das manifestações inteligentes. Mas há também mensagens indignas de bons espíritos.

11. O sistema unispírita ou mono-espírita: o espírito comunicante seria um só: Cristo. Aí AK recorda as comunicações da mais baixa trivialidade, de revoltante grosseria, impregnadas de malevolência e de maldade. Isso não pode vir de Cristo.

12. O sistema multispírita ou polispírita: são muitos e variados, bons e maus, os espíritos que se comunicam. É a teoria aceita por AK.

13. O sistema da alma material: seus defensores querem identificar o perispírito com a própria alma. Kardec não concorda, porque o ensino constante dos espíritos lhe garante que a alma e o perispírito são coisas distintas.

Estas e apenas estas são as teorias das quais AK tomou conhecimento e às quais tentou responder como pôde. Quem conhece a fisiologia e a psicologia moderna verificará facilmente a insuficiência da crítica kardecista. Nada sabe ele (e em sua época pouco podia saber) da mitomania, dos automatismos, das personificações, do subconsciente irrompido em estado de transe, dos reflexos condicionados e das percepções extra-sensoriais. Insuficientes são seus conhecimentos acerca das alucinações, das ilusões, das impressões subjetivas, das falsas recordações, dos infinitos recursos da fraude, da interpretações delirantes, das leis do boato etc. Do ponto de vista científico, AK, na realidade, não é autoridade científica competente, para ser citado ainda hoje. Depois dele nossos conhecimentos progrediram muito. E ele mesmo - pois era indiscutivelmente inteligente - não reeditaria hoje suas obras. Ademais, as investigações de Kardec não foram nem podiam ser tão aprofundadas como geralmente se diz. Durante dois anos apenas ele se ocupou com o problema e já saía prontinho *O livro dos espíritos*, com as doutrinas definitivas, ainda hoje em voga nos nossos meios espíritas.

Entretanto - e isso me parece bem mais grave - AK também não tomou conhecimento das teorias e explicações apresentadas em seu tempo pelo ilustre químico francês Chevreul e pelo eminente físico inglês Faraday. Certamente, estes dois cientistas não deram (nem podiam dar então) uma solução clara e definitiva ao problema das mesas dançantes. Entretanto, o princípio de solução indicado por eles é ainda hoje válido e confirmado pelas experiências modernas e aceito pelos cientistas.

Miguel Faraday, com efeito, apresentou em 1853 (atente-se bem a esta data) à Sociedade Real de Londres os resultados de suas "pesquisas experimentais sobre as mesas girantes". Demonstrou ele, em primeiro lugar, que o movimento das mesas não se devia a nenhum desprendimento de eletricidade, a nenhum fluido e a nenhuma espécie de força atrativa ou repulsiva. Mas ele concedia a realidade dos movimentos. Faraday demonstrou então experimentalmente que estes movimentos eram produzidos pelos movimentos musculares inconscientes dos que punham suas mãos sobre a mesa. Para isso colocou sobre a mesa pedaços de cartão, unidos entre si e -levemente colados à mesa. Verificou-se então que, quando a mesa se havia movimentado, também os cartões haviam deslizado um sobre os outros no mesmo sentido da mesa, tendo avançado mais os de cima que os de baixo. Faraday deu também aos operadores um sinal que acusava imediatamente qualquer ação muscular deles. Para isso instalou um mecanismo especial sobre a mesa, que impedia qualquer ação muscular, mas permitia a fantasiada "magnetização" do móvel. Com este instrumento a mesa deixou de girar e dançar.

No ano seguinte (1854) o químico Miguel Eugênio Chevreul apresentou à Academia das Ciências de Paris sua memória "sobre a varinha divinatória, o pêndulo explorador e as mesas girantes". Já em 1812 Chevreul se dedicara, de modo inteligente e metódico, ao problema da varinha divinatória. Chegou então à conclusão que o movimento é produzido pelo próprio indivíduo que segura a vara ou o pêndulo. Eis como ele mesmo descreve a experiência: "Quando eu sustentava o pêndulo na mão, um movimento muscular de meu braço, ainda que

insensível para mim, fez sair o pêndulo do estado de repouso e, uma vez iniciadas as oscilações, aumentaram logo devido à influência exercida pela vista para colocar-me neste estado particular de disposição ou tendência para o movimento. De maneira que existe uma íntima vinculação entre a execução de certos movimentos e o ato do pensamento que se refere a eles, mesmo que tal pensamento não seja ainda a vontade que dá ordens aos órgãos musculares". Chevreul também descobriu que, quando o pêndulo está suspenso num suporte fixo, não há "fluido" emanado das mãos capaz de pô-lo em movimento. Percebe-se que a teoria de Chevreul se aproxima bastante da moderna lei da motoricidade específica das imagens: os pensamentos provocam movimentos involuntários (automatismos). Esta teoria foi aplicada por Chevreul, em 1854, à mesa girante. O princípio, como é fácil de ver, estava certo, mas ainda devia ser completado. Mais tarde Pierre Janet (*L'automatisme psychologique*, Paris, 1889) o aperfeiçoaria: "É preciso ir mais longe que Chevreul - dizia Janet - e, depois de ter admitido os atos sem vontade, deve-se falar de pensamentos sem consciência ou fora de nossa consciência, se quisermos livrar-nos dos inúmeros diabinhos de Mirville" (p. 375) ou dos enxames de espíritos imaginados por Kardec.

Pois bem, nem Faraday, nem Chevreul, cujas teorias foram publicadas em 1853 e 1854, exatamente quando Kardec se debruçava sobre as mesas girantes, nenhum deles foi considerado e estudado com a devida atenção pelo codificador do espiritismo. As preocupações de Kardec eram muito mais de ordem filosófica e religiosa que científicas. E, sobretudo, Kardec teve muita pressa: já em 1857 saía *O livro dos espíritos*.

2. A INSUFICIÊNCIA DA CRÍTICA KARDECISTA

a) Examinemos agora mais minuciosamente as críticas feitas pelo mestre espírita a algumas das teorias por ele consideradas. Criticando o sistema das causas físicas (e aí poderia ter mencionado também a teoria de Faraday e Chevreul), AK insiste no seguinte raciocínio: - "Os movimentos e as pancadas deram sinais *inteligentes*, obedecendo à vontade e respondendo ao pensamento. Desde que o efeito deixava de ser puramente físico, outra, por isso mesmo, tinha que ser a causa... O ponto *capital*, portanto, está em verificar-se a ação inteligente, de cuja realidade se pode convencer quem quiser dar-se ao trabalho de observar" (III, 47). Em outra obra, AK formula sua crítica nestes termos: "Se tudo se limitasse a estes efeitos materiais, não há dúvida de que poderiam ser assim explicados; porém, quando esses movimentos e golpes nos deram provas de inteligência; quando se reconheceu que respondiam ao pensamento com inteira liberdade, foi-se levado a tirar a seguinte conclusão: se todo efeito tem uma causa, o efeito inteligente tem uma causa inteligente" (II, 40).

Mostram estes textos que, para Kardec, o problema principal não estava em explicar a realidade dos movimentos como tais, mas a inteligência que mediante estes movimentos se manifestava. Ora, hoje mais de um século depois, já sabemos alguma coisa mais. Não apenas podemos explicar a realidade dos movimentos, mas compreender também que sejam inteligentes. Basta ver o que os psicólogos nos dizem a respeito dos automatismos, sejam eles provocados pelo pensamento consciente heterossugerido, ou consequência de concentração mental, ou mesmo irrompidos espontaneamente do inconsciente. Em tudo isso não há hoje nenhum mistério. Nem vemos a necessidade de espíritos ou diabinhos para explicá-lo.

b) Refutando o sistema por ele denominado "sonambúlico" (segundo o qual a alma teria suas faculdades mentais sobreexcitadas, que lhe permitiriam um conhecimento mais amplo), pondera AK: "Poder-se-ia acreditar que fosse assim, se o médium tivesse sempre ar de inspirado ou de extático, aspecto que, aliás, lhe seria fácil aparentar perfeitamente, se quisesse representar uma comédia. Como, porém, se há de crer na inspiração, *quando o médium escreve como uma máquina, sem ter a mínima consciência do que está obtendo, sem ter a menor emoção, sem se ocupar com o que faz, distraído, rindo e conversando de uma coisa e de outra?*" (III, 49; grifo meu). E, acrescenta AK, esta sobreexcitação das idéias seria incompreensível quando as comunicações são transmitidas por pancadas ou com o auxílio de uma prancheta ou de uma cesta.

Aqui, portanto, damos com um segundo problema fundamental de AK: o médium é como uma máquina, não tem nem a mínima consciência de estar produzindo uma mensagem. Portanto, conclui o espírita, a mensagem não tem sua causa adequada no médium. Isso era

compreensível naquele tempo, quando ainda se admitia o princípio da unidade do eu ou da perfeita identidade entre o indivíduo e sua personalidade consciente. Hoje, porém, não se admite mais este princípio. O homem não é uma unidade psíquica. Ao lado do dinamismo consciente; existe o dinamismo inconsciente, profundo e amplo, incomparavelmente mais vasto que o eu consciente. O grande psicólogo Jung afirma que a descoberta do inconsciente separou radicalmente a nova psicologia da velha, "causando nela a mesma revolução que a descoberta da radioatividade na física clássica". E sabe-se que uma das vias prediletas pelas quais costumam irromper as profundezas da alma é precisamente a via motriz ou dos movimentos inconscientes dos músculos. E a escrita automática (pelo lápis ou pela mesa, pouco importa) é um caso típico. E não é necessário que o atuante (ou o "médium" dos espíritos) esteja em estado de transe ou de especial concentração. Fiz numerosas experiências, com diferentes pessoas (do tipo sugestível que sofre facilmente movimentos musculares inconscientes), não apenas para fazer a mesa dançar e responder mediante batidas, mas também para fazer o lápis discorrer sobre o papel, ficando o paciente exatamente no estado descrito por Kardec: "Como uma máquina, sem ter a mínima consciência do que está obtendo, sem ter a menor emoção, sem se ocupar com o que faz, distraído. . .".

c) Ao criticar o sistema que ele chama "de reflexo" (segundo o qual a inteligência manifestada seria um reflexo do pensamento do médium ou dos presentes), observa AK: "Só a experiência podia confirmar ou condenar essa teoria, e a experiência a condenou, porquanto demonstra a todos os momentos, e com os mais positivos fatos, que o pensamento expresso, não somente pode ser estranho ao dos assistentes, mas que lhes é muitas vezes contrário; que contradiz todas as idéias preconcebidas e frustra todas as previsões" (III, 47).

Eis, pois, o terceiro problema básico: a misteriosa inteligência é capaz de revelar coisas que nem o médium, nem os presentes podem saber. E aí está, propriamente, a razão principal que conduziu AK à teoria espírita. Muitas vezes insiste neste argumento. E era, realmente, um motivo forte, digno de ser examinado e investigado. Está claro que Kardec não nos querera dizer que todas as mensagens obtidas pela mesa ou, depois, pelo lápis, apresentam um conteúdo surpreendente. Um estudo atento das obras psicografadas e publicadas (e estas serão, sem dúvida, as melhores) revela que, geralmente, o conteúdo das mensagens não é surpreendente e, quando é, surpreende por sua banalidade. Entretanto, não quero negar que o fato, assinalado por AK e pelos espíritos, de quando em quando se apresente realmente. Isto é: a escrita automática é, efetivamente, capaz de revelar coisas e dados que nem o médium nem os presentes podem saber. Mas também aqui a psicologia moderna pode vir em nosso auxílio. Para maior clareza, tentarei resumir em alguns itens as principais conclusões de Rhine:

1. O fenômeno psigama, ou a percepção extra-sensorial (ESP), independente do raciocínio e das vias sensoriais conhecidas, existe realmente e é de todo natural. Somente a ignorância dos resultados experimentais obtidos em mais de cinco milhões de experiências pode explicar o ceticismo.

2. Todos os homens normais têm a possibilidade de perceber extra-sensorialmente.

3. Parece que o fenômeno psigama não depende das leis do espaço: a maior ou menor distância entre o agente e o percipiente não afeta nem modifica a percepção.

4. O conhecimento paranormal não parece depender das leis comuns do tempo, nem do passado, nem do futuro.

5. O conhecimento psigâmico ou paranormal se manifesta pela via motriz, pela via de imagens e pela via onírica (do sonho).

Portanto, também para responder ao terceiro problema, não há necessidade de espíritos. Basta a ciência.

Assim vimos que a mesa girante, principalmente quando fala e revela dados desconhecidos, é um fenômeno complexo com várias causas e não um fenômeno simples com uma só causa. Ou melhor: a mesa dançante pode ser um fenômeno simples (quando apenas faz movimentos) com uma causa simples (movimentos musculares inconscientes); pode ser um fenômeno composto (quando dança e responde inteligentemente) com causa composta (automatismo orientado pelo dinamismo inconsciente do médium); e pode ser um fenômeno complexo (movimentos, com inteligência, revelações surpreendentes e assinatura de um nome estranho) com causa complexa (automatismo, percepção extra-sensorial, personificação).

3. A PSICOGRAFIA APRESENTADA POR ALLAN KARDEC

"As mesas girantes - declara AK - representarão sempre o ponto de partida da doutrina espírita" (III, 66). Entretanto, bem depressa notou que o processo de comunicar-se com os espíritos mediante batidas da mesa era "muito moroso" (ib. 71 e 153). Por isso, diz Kardec, os próprios espíritos "indicaram outros meios" (p. 71): o das comunicações escritas. Veio assim a "escrita automática" ou a "psicografia".

É ainda Kardec quem nos vai historiar o fato: "Receberam-se as primeiras deste gênero, adaptando-se um lápis ao pé de uma mesa leve, colocada sobre uma folha de papel. Posta em movimento pela influência de um médium, a mesa começou a traçar caracteres, depois palavras e frases. Simplificou-se gradualmente o processo, pelo emprego de mesinhas do tamanho de uma mão, construídas expressamente para isso; em seguida, pelo de cestas, de caixas de papelão e, afinal, pelo de simples pranchetas. A escrita saía tão corrente, tão rápida e tão fácil como com a mão. Porém reconheceu-se mais tarde - é sempre AK quem dá essas informações que todos aqueles objetos não passavam, em definitivo, de apêndices, de verdadeiras lapiseiras, de que se podia prescindir, segurando o médium, *com sua própria mão*, o lápis. Forçada a um movimento involuntário, a mão escrevia sob o impulso que lhe imprimia o espírito e sem o concurso da vontade, nem do pensamento do médium. A partir de então, as comunicações de além-túmulo se tornaram sem limites, como o é a correspondência habitual entre os vivos" (pp. 71s.).

Mais adiante, no capô XIII, AK descreve minuciosamente essas várias maneiras de "psicografar", principalmente o sistema da "cesta-pião", da "cesta de bico" e da prancheta (que é mais ou menos o "oui-ja" dos americanos). AK dá então a esses métodos o nome de *psicografia indireta*.

Quando, porém, o médium pega diretamente no lápis e o faz deslizar sobre o papel, então temos a *psicografia direta* ou propriamente dita. g o fenômeno mais cômodo e o mais fácil e mais em voga até hoje. AK o descreve nas seguintes palavras: "O espírito que se comunica atua sobre o médium que, debaixo dessa influência, move *maquinalmente* o braço e a mão para escrever, sem ter (é pelo menos o caso mais comum) a menor consciência do que escreve" (p. 164).

No capô XV o codificador do espiritismo divide os médiuns psicógrafos em três categorias:

a) Médiuns mecânicos: aqueles cuja mão recebe um impulso involuntário e que nenhuma consciência têm do que escrevem. Kardec insiste: "O que caracteriza o fenômeno é que o médium não tem a menor consciência do que escreve... g preciosa esta faculdade, por não permitir dúvida alguma sobre a independência do pensamento daquele que escreve" (p. 182). Mas observa na p. 193 que estes médiuns são "muitos raros".

b) Médiuns semi-mecânicos: aqueles cuja mão se move involuntariamente, mas que têm, instantaneamente, consciência das palavras ou das frases, à medida que escrevem. "Sente que à sua mão uma impulsão é dada, mau grado seu, mas ao mesmo tempo tem consciência do que escreve" (p. 183). Declara que este é o tipo mais comum (pp. 183 e 193).

c) Médiuns intuitivos: aqueles com quem os espíritos se comunicam pelo pensamento e cuja mão é conduzida voluntariamente. Neste caso o espírito não atua sobre a mão do médium, mas "atua sobre a alma, com a qual se identifica. A alma, sob esse impulso, dirige a mão e esta dirige o lápis... Nessa situação o médium tem consciência do que escreve" (p. 182). Kardec concede logo que neste caso será bem difícil saber se o pensamento vem do espírito ou da alma do médium. Mas, consola-se, "pode acontecer que isso pouca importância apresente"; e continua, benévolo: "Todavia, é possível reconhecer-se o pensamento sugerido, por não ser nunca preconcebido; nasce à medida que a escrita vai sendo traçada" (p. 183). Isso, para AK, já é prova de que o pensamento não é produto do esforço da alma, mas resultado da ação do espírito. Vê-se que a benevolência para com o espírito é muito maior do que para com a alma da gente. Aliás, logo adiante, ao falar dos "médiuns inspirados", diz que "todo aquele que, tanto no estado normal, como no de êxtase, recebe, pelo pensamento, comunicações estranhas. às suas idéias preconcebidas pode ser incluído na categoria dos médiuns inspirados" (p. 183). E por isso, acrescenta ele, "pode dizer-se que todos são médiuns". Basta ter uma nova idéia que subitamente vem à tona - é prova que um espírito está atuando sobre nós! Kardec o diz expressamente. E ainda acrescenta que os homens de gênio, de todas as espécies, artistas, sábios, literatos, "as mais das vezes, são médiuns sem o saberem" (p. 184).

Convém deixar claro o pensamento kardecista ou espírita a respeito deste ponto, porque

nos revela uma psicologia muito especial e acanhada. Em *O livro dos espíritos*, que é a obra principal da codificação e que teria sido revista pelo além, Kardec é instruído pelos "espíritos superiores". Pergunta ele, no n. 459: "Influem os espíritos em nossos pensamentos e em nossos atos?" - Resposta: "Muito mais do que imaginais. Influem a tal ponto que de ordinário são eles que vos dirigem". No n. 461 pergunta como é possível distinguir os nossos pensamentos dos do espírito; e recebe o seguinte critério: "Geralmente, os pensamentos próprios são os que acodem em primeiro lugar"; mas, acrescenta, "não vos é de grande interesse estabelecer essa distinção. No n. 577 dá um exemplo de certas iniciativas que os espíritos podem tomar: "Por exemplo, entende um espírito ser útil que se escreva um livro, que ele próprio escreveria se estivesse encarnado. Procura então o escritor mais apto a lhe compreender e executar o pensamento. Transmite-lhe a idéia do livro e o dirige na execução. O mesmo ocorre com diversos trabalhos artísticos e muitas descobertas".

Estranha psicologia! Não só não deixa nenhum lugar para o dinamismo inconsciente no homem, mas a própria vida consciente sofre constantes interferências na sua atividade intelectual: "Não ignorais - ensinam os espíritos de Kardec - que, freqüentemente, muitos pensamentos vos acodem a um tempo sobre o mesmo assunto e, não raro, contrários uns aos outros. Pois bem! No conjunto deles, estão sempre de mistura os vossos com os nossos. Daí a incerteza em que vos vedes" (n. 460).

Seria o caso de mandar todos os espíritos às favas e pedir que nos deixem em paz e tranqüila atividade. Escrevo hoje uma página; releio amanhã; corrijo o pensamento - e eis que me proclamam médium psicógrafo do tipo intuitivo!

4. ANÁLISE PSICOLÓGICA DE UMA MENSAGEM PSICOGRAFADA

Figuremos um fenômeno autêntico de psicografia, sem fraude nem simulação. Façamos mesmo a melhor suposição, do ponto de vista espírita: um médium, residente no Rio, sente repentinamente impulso estranho e involuntário na mão, pega de um lápis, coloca a mão e o lápis sobre uma folha de papel, a mão escreve nervosamente, sem que o médium tenha a menor idéia (é "médium mecânico", segundo a terminologia de Kardec), e eis que aparece a seguinte mensagem: "Papai está doente. Alice". - Mas o pai do médium mora em São Paulo e o médium ainda ontem recebera uma carta de casa informando que lá todos vão bem. "Alice" seria o nome do espírito "guia". Imediatamente nosso médium pede uma ligação telefônica para São Paulo e de lá vem a informação clara e inegável: "Papai está doente".

Eis o fenômeno. Kardec e seus seguidores o terão certamente como um bom e raro fenômeno espírita. Digo "raro" porque a grande maioria das mensagens psicografadas não traz nenhuma surpresa na mensagem; e também porque, segundo Kardec, os médiuns mecânicos são raros.

Tentemos agora uma serena análise psicológica deste fenômeno, de acordo com os conhecimentos de hoje. O fenômeno, como se vê, não é simples, mas complexo. Analisando-o e decompondo-o em suas partes constitutivas, teremos quatro elementos:

1. O movimento impulsivo e involuntário da mão do médium com o lápis;
2. a escrita inconsciente, mas inteligente, produzindo uma mensagem;
3. a mensagem surpreendente, com um conteúdo que o médium não podia conhecer;
4. o nome estranho que assina o recado.

Ora, não é difícil demonstrar, à luz dos atuais conhecimentos, que cada Um destes quatro elementos constitutivos está perfeitamente dentro do âmbito das potências e faculdades naturais da alma humana, sem precisar, para sua realização, do concurso de espíritos ou almas desencarnadas. Logo, também o seu conjunto, ou a conjunção dos quatro elementos num só fenômeno complexo, é natural ou, como diriam os espíritas, é "anímico" (segundo a terminologia não muito feliz de Aksakof e Bozzano). Para fazer esta demonstração basta recordar resumidamente o seguinte:

1. A lei da motoricidade específica das imagens é capaz de desencadear movimentos musculares bastante complexos, independentes da vontade e da consciência. Estes movimentos impulsivos e repentinos podem irromper espontaneamente do psiquismo humano. Os espíritas ainda não se conformaram com a idéia do subconsciente no homem. Compreende-se esta atitude reacionária em vista de suas convicções formuladas há mais de um século, quando as descobertas de F. H. W. Myers, W. James, P. Janet, Charcot, Freud, Bleuler, Adler, Jung e outros ainda estavam numa fase totalmente embrionária. Mas como eles constantemente fazem

praça de marcar passo com a ciência, está na hora, também para eles, de começar a falar de modo diferente. Já não estamos no orgulhoso século XIX. Ora, estes automatismos explicam cabalmente não apenas o movimento impulsivo e involuntário da mão do médium com o lápis (primeiro elemento), mas também a escrita inconsciente e inteligente, produzindo uma mensagem (segundo elemento). A psiquiatria conhece muito bem o fenômeno da escrita automática de certos dementes, que são capazes de produzir cadernos de mensagens "para salvar o mundo". Ninguém dirá hoje que eles são movidos por espíritos do além. Falando de um caso semelhante, dizia Richet: "Parece-me sempre mais simples admitir que a bela inteligência de Sardou fez um trabalho inconsciente do que supor que a alma de Mozart veio animar os músculos de Victorien Sardou" (*Tratado de metapsíquica*, vol. I, p. 82). E não nos esqueçamos deste outro princípio formulado pelo mesmo autor na p. 78: "O inconsciente é capaz de fazer tudo o que o consciente pode fazer".

2. As experiências (pelo método quantitativo) da escola de Rhine provam a realidade da percepção extra-sensorial no homem. Verificou-se também que esta percepção independe das leis comuns do espaço, isto é: a distância (Rio-São Paulo) não modifica nem afeta a natureza da percepção psíquica. Sabe-se ainda que a percepção é mais fácil e mais segura quando incide sobre um objeto carregado de valores existenciais, com ressonância afetiva (doença do pai, ou morte de uma pessoa, desastre etc.). Assim também o terceiro elemento (a mensagem surpreendente, com um conteúdo que não se podia obter pelas vias normais e conhecidas) recebe hoje sua perfeita explicação natural.

3. A lei da personificação: todo estado de consciência tende para uma forma pessoal. Assim, quando um conteúdo inconsciente surge à consciência ou se exterioriza mediante movimentos automáticos, ele tem a tendência de apresentar-se em forma pessoal. Como o "eu" consciente e normal não se reconhece como autor nem dos movimentos, nem da mensagem, forma-se uma nova síntese mental, com um "eu" próprio, que se responsabiliza por estes estranhos efeitos, tomado mesmo um nome próprio, diferente do nome pelo qual se conhece o "eu" normal e comum. É bastante freqüente, em certos doentes mentais, esta aparição de nova personalidade ou como se diz, o desdobramento da personalidade. O novo "eu", pode até coexistir como o "eu" normal. Tudo isso é natural ("anímico") e nada tem a ver com espíritos. O "eu" consciente, tomado ou surpreendido por aquele outro "eu", sente que os movimentos e a mensagem não são "dele", mas do "outro", e nega firmemente sua autoria. O "outro" toma então um nome condicionado por suas convicções mais profundas: será um "espírito" um "guia", um "caboclo", um "preto velho", um "santo" ou o "demônio", conforme suas crenças. No caso era "Alice", porque o médium era espírita; se fosse umbandista poderia ser "pai João". E assim se explica o quarto elemento (o nome estranho que assina o recado).

Objetarão que esta explicação é complicada e a espírita é simples. Respondo: o fenômeno também é complexo e a simplicidade de uma explicação nunca foi critério de verdade. O fenômeno simples, com um só elemento, terá explicação simples; o fenômeno composto, com muitos elementos, terá que ser decomposto e ser explicado por partes. Em ciência é assim.

6. A PSICOGRAFIA DE CHICO XAVIER

O Sr. Francisco de Paula Cândido, mais conhecido como Francisco Cândido Xavier, ou simplesmente Chico Xavier, é nosso médium mais conhecido e idolatrado. Nasceu em Pedro Leopoldo, MG, em 1910. Dizem que não fez mais que o curso primário. De família católica, entrou em contato com o espiritismo em 1927. Desde 1959 vive em Uberaba. Leva uma vida simples, com muita dedicação aos que sofrem e de intensa atividade psicográfica. Seus livros psicografados já passam de 250 e são amplamente difundidos, principalmente pela Federação Espírita Brasileira, fato que, por si só, comprova sua fidelidade à doutrina codificada por AK. Afirmar-se que já tem mais de quinze milhões de exemplares vendidos. Não há outro autor que se compare. Em 1982 seu nome foi sugerido para Prêmio Nobel da Paz, com o endosso, segundo dizem, de mais de dez milhões de simpatizantes.

No prefácio de sua primeira obra psicografada, *Parnaso de Além-Túmulo*, o próprio Chico se apresenta como um moço com "o mais pronunciado pendor para a literatura", com "a melhor boa vontade para o estudo", que em casa "estudou o que pôde". *O Jornal das moças* de 1931 publicava sonetos seus. Um amigo de Belo Horizonte, que o conheceu naqueles anos, deu-me estas informações:

- "Conheci o Francisco Xavier em 1933. Nessa época ele ainda trabalhava numa pequena

casa de comércio, em Pedro Leopoldo. Na ocasião, em julho de 33, salvo engano, ele me deu para ler Um álbum de poesias dele. Eram poemas, sonetos, quase todos melhores do que a imitação de Guerra Junqueiro que publicou no *Parnaso de além túmulo*. Foi por intermédio de Francisco Xavier que conheci Augusto dos Anjos. Ele declamava grande parte do *Eu*. Lera tanto Augusto dos Anjos que o sabia de cor. Ainda me lembro muito de ouvi-lo declamar com entusiasmo o 'Árvore da serra'. Em 1933 ele estava encantado com Augusto dos Anjos. Já por essa época ele lia o espanhol e o francês: assim me disse várias vezes. Conhecia bem a literatura brasileira e lia muito. Nós nos correspondíamos em fins de 1933 e 1934, e é pena que não tenha guardado as cartas dele, da época. Nelas, o tema era literatura e poder-se-ia ver bem que ele não era quase analfabeto, com apenas a instrução primária, conforme afirma no prefácio no *Parnaso*. É o que lhe posso informar por conhecimento próprio. Ainda devo acrescentar que lá por 1941 ou 42 visitei, com alunos do Seminário, a Fazenda do Estado, em Pedro Leopoldo, onde me encontrei com ele. Conversamos sobre santa Teresa e são João da Cruz. Eu acabara de ler as obras de santa Teresa e ele conhecia bem não só santa Teresa, mas também são João da Cruz".

A propaganda espírita exalta a perfeição dos vários estilos na obra mediúnica de Chico Xavier. Dizem que Olavo Bilac, Humberto de Campos e outros mestres da nossa literatura reapareceram através do lápis de Chico Xavier em sua antiga perfeição. E propagam que até um Agripino Grieco reconheceu o inconfundível estilo de Humberto de Campos. Mas o que na realidade encontro nas declarações de Agripino Grieco é um pouco diferente. Diz ele, textualmente, ao *Diário da Noite*, de São Paulo, de 26-6-1944 (no tempo do famoso processo que a família de Humberto de Campos moveu contra a Federação Espírita):

- "A Humberto de Campos, entretanto, penso que já bastariam os livros por ele escritos ainda em vida, para que sua glória se tornasse imperecível. Os livros póstumos ou pretensamente póstumos nada lhe acrescentam à glória, sendo mesmo bastante inferiores aos escritos em vida. Interessante: de todos os livros que conheço como sendo psicografados, escritos por intermédio da mão ligeira de um médium, nenhum se equipara aos produzidos quando era o escritor que fazia a pena deslizar sobre o papel. O mesmo sucede com as obras do espírito de Vítor Hugo, 'apanhadas' aqui no Brasil e em português. Parecem-me todas de um Vítor Hugo em plena caducidade, com uma catarreia senil das mais alarmantes. " Outra coisa: em geral esses livros só se reportam a coisas terrestres: não são livros do além, mas simplesmente do aquém, retrospectivos, autobiográficos, de um mundo que já conhecemos miudamente..."

Outro crítico, o Sr. João Dornas Filho, comparou o Olavo Bilac póstumo de Chico Xavier com as produções do poeta vivo:

- "Pois bem, esse homem, que em vida e segundo a doutrina espírita estava sujeito às deficiências, aos erros, à contingência do estado de encarnação e só desencarnado poderia realizar ou iniciar o seu período de perfeição; esse homem que no estágio de imperfeição nunca assinou um verso imperfeito depois de morto ditou ao Sr. Chico Xavier sonetos inteirinhos abaixo de medíocres! Cheios de versos malmedidos, mal-rimados e, sobretudo, numa língua que Bilac absolutamente não escrevia" (*Folha da Manhã*, SP, 19-4-1945).

É necessário assinalar mais um ponto importante. Já AK nos revela nas *Obras póstumas* (mas não ditadas depois de sua morte) como trabalhou sobre o material acumulado para codificar *O livro dos espíritos*: "Da comparação e da fusão de todas as respostas, coordenadas, classificadas e muitas vezes remodeladas no silêncio da meditação" nasceu aquela obra fundante do espiritismo. Quando nos vêm mensagens do além, ou até mesmo revelações destinadas a "completar, explicar e desenvolver" a doutrina cristã, coisa que os espíritos pretendem com sua "terceira revelação", fazemos questão de ter as novas "revelações" exatamente assim como vieram ou foram ditadas e não como foram depois "remodeladas" por algum mortal deste mundo. Coisas semelhantes aconteceram com obras de Chico Xavier. O jornal espírita *O poder*, de Belo Horizonte, de 10-5-1953 (n. 392), publicou um artigo do espírita Sousa de Prado, com notáveis revelações sobre o que acontece atrás dos bastidores do espiritismo nacional. Sousa de Prado revela que um dia foi procurado pelo presidente da Federação Espírita, Wantuil de Freitas, tendo na mão um maço de provas tipográficas. "Você sabe - dizia ele - que quem corrige todos os trabalhos recebidos pelo Chico Xavier é o Quintão". Manuel Quintão também foi presidente da Federação. E Sousa de Prado lhe respondeu: "Sei, por sinal que, com tais correções, consegue desfigurar quase completamente o estilo dos espíritos que ditam as obras ao médium, enxertando-lhes termos esdrúxulos, que eles nunca

usaram enquanto encarnados". Confidenciou-lhe então o Sr. Wantuil de Freitas:

- Ora, como você sabe, o Quintão erra constantemente, principalmente no emprego da crase, e na pontuação; e eu tenho grande empenho em que isso saia correto. Por isso, fiz uma nova revisão, emendando os principais erros que encontrei. Como, porém, eu sou Um pouco fraco no português..." e posso ter emendado coisas que estivessem certas, queria que você conferisse, comigo, as emendas que fiz".

De tudo isso concluo que Chico Xavier é um cidadão bom e inteligente, poeta por inclinação natural, muito lido, capaz de reproduzir mediocrementemente, em estilos diversos, inúmeras páginas sobre assuntos bastante banais e que são revistas e corrigi das por outras pessoas mais competentes e melhor formadas.

A propaganda espírita é muito mais categórica e positiva que o próprio Chico Xavier. Os espíritas não têm dúvidas: aquelas mensagens são realmente dos espíritos do além. No prefácio de *Parnaso de além túmulo* o próprio Chico Xavier é bem mais reservado e prudente. Eis suas palavras:

- "O que psicografo será das personalidades que assinam os poemas? E o que não posso afiançar. O que afirmo categoricamente é que, em consciência, não posso dizer que são minhas, porque não despendi nenhum esforço intelectual ao grafá-las no papel. A sensação que sempre experimentei ao escrevê-las era a de que vigorosa mão impulsionava a minha".

Aqui temos a sincera descrição do fenômeno. Mas é também sua explicação. O fenômeno certamente não foi produzido por forças do além. Qualquer bom psicólogo saberá explicá-lo. Chico Xavier deixa de ser um problema teológico e passa à competência da psicologia.

6. "NOSSO LAR": UM EXEMPLO CONCRETO

Mas tomemos um exemplo concreto de uma das obras psicografadas por Chico Xavier, sua obra mais popular: *Nosso lar*, com 460.000 exemplares vendidos até 1985, ditada por um espírito chamado "André Luís", que, segundo se afirma nos arraiais espíritas, teria sido em vida o conhecido médico Dr. Osvaldo Cruz. Nesta obra, "André Luís" relata uma multidão de acontecimentos, desde sua morte até seu ingresso, como cidadão, na fantástica colônia espiritual chamada "Nosso lar".

Imediatamente depois da separação do corpo (morte), o espírito, agora "desencarnado", de André Luís passou por um período bastante difícil, confuso e desorientado, sempre andando, sem saber por onde nem para onde. Era o estado de "erraticidade", descrito abundantemente por AK. "Persistiam - conta ele - as necessidades fisiológicas, sem modificação. Castigava-me a fome todas as fibras, e, não obstante o abatimento progressivo, não chegava a cair definitivamente em absoluta exaustão. De quando em quando, deparavam-se-me verduras que me pareciam agrestes, em tomo de humildes filetes d'água a que me atirava sequioso. Devorava as folhas desconhecidas, colocava os lábios à nascente turva, enquanto me permitiam as forças irresistíveis, a impelirem-me para frente. Muitas vezes suguei lama da estrada, recordei o antigo pão de cada dia, vertendo copioso pranto. Não raro era imprescindível ocultar-me das enormes manadas de seres animais, que passavam em bando, quais feras insaciáveis" (p. 17; sigo a 4ª edição). Durou oito anos a peregrinação.

Até que encontrou outro espírito: Clarêncio, "um velhinho simpático que sorriu paternalmente", que se apoiava num cajado de substância luminosa. Foi então transportado. Pararam "à frente de porta encravada em altos muros, cobertos de trepadeiras floridas e graciosas" (p. 20). Acomodaram-no num leito de emergência, "no pavilhão da direita". Viu-se então num confortável aposento, "ricamente mobiliado". Serviram-lhe "caldo reconfortante, seguido de água muito fresca", portadora "de fluidos divinos". À noite ouviu "divina melodia". Levantou-se e chegou a um enorme salão, "onde numerosa assembléia meditava em silêncio". Soube que era a hora da oração, dirigida pelo governador, através do rádio e da televisão, "com processos adiantados".

No dia seguinte encontrou-se com o "irmão Henrique de Luna", do Serviço de Assistência Médica daquela Colônia Espiritual. Soube então que, só naquela seção, "existem mais de mil doentes espirituais". Examinado, recebeu o seguinte diagnóstico: "A zona dos seus intestinos apresenta lesões sérias com vestígios muito exatos de câncer; a região do fígado revela dilacerações; a dos rins demonstra características de esgotamento prematuro" (p. 30). Recebeu como remédio passes magnéticos.

Quero lembrar que se trata de descrições da vida do espírito, depois da morte: não de

coisas desta terra.

Um dia foi passear: "Quase tudo melhorada cópia da Terra. Cores mais harmônicas, substâncias mais delicadas. Forrava-se o solo de vegetação... Aves de plumagens policromas cruzavam os ares... Identificava animais domésticos" (p. 38). Viu "vastas avenidas, enfeitadas de árvores frondosas". Entidades numerosas iam e vinham...

Afinal soube que estava numa das muitas colônias espirituais. Esta chama-se "Nosso lar", consagrada ao Cristo (p. 22) e fundada por portugueses distintos, desencarnados no Brasil, no século XVI, segundo consta dos "arquivos do ministério do esclarecimento" (p. 47). A colônia é dirigida por um governador (que naqueles dias comemorou o 114º aniversário de governança) assistido por 72 colaboradores. Divide-se em 6 ministérios, orientados cada qual por 12 ministros: o ministério da regeneração, do auxílio, da comunicação, do esclarecimento, da elevação e da união divina. É no ministério do auxílio que preparam as "reencarnações terrenas". Há, na colônia, "mais de um milhão de criaturas" (p. 207).

No passado a colônia teve que agüentar muitos apertos. Houve maus governadores, com muita oposição, inclusive assaltos por parte de outros espíritos, "que tentaram invadir a cidade, aproveitando brechas nos serviços de Regeneração, onde grande número de colaboradores entretinha certo intercâmbio clandestino" (p. 48). Mas o governador "mandou ligar as baterias elétricas das muralhas da cidade, para emissão dos dardos magnéticos" (p. 49).

Um dia foi de *aerobus* ao bosque das águas. Era um "grande carro, suspenso do solo a uma altura de cinco metros mais ou menos e repleto de passageiros" (p. 50). Outro dia visitou uma casa particular: "Móveis quase idênticos aos terrestres". Quadros, piano, livros. Com relação aos livros recebeu a seguinte informação: "Os escritores de má fé, os que estimam o veneno psicológico, são conduzidos imediatamente para as zonas obscuras do umbral". Havia também sala de banho. Ao almoço serviram "caldo reconfortante e frutas perfumadas, que mais pareciam concentrados de fluidos deliciosos" (p. 86).

Também o problema da propriedade recebeu sua solução. "Nossas aquisições são feitas à base de horas de trabalho. O bônus-hora, no fundo, é o nosso dinheiro. Quaisquer utilidades são adquiridas com esses cupons. " Cada família espiritual pode conquistar um lar (nunca mais que um), apresentando trinta mil bônus-hora" (p. 100).

Existe também o serviço de recordações. Aplicam-se passes no cérebro, que restituem "trezentos anos de memória integral" (p. 103).

Certa vez encontrou um ancião, gesticulando, agarrado ao leito, como se fosse louco, gritando por socorro, pedindo ar, muito ar! O homem estava sendo vítima de uma "carga de pensamentos sombrios, emitidos pelos parentes encarnados" (p. 127). Recebeu então passes de prostração. Há também "água magnetizada" e "operações magnéticas" (p. 136).

Num daqueles dias apareceu na colônia uma católica desencarnada na Terra. Chegou benzendo-se e dizendo: - "Cruzes! Credo! Graças à Providência Divina, afastei-me do purgatório..." Revelou que, na Terra, foi mulher de muito bons costumes, que rezou incessantemente e deixou uns dinheirinhos para celebração de missas mensais; em suma, fez o possível para ser boa católica. Confessara-se todos os domingos e comungara. Mas maltratara os escravos. "Padre Amâncio, nosso virtuoso sacerdote, disse-me na confissão que os africanos são os piores entes do mundo, nascidos exclusivamente para servirem a Deus no cativeiro." Morreria em 1888 e só em 1939 alcançou o "Nosso lar". Fora longo seu "esforço purgatorial" (p. 164). Também, católica. . .

Num domingo o governador resolveu realizar o "culto evangélico" no ministério da regeneração. Havia meninos cantores das escolas de esclarecimento, que cantavam o hino "Sempre contigo, Senhor Jesus", cantado por duas mil vozes. Depois de outra cerimônia do culto evangélico, cantaram o hino "A ti, Senhor, nossas vidas". No fim a ministra veneranda entoou "A grande Jerusalém" (p. 208).

É assim no "Nosso lar".

Nos outros volumes continua André Luís a descrever a vida e a atividade fantástica do mundo "depois da morte".

Eis a literatura dos nossos espíritos. Este é o tipo de livros que a Federação brasileira propaga, aos milhares, pelo Brasil.

7. O SOBRINHO TAMBÉM PSICOGRAFAVA...

O Sr. Chico Xavier tem um sobrinho. Chama-se Amauri Pena. Nasceu em 1933, em Pedro

Leopoldo. Com ano e meio foi morar em Sabará, MG. Quando tinha apenas dez anos, já lera o *Parnaso de além túmulo*, do tio. Aos 13 anos escrevia poemas. Inteligente, lia muito e começou a imitar o estilo de outros autores. Educado em ambiente espírita, com o brilhante exemplo do tio à vista, foi persuadido de ser um grande médium. E começou a "psicografar". Segundo um jornal espírita, "recebeu composições de mais de cinquenta poetas brasileiros e portugueses, cada qual em seu próprio e inconfundível estilo. Recebeu também uma epopéia camonianiana, em estilo quinhentista". Cruz e Sousa, Gonçalves Dias, Castro Alves, Augusto dos Anjos, Olavo Bilac, Luís Guimarães Jr., Casemiro Cunha, Inácio Bittencourt, Cícero Pereira, Hermes Fontes, Fabiano de Cristo, Anália Franco e até Bocage e Rabindranath Tagore apressavam-se em procurar o sobrinho de Chico Xavier para fazer uns versos... *Síntese*, um boletim espírita de Belo Horizonte, dava ao médium a necessária publicidade.

Iam as coisas nas mais risonhas esperanças. E eis que, num belo dia de 1958, Amauri Pena procura a imprensa profana para fazer sensacionais declarações: "Tudo o que tenho psicografado até hoje - declarou - apesar das diferenças de estilo, foi criado por minha própria imaginação, sem que precisasse de interferência de almas de outro mundo". E explicava: "Depois de ter-me submetido a esse papel mistificador, durante anos, usando apenas conhecimentos literários, resolvi, por uma questão de consciência, contar toda a verdade".

E o sobrinho de Chico Xavier esclareceu mais: "Sempre encontrei muita facilidade em imitar estilos. Por isso os espíritas diziam que tudo quanto saía do meu lápis eram mensagens ditadas pelos espíritos desencarnados. Revoltava-me contra essas afirmativas, porque nada ouvia e sentia de estranho, quando escrevia. Os espíritas, entretanto, procuravam convencer-me de que era médium. Levado a meu tio, um dia, assegurou-me ele, depois de ler o que eu escrevera, que deveria ser seu substituto. Isso animou bastante os espíritas. Insistiam para que fosse médium".

O jovem e improvisado médium Amauri continua na descrição de sua estranha aventura: "Passei a viver pressionado pelos adeptos da chamada terceira revelação. A situação torturava-me e, várias vezes, procurando fugir àquele inferno interior, entreguei-me a perigosas aventuras. Diversas vezes, saí de casa, fugindo à convivência de espíritas. Cansado, enfim, cedi, dando os primeiros passos no caminho da farsa constante. Teria 17 anos. Ainda assim, não me vi com forças para continuar o roteiro. Perseguido pelo remorso e atormentado pelo desespero, cometi desatinos. Em algumas oportunidades, tentei recuar, sucumbindo, atordoado. Vi-me, então, diante de duas alternativas: mergulhar de vez na mentira e arruinar-me para sempre ou levantar-me corajosamente para penitenciar-me diante do mundo e de mim mesmo, libertando-me definitivamente. Foi o que resolvi fazer, procurando um jornal mineiro e revelando toda a farsa. Sei das reações que minhas declarações causarão. Mas não me importo. O certo é que, enquanto me sacrificava pela propaganda de uma mentira, não me julgavam maluco. Não desmascaro meu tio como homem, mas como médium. Chico Xavier ficou famoso pelo seu livro *Parnaso de além túmulo*. Tenho uma obra idêntica e, para fazê-la, não recorri a nenhuma psicografia".

Eis as principais declarações de Amauri Pena.

Claro que não podia faltar a reação espírita. Um dos mais notáveis escritores espíritas do Brasil ("Irmão Saulo") encontrou logo a explicação mais satisfatória do ponto de vista espírita. Sustenta que a mediunidade de Amauri é "inegável e irretratável". E explica que o fenômeno espírita "não depende da opinião dos médiuns, e não raro contraria mesmo essa opinião. O fenômeno mediúnico é um fato em si. O caso Amauri é um exemplo disso. Pouco importa que ele se retrate, que se diga autor das comunicações recebidas. O que importa é a análise das comunicações em seus próprios conteúdos, bem como das circunstâncias em que foram dadas". Não adianta negar a mediunidade, esclarece o espírita, "mesmo que ele não a aceita, mesmo que ele a queira negar", será e continuará médium. E o *Reformador*, órgão da Federação Espírita Brasileira, se consolou, ponderando que também Jesus foi traído por um de seus apóstolos... E o Amauri é classificado como "vítima de sua própria afinidade com os obsessores que o trazem acorrentado à vida irregular".

Dois são as lições que podemos colher do rumoroso caso:

1. Amauri Pena prova que é relativamente fácil imitar o estilo de outros. É mais uma questão de exercícios que de espíritos. Lá mesmo, na redação, diante dos jornalistas, imitou vários estilos. Diz ele: "Tenho uma obra idêntica (ao *Parnaso de além túmulo*) e, para fazê-la, não recorri a nenhuma psicografia". Um ilustre literato francês assegura que os "escritores vulgares e incapazes de estilo pessoal conseguem imitar admiravelmente o estilo de outrem. O pasticho é, efetivamente, um dom que todos podem ter".

2. É inútil discutir com espíritas. Atitudes preconcebidas e totalmente anti-científicas esterilizam qualquer discussão séria. Declara Amauri Pena ter consciência de ser ele mesmo o autor dos versos, diz que sempre teve facilidade em imitar estilos, confessa que para isso se utiliza de seus conhecimentos literários - e os espíritas insistem em proclamá-lo médium autêntico, instrumento de Rabindranath Tagore! Nem mesmo AK, cem anos atrás, teria procedido assim. O argumento em que Kardec mais insistia era a passividade e a inconsciência do médium, a completa independência da mensagem que, mesmo contra a vontade do médium e contra suas idéias conscientes, ficava surpreendido ao ver a "comunicação". Já vimos isso. Poderia recordar muitas passagens nas quais o codificador constantemente argumenta com o fato da "independência absoluta da inteligência que se manifesta". Foi por isso - e só por isso - que Kardec chegou à conclusão de que esta "inteligência independente" devia ser distinta da alma do médium e, portanto, um espírito desencarnado. Semelhante raciocínio teria ficado totalmente sem base e sem valor, se o médium tivesse respondido tranquilamente (como Amauri Pena): "Mas tudo quanto tenho escrito foi criado por minha própria imaginação e disso tenho plena consciência". Falando, por exemplo, do "sonambulismo desperto", um estado em que "as faculdades intelectuais adquirem um desenvolvimento anormal", confessa Kardec (na introdução ao *Livro dos espíritos*, p. 41): "Concordamos em que, efetivamente, muitas manifestações espíritas são explicáveis por esse meio. Contudo, numa observação cuidadosa e prolongada mostra grande cópia de fatos em que a intervenção do médium, a não ser como instrumento *Passivo*, é materialmente impossível". Ora, precisamente este estado puramente *passivo* não é reconhecido pelo sobrinho de Chico Xavier. "Revoltava-me (diz ele) contra essas afirmativas (dos espíritas) *porque nada ouvia e sentia de estranho quando escrevia*".

Mas nossos espíritas insistem: "Pouco importa que ele se retrate, que se diga autor das comunicações recebidas, mesmo que ele não aceite, ainda que queira negar: ele é um grande médium"!

Aqui acabou-se a ciência. Venha, pois, Rabindranath Tagore...

A IGREJA CATÓLICA E O ESPIRITISMO

Já vimos nos capítulos precedentes numerosos pronunciamentos oficiais da Igreja católica com relação às práticas e doutrinas espiritistas. Falta ainda a exposição mais sistemática de dois pontos:

1. O ESPÍRITA PERANTE A IGREJA

Em 1953 a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil reafirmou a determinação feita pelo Episcopado Nacional na Pastoral Coletiva de 1915, revista pelos bispos em 1948 nestes termos:

- "Os espíritas devem ser tratados, tanto no foro interno como no foro externo, como verdadeiros hereges e fautores de heresias, e" não podem ser admitidos à recepção dos sacramentos, sem que antes reparem os escândalos dados, abjurem o espiritismo e façam a profissão de fé".

Segundo o novo Direito Canônico (de 1983), "chama-se heresia a negação pertinaz, após a recepção do batismo, de qualquer verdade que se deve crer com fé divina e católica, ou a dúvida pertinaz a respeito dela" (cân. 751). E no cânon 1364 § 1, a nova legislação eclesiástica determina que "o herege incorre automaticamente em excomunhão", isto é: deve ser excluído da recepção dos sacramentos (cân. 1331 § 1), não pode ser padrinho de batismo (cân. 874), nem da confirmação (cân. 892) e não lhe será lícito receber o sacramento do matrimônio sem licença especial do bispo (cân. 1071) e sem as condições indicadas pelo cânon 1125. Também não pode ser membro de associação ou irmandade católica (cân. 316).

Já vimos nas páginas 26-32, ao expor as linhas gerais da doutrina espírita e cotejar este ensinamento com a doutrina cristã, que o espiritismo kardecista de fato nega quase todo o credo apostólico. E quando analisamos no capítulo IV a reencarnação, ficou claro que a palingenesia se opõe, em pontos essenciais, à pregação de Nosso Senhor Jesus Cristo, negando, principalmente, toda a soteriologia cristã. S, pois, evidente que o católico, quando adota a doutrina espírita, se enquadra perfeitamente na descrição que o citado cânon 751 faz da heresia, cometendo um "delito contra a religião", segundo a terminologia do novo Direito Eclesiástico, e incorre na penalidade prevista pelo cânon 1364 § 1. Ou, falando mais exatamente: o católico que resolve tornar-se espírita, por este fato, exclui-se a si mesmo da Igreja católica, perdendo todos os direitos de católico.

Mas na prática pastoral a aplicação destas determinações jurídicas encontra a seguinte dificuldade: o vocábulo "espírita" é, de fato, entre nós, polivalente. Já AK observava em suas *Obras póstumas* (20ª edição, pp. 367s.):

"O qualificativo de espírita, aplicado sucessivamente a todos os graus de crença, comporta uma infinidade de matizes, desde o da simples crença nas manifestações, até as mais altas deduções morais e filosóficas; desde aquele que, detendo-se na superfície, não vê nas manifestações mais do que um passatempo, até aquele que procura a concordância dos seus princípios com as leis universais e a aplicação dos mesmos princípios aos interesses gerais da humanidade; enfim, desde aquele que não vê nas manifestações senão um meio de exploração em proveito próprio, até o que haure delas elementos para seu próprio melhoramento moral. Dizer-se alguém espírita, mesmo espírita convicto, não indica, pois, de modo algum, a medida da crença; essa palavra exprime muito com relação a uns, e muito pouco, relativamente a outros. Uma assembléia para a qual se convocassem todos os que se dizem espíritas apresentaria um amálgama de opiniões divergentes, que não poderiam assimilar-se reciprocamente, e nada de sério chegaria a realizar, sem falar dos interessados a suscitarem no seu seio as discussões a que ela abrisse ensejo".

Mas pondo de lado as ambigüidades, pode-se dizer que, segundo AK, "espírita" é todo espiritualista que admite a prática da evocação dos falecidos. Sobre esta base mínima podem construir-se os mais variados sistemas doutrinários. Assim são "espíritas" os adeptos do espiritismo anglo-saxão que não aceitam a doutrina da reencarnação, como são "espíritas" os seguidores de AK que fazem das idéias reencarnacionistas o ponto central de sua filosofia. E porque os partidários da umbanda praticam assiduamente a evocação dos falecidos (e, aliás, endossam a doutrina da metemempsicose), também eles são "espíritas" verdadeiros, no sentido

original em que AK entendia o vocábulo por ele criado (cf. acima, p. 251).

E como não existe nenhum nexos necessário entre a prática da evocação dos falecidos e a doutrina da reencarnação, é perfeita mente imaginável que alguém aceite e pratique a necromancia sem admitir a palingenesia, como é igualmente concebível que alguém adote a filosofia da pluralidade das existências sem endossar a prática da evocação das almas dos que morreram. Mas a dimensão herética (isto é, negadora da doutrina de fé cristã) do espiritismo está principalmente na reencarnação. Pode-se admitir ainda que alguém professe sinceramente toda a doutrina cristã, tal como é proposta pela Igreja católica, e ao mesmo tempo julgue ser possível e lícito evocar os falecidos.

Já é evidente que nem todos, embora se digam ou sejam chamados "espíritas", podem ou devem ser considerados ou tratados da mesma maneira. Há evidente necessidade de distinguir:

1. Os que dirigem ou organizam o espiritismo (em qualquer de seus ramos) ou um centro espírita ou terreiro de umbanda e os que tomam parte ativa nas sessões (médiuns): são espíritas no sentido mais estrito do termo, valendo para eles a determinação do episcopado nacional: "Devem ser tratados como hereges". Mas esta norma vale apenas para aqueles que antes eram ou diziam ser católicos. O mesmo não vale para os que já nasceram num ambiente espírita e nele foram educados. Os espíritas convictos e coerentes já não fazem batizar seus filhos, visto que, como lhes fez saber em 1952 o Conselho Federativo Nacional da Federação Espírita Brasileira, "o espiritismo é religião sem ritos, sem liturgia e sem sacramentos". Por conseguinte, já não são nem cristãos e devem ser considerados e tratados como os demais adeptos de religiões não-cristãs.

2. Os que se inscreveram como sócios em alguma entidade espírita. Os espíritas costumam controlar a fidelidade de seus sócios mediante caderneta individual, carimbada cada mês. O sócio que durante seis meses deixar de cumprir seus deveres de sócio é excluído. Segundo os *Preceitos gerais* publicados pela Federação Espírita Brasileira e válidos para todas as sociedades espíritas do Brasil, os sócios inscritos têm os seguintes deveres: a) estudar a doutrina espírita (que aqui no Brasil é reencarnacionista); b) freqüentar regularmente as sessões de estudo da doutrina; c) pagar pontualmente suas contribuições pecuniárias. Deve-se, pois, supor que todo sócio de mais de seis meses não é apenas necromante, mas também reencarnacionista, e, como tal, herege, e assim há de ser tratado.

3. Os que, embora não inscritos, freqüentam habitualmente por mais de seis meses sessões para consultar os mortos, receber receitas ou passes etc. As assim chamadas "sessões públicas de estudo" são franqueadas a todos indistintamente. Mas toda sessão desta espécie é doutrinária: nela se ensina e administra a doutrina espírita (reencarnacionista). Por conseguinte, quem por mais de meio ano assiste habitualmente a tais sessões já não pode ser tido apenas como necromante, mas com razão é considerado adepto da doutrina reencarnacionista. Logo, é herege e deve ser tratado como tal.

4. Os que esporadicamente vão às sessões para consultar os falecidos, receber passes, receitas etc., levados, talvez, pela necessidade (doença, tristeza pela morte de alguém de sua família, situação embaraçosa) ou a convite insistente de amigos, vizinhos etc. *Supondo* que não vão por mera curiosidade, eles não são necessariamente reencarnacionistas; são, todavia, necromantes ou "espíritas" no sentido lato do termo, tal como foi definido por AK. Se admitem a reencarnação, são sem dúvida hereges e como tais deverão ser tratados. Se não aceitam a pluralidade das existências, mas apenas a prática da evocação, serão também hereges? A santa Sé declarou que este tipo de práticas inclui um "engano inteiramente ilícito e *herético*" (em latim: "deceptio omnino illicita et haereticalis", cf. Dz 1653 e 1654). Neste documento, de 1856 (naqueles anos começava na França a prática da evocação dos falecidos) a santa Sé repete duas vezes ser pecado de *heresia* querer aplicar meios puramente naturais com o fim de obter efeitos não-naturais ou supranaturais. Por conseguinte, o espiritismo como evocação dos mortos, seja na forma de necromancia ou de magia, já é herético e, aliás, puro "engano". É preciso atender bem a este particular: tais práticas são rejeitadas não apenas como ilícitas (nisto está o pecado, pois, como vimos nas pp. 51-53, a evocação é um ato severamente interdito por Deus) ou contra a moral, mas também como *heréticas* ou contrárias à fé cristã. A heresia está na suposição de poder produzir efeitos não-naturais com meios naturais.

5. Os que vão de quando em quando às sessões espíritas por motivo de estudo ou divertimento ou de mera curiosidade. A suposição é que não são reencarnacionistas, nem querem praticar a evocação. Estes devem ser divididos em duas categorias:

- a) Os que fazem isso sem nenhuma licença: não são espíritas (é a suposição), mas

praticam um ato ilícito e expressamente proibido pela Igreja, como vimos na página 54. Pois, pelo decreto de 24-4-1917, declarava a santa Sé ser ilícito "assistir a sessões ou manifestações espíritistas, sejam elas realizadas ou não com o auxílio de um médium, com ou sem hipnotismo, sejam quais forem estas sessões ou manifestações, mesmo que aparentemente simulem honestidade ou piedade; quer interrogando almas ou espíritos, ou ouvindo-lhes as respostas, quer assistindo a elas com o pretexto tácito ou exposto de não querer ter qualquer relação com espíritos malignos".

b) Os que fazem isso devidamente autorizados. Bons moralistas interpretam a citada decisão de 1917 de tal maneira que pode ser dispensada em casos particulares, em favor de médicos, sociólogos ou outros estudiosos que vão, não por curiosidade, não apenas para ver, mas para estudar. Excluída, pois, toda evocação e com a condição de que não ocorra perigo nenhum de perversão própria, nem de escândalo para outros, poderia o bispo permitir a assistência.

6. Os que nunca assistem às sessões, mas por qualquer motivo ajudam moral ou materialmente na construção ou manutenção de obras e empresas espíritas. São os fautores do espiritismo no Brasil. Tal cooperação consciente seria ilícita. É evidente, porém, que não devem ser tratados como espíritas ou hereges e sim como "fautores de heresia", conceito que já não ocorre na nova legislação canônica, mas que nem por isso deixa de ter seu valor.

7. Os que assistem às sessões ou apóiam moral ou materialmente o espiritismo por ignorância. No Brasil, são muitos. Devem ser tratados como ignorantes, isto é: devem ser instruídos. O presente livro foi escrito com este objetivo. Não são hereges.

8. Os que não querem praticar nem a necromancia nem a magia, não assistem às sessões espíritas, mas professam a doutrina da reencarnação, como os esoteristas, rosacruzes, teósofos e outros ocultistas. São hereges formais e como tais devem ser tratados.

2. A IGREJA PERANTE A FENOMENOLOGIA MEDIÚNICA

Convém deixar bem clara a posição oficial da Igreja perante a fenomenologia do espiritismo. Pois tem havido confusão acerca deste ponto. E para evitar possíveis falsas interpretações, adjetivarei estes fenômenos simplesmente como "mediúnicos" e não como "espíritas", visto que este último termo já especifica determinada interpretação do fenômeno.

Creio poder compendiar nos seguintes itens a posição oficial da Igreja:

1. Por seu magistério oficial a Igreja nunca se pronunciou nem sobre a verdade histórica, nem sobre a natureza, nem sobre: a causa dos fenômenos mediúnicos ou próprios do espiritismo; por isso:

a) nenhuma das várias interpretações propostas sobre a natureza ou a causa dos fenômenos mediúnicos - nem mesmo a interpretação espírita - foi censurada, rejeitada ou condenada oficialmente pela Igreja;

b) não corresponde à verdade dizer que a Igreja endossa oficialmente a interpretação que vê nos fenômenos mediúnicos uma intervenção preternatural do demônio;

c) jamais a Igreja proibiu o estudo ou a investigação científica dos fenômenos mediúnicos. O católico não está absolutamente proibido de estudar a metapsíquica ou a parapsicologia; pelo contrário, seria até muito de desejar que também os cientistas católicos e as universidades católicas se ocupassem mais intensa e sistematicamente com a fenomenologia mediúnica ou parapsíquica, seja para verificar sua verdade histórica, seja para investigar sua verdade filosófica ou sua causa.

2. O que a Igreja faz, fez e continuará a fazer, por ser esta sua missão específica, é recordar o *mandamento divino que proíbe evocar os mortos ou outros espíritos quaisquer*. Esta proibição vem de Deus, não da Igreja, que não tem nem autoridade nem competência para modificar ou revogar uma lei, determinação ou proibição divina.

Por isso:

a) Os defensores da interpretação espírita dos fenômenos mediúnicos não podem *provocar*, eles mesmos, novos fenômenos desta natureza, ainda que seja para fins de estudos; a razão disso é evidente: a provocação do fenômeno implicaria necessariamente uma evocação dos espíritos, ao menos na intenção. E isso foi proibido por Deus. Para fins de estudo, o homem não pode fazer coisas ilícitas e proibidas por Deus.

b) Como toda sessão espírita tem a finalidade própria e essencial de evocar espíritos ou de provocar a obtenção de comunicações ou mensagens do além, toda e qualquer sessão espírita é

um ato de formal desobediência a uma lei divina e, por isso, gravemente proibida e pecaminosa.

c) Para resolver a questão *moral* da prática do espiritismo, pouco importa saber se os espíritos de fato conseguem ou não evocar espíritos em suas sessões; pois se o conseguem, não há dúvida a respeito da evocação e, por conseguinte, da desobediência; se não o conseguem, é certo que eles têm ao menos a intenção, o propósito ou a vontade deliberada de evocar e, portanto, de transgredir um mandamento divino; e isso basta para um pecado formal.

d) É, pois, a maliciosa ou pecaminosa intenção de querer evocar espíritos que toma ilícita e moralmente má a provocação de fenômenos mediúnicos em sessões espíritas, ainda que de fato sejam fenômenos puramente naturais e sem relação alguma com espíritos não-encarnados ou desencarnados.

e) Havendo, porém, certeza de que determinado fenômeno mediúnico ou metapsíquico é natural, e excluída expressamente a pecaminosa intenção de evocar qualquer espírito (bom ou mau, pouco importa), será lícito provocar o fenômeno, contanto que não seja prejudicial para a saúde. Parece, porém, que a repetição freqüente de certos fenômenos psíquicos (o transe, a escrita automática, a mesa dançante, o sonambulismo provocado etc.) pode causar perturbações psíquicas, desencadear distúrbios mentais em indivíduos predispostos, preparar o automatismo, concorrer para as alucinações, alterar as secreções internas, produzir delírios, prejudicar o sistema nervoso etc. Por isso, tais fenômenos devem ser provocados com muito critério, cautela e moderação, não em ambiente popular para distrair, mas em meios científicos para estudar.

Aqui convém recordar também a moção unânime aprovada pelo II Congresso Internacional de Ciências Psíquicas, reunido em Varsóvia, em 1922: "Considerando que os fenômenos metapsíquicos devem ser estudados por sociedades científicas e em laboratórios adequados, o Congresso emite um voto para que todas as produções 'mediúnicas', em salas de conferências, assim como as demonstrações públicas dos fenômenos ditos 'ocultos', sejam proibidas, legalmente, em todos os países, em virtude da influência nociva que podem exercer sobre o estado psíquico e nervoso das pessoas mais ou menos sensíveis que a elas assistem".

É necessário lembrar também a advertência feita por Pio XII numa alocução à Sociedade Italiana de Anestesiologia (24-2-1957). Reconhecia o papa a liceidade da hipnose "praticada pelo médico, ao serviço de um fim clínico, observando as precauções que a ciência e a moral médicas requerem, tanto do médico que a emprega, como do paciente que a aceita". Pio XII insistia então no seguinte aviso: "Mas não queremos que se estenda, pura e simplesmente, à hipnose em geral o que dissemos da hipnose ao serviço do médico. Com efeito, esta, como objeto de investigação científica, não pode ser estudada por quem quer, mas por um sábio e dentro dos limites morais que valem para toda atividade científica. Não é este o caso de qualquer círculo de leigos ou eclesiásticos que a praticassem como coisa interessante, a título de pura experiência ou mesmo por simples passatempo".

Considerando a difusão sempre mais ampla das práticas hipnóticas (dê-se a isso o nome de "hipnotismo" ou "letargia", pouco importa), parece oportuna uma nota sobre a liceidade do hipnotismo. Do ponto de vista religioso, moral e científico devemos orientar-nos pelas seguintes diretrizes:

1. O sono hipnótico provocado é um estado perfeitamente natural e nada tem a ver com o além ou com espíritos do outro mundo.

2. A hipnose praticada pelo médico, a serviço de um fim clínico, observando todas as precauções tanto da ciência como da ética medicais, é lícita e pode ser praticada, porque neste caso a supressão da consciência é permitida pela moral natural e compatível com o espírito do evangelho.

3. É permitida também a hipnose praticada por pessoas competentes para fins verdadeiramente científicos.

4. Não se pode permitir a hipnose, nem mesmo para fins clínicos, quando praticada por pessoa incompetente, sem o suficiente preparo técnico e o adequado conhecimento científico.

5. Não é permitido praticar a hipnose a título de pura experiência e como passatempo, ainda que o hipnotizador seja preparado e competente.

6. É ilícito qualquer espetáculo público de hipnotismo sobre grupos de pessoas. Baseia-se esta última norma sobre as seguintes razões:

a) o operador não pode controlar rigorosamente a ação e a reação de cada indivíduo, o que é absolutamente indispensável, já que está atuando sobre a parte mais íntima e sagrada da personalidade humana;

b) em algumas pessoas a hipnose, quando feita para divertir ou brincar, pode causar

profundas perturbações e transtornos psíquicos;

c) nas demonstrações hipnóticas de palco ou televisão foram constatados, de maneira inequívoca, fenômenos de despersonalização, isto é, sugestão de que o paciente tinha outra identidade, Hider, por exemplo, fenômeno este totalmente contra-indicado do ponto de vista psiquiátrico;

d) em espetáculo de hipnose coletiva nem todos caem na mesma profundidade do sono provocado. Verificam-se também reações diferentes às sugestões dadas. Daí se infere que a natureza da sugestão deve ajustar-se ao grau de sono obtido, coisa a que os hipnotizadores de palco não atendem nem podem atender. Uns entram facilmente em determinado sono, outros com muita dificuldade, outros ainda parecem negar-se a aceitar estados mais profundos. Uns reagem prontamente e bem-dispostos, outros penosamente, dando demonstrações de desagrado. Uns suam, outros ficam com as extremidades frias. Alguns tremem e chegam a contorcer-se, outros permanecem tranquilos e parecem descansar em sono agradável. Uns acordam sorridentes e satisfeitos, outros continuam sonolentos, com tonturas e dores. De tudo isso se conclui que cada pessoa deve ser tratada individualmente, com muito cuidado e competência e que a hipnose coletiva ou de grupos é perigosa e deve ser interdita;

e) sobretudo as crianças e certas pessoas sugestionáveis correm perigo, notadamente de ordem psicológica, mesmo quando apenas assistem a certos espetáculos de hipnose, encenadas para impressionar.

Condenam-se, por isso, sem reserva, como desnecessários e perigosos todos e quaisquer espetáculos ou demonstrações de hipnotismo de grupos ou de palco.

3. CARIDADE E FÉ

Diante da severidade da Igreja em preservar a pureza da doutrina cristã e punir os delitos contra a fé, surge espontaneamente a pergunta: Por que tanto rigor? Não basta a caridade?

Para conservarem as aparências cristãs e se acobertarem sob o manto cristão, os espíritas repetem as palavras de Jesus sobre a caridade e proclamam o princípio: "Fora da caridade não há salvação". É sem dúvida certo: sem a caridade cristã, não há salvação; e quem não tiver a caridade, não é verdadeiro discípulo de Jesus Cristo. E a Igreja seguramente não rejeita o espiritismo por causa deste princípio. A Igreja católica tem sido sempre e ainda hoje continua sendo a pregoeira máxima da caridade cristã. É preciso ter os olhos cegos pelo fanatismo para não vê-lo. Quem poderá contar as instituições de caridade mantidas, dirigidas ou inspiradas pela Igreja em todo o mundo? Quem poderá contar os inúmeros católicos que se dedicam exclusiva e totalmente à caridade? Os maiores heróis da caridade, mesmo aqueles apregoados pelos espíritas, como um São Francisco de Assis ou um Santo Antônio de Lisboa (ou Pádua), eram santos catolicíssimos. O erro dos espíritas não consiste na pregação da caridade (nisso, pelo contrário, eles são dignos de aplauso e louvor); seu erro está em dizer que basta a caridade somente. Jesus Cristo nunca ensinou isso. Pois Jesus, o evangelista da caridade, foi também o evangelista da fé. Sua doutrina não é apenas moral. São Marcos nos refere as últimas e solenes palavras de Jesus, dirigidas aos apóstolos pouco antes de sua ascensão ao céu: "Ide por todo o mundo, proclamai o evangelho a toda criatura. Aquele que crer e for batizado será salvo; o que não crer será condenado" (Mc 16,15-16). *Quem não crer será condenado!* São também palavras de Jesus. E em São Mateus damos com estas outras palavras de Jesus, não menos solenes e formais: "Toda a autoridade sobre o céu e sobre a terra me foi entregue. Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tomem discípulos, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e ensinando-as a observar tudo quanto vos ordenei. E eis que eu estou convosco todos os dias até a consumação dos séculos" (Mt 28,18-20).

Instruídos por Cristo e fortalecidos pelo Espírito Santo, os apóstolos saíram a pregar. Advertidos por Jesus, eles sabiam que o inimigo tudo faria para dispersar a grei que o Senhor queria una; alertados por Cristo, previam que os lobos viriam vestidos em pele de ovelha e que o anjo das trevas se apresentaria lisonjeiro como anjo da luz; prevenidos pelo divino mestre, sabiam que o "homem inimigo" aproveitaria as sombras da noite e a desprevenção dos homens que dormem para espargir o erro e a discórdia. Por isso conservaram-se vigilantes e enérgicos. E quando, por exemplo, na novel comunidade dos gálatas se infiltrou o erro dos judaizantes, São Paulo não hesitou: "Ainda que nós mesmos ou um anjo do céu vos anunciar um evangelho diferente do que vos anunciamos, seja anátema. Como já vo-lo disse, volto a dizê-lo agora: se

alguém vos anunciar um evangelho diferente do que recebestes, seja anátema" (Gl 1,8-9). E ao despedir-se da Ásia menor, em Mileto, o que mais pesava em sua alma era a previsão dos primeiros vestígios do gnosticismo, de um sincretismo de seitas judaístas, de filosofias helenistas e de religiões de mistérios que rebaixavam Jesus Cristo a um dos espíritos cujo culto propagavam, e implora então aos presbíteros responsáveis: "Sede solícitos por vós mesmos e por todo rebanho, do qual o Espírito Santo vos estabeleceu guias para apascentar a Igreja de Deus, que ele adquiriu para si pelo sangue de seu próprio Filho. Eu sei que, depois de minha partida, introduzir-se-ão entre vós lobos cruéis que não pouparão o rebanho, e que no meio de vós surgirão homens que farão discursos perversos com a finalidade de arrastar discípulos atrás de si. Por isso sede vigilantes, lembrando-vos de que durante três anos, dia e noite, não cessei de exortar com lágrimas a cada um de vós" (At 20,28-31). Igual solicitude pela pureza da fé encontramos nas cartas aos efésios, aos colossenses e, sobretudo, nas cartas pastorais a Tito e Timóteo. Assim escreve a seu colaborador Timóteo: "Eu te conjuro, diante de Deus e de Cristo Jesus, que há de vir julgar os vivos e os mortos, pela sua aparição e por seu reino: proclama a palavra, insiste, no tempo oportuno e no importuno, refuta, ameaça, exorta com toda paciência e doutrina. Pois virá um tempo em que alguns não suportarão a sã doutrina; pelo contrário, segundo os seus próprios desejos, como que sentindo comichão nos ouvidos, se rodearão de mestres. Desviarão os seus ouvidos da verdade, orientando-os para as fábulas" (2Tm 4,1-4). E a Tito recomenda: "Depois de uma primeira e de uma segunda admoestação, nada mais tens a fazer com um homem faccioso, pois é sabido que um homem assim se perverteu e se entregou ao pecado, condenando-se a si mesmo" (Tt 3,10-11). O mesmo modo inexorável de tratar os hereges nos é recomendado por são Judas Tadeu e também pelo "discípulo do amor", são João, que chega até a proibir qualquer relação com eles: "Não o recebais em vossa casa, nem o saudeis. Aquele que o saúda participa de suas obras más" (2Jo 10).

Foi neste mesmo espírito de apostólico zelo que nossos bispos denunciaram a heresia do espiritismo, para conservar no nosso povo não apenas a caridade, que é necessária e deve incendiar todos os corações cristãos, mas também a fé, ensinando-os a observar *tudo* que Cristo ensinou e mandou. Pois "quem não crer será condenado" (Mc 16,16) e "sem fé é impossível agradar a Deus" (Hb 11,6).

Sejamos, pois, integralmente cristãos. Sigamos a Cristo, evangelista da caridade; mas sigamos também a Cristo, evangelista da fé. Caridade ardente e fé inabalável: eis as duas asas com que nos alçaremos ao céu, "para tomar posse do reino que nos está preparado desde o princípio do mundo" (Mt 25,34).

O ALÉM CRISTÃO

Uso aqui a palavra além para designar "o outro mundo", "o que vem após a morte", o "além-túmulo", o "transcendente". Temos a impressão que falar do além nos leva ao reino da fantasia, da imaginação, do devaneio, da pura elucubração, ou até do fantasmagórico, do imaginário, do ilusório, do irreal, como se fôssemos levados ao mundo dos fantasmas, da assombração e das visões patológicas.

Mas todos vivemos preocupados com as questões do além. O recente Concílio Vaticano II, na Constituição *Gaudium et Spes*, de 1965, descreve assim no n. 10 as interrogações mais profundas do gênero humano:

- "Na verdade, os desequilíbrios que atormentam o mundo moderno se vinculam com aquele outro desequilíbrio mais fundamental radicado no coração do homem. Com efeito, no próprio homem muitos elementos lutam entre si. Enquanto, de uma parte, porque criatura, experimenta-se limitado de muitas maneiras, por outra parte, porém, sente-se ilimitado nos seus desejos e chamado a uma vida superior. Atraído por muitas solicitações, é ao mesmo tempo obrigado a escolher entre elas renunciando a algumas. Pior ainda: enfermo e pecador, não raro faz o que não quer, não fazendo o que desejaria (cf. Rm 7,14ss.). Em suma, sofre a divisão em SI mesmo, da qual se originam tantas e tamanhas discórdias na sociedade. Certamente, muitíssimos, cuja vida se impregnou de materialismo prático, afastam-se da percepção clara deste estado dramático, ou, oprimidos pela miséria, são impedidos de considerá-la. Muitos pensam encontrar tranquilidade nas diversas explicações do mundo que lhe são propostas. Outros, porém, esperam encontrar uma verdadeira e plena libertação da humanidade somente pelo esforço humano. Estão persuadidos de que o futuro reino do homem sobre a terra haverá de satisfazer todos os desejos de seu coração. Não faltam os que, desesperados do sentido da vida, louvam a audácia daqueles que, julgando a existência humana desprovida de qualquer significado peculiar, esforçam-se por lhe atribuir toda significação só do próprio engenho. Contudo, diante da evolução atual do mundo, cada dias são mais numerosos os que formulam perguntas primordialmente fundamentais ou as percebem com nova acuidade. O que é o homem? Qual é o significado da dor, do mal, da morte que, apesar de tanto progresso conseguido, continuam a subsistir? Para que aquelas vitórias adquiridas a tanto custo? O que pode o homem trazer para a sociedade e dela esperar? O que se seguirá depois desta vida terrestre?"

E o Concílio indica pistas para uma resposta:

- "Acredita a Igreja que Cristo, morto e ressuscitado para todos, pode oferecer ao homem, por seu espírito, a luz e as forças que lhe permitirão corresponder à sua vocação suprema. Ela crê que não foi dado aos homens sob o céu outro nome no qual seja preciso se salvarem (cf. At 4,12). Acredita igualmente que a chave, o centro e o fim de toda história humana se encontra no seu Senhor".

Dispomos, por conseguinte, de uma resposta cristã para os problemas do além. Neste sentido uso aqui a expressão "além cristão".

1. JESUS, O REVELADOR DO ALÉM

A especulação da limitada inteligência humana pouco poderá dizer a respeito daquilo que acontece depois da morte. Os que já passaram pela experiência da morte permanecem calados. Só mesmo se alguém de fato viesse do além, poderia também dar-nos informações sobre a vida depois da morte.

Mas Deus não nos deixou desamparados e entregues unicamente à luz de nossa razão ou de nossas experiências pessoais. O Pai eterno tanto amou os homens que lhes enviou seu filho unigênito para que todo aquele que nele crer tenha a vida eterna: E o Verbo se fez homem e habitou entre nós: "Para isso nasci e para isso vim ao mundo: para dar testemunho da verdade. Quem é da verdade escuta a minha voz" (10 18,37). Jesus sabia "que o Pai tudo colocara em suas mãos e que ele viera de Deus e a Deus voltava" (10 13,3). "Saí do Pai e vim ao mundo" (10 16,28).

Jesus tinha, pois, condições para falar sobre o além.

Ele se apresentou aos homens como Mestre enviado pelo Pai. "Vós me chamais de Mestre e de Senhor e dizeis bem, pois eu o sou" (10 13,13). "Um só é vosso guia, Cristo" (Mt 23,10). Com tranqüila consciência podia afirmar: "Minha doutrina não é minha, mas daquele que me enviou. Se alguém quer cumprir sua vontade, saberá se minha doutrina é de Deus ou se falo por mim mesmo" (10 7,16-17).

Jesus não falou por si. É um ponto no qual insistiu muitas vezes. Jesus diz o que viu e ouviu junto ao Pai (10 9,37). Ele tem consciência de transmitir a palavra e a doutrina do Pai: "Não falo por mim mesmo, mas o Pai, que me enviou, me prescreve o que devo dizer e de que devo falar" (10 12,49).

Esta é, propriamente, a grande revelação. "A palavra que ouvís não é minha, mas do Pai que me enviou" (10 14,24). Jesus pôde mesmo dizer, na última noite: "Tudo o que ouvi do Pai eu vos dei a conhecer" (10 1,5-15).

"Se permanecerdes na minha palavra, sereis em verdade meus discípulos e conhecereis a verdade e a verdade vos libertará" (10 8,31-32). O que neste texto se promete aos discípulos de Cristo é a liberdade por meio do conhecimento da realidade divina. Jesus quer dizer que o conhecimento da realidade divina, enquanto revelada ao homem, faz os homens livres, porque os afasta da sujeição à "carne", ao "mundo" ou ao "de abaixo". Quando Jesus anuncia: "Falei-vos a verdade que ouvi de Deus" (10 8,34), declara que aquilo que ele ensina é a verdade, a revelação da realidade eterna e daquilo que acontecerá depois da morte.

Antes de deixar o mundo e voltar ao Pai, Jesus transmite aos apóstolos - para isso os havia escolhido e preparado - a mesma missão que ele havia recebido do Pai: "Como tu (Pai) me enviaste ao mundo, também eu os enviei ao mundo" (10 17,18). E depois da gloriosa ressurreição, solenemente declara: "Como o Pai me enviou, também eu vos envio" (10 20,21). E mais imperativo ainda: "Toda a autoridade sobre o céu e a terra me foi entregue. Ide, pois, e ensinai todas as gentes... ensinando-as a observar tudo quanto vos ordenei" (Mt 28,18); "aquele que crer e for batizado será salvo; o que não crer será condenado" (Mc 16,16).

Como Cristo foi mestre, os apóstolos deviam ser mestres. Para isso receberão uma ajuda especial de Deus: "O Espírito Santo, que o Pai enviará em meu nome, é que vos ensinará tudo e vos recordará tudo o que eu vos disse" (10 14,26); ele "estará sempre convosco" (Jo 14,16). Ele é o "Espírito da verdade" (Jo 14,17; 15,26). "Quanto vier o Espírito da verdade, ele vos conduzirá à verdade plena, pois não falará de si mesmo, mas dirá tudo o que tiver ouvido... Ele receberá do que é meu e vos anunciará" (Jo. 16,13-14).

O processo, pois, é este: o Pai envia o Filho e Jesus ensina o que o Pai lhe ordenou. Cristo envia os apóstolos e estes transmitem o que Cristo lhes ensinou. "Em verdade, em verdade, vos digo: quem recebe aquele que eu enviar, a mim recebe e quem me recebe, recebe aquele que me enviou" (10 13,20). Por isso valerá este princípio: "Quem vos ouve a mim ouve, quem vos despreza a mim despreza, e quem me despreza, despreza aquele que me enviou" (Lc 10,16). E este outro: "Tudo quanto ligardes na terra será ligado no céu e tudo quanto desligardes na terra será desligado no céu" (Mt 18,18). Como Cristo, também os apóstolos deverão ser "a luz do mundo" (Mt 5,14), o "sal da terra" (Mt 5,12). E como são julgados aqueles que não querem receber as palavras de Cristo, serão condenados igualmente os que não querem receber os ensinamentos dos apóstolos (Mc 16,16).

O prometido Espírito da verdade não viria apenas 18 séculos depois, com o advento do espiritismo, para manifestar-se através do sr. Hippolyte Uon Denizard Rivail ("Allan Kardec"). O próprio Jesus, depois de sua gloriosa ressurreição, deu aos apóstolos esta instrução: "Eis que vos enviarei o que meu Pai prometeu. Por isso, permaneci nesta cidade até serdes revestidos da força do alto" (Lc 24,49). E pouco antes de sua ascensão tornou a insistir: "O Espírito Santo descera sobre vós e dele recebereis força. Sereis então minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judéia e Samaria, e até os confins da terra" (At 1,8).

Quando Jesus, depois de sua ascensão, retomou ao Pai, veio o Espírito Santo, no dia de pentecostes, como lemos no capítulo II dos atos dos apóstolos. E no discurso que então proferiu, são Pedro explicou assim o acontecimento de Pentecostes: "E agora, exaltado pela direita de Deus, Jesus recebeu do Pai o Espírito Santo, objeto da promessa, e o derramou. É isto o que vedes e ouvís" (At 2,33).

Começou então a vida da Igreja. Ela terá a árdua tarefa de conservar e anunciar a todos os homens, até o fim dos tempos, o que Jesus ensinara em nome do Pai. Realiza-se assim a promessa de Jesus: "Eis que eu estou convosco todos os dias até a consumação dos séculos" (Mt

18,20).

A Igreja cumprirá sua missão, confortada certamente pela força do alto e sempre assistida pelo espírito da verdade, o consolador, mas em todo o tempo mediante seres humanos, frágeis e limitados por sua natureza. A já bimilenar história da Igreja é rica na descrição destas vicissitudes humanas, de maior ou menor fidelidade, com aflições e dificuldades internas e externas, embora entre sombras, porém com fidelidade substancial. Ela permaneceu sempre a esposa fiel do Senhor (Ef 5,26).

Por tudo isso temos ainda hoje a tranqüila certeza de recebermos dela a autêntica verdade cristã. Procurarei resumir o que a Igreja nos ensina a respeito da morte e da vida depois da morte.

2. A DOCTRINA CRISTÃ SOBRE A MORTE

O último concílio ecumênico, chamado Vaticano II, de 1962 a 1965, resume a fé cristã sobre o mistério da: morte com estas palavras que encontramos na constituição *Gaudium et spes* n. 18b:

- "Enquanto toda a imaginação fracassa diante da morte, a Igreja contudo, instruída pela revelação divina, afirma que o homem foi criado por Deus para um fim feliz, além dos limites da miséria terrestre. Mais ainda. Ensina a fé cristã que a morte corporal, da qual o homem seria subtraído se não tivesse pecado (cf. Sb 1,13; 2,23-24; Rm 5,21; 6,23; Tg 1,15), será vencida um dia, quando a salvação perdida pela culpa do homem lhe for restituída por seu onipotente e misericordioso salvador. Pois Deus chamou e chama o homem para que ele, com a sua natureza inteira, dê sua adesão a Deus na comunhão perpétua da incorruptível vida divina. Cristo conseguiu esta vitória, por sua morte, libertando o homem da morte e ressuscitando-o para a vida (cf. 1Cor 15,56-57). Para qualquer homem que reflete, apresentada com argumentos sólidos, a fé dá-lhe uma resposta à sua angústia sobre a sorte futura. Ao mesmo tempo oferece a possibilidade de comunicar-se em Cristo com os irmãos queridos já arrebatados pela morte, trazendo a esperança de que eles tenham alcançado a verdadeira vida junto de Deus".

Este texto conciliar é denso e rico. É necessário analisá-lo, frase por frase, e meditar com atenção sobre cada afirmação. As seguintes informações podem completar nossos conhecimentos sobre a morte e a vida posterior.

3. A MORTE NÃO É O FIM DE NOSSA EXISTÊNCIA

Jesus proclama solenemente: "Quem crê em mim, ainda que morra, viverá. E quem vive e crê em mim jamais morrerá" (10 11,25-26).

O apóstolo Paulo assim orienta os tessalonicenses, em sua primeira carta: "Irmãos, não quero que ignoreis o que se refere aos mortos, para não ficardes tristes como os outros que não têm esperança. Se cremos que Jesus morreu e ressuscitou, assim também, os que morreram em Jesus, Deus há de levá-los em sua companhia... Estaremos para sempre com o Senhor. Consolai-vos, pois, uns aos outros com estas palavras" (1Ts 4,13-14.17-18).

A tradição cristã considera o dia da morte como "dies natalis", o dia do nascimento para a vida eterna. No prefácio dos defuntos canta a Igreja:

"ó Pai, para os que crêem em vós
a vida não é tirada, mas transformada,
e, desfeita a nossa habitação terrena,
nos é dada, nos céus, uma eterna mansão".

Com efeito, na última noite revelou Jesus aos apóstolos: "Na casa de meu Pai há muitas moradas, e quando eu me for e vos tiver preparado um lugar, virei novamente e vos levarei comigo, a fim de que, onde estiver eu, estejais também vós" (10 14,2). Era uma esperança que fazia exclamar a São Paulo: "Desejo morrer e estar com Cristo" (FI 1,23). Toda a expectativa dos primeiros cristãos se apoiava nesta promessa de Jesus (cf. 1Ts 4,16ss.; 1Cor 4,5; 11,26; 16,22; Ap 22,17.20; 110 2,28). "Felizes os que morrem no Senhor. Descansam agora de seus trabalhos, pois suas obras os acompanharão" (Ap 14,13).

Jesus nos revela que, no Juízo Final, ele dirá, como juiz, aos que estiverem de seu lado direito: "Vinde, benditos de meu Pai, recebei por herança o Reino preparado para vós desde a fundação do mundo" (Mt 25,34). Em outro lugar explica: "Os justos brilharão como o sol no Reino de seu Pai" (Mt 13,43).

Por tudo isso a Igreja reza em sua liturgia pelos defuntos: "Senhor, que a luz eterna os ilumine no convívio dos vossos santos, porque sois bom. Dai-lhes, Senhor, o repouso eterno e brilhe para eles a vossa luz no convívio dos vossos santos".

4. SOMOS DESTINADOS À VIDA ETERNA

É impressionante o número de vezes em que o divino Mestre Jesus fala da vida "eterna", anunciando uma vida interminável depois da morte. Tendo multiplicado os pães, ele dá ao povo esta grave exortação: "Trabalhai, não pelo alimento que perece, mas pelo alimento que perdura até a vida eterna, alimento que o Filho do Homem vos dará" (10 6,27). Pouco depois dirá mais concretamente: "Eu sou o pão vivo descido do céu. Quem comer deste pão viverá eternamente" (10 6,51).

Todo este modo de falar de Jesus só é inteligível se admitimos em nós um princípio vital imortal chamado "alma". Jesus mesmo usa esta palavra quando anuncia: "Não temais os que matam o corpo, mas não podem matar a alma" (Mt 10,28).

A seriedade da vida cristã e suas múltiplas exigências de sacrifício e dedicação só têm sentido nesta suposição. Por isso afirmava são Paulo: "Se temos esperança em Cristo tão-somente para esta vida, somos os mais dignos de compaixão de todos os homens" (1 Cor 15,19).

Dá a constante e firme doutrina da Igreja sobre a imortalidade da alma, repetida também pelo Concílio Vaticano II quando diz: "Reconhecendo em si mesmo a alma espiritual e imortal, longe de se iludir por uma representação que dependeria somente das condições físicas e sociais, o homem atinge a verdade em toda a sua profundidade" (OS 14b). A Carta da Congregação para a Doutrina da Fé (de 17-5-1979), sobre algumas questões referentes à escatologia, resume a doutrina da Igreja com estas palavras:

- "A Igreja afirma a sobrevivência e a subsistência, depois da morte, de um elemento espiritual, dotado de consciência e de vontade, de tal modo que o *eu* humano subsista, embora entrementes careça do complemento do seu corpo. Para designar este elemento, a Igreja emprega a palavra *alma*, consagrada pelo uso que dela fazem a Sagrada Escritura e a Tradição. Sem ignorar que este termo é tomado na Bíblia em diversos significados, ela julga, não obstante, que não existe qualquer razão séria para o rejeitar e considera mesmo ser absolutamente indispensável um instrumento verbal para sustentar a fé dos cristãos" (n. 3).

Observe-se a insistência neste ponto: mesmo separada do corpo ("embora entrementes careça do complemento do seu corpo"), a alma tem consciência e vontade. É doutrina constante da Igreja que as almas dos falecidos não precisam esperar a ressurreição final para terem o uso da inteligência e da vontade. O papa Bento XII fez neste sentido uma definição explícita na Constituição *Benedictus Deus* de 29-1-1336.

5. A MORTE É O FIM DO ESTADO DE PROVAÇÃO

Nesta vida terrestre somos caminhantes. Sentimo-nos "estrangeiros e peregrinos nesta terra" (Hb 11,13). Como cristãos, unimo-nos aos que "aspiram a uma pátria melhor, isto é, a uma pátria celestial" (Hb 11,16). "Não temos aqui embaixo cidade permanente, mas estamos à procura da cidade que está para vir" (Hb 13,14). Em outras palavras: depois desta vida temporal virá a vida eterna. A morte é o momento divisório das etapas em que, de maneira radical, se divide a vida humana: a do tempo de provação e a da eternidade de retribuição.

A carta aos hebreus resume a pregação bíblica sobre a morte com estas palavras: "Está decretado que os homens morram uma só vez; depois do que vem o julgamento" (9,27).

Em 2Cor, são Paulo escreve:

- "Por isto (por causa da certeza da ressurreição diante do temor da morte) não nos deixamos abater. Pelo contrário, embora em nós o homem exterior vá caminhando para sua ruína, o homem interior se renova dia a dia. Pois nossas tribulações momentâneas são leves em relação ao peso eterno de glória que elas nos preparam até o excesso. Não olhamos para as coisas que se vêem, mas para as que não se vêem; pois o que se vê é transitório; mas o que não se vê é eterno. Sabemos, com efeito, que, se a nossa morada terrestre, esta tenda, for destruída,

teremos no céu um edifício, obra de Deus, morada eterna, não feita por mãos humanas. Tanto assim que gememos pelo desejo ardente de revestir por cima da nossa morada terrestre a nossa habitação celeste, o que será possível se formos encontrados vestidos, e não nus. Pois nós, que estamos nesta tenda, gememos acabrunhados porque não queremos ser despojados da nossa veste, mas revestir a outra por cima desta, a fim de que o que é mortal seja absorvido pela vida. E quem nos dispôs a isto foi Deus, que nos deu o penhor do espírito. Por conseguinte, estamos sempre confiantes, sabendo que, enquanto habitamos neste corpo, estamos fora de nossa mansão, longe do Senhor, pois caminhamos pela fé e não pela visão. Sim, e estamos cheios de confiança, e preferimos deixar a mansão deste corpo, para ir morar junto do Senhor. Por isso também esforçamo-nos por agradar-lhe, quer permaneçamos em nossa mansão, quer a deixemos. Porquanto todos nós teremos de comparecer manifestamente perante o tribunal de Cristo, a fim de que cada um receba a retribuição do que tiver feito durante a sua vida no corpo, seja para o bem, seja para o mal" (2Cor 4,16-5,10).

Neste texto São Paulo conta com a união do cristão com Cristo imediatamente após a morte. Mas não sem antes comparecer perante o tribunal de Cristo. Ao ladrão arrependido, que morre crucificado ao lado de Jesus, garante seu divino Redentor: "Em verdade te digo: hoje estarás comigo no Paraíso" (Lc 23,43). Assim também na parábola do mau rico e do pobre Lázaro, contada por Cristo (cf. Lc 16,19-31): ambos morrem, um vai para o céu, outro para o inferno, sem novas oportunidades de provação.

Contra as teorias que postulam a pluralidade de existências terrestres em sucessivas reencarnações, ensina o Concílio Vaticano II o "único curso de nossa vida terrestre" (*Lumen Gentium* n. 48d).

6. OS FALECIDOS QUE ESTÃO NO CÉU

Depois da morte há duas possibilidades definitivas: o prêmio do céu ou o castigo do inferno. As palavras do divino mestre Jesus não nos deixam nenhuma dúvida a este respeito. Basta ler sua descrição do juízo final (Mt 25,31-46) ou a parábola sobre o pobre Lázaro e o rico epulão (Lc 16,19-31). Quando a doutrina da Igreja menciona ainda o purgatório, fala de fato também daqueles que irão definitivamente para o céu.

Segundo as numerosas expressões usadas pela Sagrada Escritura e Liturgia da Igreja, o céu é a pátria verdadeira, o reino de Deus, a casa do Pai, a herança de Deus, a visão beatífica, a vida eterna, a glória sem fim, o repouso eterno, a alegria perfeita, a felicidade total, o estar com Cristo, a companhia dos santos, o convívio dos bem-aventurados, o prêmio da imortalidade, o banquete nupcial, o paraíso. "A vida eterna é esta: que eles te conheçam a ti, o Deus único e verdadeiro, e aquele que enviaste, Jesus Cristo" (Jo 17,3).

Aqui na terra temos a visão da fé, "como num espelho"; mas no céu veremos a Deus "face a face" (1Cor 13,12), "tal como ele é" (1Jo 3,2). Lá seremos, explica Jesus, "como os anjos do céu" (Mt 22,30). "O que os olhos não viram, os ouvidos não ouviram, e o coração do homem não percebeu, isso Deus preparou para aqueles que o amam" (1Cor 2,9).

O papa Bento XII, na Constituição *Benedictus Deus*, de 29-1-1336, definiu como verdade de fé que "as almas de todos os santos, em que já nada existe suscetível de purificação, encontram-se no céu, mesmo antes de ressuscitarem os corpos e do juízo universal; vêem a essência divina, numa visão intuitiva, face a face, sem que alguma criatura lhes seja objeto intermediário de visão. A essência divina se lhes mostra imediatamente, sem véu, clara e abertamente. Por esta visão da essência divina deleitam-se; vendo e deleitando-se assim, as almas dos defuntos são realmente felizes, possuem a vida e o descanso eternos".

O céu é pura dádiva de Deus e não o resultado do mérito ou das boas obras do homem. Será sempre substancialmente idêntico para todos, pois consiste na visão beatífica. Segundo a parábola dos operários da vinha, à tarde todos recebem o mesmo pagamento (d. Mt 20,8-16). Todavia, o céu será circunstancialmente diferente: cada um recebe em proporção ao seu zelo e à sua fidelidade, como é fácil de ver na dupla parábola dos talentos (d. Mt 25,14-30; Lc 19,11-28). Um dos servos é preposto a dez cidades, outro a cinco, cada um segundo a grandeza de seu mérito pessoal. Mas será sempre superabundante, como se vê por expressões como "recompensa de cem por um" (Mt 19,29), "medida cheia, farta, transbordante" (Le 6,38). São Paulo apela para o dia "da revelação da justa sentença de Deus, que retribuirá a cada um segundo as suas

obras" (Rm 2,5-6). Cada qual receberá a recompensa segundo seu trabalho (1Cor 3,8). Dos ministros de Deus diz o apóstolo: "Seu fim corresponderá às suas obras (2Cor 11,15). Ou, como víamos em outro texto paulino, "todos nós teremos que comparecer manifestamente perante o tribunal de Cristo, a fim de que cada um receba a retribuição do que tiver feito durante a sua vida no corpo, seja para o bem, seja para o mal" (2Cor 5,10).

É evidente que não podemos merecer a graça, mas podemos merecer o aumento da graça. Assim também seremos incapazes de merecer a glória, mas temos a possibilidade de merecer o aumento da glória.

"Na casa de meu Pai há muitas moradas" (Jo 14,2).

7. A COMUNHÃO DOS SANTOS

Depois da morte, as almas dos falecidos continuam solidárias com os que ainda peregrinam nesta terra, particularmente com os quais estão vinculados pelos laços de parentesco e amizade. O Concílio Vaticano II, na Constituição *Lumen Gentium* (n. 49), ensina claramente:

- "A união dos que estão na terra com os irmãos que descansam na paz de Cristo de maneira nenhuma se interrompe; ao contrário, conforme a fé perene da Igreja, vê-se fortalecida pela comunicação de bens espirituais".

Há, pois, uma ação dos que estão no céu em nosso favor.

Esta ação é semelhante à atividade intercessora de Cristo glorificado, descrita pela carta aos hebreus (7,24-25). Como sacerdote eterno, Jesus exerce no céu sua função de mediador e intercessor (cf. Rm 8,34; 110 2,1). Ele "vive para sempre a fim de interceder por nós" (Hb 7,25). Sua atividade intercessora celeste é o prolongamento de sua ação salvadora terrestre e se fundamenta na obra redentora já realizada.

Assim será também com os que estão no céu: "Suas obras os seguem" (Ap 14,13). Agora, no céu, ensina o Concílio Vaticano II, "apresentam os méritos que pelo único mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, alcançaram na terra servindo ao Senhor em tudo e completando em sua própria carne o que falta aos sofrimentos de Cristo por seu Corpo que é a Igreja" (cf. CI 1,24). E assim, "recebidos na pátria e presentes diante do Senhor, por ele, com ele e nele, não cessam de interceder por nós". E o Concílio conclui: "Por conseguinte, pela sua fraterna solicitude a nossa fraqueza recebe o mais valioso auxílio" (LG 49).

No capítulo sobre Nossa Senhora, o Concílio descreve mais minuciosamente esta atividade intercessora no céu. Também neste contexto há o cuidado de vincular a presente ação mediadora celeste com a anterior vida terrestre: durante sua vida aqui na terra, Maria cooperou na obra do Salvador para a restauração da vida divina nas almas, tomando-se para nós "mãe na ordem da graça". Ensina então o Concílio: "Esta maternidade de Maria na economia da graça perdura ininterruptamente, a partir do consenso que ela fielmente prestou na Anunciação, que sob a cruz resolutamente manteve, até a própria consumação de todos os eleitos. Assunta ao céu, não abandonou este salvífico múnus, mas por sua múltipla intercessão prossegue em granjear-nos os dons de salvação eterna. Por sua maternal caridade cuida dos irmãos de seu Filho, que ainda peregrinam rodeados de perigos e dificuldades, até que sejam conduzidos à feliz pátria" (LG 62).

Aqui está evidentemente a justificação principal de nossa confiança nos santos do céu, a razão de nossa devoção a eles e o fundamento do tradicional culto aos santos. "Convém - recomenda o Concílio, sempre no mesmo documento, agora no n. 50 - sumamente que amemos esses amigos e co-herdeiros de Jesus Cristo, além disso nossos irmãos e exímios benfeitores; que rendamos as devidas graças a Deus por eles; que os invoquemos com súplicas; e que recorramos às suas orações, à sua intercessão e ao seu auxílio para impetrarmos de Deus as graças necessárias, por meio de seu filho Jesus Cristo, único Redentor e Salvador nosso."

Os peregrinos da terra podemos estabelecer este relacionamento mútuo de comunicação de bens espirituais com qualquer falecido que esperamos estar no céu, e não apenas com os santos declarados pela Igreja. Não é necessário que a Igreja canonize minha falecida mãe, para que eu possa dirigir-me a ela, invocá-la e confiar em sua intercessão. Falecida, ela continua sendo minha mãe e eu seu filho. Os laços que nos ligavam na terra não só não foram rompidos, mas robustecidos depois da morte.

8. AS ALMAS DO PURGATÓRIO

Mesmo os que, neste mundo, se esforçam por viver unidos a Cristo e em estado de amizade com Deus (chamado também "estado de graça santificante"). Continuam sujeitos às debilidades humanas. "Se dissermos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos e a verdade não está em nós", proclama são João (1Jo 1,8).

Mas o mesmo são João fala de um pecado "que leva à morte" em contraposição a outro pecado "que não leva à morte" (1Jo 5,16-17). É evidente que são João se refere aqui à morte espiritual ou à perda da verdadeira vida, a "vida eterna". Por esta razão costumamos distinguir entre pecados "mortais" (que levam à morte espiritual) e pecados "veniais" (que não tiram a vida da graça santificante). Estes pecados veniais de fato maculam ou mancham nossa vida de união com Deus e pedem de nós um constante esforço de purificação e reconciliação com Deus.

Pode assim acontecer que alguém morra neste estado de pecados veniais. Tais impurezas ou manchas impedem então a entrada imediata no céu, já que "nada de impuro pode entrar no paraíso" (*ci.* Sb 7,25; Is 35,8). Mas a justiça divina também não pode castigar estas almas com punição eterna. Devemos, por conseguinte, admitir para estas almas um estado de purificação posterior à morte e anterior ao ingresso no céu. É o que a tradição cristã denomina "purgatório".

Esta consoladora doutrina, negada pelos protestantes, foi formalmente reafirmada pelo Concílio Vaticano II na Constituição dogmática *Lumen Gentium* (n. 49, 50 e 51). Recorda-nos o Concílio que a Igreja sempre venerou com grande piedade a memória dos defuntos e ofereceu sufrágios por eles; e cita o texto de 2Mc 12,46: "É um pensamento santo e salutar rezar pelos defuntos para que sejam livres de seus pecados".

Depois, no n. 51, o Vaticano II toma a referir-se ao nosso "consórcio vital com os irmãos que ainda se purificam depois da morte"; e decide propor de novo os decretos dos Concílios de Florença e de Trento acerca desta doutrina.

No decreto para os gregos, o Concílio de Florença, em 1439, falara dos falecidos que têm necessidade de ser purificados e podem ser aliviados pelos sufrágios dos irmãos que estão na terra, isto é: pela santa missa, pelas orações, esmolas e por outros exercícios de piedade.

Mais importante é a reafirmação das determinações doutrinárias e pastorais do Concílio de Trento. O Vaticano II nos remete ao decreto sobre o purgatório e ao cânon 30 de decreto sobre a justificação. Este cânon (de 1547) condena a quem "disser que a todo pecador penitente, que recebeu a graça da justificação, é de tal modo perdoada a ofensa e desfeita e abolida a obrigação à pena eterna, que não lhe fica obrigação alguma de pena temporal a pagar, seja neste mundo ou no outro, no purgatório, antes que lhe possam ser abertas as portas para o reino dos céus". Aqui há um elemento novo: além dos pecados veniais, pode a alma do falecido ter também "penas temporais", que a retêm naquele estado de purificação.

O decreto tridentino sobre o purgatório (de 1563), também reafirmado pelo Vaticano II, cita outra vez o mencionado cânon 30, lembra a doutrina sobre a santa missa (de 1562), que pode ser celebrada também "pelos que morreram em Cristo e não estão plenamente purificados"; e prescreve aos bispos "que façam com que os fiéis mantenham e creiam a sã doutrina sobre o purgatório"; e "sejam excluídas das pregações populares à gente simples as questões difíceis e sutis e as que não edificam nem aumentam a piedade. Igualmente não seja permitido divulgar ou discorrer sobre assuntos duvidosos ou que trazem a aparência de falso. Sejam ainda proibidas como escandalosas e prejudiciais aquelas coisas que têm em vista provocar a curiosidade ou recendem a superstição ou torpe lucro".

Sobre a duração deste estado de purificação depois da morte não há nenhuma doutrina da Igreja. Nada se diz acerca da topografia do além. Com relação ao tipo de penas também nada nos é ensinado. Mas foi principalmente em tomo destes pontos que divagou a fantasia popular, também a dos artistas. O castigo principal consiste certamente na ausência da visão beatífica.

Esta situação penosa é aceita pelas almas com sentimento de justiça e de amor a Deus. Agora elas têm clara consciência, incomparavelmente mais viva que na terra, de sua culpabilidade. Elas vibram de profundas alegrias, persuadidas de que suas penas as purificam e aceleram a aproximação de Deus.

É ainda importante assinalar que a Igreja jamais ensinou que todos os falecidos devem passar pelo purgatório antes de serem admitidos à visão beatífica.

Não nos esqueçamos do Sacramento da Unção dos Enfermos!

Para os moribundos, este Sacramento pode ser também, como se dizia antes, a "extrema-unção". Já são Tiago escrevia: "Alguém dentre vós está doente? Mande chamar os presbíteros

da Igreja para que orem sobre ele, ungindo-o com óleo em nome do Senhor. A oração da fé salvará o doente e o Senhor o porá de pé; e se tiver cometido pecados, estes lhe serão perdoados" (5,14-15).

Em 1551 o Concílio de Trento ensinou expressamente que este Sacramento, devidamente recebido, purifica as culpas, perdoa os pecados e até apaga as seqüelas dos pecados (as penas temporais), de tal modo que a alma está preparada para o ingresso imediato no céu.

A Igreja, além disso, oferece aos moribundos a possibilidade de receber na hora da morte a indulgência plenária.

Nossas relações com as almas do purgatório devem ser entendidas à luz da doutrina do Concílio Vaticano II sobre a não-interrupção da comunhão eclesial depois da morte e sobre o fortalecimento da mútua comunicação de bens espirituais. As almas do purgatório também são "santas" e estão plenamente na comunhão dos santos.

9. O LIMBO DAS CRIANÇAS QUE MORREM SEM BATISMO

Entre os católicos é comum dizer que as crianças que morrem sem terem sido batizadas vão para o limbo. Entende-se então por "limbo" um estado de perpétua exclusão da visão beatífica, mas de felicidade natural.

A idéia do limbo se fundamenta na gratuidade da visão beatífica, na universalidade e gravidade do pecado original e na necessidade do batismo para a salvação.

Jesus, com efeito, disse a Nicodemos: "Em verdade te digo: quem não nascer da água e do espírito não pode entrar no reino de Deus" (10 3,5). Jesus também faz depender a salvação do batismo (Mc 16,16). Entendeu-se depois que o batismo à água podia ser substituído também pelo batismo "de desejo" e "de sangue", unido a um ato de contrição perfeita.

No entanto, milhões e milhões de crianças, que ainda não atingiram o uso da razão e nasceram com o pecado original, de fato morrem sem a menor possibilidade de receber o batismo, em qualquer de suas formas conhecidas. Para onde irão?

A concepção do limbo sempre foi apenas um expediente teológico para indicar a pena (exclusão da visão beatífica, que é sempre dom gratuito, sobrenatural) que corresponde ao conceito do pecado original (ausência da graça santificante, também sempre gratuita, sobrenatural): se alguém de fato morrer apenas com o pecado original, não pode entrar no céu. Mas a Igreja nunca ensinou, em nenhum documento doutrinal oficial, que as crianças não-batizadas de fato morrem em estado de pecado original, condenadas ao limbo.

Não devemos esquecer a doutrina cristã sobre a vontade divina salvífica universal: "Deus quer que todos os homens sejam salvos" (1 Tm 2,4); portanto também as crianças. Todos, inclusive as crianças, são chamadas por Deus para a comunhão perpétua da incorruptível vida divina. E Jesus, o divino Salvador, morreu por todos (cf. Rm 8,32), sem excluir as crianças. Por conseguinte deve haver algum meio de salvação sobrenatural também para as almas imortais das crianças que morrem sem batismo, até mesmo, muitíssimas, antes de nascer (aborto). O Concílio Vaticano II, na Constituição *Gaudium et Spes* (n. 22), depois de acenar para a esperança da ressurreição do cristão, propõe esta doutrina:

- "Isto vale não somente para os cristãos, mas também para todos os homens de boa vontade em cujos corações a graça opera de modo invisível. Com efeito, tendo Cristo morrido por todos e sendo uma só a vocação última do homem, isto é, divina, devemos crer que o Espírito Santo oferece a todos a possibilidade de se associarem, de modo conhecido por Deus, a este mistério pascal".

Neste precioso texto conciliar devemos observar duas afirmações: que a possibilidade de associação ao mistério pascal é oferecida "a todos" (em latim: *cunctis*), por conseguinte também às crianças; e que o meio ou o modo de salvação é "conhecido só por Deus" (em latim: *modo Deo cognito*). Será inútil perder-se em especulações, já que não nos foi revelado. Também no decreto *Ad gentes* (n. 7) o mesmo recente Concílio ecumênico nos fala de caminhos (no plural!) de salvação "só conhecidos por Deus" (em latim: *Deus viis sibi notis*).

Estamos assim diante de uma doutrina consoladora, altamente autorizada, que nos permite concluir que o limbo das crianças que morrem sem batismo de fato não existe. Trata-se apenas de um conceito teológico muito útil, que nos ajuda a entender a gravidade do pecado original, para então recorrer, sempre e tão logo nos seja possível, ao meio de salvação que o próprio Jesus instituiu e indicou: o batismo. Negligenciar este meio que nos foi revelado, para adiar o batismo das crianças confiando nos caminhos de salvação que só Deus conhece, seria uma

condenável atitude de presunção e temeridade.

10. OS CONDENADOS AO INFERNO

Jesus nos coloca diante de dois caminhos: "Entrai pela porta estreita, porque larga é a porta e espaçoso o caminho que conduz à perdição; e muitos são os que entram por ele. Estreita, porém, é a porta e apertado o caminho que conduz à vida; e poucos são os que o encontram" (Mt 7,13-14).

Esta doutrina dos dois caminhos, um para a vida e outro para a perdição, é um tema que aparece com frequência na Sagrada Escritura (cf. Dt 30,15-20; Pr 4,10-19; Ecl 15,11-20; Jr 21,8; Sl 1). Na carta aos gálatas lemos: "O que o homem semear, isto colherá: quem semear na sua carne, na carne colherá a corrupção; quem semear no espírito, do espírito colherá a vida eterna" (Gl 6,7-8).

O destino de nossa vida está nas nossas mãos e depende da decisão pessoal de cada um. Somos seres livres e a liberdade é o maior dom que recebemos do Criador. Deus quis deixar ao homem o poder de decidir (cf. Ecl 15,14), para que assim procure espontaneamente o seu Criador, a ele adira livremente e chegue à perfeição plena e feliz.

A liberdade é também um risco e permite a possibilidade do pecado "que conduz à morte" (110 5,16-17).

A revelação de Jesus sobre o juízo final não deixa dúvidas. A uns convidará: "Vinde, benditos de meu Pai, recebei por herança o reino preparado para vós"; a outros dirá: "Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno preparado para o diabo e para os seus anjos"; e Jesus conclui: "E irão estes para o castigo eterno, enquanto os justos irão para a vida eterna" (Mt 25,34.41.46). Como será "eterno", sem fim, o prêmio dos justos, igualmente "eterno", sem fim, será o castigo dos maus. Os dois estados são apresentados como definitivos e irreversíveis.

Jesus retoma este tema com muita frequência:

- Quem blasfemar contra o Espírito Santo "não será perdoado eternamente, mas será réu de pecado eterno" (Mc 3,29).

- Quem pecar contra a castidade "será lançado no inferno" (Mt 5,29).

- Quem dar escândalo "irá para o inferno, o fogo inextinguível, onde o verme não morre, nem o fogo se apaga" (Mc 9,43-48).

- Os maus "serão lançados na fornalha do fogo; aí haverá choro e ranger de dentes" (Mt 13,50).

- O servo inútil "será lançado às trevas de fora; aí haverá choro e ranger de dentes" (Mt 25,30).

- Os que rejeitam a fé "serão lançados nas trevas de fora; aí haverá choro e ranger de dentes" (Mt 8,12).

- Os convidados ao banquete, que vierem sem veste nupcial, serão "atados de mãos e pés e lançados nas trevas de fora" (Mt 22,13).

- O rico gozador que não quis ajudar o pobre Lázaro foi sepultado no inferno, "no meio dos tormentos", donde pediu ao menos uma gotinha de água porque gemia: "Sofro grandes tormentos nestas chamas" (cf. Lc 16,19-31).

Assim ensinaram também os apóstolos. Aos coríntios, por exemplo, escreve são Paulo: "Não sabeis que os injustos não herdarão o reino de Deus? Não vos iludais! Nem os impudicos, nem os idólatras, nem os adúlteros, nem os depravados, nem os efeminados, nem os sodomitas, nem os ladrões, nem os avarentos, nem os bêbados, nem os injuriosos herdarão o reino de Deus" (1 Cor 6,9-10). E o Apocalipse explica: "Quanto aos preguiçosos e aos infiéis, aos corruptos, aos assassinos, aos impudicos, aos magos, aos idólatras e a todos os mentirosos, a sua porção se encontra no lago ardente de fogo e enxofre, que é a segunda morte" (21,8).

Referindo-se aos opressores, aos ateus e aos que não obedecem ao Evangelho, declara são Paulo: "O castigo deles será a ruína eterna, longe da face do Senhor e do esplendor de sua majestade" (2Ts 1,9). E a carta aos hebreus explica: "Pois, se pecarmos voluntariamente e com pleno conhecimento da verdade, já não há sacrifícios pelo pecado. Aguarda-nos apenas o julgamento tremendo e o ardor de um fogo que consumirá os adversários. Quem transgredir a lei de Moisés é condenado à morte, sem piedade, com base em duas ou três testemunhas. Podeis então imaginar que castigo mais severo merecerá aquele que calcou aos pés o Filho de Deus, e profanou o sangue da aliança no qual foi santificado, e ultrajou o Espírito da graça? Nós conhecemos, com efeito, quem é que diz: 'A mim pertence a vingança, eu é que retribuirei!' E

ainda: 'O Senhor julgará o seu povo'. Quão terrível é cair nas mãos do Deus vivo!" (10,26-31).

Baseada em tantos textos, tão claros que não necessitam de maiores explicações, a Igreja sempre ensinou a existência e a eternidade do inferno. O papa Bento XII, em 1336, foi solene, e com sua suprema autoridade magisterial declarou: "Definimos que, segundo a disposição geral de Deus, as almas que morrem em pecado mortal descem, depois da morte, ao inferno, onde são atormentadas com penas eternas".

E o Concílio Vaticano I, na *Lumen Gentium* (de 1964) nos deixa esta exortação no n. 48:

"Somos impelidos pela mesma caridade a viver mais para aquele que por nós morreu e ressurgiu. Por isso nos esforçamos para sermos agradáveis em tudo ao Senhor e revestimo-nos da armadura de Deus, para que possamos estar firmes contra as ciladas do demônio e resistir no dia mau. Mas como desconhecemos o dia e a hora, conforme a advertência do Senhor, vigiemos constantemente, a fim de que, terminado o único curso de nossa vida terrestre, possamos entrar com ele para as bodas e mereçamos ser contados com os benditos e não sejamos mandados, como servos maus e preguiçosos, apartar-nos para o fogo eterno, para as trevas exteriores, onde haverá choro e ranger de dentes. Pois antes de reinarmos com Cristo glorioso, todos nós compareceremos diante do tribunal de Cristo, para que cada um receba conforme o que tiver feito, por meio do corpo, o bem ou o mal. E no fim do mundo os que praticaram o bem irão para a ressurreição de vida, mas os que praticaram o mal, para a ressurreição de condenação".

Embora ensine claramente a existência e a eternidade do inferno e a possibilidade de ser a ele condenado (e não poderia proceder de outra maneira, já que as palavras de Jesus Cristo e dos apóstolos são evidentes em seu sentido), a Igreja, no entanto, jamais declarou que alguém foi condenado ao inferno ou que de fato há seres humanos no inferno. Refere-nos o evangelista Lucas (13,23-24) que certo dia alguém perguntou a Jesus: "Senhor, é pequeno o número dos que se salvam?" E Jesus respondeu: "Esforçai-vos por entrar pela porta estreita, pois eu vos digo que muitos procurarão entrar e não conseguirão".

Mas do Apocalipse recebemos uma visão otimista: "Depois disso, eis que vi uma grande multidão, que ninguém podia contar, de todas as nações, tribos, povos e línguas" (7,9). Estavam no céu...

11. A RESSURREIÇÃO DOS FALECIDOS

O corpo é um elemento constitutivo essencial do ser humano. Entre corpo e alma há uma união substancial. A alma tem no corpo seu instrumento conatural. Separada do corpo, pela morte, a alma imortal não perde sua natureza e espera unir-se novamente ao corpo pela ressurreição.

A ressurreição claramente anunciada por Cristo e já realizada nele revela que os homens não terminarão com a morte, mas continuarão vivendo e com vida total, espiritual e corporal. Assim escreve São Paulo aos coríntios:

- "Se se prega que Cristo ressuscitou dos mortos, como podem alguns dentre vós dizer que não há ressurreição dos mortos? Se não há ressurreição dos mortos, também Cristo não ressuscitou. E, se Cristo não ressuscitou, vazia é a nossa pregação, vazia também é a vossa fé. Acontece mesmo que somos falsas testemunhas de Deus, pois atestamos contra Deus que ele ressuscitou a Cristo, quando de fato não o ressuscitou, se é que os mortos não ressuscitam. Pois se os mortos não ressuscitam, também Cristo não ressuscitou. E, se Cristo não ressuscitou, ilusória é a vossa fé; ainda estais em vossos pecados. Por conseguinte, aqueles que adormeceram em Cristo estão perdidos. Se temos esperança em Cristo tão somente para esta vida, somos os mais dignos de compaixão de todos os homens. Não, porém! Cristo ressuscitou dos mortos, primícias dos que adormeceram. Com efeito, visto que a morte veio por um homem, também por um homem vem a ressurreição dos mortos. Pois, assim como todos morrem em Adão, em Cristo todos receberão a vida. Cada um, porém, em sua ordem: como primícias, Cristo; depois, aqueles que pertencem a Cristo, por ocasião da sua vinda" (1Cor 15,12-23).

Eis um texto denso e rico, considerado fundamental para a visão cristã. A mensagem central é clara: os falecidos ressuscitarão. Seu modelo é o próprio Senhor Ressuscitado, "primícias dos que adormeceram". Os apóstolos anunciavam "em Jesus a ressurreição dos mortos" (At 4,3). São Paulo resume seu pensamento quando escreve aos filipenses (3,21): Jesus Cristo "transfigurará o nosso corpo humilhado, conformando-o ao seu corpo glorioso, pela operação que lhe dá poder de submeter a si todas as coisas".

Ressuscitar não significa o começo de uma repetição da vida terrena (como era o caso das

ressurreições do jovem de Naim, da filha de Jairo e de Lázaro, que depois morreram outra vez), mas de uma vida nova e definitiva. O ressuscitado não é simplesmente reintegrado à existência terrena, mas recebe uma transformação radical da vida humana. Jesus o explica claramente aos saduceus que não aceitavam a ressurreição: "Na ressurreição, nem eles se casam e nem elas se dão em casamento, mas são todos como os anjos no céu" (Mt 22,30; Lc 20,36).

Neste contexto Jesus declara aos saduceus: "Estais enganados, desconhecendo as Escrituras e o poder de Deus" (Mt 22,29). O Divino Mestre nos remete simplesmente ao "poder de Deus". Para explicar à Virgem de Nazaré o mistério da encarnação, o anjo Gabriel lhe recordou o mesmo argumento: "Para Deus nada é impossível" (Lc 1,37).

Também São Paulo pensa na onipotência divina quando descreve a profunda transformação do corpo ressuscitado. Vale a pena meditar nesta descrição feita pelo apóstolo aos coríntios (1 Cor 15,35-44):

- "Mas, dirá alguém, como ressuscitam os mortos? Com que corpo voltam? Insensato! O que semeias não readquire vida a não ser que morra. E o que semeias, não é o corpo da futura planta que deve nascer, mas um simples grão, de trigo ou de qualquer outra espécie. A seguir, Deus lhe dá corpo como quer; a cada uma das sementes ele dá o corpo que lhe é próprio. Nenhuma carne é igual às outras, mas uma é a carne dos homens, outra é a carne dos quadrúpedes, outra, a dos pássaros, outra, a dos peixes. Há corpos celestes e há corpos terrestres. São, porém, diversos o brilho do celeste e o brilho dos terrestres. Um é o brilho do sol, outro o brilho da lua, e outro o brilho das estrelas. E até de estrela para estrela há diferença de brilho. O mesmo se dá com a ressurreição dos mortos: semeado corruptível, o corpo ressuscita incorruptível; semeado desprezível, ressuscita reluzente de glória; semeado na fraqueza, ressuscita cheio de força; semeado corpo psíquico, ressuscita corpo espiritual".

A comparação que São Paulo faz com a semente merece nossa consideração. Recorda estas palavras de Jesus: "Se o grão de trigo que cai na terra não morrer, permanecerá só; mas se morrer, produzirá muito fruto" (Mt 12,24). Nós, vivendo agora neste corpo mortal, somos como uma semente. Há na semente extraordinárias virtualidades: toda a enorme árvore que dela nascer já está virtualmente na semente. Embora haja identidade entre a semente e a árvore, não há, contudo, nenhuma comparação entre a pequenina semente e a grande árvore. Processo semelhante se dará conosco: agora somos como a semente, na ressurreição seremos algo incomparavelmente diferente. Como as virtualidades da semente se atualizam na árvore crescida, da mesma maneira as virtualidades que já estão em nós receberão na ressurreição sua plena atualização. Como não se pode comparar a semente com a árvore, será igualmente impossível confrontar nosso corpo de agora com o corpo ressuscitado. Há em nós uma "semente divina" (cf. 1 Jo 3,9) ou, como dizia o Concílio Vaticano II, uma "semente de eternidade" (GS 18a), que na ressurreição desabrochará em plenitude. Em outras palavras: a ressurreição será a total realização de todas as nossas virtualidades. Não somos nem capazes de imaginar o que seremos.

No texto citado aos coríntios (1 Cor 15,42-44), São Paulo assinala quatro qualidades do corpo ressuscitado:

- "Incorruptível", em oposição ao atual estado de desgaste, doença e morte: "Nunca mais terão fome, nem sede, o sol nunca mais os afligirá nem qualquer calor ardente... e Deus enxugará toda lágrima de seus olhos" (Ap 7,16-17).

- "Reluzente de glória": esta claridade lembra a "glória de Deus" ou o esplendor do poder de Deus (cf. Ex 24,16) e de Cristo ressuscitado (cf. Jo 17,5). "Então os justos brilharão como o sol no Reino de seu Pai", anunciou Jesus (Mt 13,43).

- "Cheio de força": poder e agilidade, em contraposição à debilidade e torpeza atuais.

- "Corpo espiritual": diferente do corpo agora animado somente por um princípio de vida natural, ou "psíquico". O corpo ressuscitado estará animado pelo mesmo espírito vital do homem regenerado em Cristo que vive sob o influxo e a ação do Espírito Santo.

O tipo de identidade que há entre a semente e a árvore continuará também entre nosso atual corpo mortal e o gloriosamente ressuscitado. Pois São Paulo continua sua explicação aos coríntios: "É necessário que *este* ser corruptível revista a incorruptibilidade e que *este* ser mortal revista a imortalidade. Quando, pois, *este* ser corruptível tiver revestido a incorruptibilidade e *este* ser mortal tiver revestido a imortalidade, cumprir-se-á a palavra da Escritura: a morte foi absorvida na vitória" (1 Cor 15,53-54).

A ressurreição faz parte do mistério da Redenção, que não seria completa se não atingisse também o corpo, parte essencial do ser humano. São Paulo fala diretamente da "redenção do

corpo", pela qual suspiramos (Rm 8,23). O germe da imortalidade corporal já está em nós pela Eucaristia: "Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna e eu o ressuscitarei no último dia" (10 6,54).

Esta última palavra de Jesus já indica também o tempo da ressurreição: "No último dia", ou, como víamos no texto de São Paulo, "por ocasião da sua vinda" (1Cor 15,23), expressão que designa a gloriosa vinda de Cristo no seu dia (cf. 1 Cor 1,8), no fim dos tempos (cf. Mt 24,3). Jesus disse: "Não vos admireis com isto: vem a hora em que todos os que repousam nos sepulcros ouvirão a sua voz (a do Filho do Homem) e sairão: os que tiverem feito o bem, para uma ressurreição de vida; os que tiverem praticado o mal, para uma ressurreição de condenação" (Jo 5,28-29).

E São Paulo escreve aos tessalonicenses (1 Ts 4,16): "Quando o Senhor, ao sinal dado, à voz do arcanjo e ao som da trombeta divina, descer do céu, então os mortos em Cristo ressuscitarão primeiro; em seguida, nós, os vivos, que estivermos lá, seremos arrebatados com eles nas nuvens para o encontro com o Senhor nos ares. E assim estaremos para sempre com o Senhor".

12. OS ANJOS

Exclusivamente pela revelação poderemos saber se de fato existe um mundo invisível e imaterial, com seres espirituais e inteligentes. Nossa limitada inteligência apenas poderá suspeitar que existam. Pois observando os níveis ascendentes, em escala de perfeição, das coisas que vemos, desde o reino mineral até o humano, poderíamos pensar numa similar escala ascendente superior ao homem, num mundo criado invisível com seres imateriais sumamente inteligentes, refletindo com maior perfeição os dons do Criador.

A revelação divina de fato nos fala destes seres imateriais, invisíveis e inteligentes, que colaboram com a divina providência na história da salvação. São chamados "anjos".

Mas a palavra "anjo" (do grego *ángelos*, que significa enviado ou mensageiro) apenas designa uma função destes seres com relação a este nosso mundo humano. E é unicamente sob este aspecto que somos informados pela revelação acerca da existência de um mundo espiritual diferente do nosso.

Para a Bíblia, com efeito, a existência dos anjos não é problema. No Antigo Testamento sua presença no mundo dos homens é constante. E no Novo Testamento ocupam momentos importantes, tanto por ocasião do nascimento, paixão, ressurreição e ascensão de Jesus Cristo, como na sua própria pregação:

- Um "anjo do Senhor" comunica a Zacarias o nascimento de João Batista, o precursor do Messias; e este anjo explica: "Eu sou Gabriel; assisto diante de Deus e fui enviado para anunciar-te esta boa nova" (Lc 1,11-22).

- O mesmo anjo Gabriel é depois enviado a Maria para anunciar-lhe a vinda do Messias filho de Deus (cf. Lc 1,26-38).

- Um "anjo do Senhor" tranquiliza José, perturbado pelo mistério de Maria (cf. Mt 1,20-25).

- Um anjo orienta a fuga para o Egito e o regresso, para salvar o Menino (cf. Mt 2,13-23).

- Um anjo revela aos pastores de Belém o nascimento do Salvador; e ao anjo "juntou-se uma multidão do exército celeste" (cf. Lc 2,9-14).

- Anjos servem a Jesus no deserto depois do jejum e das tentações (cf. Mt 4,11; Mc 1,13).

- As crianças têm anjos que vêm continuamente a face de Deus (cf. Mt 18,10).

- Anjos levam o falecido Lázaro ao seio de Abraão (cf. Lc 16,22).

- Anjos se alegram por um pecador que se converte (cf. Lc 15,10).

- Quando Jesus voltar como juiz dos homens, anjos formarão seu séquito (cf. Mt 16,27; 25,31; Mc 13,27).

- Jesus poderia dispor de doze legiões de anjos que o defenderiam na paixão (cf. Mt 16,53).

- Anjos anunciam às mulheres a gloriosa ressurreição do Senhor (cf. Mt 28,5-6; Mc 16,5; Lc 24,23; Jo 20,12).

- Anjos dissuadem os discípulos de sua vã espera depois da ascensão do Senhor (At 1,10-11).

Eis aqui uma impressionante série de afirmações sobre a realidade dos anjos, "espíritos servidores, enviados ao serviço dos que devem herdar a salvação" (Hb 1,14).

É importante assinalar que se trata sempre de criaturas. Diante de uma corrente sincretista do judaísmo, que pretendia identificar os anjos com os deuses astrais e os elementos cósmicos dos pagãos (cf. CI 2,8. 12.20; GI 4,3-9), tributando-lhes culto exagerado, são Paulo corrige energicamente estes erros, destacando a transcendência e o primado singular de Cristo, o Filho de Deus: "Nele foram criadas todas as coisas, as visíveis e as invisíveis: tronos, soberanias, principados, autoridades, tudo foi criado por ele e para ele. Ele é autor de tudo e tudo nele subsiste" (CI 1,16-17).

Não é, pois, de admirar que, depois, na vida da Igreja, houvesse também atenção especial a estes misteriosos seres do além. A Igreja nascente não podia olvidar a companhia destes mediadores, enviados ou mensageiros de Deus, amigos dos homens. São seus protetores divinos nas circunstâncias adversas. O episódio de Pedro, preso por Herodes Antipas, vigiado por 16 soldados e prodigiosamente libertado por um anjo, enquanto "a Igreja não cessava de fazer orações por ele" (At 12,4-11), era índice e símbolo daquilo que será depois a devoção cristã aos anjos.

Recentemente o papa Paulo VI, no credo do Povo de Deus (de 1967), resumiu a fé da Igreja em Deus Criador com estas palavras: "Cremos em um só Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, Criador das coisas visíveis, como este mundo, onde se desenrola a nossa vida passageira; e Criador das coisas invisíveis, como são os espíritos puros, que também chamamos anjos..."

Assim pode cantar a Igreja no prefácio dos anjos: "Na verdade, ó Pai, é nosso dever... engrandecer-vos nos vossos anjos e arcanjos. Pois é a vós que glorificamos ao louvarmos os anjos que criastes e que foram dignos do vosso amor. E a admiração que eles merecem nos mostra como sois grande e como deveis ser amado".

13. O ANJO DA GUARDA

É doutrina comum e cara na Igreja que a um anjo do Senhor está confiada a guarda de cada batizado. O catecismo do Concílio de Trento resumia a doutrina tradicional dos séculos anteriores nestes termos: "Por desígnio de sua providência, confiou Deus aos anjos a obrigação de guardarem o gênero humano e de assistirem a todos os homens individualmente, para que não sofram dano de maior gravidade. Assim como os pais dão aos filhos guardas, que os defendem de perigos, quando precisam viajar por caminhos expostos e arriscados, assim também o Pai Celeste destinou a cada um de nós um anjo que nos proteja, com seu auxílio e vigilância, para podermos evitar as emboscadas dos inimigos e repelir seus tremendos ataques contra nós; para que, sob a sua direção, possamos conservar-nos no caminho reto e que nenhum ardil do falso adversário nos faça desviar do rumo que leva ao céu". O catecismo tem o cuidado de explicar: "Deus não só envia seus anjos em certas ocasiões e para fins particulares, mas também lhes confiou nossa proteção desde o primeiro instante de nossa existência e incumbiu-lhes de velarem pela salvação individual de todos os homens".

A Igreja endossou oficialmente esta doutrina estabelecendo para o dia 2 de outubro uma festa litúrgica universal para os santos anjos da guarda. A liturgia deste dia nos oferece um rico florilégio de textos (orações, hinos, leituras, responsórios, antifonas e salmos) nos quais a fé da Igreja se transforma em oração. A oração oficial deste dia reza: "O Deus, que na vossa misteriosa providência mandais os vossos anjos para guardar-nos, concedei que nos defendam de todos os perigos e gozemos eternamente do seu convívio".

Todos conhecemos esta oração familiar: "Santo anjo do Senhor, meu zeloso guardador, a ti me confiou a piedade divina. Sempre me rege e guarda, governa e ilumina. Amém". Durante o último Concílio ecumênico, o Vaticano II (de 1962 a 1965), todas as reuniões gerais dos bispos do mundo inteiro terminavam sempre com esta piedosa invocação. Era a expressão da fé da Igreja universal em forma de oração, segundo o conhecido adágio: a lei da oração é a lei da fé, isto é: a lei da fé deve estabelecer a lei da oração.

Pode-se por isso afirmar que a doutrina acerca do ministério dos anjos, tal como está nos numerosos textos litúrgicos, é a expressão pública da fé católica. A Igreja reza aos anjos da guarda porque crê que eles receberam de Deus a especial missão de servir aos que devem herdar a salvação; suplica ao anjo que apresente nossas orações ao Senhor porque crê que o espírito celeste serve de intermediário; manda que unamos nossas vozes com as dos anjos porque crê que eles estão ao nosso lado, na igreja, para cantar conosco as glórias do Criador; ordena com frequência implorar o auxílio do anjo na hora da luta contra as tentações e emboscadas do diabo e seus demônios porque crê que estes andam de fato por aí como um leão a rugir procurando a

quem devorar, e que o anjo é particularmente indicado para valer-nos nesta sorte de combates espirituais; em cerimônia solene implora do céu anjo especial para custodiar um templo porque crê que Deus há de enviá-lo realmente; faz-nos rezar todos os dias ao anjo para que nos ilumine porque crê que ele pode fazê-lo e está disposto a isso; suplica a presença do anjo da paz porque crê que os espíritos celestes podem ser deputados para tal missão; exige o afastamento do demônio e a presença do anjo bom porque crê na atuação real de um e de outro; nomeia e estabelece anjos como patronos e protetores de nações, províncias, dioceses, paróquias ou comunidades porque crê que os espíritos virão mesmo tomar conta e defender o que lhes foi confiado; pede aos anjos que acompanhem e protejam seus filhos nas viagens porque crê que o exemplo de Tobias não foi nem é singular; chama os anjos na hora da morte, roga-lhes que nos defendam na derradeira agonia porque crê que os anjos nos acompanham de fato até estar definitivamente garantida nossa eterna beatitude.

Na carta aos hebreus damos com um texto particularmente expressivo. O inspirado autor fala da superioridade de Jesus Cristo sobre os anjos, apresenta vários argumentos para sua tese e lança então, no v. 14 (do capo I), uma pergunta como se fosse um argumento: "Porventura, não são todos eles (os anjos) espíritos servidores, enviados ao serviço dos que devem herdar a salvação?" Esta pergunta do apóstolo permite uma afirmação positiva, que é precisamente a doutrina da Igreja sobre os anjos da guarda: os anjos são espíritos destinados a ministrar (o grego diz: *leit-ourgikós*: destinado ao serviço, ao ministério), enviados por Deus para servir (*diakonia*) aos que devem herdar a salvação. Jesus falou provavelmente destes anjos-diáconos quando, em Mt 18,10, nos admoesta que não devemos dar escândalo aos pequeninos "porque seus anjos no céu contemplam continuamente a face do Pai".

Não é sem comoção que lemos esta revelação do anjo a Tobias: "Vou descobrir-vos a verdade - diz o anjo - e não vos ocultarei o que está em segredo: quando tu oravas com lágrimas e enterravas os mortos e deixavas o teu jantar e escondias os mortos em tua casa de dia e os enterravas de noite, eu apresentava as tuas orações ao Senhor" (Tb 12,11-12; cf. 3,25). Os santos padres falam freqüentemente deste "anjo da oração". A Igreja Orante exprime esta sua fé num momento solene, na Oração Eucarística chamada Cânon Romano, num texto que inexplicavelmente foi omitido na atual tradução brasileira oficial: "Supplices te rogamus, omnipotens Deus: iube haec perferri per manus sancti Angeli tui in sublime altare tuum, in conspectu divinae maiestatis tuae". Lembra as "taças de ouro cheias do perfume, que são as orações dos santos" e que estão sobre o altar do céu (Ap 5,8). Por isso a Igreja reza sobre as oferendas, na missa votiva dos santos anjos: "Nós vos apresentamos, ó Deus, Com nossas humildes preces, estas oferendas de louvor; levadas pelos anjos à vossa presença, sejam recebidas com agrado e obtenham para nós a salvação".

Alegram-se os anjos com a perseverança dos justos e a conversão dos pecadores (cf. Lc 15,10). Procuram, por isso, levar os pecadores ao arrependimento e à penitência. O "anjo da penitência" ocupa um lugar especial na Patrística. O anjo deve excitar na alma a contrição. Mas se ele acorda em nós o remorso, será para o nosso bem e nossa paz. O "anjo da paz" passou da Patrística para a Liturgia. Nosso atual ritual romano exclama muitas vezes: "Esteja presente o anjo da paz!" Como confortou a Cristo em agonia (cf. Lc 22,43), assim deve trazer também a nós a paz interior.

O anjo da guarda é particularmente invocado "para que nos ilumine". Pode e deve haver com o anjo verdadeira "conversação". Mas não é dado aos anjos penetrar em nossa intimidade mais profunda. Só Deus é o perscrutador dos corações. Falando da nossa consciência, ensina o Concílio Vaticano II que ela "é o núcleo secretíssimo e o sacrário do homem, onde ele está sozinho com Deus" (GS 16). Lá o anjo só entra se for convidado e lhe abrimos o coração.

"Enviado por Deus para nos servir" (Hb 1,14), alguma coisa real o anjo terá que fazer em nosso favor. Com ordem divina para nos ajudar, com vontade de socorrer, com possibilidade de auxiliar, com inúmeras oportunidades para isso, o anjo de fato nos favorece na medida em que nele confiarmos e a ele nos abrimos. Mas também com relação aos anjos parece valer a admoestação do apóstolo: "Não apagueis o espírito" (1Ts 5,19). Desgraçadamente, pode o homem "apagar o espírito", anular sua ação, fechar-se em orgulhosa auto-suficiência, não querer o auxílio do anjo, não confiar nele, não rezar a ele, ignorá-lo, desprezá-lo, pode até negar sua existência. Devemos estar abertos para a ação do anjo, confiar nele, dar-lhe oportunidades, manifestar-lhe nossos pensamentos e desejos íntimos, querer receber suas iluminações, manter com ele verdadeiras relações de amizade: ele quer ser nosso companheiro e amigo!

14. O DIABO E SEUS DEMÔNIOS

A palavra "diabo" vem do grego *diábolos*, usado para traduzir o *satan* hebraico, que significa adversário. Já a velha "serpente" do Gênesis (3,1) ocultava um ser inteligente e astuto, superior ao homem e inimigo de Deus. Nela a Sabedoria (2,24) e depois o Apocalipse (12,9; 20,2) e toda a tradição cristã reconheceram o adversário, o diabo.

É bastante comum afirmar que a crença em espíritos, bons (anjos) e maus (demônios), seria um elemento constitutivo de toda cultura sacral; e que Jesus, vivendo numa cultura deste tipo, dela teria recebido a crença nos., espíritos. Mas isso não corresponde à verdade histórica. Pelos Atos dos Apóstolos somos informados que os saduceus não admitiam, contra a opinião dos fariseus, "nem ressurreição, nem anjo, nem espírito" (23,8). Portanto, no contexto cultural e histórico de Jesus de Nazaré, a opinião de seus contemporâneos estava dividida em concepções diametralmente opostas. Não se pode afirmar que, neste ponto, Jesus e os apóstolos teriam simplesmente adotado, sem nenhum esforço crítico, idéias e práticas de seu ambiente.

À luz dos quatro evangelhos não há dúvida nenhuma de que o próprio Jesus ensinou a existência do diabo como entidade real de ordem espiritual, um ser inteligente e ativo, contrário à dilatação do reinado de Deus nos corações dos homens. O diabo era seu grande adversário. A luta é constante e atravessa os evangelhos do começo ao fim. Jesus iniciou seu ministério público aceitando ser tentado pelo diabo (cf. Mt 4,1-11; Mc 1,12-13; Lc 4,1-13). No sermão da montanha (Mt 5,37) e no Pai-nosso (Mt 6,13) lembra as possíveis tentações do maligno. Nas parábolas atribui ao diabo os obstáculos que encontrava em sua pregação (Mt 13,19), como no caso da cizânia semeada no campo (Mt 13,39). A Simão Pedro anunciou que "as portas do inferno" procurarão prevalecer sobre a Igreja (Mt 16,19) e que Satanás procurará "peneirá-los como trigo" (Lc 22,31). No momento de deixar o cenáculo, Jesus declara iminente a vinda do "príncipe deste mundo" (Jo 14,30). No Getsêmani, ao ser preso, afirma que havia chegado a hora do "poder das trevas" (Lc 22,53); mas ele também sabia, e o havia declarado pouco antes no cenáculo, que "o príncipe deste mundo já está julgado" (Jo 16,11).

Ao curar os endemoninhados, Jesus vence o diabo. Em sua atuação, mostra ter um poder extraordinário que causa a admiração do povo (Mt 12,23) e escandaliza seus adversários, que o julgam também possesso e com poderes de chefe dos demônios (Mc 3,22-30). Ele manifesta que seu poder é do "espírito de Deus" que vence os demônios (Mt 12,25-28). Aliás, segundo Ap 12,7-9, o diabo e os demônios formam um exército rebelde contra Deus.

Mas Jesus não somente luta contra a ação dos demônios, ele também descreve um reino de Deus em luta constante contra os poderes do mal (cf. Mc 4,15; Lc 8,12 etc.).

Daí a grave exortação de São Pedro: "Eis que vosso adversário, o diabo, vos rodeia como um leão a rugir, procurando a quem devorar. Resisti-lhe, firmes na fé" (1Pd 5,8-9). O autor da carta aos efésios propõe todo um plano de combate espiritual (6,10-17):

- "Fortalecei-vos no Senhor e na força do seu poder. Revesti-vos da armadura de Deus, para poderdes resistir às insídias do diabo. Pois o nosso combate não é contra o sangue nem contra a carne, mas contra os principados, contra as autoridades, contra os dominadores deste mundo de trevas, contra os espíritos do mal, que povoam as regiões celestiais. Por isso deveis vestir a armadura de Deus, para poderdes resistir no dia mau e sair firmes de todo o combate. Portanto, ponde-vos de pé e cingi os vossos rins com a verdade e revesti-vos da couraça da justiça e calçai os vossos pés com a preparação do evangelho da paz, empunhando sempre o escudo da fé, com o qual podereis extinguir os dardos inflamados do maligno. E tomai o capacete da salvação e a espada do Espírito, que é a palavra de Deus".

Quando voltaram de sua missão, os discípulos informaram a Jesus: "Senhor, até os demônios se nos submetem em teu nome!" E Jesus confirmou a realidade desta vitória: "Eu via Satanás cair do céu como um relâmpago!" (Lc 10,17-18).

Nas Cartas de São Paulo esta vitória sobre Satanás é vigorosamente sublinhada. Nelas se considera o drama redentor como o conflito supremo entre as potências do mal e Jesus Cristo. Os príncipes deste mundo "crucificaram o Senhor da Glória" (1 Cor 2,8). Justamente lá onde queriam triunfar, sofreram a derrota: Deus "despojou os principados e as potestades, expondo-os em espetáculo, levando-os em cortejo triunfal" (Cl 2,15).

É manifesto que a Igreja, que recebeu a missão de continuar a obra de seu Senhor, não podia ignorar tudo isso. O problema principal, posterior, não estava na afirmação da existência do diabo e de seus demônios, doutrina que de fato ninguém negava, mas na reflexão sobre sua origem e natureza. A dificuldade começou com Mani (216-277), fundador do maniqueísmo, que

ensinava um rígido dualismo. Sustentava Mani que desde toda a eternidade há dois princípios supremos: o da luz (o bem) e o das trevas (o mal); e que o diabo e seus emissários emergiram das trevas e são maus por sua própria origem e natureza. Contra esta concepção dualista reagiu fortemente a Igreja, sobretudo a partir do século IV, ensinando que também o diabo é criatura do único Deus e que foi criado bom e se faz mau pelo pecado.

Já Jesus havia explicado que o diabo "não permaneceu na verdade" (Jo 8,44). São Judas fala em sua Carta (v. 6) dos "anjos que não conservaram sua dignidade, mas abandonaram sua morada". E São Pedro informa: "Deus não poupou os anjos que pecaram" (2Pd 2,4). Mas estes textos não nos revelam a natureza do pecado dos anjos. Antes do pecado, porém, eram anjos bons e como tais foram criados por Deus.

Depois de Prisciliano (340-385), seus seguidores repetiram e divulgaram os mesmos erros de Mani. O Concílio de Braga, Portugal, em 563, fez então a seguinte declaração: "Se alguém disser que o diabo não foi antes um anjo bom, feito por Deus, e que sua natureza não foi obra de Deus, senão que emergiu do caos e das trevas e que não existe um autor de seu ser, mas que ele mesmo é o princípio e a substância do mal, como afirmam Mani e Prisciliano, seja anátema".

No século XII o dualismo maniqueu reapareceu com os movimentos dos cátaros e albigenses. O Concílio ecumênico de Latrão IV (1215), sob o papa Inocêncio III, fez então a seguinte profissão de fé:

- "Firmemente cremos e simplesmente confessamos... um só princípio de todas as coisas, das visíveis e das invisíveis, espirituais e corporais, que, por sua onipotente força, desde o princípio do tempo criou simultaneamente do nada uma e outra criatura, a espiritual e a corporal, isto é, a angélica e a mundana, e depois a humana, como comum, composta de espírito e corpo. Porquanto o diabo e os demais demônios certamente foram por Deus criados bons por natureza; porém eles se fizeram maus por si mesmos. Mas o homem pecou por sugestão do diabo".

Esta profissão da fé cristã é sóbria. Limita-se o Concílio a afirmar que, sendo criaturas do único Deus, o diabo e os demônios não são substancialmente maus, mas se fizeram tais por sua livre vontade. Alguns anos antes, em 1208, os valdenses deviam professar: "Cremos que o diabo se fez mau não por sua natureza, mas pelo arbítrio". Donde se pode inferir que não foram criados no estado de glória e confirmados no bem; mas foram constituídos em estado de graça, no qual pecaram sem jamais terem tido a visão beatífica. Conclui-se ainda que o diabo deve ser uma pessoa (pois tem livre-arbítrio), é alguém, e não um mero símbolo (impessoal) do mal, como ultimamente alguns tentaram insinuar.

Depois do pecado, houve condenação: o inferno deles é o mesmo que o dos réprobos: "Fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos" (Mt 25,41). Eterno, no sentido de duração sem fim e sem atenuação. Contra uma opinião de Orígenes lançou a Igreja o seguinte anátema: "Se alguém disser ou sentir que o castigo dos demônios e dos homens ímpios é temporal e que em algum momento terá fim, ou que se dará a reintegração do demônio ou dos homens ímpios, seja anátema" (Sínodo de Constantinopla, em 543).

Nos nossos dias o Concílio Vaticano II ensina na Constituição *Gaudium et Spes* (n. 37b): "Uma luta árdua contra o poder das trevas perpassa a história universal da humanidade. Iniciada desde a origem do mundo, vai durar até o último dia, segundo as palavras do Senhor. Inserido nesta batalha, o homem deve lutar sempre para aderir ao bem; não consegue alcançar a unidade interior senão com grandes lutas e o auxílio da graça de Deus".

O diabo e seus demônios receberam de Deus uma relativa liberdade para tentar e hostilizar os homens. Já os nomes dados ao diabo na Bíblia são funcionais: ele é o inimigo, o mau, o maligno, o tentador, o príncipe deste mundo, o deus deste século, o grande dragão, a serpente antiga, o caluniador, o adversário. Ele é homicida desde o princípio e pai da mentira, autor do ódio e do orgulho, ronda por toda parte procurando a quem devorar, toma as aparências de anjo da luz, surrupia a semente divina dos corações. Os santos padres, a liturgia e os autores clássicos lhe atribuem mil ações sobre os homens: ele seduz, instiga, engana, mente, corrompe, enreda, atormenta, aflige, amofina, divide, opõe, separa, dissipa, entrava, complica, fanatiza; ele é astuto e atrevido: não força, propõe, sugere, persuade; tenta o asceta, ataca o cobiçador, aperreia o intelectual, atrai o ingênuo, capta em suas armadilhas os imprudentes e os presunçosos, insufla os cismas, suscita as heresias, conspurca a santidade, deforma todo o bem, intriga sem cessar, fomenta a guerra, trama os crimes, endossa as injustiças, semeia ruínas, faz brilhar as aparências...

Na exortação apostólica *Reconciliatio et paenitentia*, de 2-12-1984, o papa João Paulo II

nos recorda que "por dentro da realidade da experiência humana agem fatores, pelos quais ela se situa para além do humano, na zona limite onde a consciência, a vontade e a sensibilidade do homem estão em contato com forças obscuras que, segundo são Paulo, agem no mundo até ao ponto de quase o senhorearem (cf. Rm 7,7-25; Ef 2,2; 6,12)".

No dia 15-11-1972, o papa Paulo VI, falando sobre o mistério do mal presente no mundo, declarou: "O mal não é apenas uma deficiência, mas eficiência, um ser vivo, espiritual, perverso e perversor. Trata-se de uma realidade terrível, misteriosa, medonha. Sai do âmbito dos ensinamentos bíblicos e eclesiais quem se recusa a reconhecer a existência desta realidade; ou melhor, quem faz dela um princípio em si mesmo, como se não tivesse, como todas as criaturas, origem em Deus, ou a explica como uma pseudo-realidade, como uma personificação conceitual e fantástica das causas desconhecidas de nossas desgraças".

Indicava então o Papa os seguintes sinais da presença diabólica: "Podemos admitir a sua atuação sinistra, onde a negação de Deus se torna radical, sutil ou absurda; onde o engano se revela hipócrita, contra a evidência da verdade; onde o amor é anulado por um egoísmo frio e cruel; onde o nome de Cristo é empregado com ódio consciente e rebelde (cf. 1 Cor 16,22; 12,3); onde o espírito do Evangelho é falsificado e desmentido; onde o desespero se manifesta como a última palavra..."

Mas não devemos cair no demonismo, que vê no diabo a causa de todos os males que nos afligem. É certo que muitos males que antigamente iam por conta do diabo recebem hoje explicação adequada e satisfatória sem nenhuma necessidade de intromissões diabólicas. Na *Gaudium et Spes* constata o Concílio Vaticano II que hoje "o espírito crítico mais agudo purifica a vida religiosa de uma concepção mágica do mundo e de superstições ainda espalhadas" (n. 7c); e que "muitos bens que o homem aguardava antigamente, sobretudo de forças superiores, hoje já os consegue pelo trabalho próprio" (n. 33b). A ciência desmitificou e dessacralizou os fenômenos da natureza e banuiu os deuses, os demônios e as superstições. Já não sentimos nenhuma necessidade do demônio como hipótese para explicar a origem e a existência do mal no mundo. Na medida em que progredim nossos conhecimentos científicos sobre a natureza e o homem, diminui o recurso ao exorcismo, que se torna cada dia menos indicado e mais suspeito. Por isso é preciso dizer com muita insistência que nem todas as fantasias que vinte séculos de vida cristã acrescentaram à figura bíblica do diabo pertencem ao depósito de nossa fé, nem mesmo da fé católica, que neste ponto é talvez a mais explícita. As fantasias dos pintores, dos poetas, dos romancistas, do povo e mesmo dos pregadores foram muitíssimo além dos ensinamentos solenes dos Concílios ecumênicos ou pronunciamentos oficiais dos bispos de Roma. É certo que nossa qualidade de cristãos nos obriga a aceitar a existência e a atividade do diabo entre os homens. Mas de um demônio que em tudo continua dependente de Deus, que não permite sejamos tentados acima de nossas forças (cf. 1 Cor 10,13).

A aceitação desta doutrina cristã não traz necessariamente consigo a aceitação também de possíveis ações mágicas realizadas com o auxílio do diabo. Pois semelhante ação mágica supõe a possibilidade de uma intervenção diabólica provocada pelo homem (mediante o mago, o feiticeiro ou o bruxo). Ora, como cristão, admitimos possíveis intervenções espontâneas do demônio (e mesmo assim só com a expressa permissão divina), mas não intervenções diabólicas provocadas pelo homem. Não há uma só passagem da Bíblia nem um só ensinamento solene do Magistério da Igreja que insinue a possibilidade de intervenções diabólicas provocadas pelo homem. A Bíblia sem dúvida proíbe as práticas da magia. No ambiente bíblico do Antigo Testamento a magia fazia parte da vida cotidiana. A religião dos sumerianos, dos babilônios e dos assírios era visceralmente mágica. Amuletos, talismãs, fórmulas e ritos mágicos serviam para afastar obstáculos e trazer os bens e as satisfações do corpo, do coração e do espírito. Mas constantemente a magia ou qualquer outra forma de práticas de necromancia são severamente condenadas na Sagrada Escritura. Os profetas atacam e ridicularizam a magia, principalmente dos egípcios e babilônicos (cf. Is 47,12-22; Dn 1,20; 2,10-12; Sb 17,7). O importante, porém, é que nem uma única vez é o demônio alegado para tão rígida proibição. Na página 57 já resumi as razões bíblicas.

O diabo, na verdade, também ele criatura de Deus, depende do Criador e nada pode fazer sem a permissão divina. Jesus fez esta revelação a Pedro: "Simão, Simão, eis que Satanás pediu insistentemente para vos peneirar como trigo; eu, porém, orei por ti, a fim de que tua fé não desfaleça" (c 22,31). O diabo também reza! Também deve pedir a Deus e só poderá atuar na medida da autorização recebida. Para que o diabo possa atuar, não basta a má vontade de um feiticeiro que o invoque ou evoque. Neste sentido é lícito concluir que a magia, como efeito

causado pelo diabo para prejudicar uma pessoa, é impossível.

15. *Deus conosco*

Deus, que nos criou, não nos abandonou. Ele não nos deixou entregues a nós mesmos, ou às leis da natureza, ou a algum destino cego, ao fatalismo ou determinismo de misteriosas e imaginadas forças astrais, ou aos caprichos dos espíritos do além.

Contra todas as formas de fatalismo, a fé cristã afirma o domínio e o senhorio absoluto de Deus sobre a inteira criação. O ser das coisas criadas, também do homem, é sempre um ser contingente, que não tem em si mesmo a razão de sua existência e depende do Criador também na sua conservação. Em Deus "vivemos, nos movemos e existimos", explicava são Paulo aos atenienses (At 17,28).

O cristão crê na divina providência. O próprio Jesus Cristo nos deixou esta bela página (d. Mt 6,25-34):

- "Não vos preocupeis com a vossa vida, quanto ao que haveis de comer, nem com o vosso corpo, quanto ao que haveis de vestir. Não é a vida mais do que o alimento e o corpo mais do que a roupa? Olhai as aves do céu: não semeiam, nem colhem, nem ajuntam em celeiros. E, no entanto, vosso Pai Celeste as alimenta. Ora, não valeis vós mais que elas? Quem dentre vós, com as suas preocupações, pode prolongar, por pouco que seja, a duração da sua vida? E com a roupa, por que andais preocupados? Aprendei dos lírios do campo, como crescem, e não se matam de trabalhar, nem fiam. E, no entanto, eu vos asseguro que nem Salomão, em todo o seu esplendor, se vestiu como um deles. Ora, se Deus veste assim a erva do campo, que existe hoje, e amanhã será lançada ao forno, não fará ele muito mais por vós, homens fracos na fé? Por isso, não andeis preocupados, dizendo: 'Que iremos comer? Ou, que iremos beber? Ou que iremos vestir?' De fato, são os gentios que estão à procura de tudo isso: o vosso Pai Celeste sabe que tendes necessidade de todas estas coisas. Buscai, em primeiro lugar, o Reino de Deus e sua justiça, e todas estas coisas vos serão acrescentadas. Não vos preocupeis, portanto, com o dia de amanhã, pois o dia de amanhã se preocupará consigo mesmo. A cada dia basta o seu mal".

Jesus nos ensina a considerar a Deus como Pai, para acentuar um tipo especial de relacionamento com os homens. Expressões como "vosso Pai", "teu Pai", "Pai Celestial", "vosso Pai que está no céu", indicam uma atitude benéfica, amorosa para com todos os homens. É um Pai que quer que os homens se pareçam com ele: que sejam misericordiosos, justos, generosos, que tenham sua maneira de ser.

No Antigo Testamento, o profeta Isaías já fizera a comparação com a mãe: "Pode porventura a mulher esquecer-se do seu filho e não ter carinho para com o fruto das suas entranhas? Pois ainda que a mulher se esquecesse do próprio filho, eu (Iahweh) jamais me esquecerei de ti!" (Is 49,15).

O apóstolo são João insiste nesta concepção: "Deus é amor" (1Jo 4,8.16). Amor que se dá e comunica: "Pois Deus tanto amou o mundo, que lhe entregou o seu filho único" (Jo 3,16). Amor capaz de transformar os homens em filhos de Deus: "Vede que prova de amor nos deu o Pai, que sejamos chamados filhos de Deus e de fato o somos" (1 Jo 3,1).

No Antigo Testamento mais de seis mil vezes Deus é designado com o tetragrama *lahweh* (literalmente: eu sou), revelado a Moisés (cf. Ex 3,1-16). Com este nome queria Deus indicar não apenas sua essência eterna e imutável, mas também sua presença atuante entre os homens, disposto a intervir, a ajudar, a libertar, a salvar. Deus se revela por sua presença, por sua ação na história, nos acontecimentos, na tribulação dos egípcios, no milagre do mar Vermelho, na peregrinação pelo deserto, na aliança do Sinai, na posse da terra prometida.

Iahweh é o *Emanuel*, que quer dizer "Deus conosco" (cf. Mt 1,23).

Como para o povo de Deus do Antigo Testamento, Deus era concretamente "o Deus de Abraão, o Deus de Isaac e o Deus de Jacó", assim, para o povo de Deus do Novo Testamento, Deus é "o Pai de nosso Senhor Jesus Cristo" (Rm 15,6; 2Cor 1,3; Ef 1,3 . 17). E o Deus de Jesus Cristo é um Deus que vai à procura do homem perdido. É um Deus que sabe que nenhum homem é capaz de encontrá-Lo por suas próprias forças, que todos estão perdidos, caso ele mesmo não tome a iniciativa. É a bondade de Deus para com os extraviados, os pecadores, os lesados, e miseráveis, que é o traço comum nas parábolas da ovelha perdida, da dracma perdida, dos dois devedores, do filho pródigo, do patrão bondoso, do fariseu e do publicano, textos maiores do Evangelho. Segundo o modo de ver humano, o procedimento divino pareceria injusto ou insensato. Nós homens não procederíamos como o Deus de Jesus. Ele é

surpreendente em seus caminhos de amor, bondade e misericórdia.

Contra todas as tendências panteístas, que identificam Deus com o mundo, a fé cristã afirma constantemente a absoluta transcendência de Deus; e contra todas as tendências deístas, que imaginam um Deus distante do mundo, a fé cristã sustenta sua presença em cada ser humano.

Ensina-nos o recente Concílio Vaticano II que o ser humano não é uma partícula anônima da natureza, pois por sua interioridade profunda é superior ao universo inteiro: "A esta profunda interioridade o homem retoma quando entra em seu coração, onde o espera Deus, scrutador dos corações, e onde ele pessoalmente, sob os olhares de Deus, decide seu próprio destino" (*Gaudium et Spes*, n. 14b). É lá, nas profundezas do ser humano, que o Deus transcendente se torna "Deus conosco", Emanuel; é lá também onde se realiza o misterioso encontro de cada ser humano com Deus; é lá que Deus o espera. Mais adiante, no n. 16, o mesmo documento conciliar fala do lugar mais profundo da consciência, "núcleo secretíssimo e o sacrário do homem, onde ele está sozinho com Deus e onde ressoa sua voz". Em outro documento (*Presbyterorum Ordinis* n. 11, nota 6), o Concílio faz suas as palavras de Paulo VI, que se refere ao "inefável do fascínio interior que a 'voz silenciosa' e poderosa do Senhor exerce nas insondáveis profundezas da alma humana".

O homem não necessita sair de si para buscar os vestígios de Deus na natureza e assim ter um conhecimento de sua existência: ele conhece a Deus, porque o encontra em si mesmo, presente, falante, chamante, expectante...

No documento de Puebla, de 1979 (n. 275-279), os bispos latino-americanos indicam três diferentes atitudes humanas perante Deus e a construção da história humana:

- Há os passivistas, que acham não poder e não dever intervir, esperando que Deus atue e liberte. Entendem mal a doutrina cristã sobre a divina providência.

- Há os ativistas, que consideram Deus distante, como se houvesse entregue a completa responsabilidade da história aos homens. Entendem mal a doutrina bíblica sobre o homem como senhor e aperfeiçoador da criação.

- A atitude de Jesus: nele culminou a sabedoria ensinada por Deus a Israel, que havia encontrado Deus em meio de sua história para forjá-la em aliança com Deus. Deus assinalava o caminho e a meta, mas exigia a livre e confiante colaboração do homem.

Esta é a atitude cristã: Deus nos chama para atuar em aliança com ele: Deus conosco.

O Pai nos enviou o Filho. E o Filho se fez homem e habitou entre nós, morreu e ressuscitou para nos redimir e santificar; e voltou ao Pai. Mas não nos deixaria órfãos: deu-nos o Espírito Santo, "para que convosco permaneça para sempre" (10 14,16): "Ele vos recordará tudo o que eu vos disse" (10 14,26).

Assim, "Deus coopera em tudo para o bem daqueles que o amam, daqueles que são chamados segundo o seu desígnio. Porque os que de antemão ele conheceu, esses também os predestinou a serem conformes à imagem do seu Filho, a fim de ser ele o primogênito entre muitos irmãos. E os que predestinou, também os chamou; e os que chamou, também os justificou; e os que justificou, também os glorificou" (Rm 8,28-30).

